I B G E
- BIBLIOTECA CENTRAL
N.º de Reg. 918
Data 08 - 10 - 79

Sumário dêste número

EDITORIAL: Biblioteca Geográfica Brasileira — Eng.º CHRISTOVAM LEITE DE CASTRO (pág. 519).

COMENTÁRIO: Indústria e Geografia — PIERRE MONBEIG (pág. 521).

TRANSCRIÇÕES: O Clima do Rio-de-Janeiro — ADALBERTO SERRA e LEANDRO RATISBONNA (pág. 527). — A Floresta a Serviço do Homem no Brasil — Prof. PIERRE DEFFONTAINES (pág. 561).

RESENHA E OPINIÕES: Alguns aspectos climatológicos do Nordeste (pág. 569). — Stradelli, um enamorado das selvas (pág. 571). — A região do Cabo-Frio (pág. 574). — A colonização (pág. 565). — Primórdios da indústria do petróleo nos Estados-Unidos (pág. 577). — Problemas demográficos (pág. 577). — História serena e equilibrada (pág. 580). — Venezuela (pág. 580).

CONTRIBUIÇÃO AO ENSINO: A Paleontologia, seu Objetivo, Divisão e Utilidade. Coluna Geológica — Prof. MATIAS DE O. ROXO (pág. 584).

TERTÚLIAS GEOGRÁFICAS SEMANAIS: Centésima décima segunda tertúlia, realizada em 5 de junho de 1945 (pág. 590). — Centésima décima terceira tertúlia, realizada em 12 de junho de 1945 (pág. 595). — Centésima décima quarta tertúlia, realizada em 19 de junho de 1945 (pág. 603). — Centésima décima quinta tertúlia, realizada em 26 de junho de 1945 (pág. 608).

NOTICIÁRIO: CAPITAL FEDERAL — PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA — Conselho Nacional de Águas e Energia Elétrica (pág. 613). — Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (pág. 613). — Conselho Nacional de Estatística (pág. 621). — Conselho Nacional de Geografia (pág. 622). — Serviço Nacional de Recenseamento (pág. 623). — Ministério da Agricultura (pág. 624). — Ministério da Educação e Saúde (pág. 625). — Ministério das Relações Exteriores (pág. 626). — Ministério da Viação e Obras Públicas (pág. 626). — Prefeitura do Distrito Federal (pág. 626). — INSTITUIÇÕES PARTICULARES: Academia Brasileira de Letras (pág. 627). — Clube de Engenharia (pág. 627). — Fundação Brasil-Central (pág. 627). Instituto de Geografia e História Militar do Brasil (pág. 628). — Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (pág. 628). — Sociedade de Geografia do Rio-de-Janeiro (pág. 629). — CERTAMES — II Congresso Brasileiro de Engenharia e Indústria (pág. 630). — I Congresso Médico-Social (pág. 632). — I Congresso Sul-Americano de Petróleo (pág. 634). — IX Congresso Brasileiro de Educação (pág. 634). — UNIDADES FEDERADAS — Espírito-Santo (pág. 636). — Goiás (pág. 636). — Minas-Gerais (pág. 636). — Pernambuco (pág. 638). — Rio-de-Janeiro (pág. 638). — Santa-Catarina (pág. 639). — São-Paulo (pág. 639). — MUNICÍPIOS — Petrópolis (pág. 641). — Poços de Caldas (pág. 641). — Recife (pág. 641). .. ..

BIBLIOGRAFIA: Apontamentos bio-bibliográficos de geógrafos brasileiros — Prof. AGNELO BITTENCOURT — (pág. 642). — REGISTROS E COMENTÁRIOS BIBLIOGRÁFICOS — Livros (pág. 649). — Periódicos (pág. 651). — CONTRIBUIÇÃO BIBLIOGRÁFICA ESPECIALIZADA — Argentina — Relação de mapas apresentados na exposição anexa à II Reunião Pan-Americana de Consulta sôbre Geografia e Cartografia (pág. 653). — RETROSPECTO GEOGRÁFICO E CARTOGRÁFICO — Revista Brasileira de Geografia — Índice dos trabalhos publicados nos ns. correspondentes aos anos I a V (1939-1943) — III — Letras N a Z — (pág. 656).

LEIS E RESOLUÇÕES: LEGISLAÇÃO FEDERAL — Ementário dos decretos-leis publicados no mês de junho de 1945 (pág. 659). — Íntegra da legislação de interêsse geográfico — Decretos-leis (pág. 664). — Decretos (pág. 671). — Atos diversos (pág. 672). — LEGISLAÇÃO ESTADUAL — Íntegra dos decretos, decretos-leis e demais atos de interêsse geográfico (pág. 673). — Bahia (pág. 673). — Espírito-Santo (pág. 674). — Minas-Gerais (pág. 674). — Paraná (pág. 674). — Pernambuco (pág. 675). — Rio-de-Janeiro (pág. 675). — Santa-Catarina (pág. 675). — Sergipe (pág. 675). — LEGISLAÇÃO MUNICIPAL — Íntegra dos decretos, decretos-leis e demais atos de interêsse geográfico (pág. 676). — Gaspar (pág. 676). — Recife (pág. 676). — São-José (pág. 677). — Uruçanga (pág. 678). — RESOLUÇÕES DO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA — Conselho Nacional de Geografia — Diretório Central (pág. 679). — Diretórios Regionais — Rio-de-Janeiro — Íntegra das Resoluções de ns. 41 a 50 (pág. 681).

Boletim Geográfico

Ano III | JULHO DE 1945 | N.º 28

Editorial

Biblioteca Geográfica Brasileira

Criada pela Assembléia Geral do Conselho Nacional de Geografia que para isso aprovou a Resolução n.º 68, de 12 de julho de 1941, a "Biblioteca Geográfica Brasileira" começou a ter existência efetiva depois que o Diretório Central do mesmo Conselho elegeu os membros da sua Comissão Diretora com a Resolução n.º 112, de 4 de setembro de 1942.

O regimento da Comissão Diretora, em que se fixaram as diretrizes da organização da Biblioteca, foi baixado em 2 de dezembro de 1942, pelo Diretório Central do Conselho, com a sua Resolução n.º 116.

Depois de vencer os naturais retardamentos e dificuldades, sempre ocorrentes ao início de empreendimentos de envergadura, a Biblioteca iniciou a sua produção, tanto assim que presentemente oferece ao público várias publicações, ao mesmo tempo que anuncia no prelo diversas outras, a saírem em futuro próximo.

* * *

Estão previstas três séries de publicações para a "Biblioteca Geográfica Brasileira", de modo a aparecerem em modalidade adequada trabalhos geográficos de atualidade e interêsse variado.

A série A — "Livros" — destina-se à edição de obras de vulto, de caráter monográfico sôbre assunto de Geografia do Brasil preferentemente.

A série B — "Folhetos" — há de divulgar trabalhos de menor porte, a exigirem preparo mais rápido e menos volumoso.

A série C — "Manuais" — objetiva a difusão sobretudo das técnicas do trabalho geográfico, e por isso os seus volumes terão formato de bôlso para que os profissionais da Geografia os tenham sempre às mãos.

A situação atual dessas publicações é a seguinte: 1) da série "Livros" saiu o n.º 1, "O Homem e o Brejo", de autoria do Eng. Alberto Ribeiro Lamego, estando no prelo os seguintes: "Os Solos de São-Paulo", do Prof. José Setzer; "Geografia Cultural do Brasil", do Dr. B. Brandt, tradução do Prof. Rodolfo Coutinho; "O Homem e a Restinga" e "O Homem e a Baía", ambos de autoria do Dr. Alberto Ribeiro Lamego; "O Médio São-Francisco — Uma Análise Regional", do Prof. Jorge Zarur; 2) da série "Folhetos", saíram: o n.º 1 — "A Conquista do Brasil pelos Brasileiros", do Cel. José Lima Figueiredo;

n.º 2 — "Os Modernos Métodos do Ensino da Geografia", do Prof. Francis Ruellan; 3) da série "Manuais", saiu o n.º 1 — "A Excursão Geográfica" do Prof. Delgado de Carvalho, estando em preparo o "Manual de Oceanografia" pelo Prof. João Capistrano Raja Gabaglia.

* * *

Aspecto interessante que imprime à "Biblioteca Geográfica Brasileira" caráter inédito é o fato das suas publicações resultarem de três esforços; um, fundamental, o do autor ao criar a sua obra; outro, da Comissão Diretora da Biblioteca que exerce vigilância de caráter doutrinário e científico; terceiro, dos serviços do Conselho a contribuírem com o fornecimento dos dados geográficos atualizados e ilustrações gráficas, fotográficas e cartográficas, que forem julgados de necessidade.

Embora um tanto complexo, tal processamento oferece inestimável vantagem ao proporcionar ao público trabalhos selecionados, bem ilustrados, envolvendo matéria segura e substanciosa, apresentada segundo metodologia conveniente.

Estabelece assim o Conselho uma verdadeira política cultural, de que tanto necessita sem dúvida a Geografia.

Com efeito, mais do que outras ramificações da ciência, está a Geografia exigindo no Brasil disciplina de método e disciplina de veracidade: de método, porque ainda não penetrou suficientemente a moderna orientação da Geografia, como ciência pura e aplicada, na interpretação dos fenômenos de expressão territorial, sobretudo daqueles de interêsse para o Homem; de veracidade, porque ainda está mal conhecido o território pátrio, o que exige cuidado nas afirmativas, prudência nas quantificações, equilíbrio nas generalizações, por forma a se evitarem sejam as fórmulas fantasistas ou ufanistas, sejam os dados errôneos ou contraditórios.

Evidencia-se assim o propósito do Conselho ao instituir a "Biblioteca Geográfica Brasileira": produzir bem, de modo a influir efetiva e eficazmente no processo da cultura geográfica do país.

Eng. CHRISTOVAM LEITE DE CASTRO
Secretário-Geral do Conselho Nacional de Geografia

Comentário

Indústria e Geografia

PIERRE MONBEIG
(Da Universidade de São Paulo)

Como os leitores conservaram, em sua maioria provàvelmente uma triste recordação das aulas de geografia, êsse título parecerá absurdo: que relação poderá haver entre essa atividade moderna, cheia de vida e de exuberância, que é a indústria, e a fastidiosa geografia? No máximo, poderemos esperar uma lista dos pontos do globo onde se localizam as diferentes indústrias, lista como publicam os anuários. Pode-se mesmo perguntar em que medida a ciência geográfica, encarada pela sua acepção moderna, encontra terreno de trabalho no estudo da indústria. Há já mais de um século que o engenheiro francês, Michel Chevalier escrevia, no delírio de industrialização da década 1840": "l'industrie n'est autre chose que l'esprit humain se faisant un trône de la planète"; sem dúvida, a experiência nos ensinou que a indústria não fazia por si só a felicidade dos homens, mas não é menos verdadeiro que é através dos progressos da técnica industrial que se firmou mais nìtidamente a libertação das atividades humanas em relação aos obstáculos naturais.

Se nos referirmos às definições da indústria tais como nos são dadas pelos diferentes economistas, a parte que concerne à geografia aparece nela extremamente reduzida. No pequeno livro de Sombart (*A Indústria*) publicado na coleção espanhola Labor, a indústria é definida como sendo uma atividade econômica destinada ao preparo de objetos opondo-se assim à extração e ao comércio. No seu curso de economia política, realizado no Collège de France, Simiand a caracteriza como sendo "L'ensemble des activités économiques qui dans la production impliquent une transformation tècnique par des agents et par des moyens surtout mécaniques"; opõe-se assim à agricultura, que utiliza essencialmente meios biológicos e distingue-se igualmente do comércio que dispensa as transformações técnicas. O caracterìstico principal da indústria é o de implicar uma modificação física das coisas, uma transformação da natureza. Esta metamorfose é em grande parte estranha aos fatôres naturais: "le sol, diz ainda Simiand (o solo, que para os geógrafos é o essencial) ne sert que de support... il n'est pas, sauf quelques cas relativement rares, un agent ou un moyen de transformation", uma vez que o produto do trabalho industrial tanto quanto sua matéria prima são mercadorias transportáveis, não há necessidade de fixar a oficina onde se efetua a transformação num ponto de preferência a outro; não são as considerações geográficas que influem diretamente na escolha dessa localização. Em geral, a indústria trabalha em matérias e resulta em produtos que podem ser transportados do lugar onde chegam a atingir uma certa fase de sua elaboração, até outro lugar onde vão ser trabalhados até uma outra fase e, dêsses lugares, os produtos da indústria vão ainda em direção a outros, onde serão utilizados ou simplesmente vendidos, para ir ainda para outros lugares onde entrarão definitivamente em uso.

Tomada sob êsse ângulo, a indústria parece estar inteiramente livre de qualquer contingência geográfica: sòmente os fatôres econômicos são responsáveis pela localização de uma indústria sôbre a superfície de nosso globo. Por seu lado, a agricultura está ainda submetida à ação decisiva das condições físicas: trata-se de uma atividade biológica que está condicionada aos climas, ao ritmo das estações e à distribuição dos solos, mais ou menos propícios; por conseguinte, a distribuição da agricultura sôbre o globo merece um estudo geográfico, enquanto que a indústria é antes de tudo científica; e essa propriedade alarga suas possibilidades até as tornar limitadas. Por outro lado ainda, a atividade agrícola

pode muito bem atingir a um alto nível sem sair do quadro de uma atividade doméstica; as culturas de arroz do Extremo Oriente estão freqüentemente nessa situação. A oposição com a indústria se reforça, uma vez que esta, ao contrário, pressupõe como ponto de partida a troca comercial, com a venda das matérias primas, bem como no final, com a distribuição dos produtos fabricados. A oposição aparece ainda se se examina as formas de agricultura e as de indústria: as diversificações das formas de agricultura têm razões de ser geográficas, que saltam aos olhos; os tipos de lavramento, os instrumentos utilizados, os vegetais cultivados, se distribuem segundo as grandes zonas climáticas, a distribuição dos solos e as condições do relêvo; pode-se estabelecer um certo paralelismo em latitude entre as zonas climáticas e as regiões agrícolas. As causas da multiplicidade das formas de indústria são diferentes e nada têm de geográfico. Existe uma especialização das indústrias em ofícios, que não tem sua réplica no trabalho agrícola; enquanto que não é o mesmo homem que fia, tece, tinge um tecido, que curte o couro, fabrica os pregos, reúne as peças de um sapato, ao contrário, é o mesmo homem na maioria dos casos que prepara o solo, semeia, colhe e armazena seu trigo. Se se estabelece uma distinção entre indústria pesada, indústria leve e indústria de precisão, ela não se apóia em bases físicas, mas sôbre bases econômicas. Enquanto que a agricultura se modifica principalmente segundo as condições do meio natural, a indústria, esta, se modifica segundo o grau de civilização e de conhecimentos científicos. O fato não data de ontem, como o mostra um velho texto de Xenofonte: "Nas pequenas cidades são os mesmos indivíduos que fabricam as camas, as portas, os arados, as mesas e freqüentemente as casas, muito felizes de encontrar número suficiente de clientes para os manter ocupados. Ao contrário, nas grandes cidades, onde uma multidão de pessoas tem as mesmas necessidades, uma única ocupação basta para alimentar um homem. Às vêzes só se exerce parte dela; um vive exclusivamente de calçados de mulher, outros de calçados de homem; um vive exclusivamente da costura dos sapatos, outro do corte do couro; um talha as túnicas, outro se contenta em reunir as peças". Esta especialização de atividades industriais já era pois, há mais de dois mil anos, explicada como a conseqüência das necessidades de uma grande população, ou seja, como um fato de civilização e ligada à existência de um mercado. Nada em relação a tal ou tal clima, tal ou tal relêvo.

Em conclusão do que anteriormente foi dito, as relações entre a indústria e a geografia parecem ser das mais tênues. Seria simples indicar que o quadro físico paulista não mudou desde a era colonial, mas, que a distância é imensa entre os artífices do tempo dos bandeirantes, ou o marceneiro que foi preciso vigiar militarmente para que acabasse as malas de Saint-Hilaire e as fábricas do parque industrial de 1944. Pode-se seguir o raciocínio e constatar que a diversificação das indústrias paulistas é menos acentuada que a diversificação das indústrias parisienses sem que os fatôres geográficos apareçam em primeiro plano.

Uma das primeiras regras do método geográfico é o de localizar o fenômeno estudado, montanha, rio, *habitat* ou tipo de agricultura: localizar não significa exclusivamente colocar em um ponto preciso do mapa, com a ajuda das coordenadas geográficas, mas recolocar no conjunto das condições do meio e, por seqüência lógica, justificar essa localização. Se nos limitarmos ao que vimos até agora, principalmente ao que se refere às observações de Simiand, a localização das indústrias escapa a essa tentativa de justificação geográfica da localização: a situação de uma fábrica encontra sua explicação em considerações econômicas, como a presença de mão de obra abundante, ou bom mercado, ou qualificada para um certo tipo de trabalho; ou então a situação de uma certa indústria, tem sua origem na existência de mercados quer sejam importadores ou consumidores, ao mesmo tempo que a proximidade dos capitais e dos mil recursos administrativos necessários ao bom andamento e desenvolvimento do negócio. Quanto à influência geográfica, ela está muito bem escondida atrás das considerações econômicas que são preponderantes. Será preciso ir tão longe para revelar o papel dos fatôres geográficos e a geografia econômica não estudará outros aspectos que não a simples localização? As relações entre a análise geográfica e as atividades industriais serão tão mínimas quanto se poderia crer?

A fim de precisar quais os fundamentos geográficos da indústria, o método mais conveniente consiste em recordar sumàriamente o conjunto dos fatôres que

presidem o nascimento de uma indústria e asseguram seu desenvolvimento. Feito isso, será mais fácil estabelecer a dose exata da parte que cabe às condições do meio.

Um primeiro grupo de fatôres emana da política: tranqüilidade interior e exterior bem como uma legislação largamente compreensiva são sempre consideradas como condições elementares de um progresso industrial harmonioso, embora as fases de crise (como por exemplo a guerra) possam favorecer o aparecimento de certos tipos de indústrias ou a prosperidade momentânea de certos ramos, temporàriamente libertos da concorrência. Um segundo grupo de fatôres emana mais diretamente da economia: a existência de mercados funcionando normalmente e com regularidade a fim de não desorientar a produção por modificações brutais da demanda ou do fornecimento em matérias primas: disponibilidade de capitais ao mesmo tempo abundantes e baratos a fim de não sobrecarregar pesadamente a emprêsa, principalmente em sua fase inicial; equipamento técnico tão aperfeiçoado quanto possível para assegurar qualidade e quantidade e permitir entrar com êxito no terreno da competição regional, nacional e internacional. Circunstâncias passageiras podem fazer com que um centro industrial conheça uma certa euforia sem que sejam satisfeitos tôdas as condições enumeradas, mas essa euforia está arriscada a ser substituída por um desastre ainda maior, uma vez que a situação retorne à normalidade. Fatôres políticos e econômicos, que na realidade podem dificilmente ser separados, são índices de um certo grau de civilização e em conseqüência são relativamente estranhos à infra-estrutura física. Outros elementos que já se aproximam dos fatôres geográficos entram igualmente em jôgo: para começar, são os meios de transporte, numerosos, fáceis e baratos, cuja ligação com a situação geográfica da região é evidente; poder-se-ia tomar como exemplo a indústria paulista e o problema da sua ligação ferroviária com Santos ou, ao contrário, a indústria carioca e o problema de suas comunicações com o interior. É ainda essa ação do transporte sôbre a indústria, que se verifica no fato de os portos ràpidamente adquirirem uma função industrial. O pôrto do Havre, que nasceu pela vontade real e foi fundado por fins sobretudo militares, atraiu e fixou, umas após outras, indústrias ligadas ao funcionamento do pôrto, depois à navegação (estaleiros de construções navais) e enfim indústrias de transformação dos produtos importados (oleaginosos, combustíveis líquidos e refinamento do cobre): como a atividade portuária decorre diretamente das condições físicas, movimento das marés, profundidades, posição no estuário do Sena defronte das costas britânicas e boa situação para a navegação transoceânica, pode-se dizer que, indiretamente, a indústria do Havre está condicionada pela geografia. Entre os elementos necessários à indústria e que são ao mesmo tempo fatos de civilização e fatos geográficos, pode-se ainda englobar as questões relativas à mão de obra: esta deve ser numerosa, pouco exigente e possuidora de um mínimo de qualidades profissionais, pelo menos para as posições qualificadas; a distribuição dos homens no globo e seu nível de vida dependendo em parte das influências do meio, os fatôres da indústria se aproximam cada vez mais do campo de estudos geográficos. Há, afinal, um último grupo de condições que são de ordem eminentemente física: a presença das matérias primas, condição *sine-qua-non* do funcionamento industrial e da fôrça motriz que, do esfôrço muscular até a eletricidade, depende sempre das possibilidades naturais. Parece pois, depois dessa enumeração sucinta, que os elementos geográficos são decisivos no nascimento e no desenvolvimento de uma indústria; êles o são mais ainda na formação e progresso de uma região industrial.

Poder-se-ia objetar que esta afirmação é mais válida para o passado que para o presente. Dir-se-á, com efeito, que, graças aos progressos da ciência, a arte do engenheiro atinge um tal grau de perfeição, que liberta o homem da tirania da natureza; contanto que existam os capitais, a técnica permite triunfar sôbre tôdas as dificuldades físicas. Êsse é o otimismo dos engenheiros e dos homens de negócios do século passado que, com discípulos de Saint-Simon como Michel Chevalier ou mesmo Lesseps ou Mauá, sonharam realizar a felicidade sôbre a Terra graças às máquinas e ao capital. O sonho está longe de ser realizado, mas técnica e capital são, sem dúvida, palavras-chaves da indústria moderna.

Embora haja algo de verdade nessa objeção, ela deve ser objeto de uma análise que restringirá seu alcance. Em primeiro lugar, o que se chama o "triunfo da técnica", não significa a supressão das condições naturais e o aniqüilamento dos

obstáculos apresentados pelo meio; trata-se na realidade de uma capacidade considerável de utilização das possibilidades que êsse meio oferece e, em muitos casos, de uma adaptação hábil a essas possibilidades. A técnica fornece à indústria soluções aos problemas, sem os suprimir. De outro lado, os capitais que são requisitados pelo técnico para resolver êsses problemas, não serão fornecidos senão com a condição de não serem inteiramente absorvidos pelos trabalhos iniciais: êles não virão em auxílio da técnica senão quando os obstáculos não exijam um esfôrço tal que o preço de produção se encontre perigosamente acrescido, antes mesmo de começar a produção. O capital não será invertido senão quando seus detentores tiverem a certeza de lucro. Isto pode ser comprovado pelo fato de os trabalhos de utilidade coletiva não serem empreendidos pelos capitalistas, que de boa vontade os deixam ao encargo do Estado; é também por essa razão, que há certas formas de indústria ou de distribuição de indústrias através da extensão de um país que não podem nascer sob um regime capitalista. A técnica traz a solução, mas sua realização depende do capital que, de seu lado, não será atraído, senão quando as condições geográficas lhe deixam entrever lucros rápidos e apreciáveis.

Dentre os fatôres necessários à eclosão de uma indústria, que parecem escapar ao domínio da geografia, há, entretanto, alguns imediatamente condicionados pelo meio geográfico. É assim que uma mão de obra numerosa e barata é mais fàcilmente encontrada em regiões pobres que em regiões ricas. Pode-se constatar que freqüentemente os centros mais ativos da indústria moderna estão localizados em zonas cujos habitantes viviam em grande pobreza, até a fase de industrialização; é raro que uma região industrial coincida com uma região de intensa atividade agrícola. É nas montanhas, onde trazia um complemento de recursos a uma agricultura pobre, que a indústria nasceu mais freqüentemente, enquanto que as planícies férteis e povoadas não tinham necessidade dêsse apoio. No Estado de São-Paulo, as indústrias se desenvolveram em regiões pobres, como a bacia de areias e argilas da capital ou em zonas empobrecidas como em Sorocaba, Jundiaí, Taubaté.

Há um grupo de indústrias que está diretamente ligado às condições físicas; é o das indústrias produtoras de energia. A explotação das minas de carvão depende de sua localização, de sua estrutura e da variedade dos depósitos carboníferos. Se o trabalho mecânico é mais fácil e o rendimento por operário maior nas minas americanas que nas belgas ou inglêsas, é porque a natureza da jazida a isso se presta admiràvelmente; uma das causas do sucesso da bacia do Ruhr, provém da presença de todos os tipos de carvão, carvão de coque, antracito etc., o que permite às companhias alemãs atender às demandas mais variadas dos clientes mais exigentes. Quanto à indústria hidro-elétrica, os paulistas bem sabem o que ela deve ao meio geográfico. A situação paradoxal da rêde hidrográfica na serra do Mar, a forma suave dos vales, o escarpamento que domina Cubatão e a abundância das chuvas são elementos geográficos que deram a possibilidade de intensificar a produção da fôrça elétrica, de a vender a um preço relativamente baixo e, em conseqüência, de assegurar ao parque industrial paulista a fôrça motriz que lhe era indispensável. Na Itália desprovida de carvão, a hidro-eletricidade foi a condição primordial do desenvolvimento industrial e a maior parte das indústrias italianas estão localizadas na proximidade do grande reservatório de hulha branca que são os Alpes. No resto da península, o relêvo é menos elevado, as condições pluviométricas são irregulares e deficientes; foi preciso ligar as centrais hidro-elétricas da península às da Itália do Norte para assegurar em caráter permanente luz e fôrça para as grandes cidades como Roma e Nápoles. Os capitalistas e os técnicos forneceram as soluções para os problemas criados pela geografia do país, mas seus planos foram concebidos e realizados em função dessa geografia.

Temos aí evidências, como no caso, que se tornará clássico em geografia econômica do problema da localização de Volta-Redonda (problema da localização da siderurgia em função das localizações respectivas dos minerais de carvão, de ferro e dos mercados consumidores). O jôgo das condições naturais sôbre a indústria, não é visto no primeiro plano, enquanto que, em segundo plano, foi decisivo. Um dado centro industrial que atualmente não parece poder ser explicado pela ação do meio, na realidade lhe deve muito mais se se considerar o seu passado, se se procurar as suas origens.

Na vertente ocidental dos Vosges prosperavam, antes da guerra pequenas cidades nas quais a indústria têxtil e mais especialmente a indústria de alvejamento dos tecidos davam trabalho a uma ativa população operária. Nas condições atuais, nada justifica a localização dessa indústria. Mas, ela não data de ontem; começou há vários séculos, quando os montanheses vosgianos preenchiam os dias de inverno com a tecelagem de belos tecidos; êles os enviavam para alvejar às aldeias rurais, onde se utilizava a água clara e límpida dos pequenos riachos para a lavagem e enxaguadura e onde sobretudo se utilizava as belas e verdes campinas e o ar fresco e puro para o alvejamento natural. Naturalmente a indústria química moderna libertou os industriais de Saint Die, Epinal ou de Raon l'Etape da submissão ao clima e é raro que se estenda ainda belos e finos tecidos sôbre a erva das campinas (o que se faz ainda algumas vêzes quando se quer obter produtos de alta qualidade). Mas, houve uma evolução *in-loco* das técnicas sem que a indústria sòlidamente fixada se deslocasse; ela dispunha de uma mão de obra hábil, abundante, pouco exigente; tinha seus prédios e suas tradições e ela se manteve.

Um processo semelhante contribui a fazer compreender um grande número de centros de indústria têxtil encontrados num mapa econômico da Europa e particularmente nos velhos maciços montanhosos da Europa Central. As indústrias têxteis nasceram da pobreza dos montanheses e da demanda de seus vizinhos cultivadores das planícies; utilizava-se então a lã fornecida, pelas manadas de carneiros das próprias regiões. Quando o algodão fêz seu aparecimento, as fábricas se transformaram, mas sem se deslocar. Se se procurar explicar a presença dessas indústrias do algodão entre os sudetos, na Saxônia, no sul da Polônia, ùnicamente em função da situação presente, a tentativa é vã e leva à exclusão da geografia. Mas, uma análise mais aprofundada revela uma ação combinada dos fatôres históricos e geográficos.

Em conclusão, pode-se afirmar que, salvo certas exceções, a localização das indústrias e o desenvolvimento de uma região industrial devem alguma coisa à geografia. Muitas vêzes, os fatôres geográficos não estão senão em segundo plano, atrás das condições econômicas; mas, nem porisso deixam de existir e sua ação não deixa de ser interessante. Se é verdade, como o diz Simiand, que o solo não tem senão um papel de suporte (e o seu papel é bem mais do que isso no caso das indústrias agrícolas, como as usinas de açúcar ou no das indústrias mineradoras), êsse suporte mantém um lugar importante e merece ser estudado.

Não é êsse o único e exclusivo aspecto da geografia da indústria. No que precede, considerou-se quase que ùnicamente, a ação do meio sôbre a atividade industrial. Os têrmos podem sofrer uma reversão e o estudo pode também encarar as conseqüências geográficas das diferentes modalidades de trabalho humano. Para concretizar, recordemos que a geografia procura distinguir e classificar os diferentes tipos de paisagens terrestres, de as localizar, medir sua extensão, as explicar e seguir sua evolução. Ora, poucas são as paisagens tão obra do homem quanto as indústrias e raras as mais originais. Tenho sob os olhos dois mapas da região de Lens, cidade do norte da França; um foi feito ao redor de 1835 e mostra grandes campos desnudos e cultivados com trigo, rios sinuosos, algumas aldeias pouco importantes comprimidas ao redor de suas igrejas com jardins de árvores frutíferas, duas ou três estradas e um grande mercado rural cercado de muralhas defensivas. O outro mapa foi feito em 1930: em cem anos, a paisagem sofreu uma transformação completa; os campos desapareceram sob um oceano de casas dispostas geomètricamente; as estradas e as vias férreas cortam a região em tôdas as direções; as aldeias antigas são de difícil identificação, pois estão afogadas sob as novas construções; os rios têm seus cursos retificados e desdobrados por canais o mapa indicando mesmo, algumas *gares d'eau;* Lens tornou-se uma cidade para a qual convergem os fios da teia de aranha, que são as estradas e ferrovias; ao lado dos velhos nomes de origem céltica ou romana podem-se ler nomes novos que indicam a presença de poloneses ou de marroquinos; e até mesmo relevos singularmente circulares fizeram a sua aparição. A chave de tôda essa transformação encontra-se ainda no mapa, que traz a indicação dos poços de minas de carvão, de usinas e de centrais hidro-elétricas. Foi a indústria carbonífera, com suas indústrias satélites, que desencadeou a invasão das pacíficas campinas por uma população variada, multiplicou as vias de comunicação cujo embaralhamento é tão característico das paisagens industriais; é

ainda ela que fêz brotar êsses novos relevos, as pequenas colinas que são os *terrils*, amontoamento de pedras e rebotalhos. A indústria destruiu a paisagem rural da qual não subsiste senão pouca coisa e suscitou uma outra.

A indústria teve o mesmo papel de criadora de novos aspectos da terra na cidade de São-Paulo que, para encontrar espaços necessários para suas vias férreas e suas fábricas, desceu do Pátio do Colégio e de suas colinas para as várzeas de seus riachos. O *cachet* que a indústria imprime à paisagem é encontrado até mesmo nas nuances tão variadas de uma pequena cidade de múltiplas funções como Petrópolis.

O caso de Petrópolis, cidade de veraneio, cidade de turismo e centro industrial, deve ser particularmente lembrado, pois mostra que a paisagem industrial não aparece em todos os lugares e nem sempre com a mesma nitidez, riqueza e complexidade. Freqüentemente apenas se esboça em um quadro rural; algumas vêzes nem mesmo se destaca como nas cidades do vale do Jura, onde as oficinas de artífices e as fábricas de relógios nada dão que se assemelhe ao emaranhamento dos poços de minas, às florestas de chaminés dos altos-fornos e dos *cowpers* das siderúrgicas e aos telhados infindáveis das fábricas de automóveis. Sem ter a riqueza de variedades das paisagens rurais, a paisagem industrial não tem entretanto um único exemplar.

Ora, os diferentes tipos de paisagens industriais concretizam a variedade de gêneros de vida ligados à indústria. Criamos o hábito de assimilar o gênero de vida industrial à noção de operário das grandes metrópoles do tipo Chicago, Detroit, Paris ou São-Paulo. É claro que a generalização dessa concepção corresponde a um fato indiscutível mas ainda assim, quantas nuances é preciso distinguir! Não sòmente se esquece, assim pensando, das indústrias das populações primitivas que estão fora dos quadros da economia mundial, mas, negligencia-se também, as indústrias de certas populações coloniais, que conservam um certo vigor e mesmo algumas vêzes conhecem uma renovação, como no caso da fabricação de tapêtes da Tunísia ou de Marrocos; passa-se ainda mais por alto os gêneros de vida industriais que ainda prosperam nas montanhas ou nos campos, na Europa e na América, inclusive o Brasil. Os economistas bem sabem que existem diferentes formas de indústria e devemos acrescentar que a essas diferentes formas correspondem paisagens diferentes e gêneros de vida diferentes.

A geografia pode, pois, estudar a indústria sôbre o globo sob três diferentes aspectos, distintos no andamento do trabalho, mas ligados na realidade e, em conseqüência, inseparáveis em suas conclusões. Em primeiro lugar, o aspecto descritivo e cartográfico: onde se localiza a indústria? Em seguida, o aspecto analítico das paisagens industriais e sua explicação. Enfim, o estudo dos gêneros de vida próprios a essa indústria e a região na qual está situada. Neste trabalho, nada deve se afastar da realidade viva e complexa afim de obter os resultados que têm valor científico, bem como um interêsse prático.

Anualmente o Conselho Nacional de Geografia realiza um concurso de monografias de aspectos geográficos municipais, com direito a prêmios. Concorra com os seus estudos geográficos, seus levantamentos, sua documentação.

O Clima do Rio-de-Janeiro

O Clima do Rio de Janeiro, Serviço de Meteorologia. Ministério da Agricultura, 1941.

ADALBERTO SERRA e LEANDRO RATISBONNA

1 — *Aspecto Geográfico*

A cidade do Rio-de-Janeiro, de latitude um pôuco inferior à do trópico do Capricórnio, está situada no pequeno trecho em que o litoral do Brasil se desvia, tomando a direção leste-oeste.

O respectivo município constitui o Distrito-Federal, cuja descrição geográfica faremos a seguir de modo sucinto: É êle limitado ao N pela baixada do Estado do Rio, ou baixada fluminense, da qual fica separado pelos rios Itaguaí e Guandu a NW, Pavuna e Meriti a NE, e pela serra do Mendanha a N. É ainda banhado ao S pelo Oceano Atlântico, a W pela baía de Sepetiba, e a E pela de Guanabara, onde se encontram inúmeras ilhas, as mais importantes sendo as de Governador e Paquetá. Do outro lado da baía, acha-se a cidade de Niterói.

Seus principais maciços são o da Pedra-Branca a W, com 1 024 metros de altitude máxima, e da Tijuca a E, com 1 025 metros, cujas vertentes delimitam as três baixadas de Sepetiba, Guanabara e Jacarepaguá. Nota-se ainda ao N a serra do Mendanha, à qual já nos referimos.

A baixada de Guanabara prolonga-se para SE até a entrada da baía do mesmo nome, constituindo as zonas Norte e Sul da cidade, ambas separadas pela serra da Carioca, que é apenas um prolongamento do maciço da Tijuca.

As lagoas mais importantes são Rodrigo-de-Freitas, na zona sul, e Jacarepaguá, Marapendi e Tijuca, na baixada de Jacarepaguá.

Em tôdas as baixadas, e sobretudo nas proximidades do litoral, existem regiões pantanosas, em trabalhos de atêrro. A de Guanabara, e as zonas Norte e Sul da cidade são desprovidas de matas e inteiramente edificadas. As demais regiões, porém, se apresentam mais ou menos cobertas de vegetação, excetuando a orla próxima do litoral, enquanto os maciços são, em geral, florestados.

2 — *Classificação do Clima*

O clima do Rio-de-Janeiro já teve diversas classificações, conforme o sistema escolhido: Köppen denominou-o "tropical sempre úmido" (Af), isto é, com temperatura do mês mais frio acima de 18°, e chuva suficiente em todos os meses. Conviria melhor, na nossa opinião, a designação de "tropical com inverno sêco" (Aw).

Na classificação geral feita por Henrique Morize em 1922, a região foi incluída como "sub-tropical" — (temperatura do mês mais frio, acima de 18°) — semi-úmido marítimo.

Na de Delgado de Carvalho, coube-lhe o tipo "tropical (média anual superior a 20°) semi-úmido marítimo".

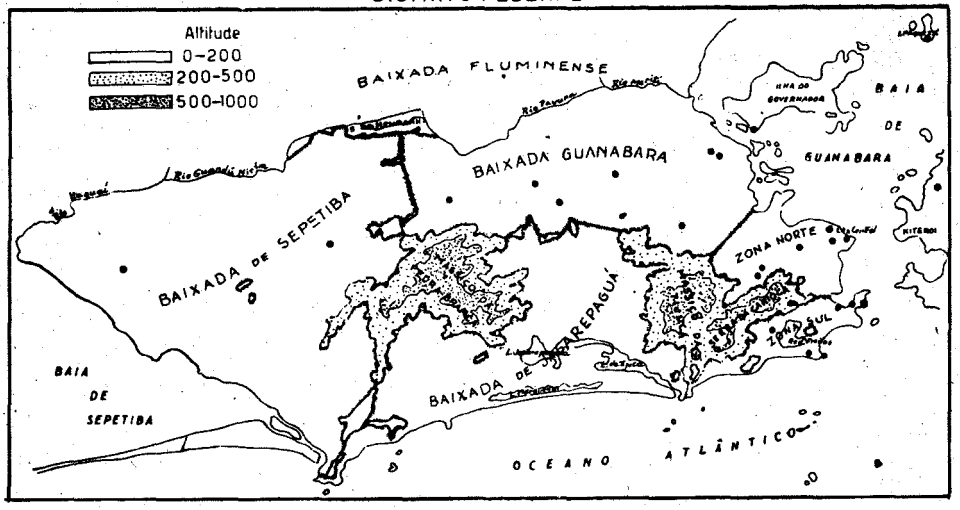
Finalmente, na proposta pelo meteorologista Salomão Serebrenick ao último Congresso de Geografia, o Rio recebeu a designação de "tropical semi-úmido" (Tu), isto é, com média anual superior a 22° e chuvas entre 600 e 1 300 milímetros, a sua variedade sendo especificada como (V^{01}), pelo fato de apresentar chuvas de verão, que se estendem ao outono e à primavera.

Damos também a seguir a percentagem dos caracteres climáticos do Rio-de-Janeiro, calculada por W. Knoche, segundo o seu climatograma: 58% de 3c (cálido, sêco-úmido); 25% de 3b (cálido, sêco) e 8% de 4c (tórrido, sêco).

3 — *Circulação*

a) *Circulação geral* — Situado na costa E da América-do-Sul, acha-se o Distrito-Federal sob o domínio quase permanente do anticiclone semi-fixo do Atlântico, os ventos normais emitidos por êsse "centro de ação" soprando de NE a NW, no sentido contrário ao dos ponteiros de um relógio. No inverno, com o maior avanço do referido anticiclone sôbre o continente, tais correntes predominam, mau grado as perturbações da circulação secundária. No verão, porém, sob o recuo e enfraquecimento daquele, surgem calmarias, ou ventos continentais de N a NW, governados pela "depressão térmica" interior.

DISTRITO FEDERAL



b) *Circulação secundária* — Como o avanço dos anticiclones frios polares que caminham precedidos de frentes típicas, tal circulação de N é, primeiramente, agravada por ventos de NW, prefrontais, e a seguir substituída pelos polares de S a SE, ou SW. Continuando o progresso de tais centros de alta pressão, a um pequeno período de calmarias, correspondente à passagem da zona de divergência, sucedem as correntes de N a NE da retaguarda do anticiclone, que voltam finalmente a reconstituir a circulação geral.

c) *Massas de ar* — No inverno predomina o centro de ação, sendo portanto mais freqüente a massa Ta (tropical atlântica), seguindo-se-lhe as massas polares frias (Pk) e quentes (Pw), respectivamente frente e cauda dos anticiclones móveis.

No verão, a primeira é comumente substituída pela massa Tc (tropical continental), produzindo-se, então, um período de calor intenso, sobretudo antes da chegada de uma frente fria. É ainda elevada a freqüência das massas polares Pk; contudo, devido à trajetória mais meridional dos anticiclones, tornam-se menos comuns as denominadas Pw.

d) *Circulação local* — Além das várias modificações impostas pela orografia à circulação geral e secundária, sopram no Rio-de-Janeiro as brisas de terra e mar que, a bem dizer, são os seus ventos predominantes. A última, formada pelo grande aquecimento do continente, se intensifica nas épocas de circulação normal, principalmente nos meses quentes de setembro a abril, sendo de SSE a sua direção geral, com uma velocidade média de 8 a 10 milímetros por segundo. Ela principia geralmente às 13 horas, cessando às 18.

O terral, exigindo para a sua produção um intenso resfriamento noturno da superfície, sòmente atinge maior freqüência no rigor do inverno, nas noites de junho a agôsto, sendo a sua direção oposta à da brisa marítima (NNW), com velocidade porém muito menor (sm/s). Começa cêrca das 20 horas, e sopra até depois da aurora, terminando às 9 horas da manhã.

4 — *Evolução dos Elementos Meteorológicos*

As normais do Observatório Central, com as quais foram construídos os gráficos anexos, reúnem a mais longa série existente no país. Excetuando a insolação e a velocidade do vento, respectivamente com observações de 34 e 26 anos, tôdas foram calculadas para períodos de 42 anos.

Do exame dos gráficos resultam as seguintes conclusões:

a) *Insolação* — Depende em parte da declinação do Sol, e também da nebulosidade. Dêste modo, o maior total no Rio se dá em janeiro, e o menor em outubro, época de maior cobertura. Os meses de inverno apresentam também uma grande insolação, dada a fraca nebulosidade, que compensa o menor número de horas do Sol acima do horizonte.

b) *Temperatura média* — A média anual é 22°7. O mês mais quente é o de fevereiro, que apresenta a menor nebulosidade em relação a dezembro, janeiro e março; o mais frio é julho. A diferença entre as temperaturas médias do verão e inverno é menor que 10°, podendo assim o clima ser considerado "marítimo", resultando sua pequena amplitude da proximidade do oceano.

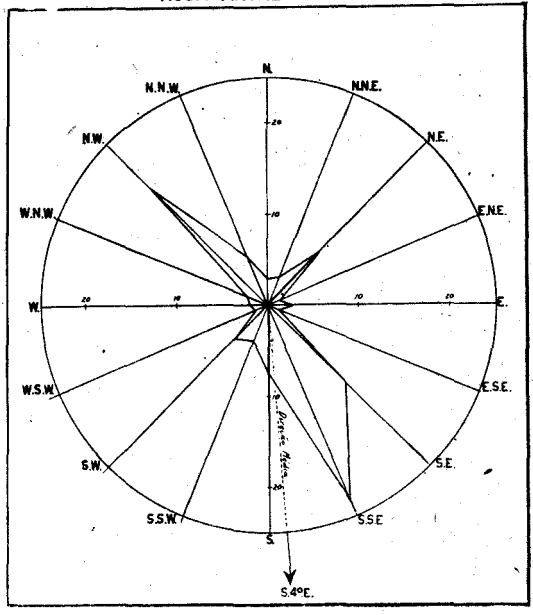
c) *Temperatura máxima* — O valor anual é bastante elevado, superior a 25°, as maiores máximas se observando em fevereiro, e as menores em julho. Contudo, mesmo no rigor do verão, a média respectiva não ultrapassa 29°. Pela marcha das temperaturas, verifica-se que a estação quente pròpriamente dita se estende de dezembro a março, com máximas uniformes, que caem de modo brusco em abril, e sobem ràpidamente em novembro.

d) *Temperatura mínima* — Sua média geral é menor que 20°, as mínimas mais elevadas dando-se em fevereiro, e as menores em julho. Os meses extremos são ainda os mesmos que para a temperatura máxima, constituindo o "inverno" os de mínimas uniformemente baixas (junho a agôsto).

e) *Amplitude* — A média do ano é pouco superior a 6°, o maior valor se produzindo em agôsto, e havendo outro máximo no verão, com mínimos em abril e outubro. Dado o caráter nublado dos equinócios, é natural o enfraquecimento da amplitude diurna nesta época. Por outro lado, as grandes máximas do verão e as baixas mínimas do inverno acarretam maiores valores para tais estações.

f) *Pressão atmosférica* — A média anual é muito inferior ao valor normal de Laplace, e o regime continental, notando-se maior pressão em julho e menor em janeiro, com uma oscilação total de 7 milímetros. É evidente que no verão domina a depressão térmica, enquanto no inverno, além das contribuições trazidas pelos grandes anticiclones polares, a proximidade do centro de ação do Atlântico acarreta uma subida no barômetro.

ROSA ANUAL DE VENTOS



g) *Vento* — A rosa anual de freqüências indica duas direções predominantes: a principal, entre S e SE, e outra secundária de NW a NE a primeira é devida em parte às perturbações polares, mas sobretudo à brisa marítima de SSE. A segunda zona fica constituída pelo conjunto do anticiclone semi-fixo do Atlântico, ventos prefrontais de setor quente; e também o terral noturno; note-se a pequena freqüência de ventos SW dos anticiclones frios

continentais. A velocidade do vento é função do gradiente de pressão normal, devendo dessa forma ser maior nos meses do inverno. Atendendo, porém, às invasões frias da primavera, o máximo se desloca para novembro, ficando o mínimo em junho-julho, quando a fraca brisa terrestre e a raridade das perturbações acarretam um regime de menor velocidade.

h) *Evaporação* — Sendo função direta do aquecimento, apresenta o maior valor em janeiro e o menor em julho. Mesmo assim, o fenômeno não tem marcha uniforme, e oscila bastante, apresentando um máximo secundário em agôsto, causado pelo forte aquecimento, aliado a grande limpeza do céu e a um mínimo de umidade relativa, e um mínimo entre setembro e outubro, correspondente à elevada umidade relativa. O decréscimo de março e a queda de julho são devidos à variação inversa do elemento seguinte.

i) *Umidade relativa* — O seu valor é elevado, com média anual de 78,4 % por se tratar de zona litorânea e tropical. O mínimo é alcançado em agôsto, e o máximo em março, sendo a oscilação muito irregular. A umidade é maior nos meses do verão, época das chuvas, e menor nos do inverno, tempo de sêca; sendo porém função inversa da temperatura, verificam-se, ainda uma máxima secundária em junho e um mínimo também secundário em fevereiro.

j) *Nebulosidade* — A quantidade anual é elevada, por se tratar de região litorânea situada na costa oriental de um continente. Os seus valores máximos dão-se em setembro e outubro, devido à intensificação das perturbações secundárias que cobrem o céu por vários dias, e os menores em julho, mês caracterizado pela limpeza e subsidência do anticiclone atlântico. Note-se que as nuvens na zona tropical se formam sobretudo por convecção no verão, sendo o inverno uma época de estabilidade e céu claro. Por êsse motivo em janeiro, sendo as perturbações sobretudo de caráter local, o céu se cobre apenas à tarde, resultando uma nebulosidade média menor que a de outubro. O pequeno aumento de março, em relação a fevereiro, é causado pela maior atividade do equinócio.

l) *Dias encobertos* — A maior freqüência se dá em outubro, e a menor na época sêca de julho. Os motivos sendo os acima referidos. As chuvas de janeiro, justamente pelo seu caráter local de cb, não correspondem a uma nebulosidade média muito intensa.

m) *Dias claros* — Contràriamente ao caso anterior, e ainda pelas mesmas razões, a sua maior freqüência é no inverno (julho), e a menor em setembro e novembro, mantendo-se baixa nos meses de verão, devido à constante presença da convecção local.

n) *Nevoeiro* — Fenômeno dependente, na maioria dos casos, de baixa temperatura, radiação noturna motivada pela limpeza do céu, estabilidade atmosférica e vento fraco, encontra naturalmente a sua maior intensidade em julho, alcançando uma probabilidade nos três meses de inverno de 66 %. No verão contudo, a freqüência, mínima em dezembro, oscila em redor de 33%, tratando-se neste caso, de nevoeiro de monção, formado sôbre o mar frio pelo ar quente de terra.

o) *Precipitação* — As chuvas são oriundas sobretudo da instabilidade local, e assim caem principalmente nos meses do verão, no período dezembro-janeiro, diminuindo em fevereiro, e alcançando maior altura em março, para decrescerem depois continuamente até agôsto. No inverno, mesmo nas entradas de frentes frias, o fraco aquecimento do solo e o baixo teor de umidade das massas não permitem a formação de grandes chuvas. Estas supõem aliás, a existência de uma instabilidade térmica, que é no inverno menor que no verão, sendo assim o regime continental, com um total anual de 1 082,5 milímetros. Êste valor, porém, devido à má colocação do pluviômetro, é bastante inferior ao real. A queda de fevereiro deve ser atribuída, em parte, ao menor número de dias dêsse mês, aliado ao domínio do centro de ação; o aumento de março tem a mesma causa que o da nebulosidade.

p) *Dias de chuva* — Êste fenômeno varia com o total de chuva. No verão, a probabilidade de precipitação é de 50% (15 dias em janeiro), e no inverno de 26% (8 dias em julho), a estação chuvosa durando de outubro a março.

q) *Trovoada* — É raríssima nos meses de inverno, em razão da estabilidade das massas. Sua maior freqüência se encontra no período do verão, em virtude do grande aquecimento superficial durante o dia. Como além das trovoadas locais se produzem muitas de caráter frontal, o máximo se dá em janeiro.

r) *Outros fenômenos* — O orvalho forma-se indiferentemente no inverno e no verão. A névoa sêca é mais freqüente no fim da estação fria, em setembro, pelas mesmas causas que o nevoeiro, sob a grande estabilidade do anticiclone atlântico.

5 — *Distribuição dos Elementos Meteorológicos*

De tôdas as estações do Distrito-Federal, sòmente o Observatório Central possui uma série de observações bastante longa para permitir um cálculo vantajoso das normais.

Com o fim de traçar as curvas isolinhas, foram calculadas médias de outros postos com as séries existentes, nunca inferiores porém a 5 anos, e homogeneizados os valores obtidos com os do Observatório. As cartas foram feitas, sòmente para os meses centrais de cada estação do ano, o que já é suficiente para uma apreciação geral do clima.

A distribuição dos postos na área do Distrito não é satisfatória para um estudo completo, por serem êles em maior número a norte, sòmente a zona Sul possuindo estações no litoral. Não há, além disso, nenhum pôsto na baixada de Jacarepaguá, nem nos maciços.

Assim sendo, as curvas foram traçadas levando-se em conta, além dos valores médios, a variação natural dos elementos com a altitude e a continentalidade.

Passemos agora à descrição das cartas médias:

a) *Radiação* — Como é sabido, a absorção do calor solar com o conseqüente aquecimento do solo e do ar e o efeito contrário de emissão daquelê, com o resfriamento daí resultante, se fazem sentir mais intensamente: a) sôbre a terra nua que na floresta; b) no continente que no mar, ou lagos; c) na terra sêca que sôbre pântanos; d) em zona de menor, que na de maior umidade. As temperaturas máximas e mínimas serão portanto mais pronunciadas acima dos revestimentos de forte absorção, permitindo explicar as grandes variações notadas no clima do Distrito-Federal. Também as zonas a norte dos maciços são mais aquecidas pelo Sol, cuja trajetória durante o ano está sempre a norte da cidade, do que as situadas a sul das montanhas, as quais gozam depois da aurora e antes do crepúsculo, de algumas horas de sombra, resultando portanto mais frescas.

b) *Temperatura média* — Ano — Ela é maior sôbre a cidade, a norte das montanhas, do que no litoral, a sul das mesmas. O aquecimento máximo se verifica na baixada de Guanabara, enquanto a menor temperatura é encontrada nas baías de Guanabara e Sepetiba, e sôbre os maciços, em virtude do resfriamento de altitude. O gradiente térmico é sempre orientado do continente para o oceano. Efetivamente, a zona Norte é protegida do efeito refrigerante da brisa de mar de direção SSE, pelas montanhas e pela maior distância do litoral. Por outro lado, tratando-se de zona tropical, o oceano é bastante mais frio que a terra no verão, e pouco mais quente no inverno, de modo que a temperatura da orla marítima é mais baixa que a do continente, na média anual. Além disso, os ventos quentes de NW entram livremente na zona Norte, ao passo que a sul das montanhas predominam as correntes mais frias, polares de sul, ou a brisa marítima. Também o maior coeficiente de absorção do solo torna mais aquecida a baixada sêca de Guanabara, enquanto permanecem mais frescas as zonas pantanosas meridionais das demais regiões. A não existência de matas naquela zona, aliada à sua extensa edificação, contribui ainda para o aumento da temperatura média, enquanto as florestas dos maciços lhes permitem um clima mais moderado. Apesar de tudo, em se tratando da "média anual da temperatura", a sua variação no Distrito-Federal é apenas de 1°, os menores valores estando localizados na baía de Guanabara e sôbre as montanhas. Não sendo as temperaturas reduzidas ao nível do mar, é sempre visível em tôdas as épocas o resfriamento de altitude na Tijuca.

Janeiro — Sendo um dos meses mais quentes do ano, as variações são nêle melhor caracterizadas, passando a 2° a diferença média das temperaturas. A distribuição das zonas frias e quentes continua a mesma da média anual, e, por se tratar do verão, o continente se aquece muito, enquanto o mar se mantém mais frio. Êste resfriamento relativo do oceano é ainda confirmado pelas temperaturas mais elevadas de Niterói. O forte aquecimento da zona Norte fica possí-

velmente reforçado pelo efeito do *föhn* produzido a sotavento da serra da Carioca pela brisa marítima de SSE. Esta, cujo *lift* médio é de 350 metros, daria, assim, primeiramente, condensação na zona da Gávea, cuja vertente tem altura superior a 700 metros, e a seguir *föhn* na Tijuca.

Abril — As temperaturas diminuem em relação a janeiro, cêrca de 2° no continente, e apenas 1°,5 no litoral, sendo a variação no mar menor que em terra. A distribuição de zonas frias e quentes, é contudo semelhante à do verão.

Julho — Já aparece claramente o efeito do maior resfriamento continental no inverno, uma vez que todo o litoral apresenta temperaturas superiores às do interior, havendo uma diferença média de 2° entre a baía de Guanabara, e a zona Norte das baixadas do mesmo nome e de Sepetiba. Por ter mudado a distribuição das zonas quentes e frias, a maior queda de temperatura em relação ao mês de abril se verifica no continente, cêrca de 6°, e a menor sôbre o mar, com apenas 3°.

A baixa temperatura em Niterói confirma o maior resfriamento da terra, contràriamente ao que se notara no verão. No mês de julho, como vimos, é bastante rara a brisa de mar, desaparecendo dêsse modo a possível ação do *föhn* na zona Norte da cidade.

É interessante verificar que o aquecimento diurno na *baixada de Guanabara* torna a sua temperatura média semelhante à da baía. Quanto ao gradiente térmico, fica excepcionalmente dirigido do mar para a terra.

Outubro — A temperatura já se encontra em ascensão generalizada, o aspecto das curvas sendo semelhante ao da média anual, uma vez que o regime de verão se está restabelecendo. A variação da temperatura na cidade é de 2°, tendo os seus valores aumentado cêrca de 3° nas zonas continentais em relação a julho, e apenas 0°,5 na zona marítima.

c) *Temperatura máxima* — Sendo êste elemento função do aquecimento diurno, depende sobretudo da absorção da radição solar, que é mais intensa no continente, dando em resultado um gradiente sempre dirigido para o mar.

Ano — O maior aquecimento se produz, como vemos na zona edificada e sêca da baixada de Guanabara, e igualmente em Niterói, a diferença das temperaturas máximas sendo de 4° entre o continente e o mar. A zona litorânea e a da baía de Guanabara apresentam os menores valores, por mais atingidas pela brisa do mar, ao passo que a baixada, abrigada pelo maciço da Tijuca, regista as maiores máximas. O efeito de aquecimento pelo *föhn* parece aliás confirmado na zona Norte. A grande temperatura das ilhas de Governador e Paquetá deve ser atribuída, em parte à sua constituição de extensas praias de areia com forte coeficiente de absorção, e parte ao fato de a brisa marítima só as atingir depois de muito enfraquecida.

Janeiro — A distribuição das isotermas é igual à do ano, com diferenças na temperatura máxima de 4° entre o interior e a costa. O aquecimento do continente é agravado, não só pela dificuldade da brisa em alcançá-lo através dos maciços, como ainda pelo *föhn* produzido à tarde na Tijuca e em Campo-Grande, a sotavento das montanhas.

Abril — Nota-se neste mês uma queda geral das máximas, em média de 2° a 1,5°. Os maiores valores ainda se encontram na zona edificada da baixada de Guanabara, imediatamente a norte do maciço da Tijuca, e os menores, na entrada da barra e extremo norte daquela baixada. A variação das máximas, dentro da região, é de cêrca de 5°.

Julho — Além do declínio de 3° a 4°, não se nota no inverno na temperatura máxima, a distribuição inversa observada na média, o interior do continente continuando, durante o dia, mais quente que o mar. Êste realmente, pelo seu maior calor específico, sofre pequena elevação de temperatura nas horas da tarde, enquanto aquêle, graças ao bom tempo reinante durante o mês, é muito aquecido pelos raios solares.

Outubro — Apresenta aspecto semelhante ao dos outros meses, continuando o mar a ser mais frio. As variações, no entanto, atingem a 5°.

d) *Temperatura mínima* — É, como sabemos, dependente da radiação noturna, e, assim, tanto mais baixa quanto maior a intensidade desta. Sendo ela mais forte no continente, teremos sempre um gradiente dirigido para a terra.

Ano — O mar conserva o aquecimento diurno, e pouco irradia à noite, de modo que as mínimas mais elevadas se produzem no litoral, e as menores no continente na baixada de Guanabara. O efeito termo-regulador do oceano se faz sentir nas ilhas, com valores elevados apesar da irradiação das praias. A cidade de Niterói, de baixa mínima, confirma a irradiação mais intensa do continente.

As inflexões para o interior das curvas de maior temperatura nas baixadas de oeste, traduzem um efeito regulador, análogo ao do mar, exercido pelos pântanos.

Janeiro — As curvas são semelhantes às do ano, as maiores mínimas se verificando no litoral. Apesar das elevadas máximas do continente, é tal o seu resfriamento, que sobrepuja o das estações litorâneas. As variações são de aproximadamente 2°.

Abril — Curvas idênticas às de janeiro, com variações análogas. A queda em relação ao verão é também de 2°.

Julho — No inverno mais se acentua o grande resfriamento noturno do continente em relação ao mar. A temperatura mínima varia cêrca de 4° dentro do Distrito, sendo o litoral muito mais quente à noite que o interior. A queda da temperatura é maior na baixada de Guanabara, mais sêca que na de Sepetiba, em que a zona pantanosa prolonga, terra a dentro, o efeito de aquecimento do mar. As ilhas continuam com mínimas elevadas, e Niterói com baixos valores.

Apesar da semelhança na distribuição de zonas quentes e frias para as temperaturas máxima e mínima no inverno e no verão, a "temperatura média", de julho se apresenta com distribuição inversa da de janeiro, o que se deve ao valor das diferenças de temperatura. Realmente, em julho, o resfriamento noturno do continente em relação ao mar é de 4°, enquanto de dia o seu maior aquecimento é apenas de 3°, predominando assim, na média, a irradiação interior, o que não sucedia em janeiro. Em relação a abril, a temperatura mínima cai 6° no continente e apenas 3° no mar.

É também devido à grande diferença da temperatura mínima de julho entre o continente e o oceano, que o vento terral aparece com maior freqüência nessa época.

Outubro — A temperatura sobe muito em relação a julho, cêrca de 4° no interior e 2° no litoral, continuando o maior resfriamento a se produzir em terra. A variação de temperatura é contudo muito menos acentuada, de apenas 1,5°, resultando no enfraquecimento do vento noturno.

e) *Amplitude da temperatura* — A sua média anual apresenta, como é natural, os maiores valores nas zonas continentais, isto é, no interior das baixadas de Guanabara e Sepetiba e em Niterói, decrescendo depois para o litoral, a variação total atingindo 6°. As ilhas também registam maior oscilação que a orla oceânica.

Na baixada de Sepetiba nota-se, além da forte amplitude interior, valores inferiores aos da de Guanabara; deve-se isso ao fato de possuir a primeira maior área de vegetação, sendo a última quase tôda edificada.

Janeiro — Curvas semelhantes, mas de valor inferior à média anual. A variação da amplitude é de 6°.

Abril — Traçado pouco diferente de janeiro, com uma variação idêntica.

Julho — Neste mês, embora não haja modificações no litoral, o efeito da queda nas temperaturas mínimas se faz sentir no continente, onde a amplitude se eleva a 13°, subindo sua variação dentro do Distrito a 8°.

Outubro — Os valores decaem novamente no interior devido à menor radiação noturna, sendo a variação total na cidade apenas de 6°. Na orla litorânea, é pequena contudo a diferença em relação ao inverno.

Amplitude anual — (Média de janeiro menos média de julho) — O efeito regulador do mar é muito claro, localizando-se os menores valores no litoral, a amplitude crescendo nas ilhas e sobretudo na zona interior do continente. O efeito do oceano é naturalmente mais pronunciado que o da baía. Se fizermos a classificação pela isoterma de amplitude 10°, veremos que todo o Distrito-Federal tem clima marítimo, a variação da diferença "inverno — verão" sendo pequena, e oscilando de 7° a 5°.

f) *Vento* — Ano — Direção (7 horas) — Estando nesta hora a terra muito mais fria que o mar, dada a radiação noturna, observamos em todo o Distrito o vento de terra, soprando do continente para o mar, normalmente ao litoral. A corrente em questão é notàvelmente confirmada em tôdas as regiões; assim, em Niterói, ela sopra de SE, para a baía de Guanabara; na cidade de N, para o Oceano, e na baixada de Sepetiba de NE, para a baía de igual nome. É interessante notar como na ilha do Governador o terral diverge em duas direções, reveladas pelos ventos na zona ocidental daquela ilha, e em Paquetá. As exceções aparentes à regra se encontram nas regiões a norte dos maciços, e são causadas pelas brisas de montanha, ao longo dos vales.

Necessitando aquela corrente de um forte gradiente noturno da temperatura dirigido do mar para a terra, ela sòmente se firma, como dissemos, no inverno, de junho a agôsto, não sendo quase notada nas demais épocas, em que predominam as calmarias, aliás de extraordinária freqüência no Distrito-Federal a essa hora. Elas são aliás mais comuns no interior, a brisa de terra varrendo sobretudo o litoral.

14 horas — Já nesta hora, com o aquecimento do continente, predomina a brisa marítima que sopra à tarde, normalmente, de setembro a abril, e apresenta em tôdas as regiões uma direção normal ao litoral. A brisa de vale, que também se deve notar nesta hora, aparece não só na Tijuca, soprando na direção do talvegue, como ainda nas componentes norte do maciço da Pedra-Branca. A baía de Guanabara funciona assim como um grande centro frio, donde divergem os ventos. Soprando a brisa de SSE, as calmarias são mais freqüentes a noroeste dos maciços, e também em Niterói, sendo raras na baixada de Guanabara, fortemente varrida pelo vento que penetra pela barra.

21 horas — A esta hora, na latitude do Rio, o resfriamento noturno ainda não foi suficiente para formar o terral, o que só se verifica na época do inverno. Predomina a fase final da brisa de mar, com ventos de direções semelhantes às de 14 horas, embora as rosas de freqüência já possuam algumas componentes de terra. Nos vales começa a surgir a influência das correntes de montanha. Com o enfraquecimento de brisa, aumenta a freqüência das calmarias, que se localizam a NW dos maciços do Rio, e em Niterói.

Velocidade — O seu maior valor, dada a causa geral de produção dos ventos que é a diferença de temperatura terra-mar deve-se dar exatamente na região de maior variação. Por isso as correntes no litoral alcançam uma velocidade de 3 metros, que cai no interior a 0,8 metros na região abrigada da brisa de mar, a N do maciço da Tijuca. Note-se que a direção geral de S dos ventos predominantes, contribui para diminuir a velocidade a sotavento dos maciços.

Janeiro — De um modo geral, dado o predomínio, no verão da brisa de mar, é a sua direção que se nota em todos os postos, combinada com a de vale na Tijuca. A freqüência das calmas é maior no interior, a NW dos maciços, pelas razões já indicadas.

Pelas mesmas causas já expostas, a distribuição da velocidade é semelhante à da média anual. O valor respectivo é contudo o mais baixo de todo o ano, o que se explica pela presença, na época, do Sol no hemisfério sul, com o conseqüente enfraquecimento da circulação geral. A brisa de mar continua como o principal fator da circulação, cuja velocidade é fraca nas regiões daquela abrigadas.

Abril — Domina ainda o vento marítimo. Em Ipanema e Copacabana, entretanto, as noites mais frias já permitem a existência de um fraco terral, observado às 7 e 21 horas. Permanece sem alteração a freqüência de calmas. Quanto à velocidade, obedece a uma distribuição semelhante à de janeiro, pelos motivos já apontados, o seu valor absoluto não tendo pràticamente mudado.

Julho — O vento médio resulta do terral, que predomina às 7 e 21 horas a oeste, e das correntes de montanha, em Copacabana, combinadas com raras brisas marítimas em Jacarepaguá. As calmarias mantêm a mesma distribuição.

A circulação, mais intensa no inverno, quando os contrastes de temperatura e as migrações de massas são mais fortes, faz crescer bastante o valor da velocidade média do vento, e diminui um pouco a influência dos fatôres locais, ficando assim a distribuição mais uniforme que no verão. Mesmo assim, aquela continua maior no litoral e menor no interior.

Outubro — Com a chegada do regime de verão, volta o domínio da brisa marítima, uma vez que o terral já desapareceu, substituído por freqüentes calmarias, cuja distribuição se assemelha à de janeiro. Sendo por outro lado o equinócio da primavera a época mais favorável aos temporais de sul, a velocidade se torna agora mais intensa, atingindo a média de 4 metros. No entanto, com o novo predomínio de fatôres locais como o grande aquecimento do continente, o maior valor no litoral é claramente definido. É mesmo possível que a orientação das curvas se prenda a modificações na trajetória das perturbações secundárias.

g) *Umidade relativa* — Ano — verifica-se a existência de dois centros de grande umidade, um, superior a 86%, na baixada de Guanabara, e outro, a sul do maciço da Tijuca. Êste último se deve às correntes da brisa marítima, carregadas de vapor d'água, enquanto o primeiro pode ser explicado pelas zonas pantanosas existentes a norte. A área de grande secura da Tijuca está condicionada sobretudo ao efeito do *föhn* sofrido pela brisa ao galgar a serra da Carioca. Nas baixadas de Sepetiba e Jacarepaguá, a umidade é maior no litoral, onde não só estão localizados os pântanos, como sopra constantemente o vento marítimo. A umidade mais baixa notada na costa da Guanabara resulta do grande aquecimento de Niterói e do centro da cidade. A variação dêste elemento dentro do Distrito é de 10%.

Janeiro — Os valores pouco diferem da média anual; trata-se aliás de uma época chuvosa, em que várias vêzes o grau higrométrico atinge 100%. Governada pelos mesmos fatôres, seu aspecto é semelhante ao do ano, com uma variação de 8%.

Abril — Há um sensível aumento nos dados absolutos, embora permaneça a mesma distribuição regional. Tal acréscimo se deve à grande freqüência de irupções polares, que diminuem a temperatura, tornando a umidade mais elevada. A variação é maior que em janeiro.

Julho — Sendo o inverno a estação sêca por excelência, é claro que a umidade baixará consideràvelmente, alcançando o seu mínimo. Permanece contudo a mesma distribuição regional, com uma variação de 14%. Os fracos valores da baixada de Sepetiba devem ser atribuídos à direção do vento que sopra de terra, contràriamente aos demais meses, em que domina a brisa de mar.

Outubro — Sobe novamente o grau higrométrico, com a entrada da estação chuvosa. Permanece a mesma distribuição regional, notando-se aliás nìtidamente, a NE do maciço da Pedra-Branca, a secura causada pelo *föhn*, e que se revela nos períodos anteriores apenas por uma concavidade nas isoígras. A variação atinge novamente 8%.

h) *Nebulosidade* — Ano — Sendo via de regra na zona tropical, as nuvens oriundas de convecção, e esta se produzindo mais intensamente no continente que no mar, é natural que àquele pertençam as zonas mais nubladas. A nebulosidade cresce na região pantanosa, a N da baixada de Guanabara, onde a maior umidade relativa permite menor *lift*. É ainda elevada a sueste do maciço da Tijuca pela subida de barlavento e mais baixa a NW, sob a ação do *föhn*.

Janeiro — Na época das chuvas de verão, a nebulosidade é maior do que a média anual, conquanto permaneça a mesma distribuição. O efeito do *föhn* é bastante acentuado a NW do maciço da Tijuca, o que indica ser forte a cobertura na encosta sul.

Abril — A ausência da formação de trovoadas locais acarreta uma queda acentuada nos valores, a distribuição regional sendo idêntica à do verão.

Julho — Na época de bom tempo a nebulosidade é mínima, ficando muito mais uniforme a sua distribuição. É assim que, dada a escassez da brisa marítima, desaparece o efeito do *föhn* a NW do maciço permanecendo a maior nebulosidade do continente, o qual, mais aquecido de dia, permite, melhor que o mar, a formação de nuvens.

Outubro — Forte aumento da nebulosidade, não mais de caráter local como em janeiro, porém ligado às grandes perturbações frontais e modificações de massas do equinócio da primavera.

i) *Precipitação* — Ano — Na respectiva distribuição, surgem claramente: um mínimo no litoral, pela menor convecção e maior estabilidade; um máximo de origem francamente orográfica, ligado às perturbações secundárias a sul

do maciço da Tijuca; um novo mínimo a norte dêsse último, pela ação do *föhn*, e outro aumento da quantidade de chuva no interior, onde reina a maior instabilidade.

Janeiro — Sendo, nessa época, as chuvas geralmente oriundas de trovoadas locais, suas maiores quedas se distribuem nas zonas mais aquecidas e úmidas, nas baixadas a norte dos maciços, onde chegam a ultrapassar 200 milímetros. Permanecem o efeito orográfico a barlavento, e o do *föhn* a sotavento da Tijuca, a variação dentro do Distrito atingindo 80 milímetros.

Abril — Com a diminuição das trovoadas, fica a chuva preponderantemente condicionada à circulação secundária, e sua distribuição se torna sobretudo orográfica, com máximo a barlavento, e mínimo a sotavento das montanhas. A variação é sòmente de 60 milímetros.

Julho — É bem típica a influência orográfica, sendo muito acentuados o máximo de barlavento, e o mínimo de sotavento, com uma variação de 80 milímetros. Não havendo nesse mês trovoadas de formação local, a chuva é essencialmente causada pelas perturbações de sul, o que determina uma distribuição inversa da de janeiro. Assim o máximo continental do verão, passa a uma posição litorânea no inverno, quando os mares se instabilizam.

Outubro — A distribuição dêsse mês se assemelha à média anual, uma vez que com o reaparecimento das trovoadas e a intensificação das perturbações de sul, aquela participa de dois regimes. É ainda característico o efeito orográfico, a variação se mantendo em 80 milímetros.

j) *Trovoada e nevoeiro* — Tais fenômenos, no Rio-de-Janeiro, preponderantemente de origem térmica são, de um certo modo, inversos. Com efeito, as perturbações devidas à instabilidade do ar se formam no verão, à tarde, em regiões de elevado aquecimento diurno, com máximas pronunciadas. Os nevoeiros, pelo contrário, oriundos da estabilidade, se constituem principalmente no inverno de manhã, nos lugares de grande resfriamento, com fortes mínimas.

Assim, a zona continental será a de maior freqüência de ambos, uma vez que aí se verificam as mais pronunciadas amplitudes da temperatura.

A grande freqüência na zona Norte deve ser atribuída ao fator orográfico, que intensifica as trovoadas locais vindas de NW, e acumula o nevoeiro trazido pelo terral, que sopra dessa mesma direção.

6 — *Evolução Anual do Tempo*

Os gráficos sôbre os quais nos baseamos para descrever a evolução do tempo, foram traçados com as normais do Observatório Central.

A evolução anual do clima no Rio-de-Janeiro é devida a dois fatôres principais: a variação da quantidade de calor recebida diàriamente pela superfície (fator termodinâmico), e os deslocamentos das massas de ar (fator dinâmico), ambos dependentes, como todos os elementos meteorológicos, do percurso anual do Sol. Com efeito, a quantidade de energia recebida pelo solo depende da obliqüidade dos raios incidentes, e do número de horas em que o astro permanece acima do horizonte. Sendo êsses elementos função da declinação solar, aquêle total será máximo na vizinhança do solstício do verão, e mínimo na do solstício do inverno.

Os deslocamentos das massas de ar, por outro lado, relacionados com as respectivas diferenças de temperatura, têm nos trópicos sua atividade mais intensa nos equinócios, quando é menos homogênea a distribuição latitudinal da radiação, sob o rápido aquecimento ou resfriamento do hemisfério provocado pelas duas passagens do Sol no equador.

O conjunto dos elementos meteorológicos varia, assim, sob a ação de ambos os fatôres, dando ao tempo de cada estação do ano caracteres específicos.

Com efeito, o aumento da radiação no verão fazendo crescer a temperatura, intensifica a evaporação e provoca, pelo forte aquecimento da superfície, a convecção do ar, a qual por sua vez dará origem a nuvens de desenvolvimento vertical, que se transformam à tarde em perturbações locais e trovoadas, com chuvas torrenciais e aumento na umidade relativa e fôrça do vento. A diminuição

da radiação no inverno, pelo contrário, permite com o abaixamento da temperatura menor evaporação, estabilidade do ar, fraca nebulosidade, formação de nevoeiro e baixa umidade relativa.

Nessas duas estações extremas do ano dominam, sob circulação normal, a massa tropical atlântica no inverno, com ventos de NE, menor umidade específica e baixa temperatura potencial, e a tropical continental no verão, com ventos de NW, maior umidade específica e alta temperatura potencial.

Ao primeiro fator se superpõe o segundo, constituído pelas perturbações secundárias provocadas pelas invasões periódicas de massas frias polares, que trazem para o Rio-de-Janeiro condições passageiras de um clima de latitude mais elevada. Vêm elas acompanhadas de abaixamento da temperatura e aumento da nebulosidade e fôrça do vento, com chuvas contínuas e duradouras. A sua atividade é maior, como já vimos, na primavera e no outono.

Feitas essas considerações gerais, passemos a analisar, baseados nos gráficos e cartas médias, o aspecto do tempo e a sua evolução no Rio-de-Janeiro nas quatro estações do ano.

a) *Verão* — (dezembro, janeiro e fevereiro) — Sendo êste o período de maior duração do Sol acima do horizonte, com nebulosidade não muito forte, a sua insolação se torna a mais notável do ano, resultando assim na maior temperatura.

Já a nebulosidade, sendo em geral de nuvens de desenvolvimento vertical, formadas à tarde, tem um valor intermediário entre o máximo da primavera e o mínimo do inverno.

A evolução de tais nuvens, sob o forte aquecimento diurno, conduz à formação de perturbações elétricas com chuvas torrenciais, que dão a essa estação os maiores totais da precipitação e o maior número de trovoadas, sobretudo no interior do Distrito.

A umidade relativa tem um valor próximo da média anual, pois, embora esteja diretamente ligada à chuva, é inversamente proporcional à temperatura. A velocidade do vento, nessa época em que domina a brisa marítima, fica também em tôrno ao valor médio.

Com o recuo do anticiclone fixo do Atlântico a pressão atinge o mínimo. Quanto à evaporação, sendo diretamente proporcional à temperatura e inversamente proporcional à umidade, atinge o máximo. Os nevoeiros são pouco freqüentes, devido às elevadas temperaturas.

O verão é, portanto, a época de maior insolação, temperaturas mais elevadas, maior evaporação, máxima altura de chuva e maior número de trovoadas. É nessa ocasião que a amplitude da temperatura, a velocidade do vento, a umidade relativa e a nebulosidade mais se aproximam dos seus valores médios anuais, enquanto a pressão fica mais baixa, e quase não há formação de nevoeiros.

b) *Outono* — (março, abril e maio) — O rápido decréscimo da duração do dia não é acompanhado por uma queda idêntica na insolação, a qual, embora menor que no verão, ainda é elevada, a nebulosidade tendo diminuído de modo contínuo.

As temperaturas, em virtude do enfraquecimento da radiação, caem rápida e uniformemente, as médias da época ficando próximas do valor anual. A amplitude diminui, pela ausência de máximas e mínimas pronunciadas.

No outono, e principalmente no equinócio, a nebulosidade e a precipitação resultam das perturbações locais e secundárias, daí se originando o seu aumento de março, sendo a rápida e contínua queda durante a estação oriunda do enfraquecimento progressivo das nuvens de convecção local.

A umidade relativa deveria acompanhar a baixa da quantidade de chuva; a sua relação inversa com a temperatura faz, porém, com que ela se mantenha elevada, acima da média anual.

A velocidade do vento, a não ser o pequeno acréscimo em março, no equinócio, se mantém inferior à média anual, uma vez que a partir de abril a brisa pouco se faz sentir.

Com o aumento da pressão, que se aproxima de seu valor normal, e a queda progressiva da temperatura e velocidade do vento, a evaporação decresce.

A fraca velocidade, a rápida queda da temperatura e o aumento da umidade relativa já permitem a formação do nevoeiro, cuja freqüência cresce continuamente durante a estação.

O outono é, assim, uma época de insolação ainda forte, elevada umidade relativa, temperatura e pressão médias, nebulosidade e precipitação menos intensas, com menor freqüência de trovoadas, e velocidade do vento e evaporação mais baixas que no verão.

c) *Inverno* — (junho, julho e agôsto) — Apesar da menor duração do dia, a redução de nebulosidade faz com que a insolação se eleve em relação ao outono.

Como o valor da radiação enviada pelo Sol é o menor do ano, o progressivo resfriamento dá a essa época as mais baixas temperaturas. As mínimas pronunciadas, sobretudo no interior do Distrito, acarretam as mais elevadas amplitudes diurnas.

Verifica-se nessa estação a menor nebulosidade, pois quase desaparecem as formações locais convectivas, e as perturbações secundárias se tornam muito raras. Essas mesmas causas reduzem ao mínimo a precipitação, sendo o inverno no Rio uma época de grande estabilidade atmosférica e bom tempo, com absoluta ausência de trovoadas locais.

A umidade relativa, apesar da queda de temperatura e devido à diminuição das chuvas, alcança um mínimo, que coincide com o da precipitação.

Com o aumento da insolação e a queda da umidade, a evaporação se eleva novamente, tendo o máximo em agôsto conjuntamente com o mínimo da umidade.

A velocidade do vento é fraca, começando a se elevar a partir daquele mês, na aproximação do equinócio. É nessa estação, que à noite, se verifica, mais freqüentemente o terral.

Sob a invasão do continente pelo anticiclone semi-fixo do Atlântico, a mais elevada pressão atmosférica, vem então a se verificar.

O grande resfriamento noturno, em parte devido à fraca nebulosidade que permite forte radiação, dá a essa época o maior número de dias de nevoeiro. Além disso, a névoa sêca domina em agôsto e setembro, devido à ausência de chuvas e à estabilidade do centro de ação.

O inverno é, portanto, uma época de insolação ainda elevada, de pressão e amplitude máximas, e de forte evaporação, experimentando, pelo contrário, a temperatura, a nebulosidade, a precipitação e a umidade relativa os seus menores valores. A velocidade do vento ainda é fraca, e é elevada a freqüência de nevoeiros.

d) *Primavera* — (setembro, outubro e novembro) — Embora a duração do dia aumente progressivamente, a insolação cai em setembro e outubro, em virtude do notável crescimento da nebulosidade. Essa mesma causa, somada à intensificação das penetrações frias, acarreta um retardamento da subida normal das temperaturas média e máxima. A temperatura mínima porém se eleva continuamente dado o obstáculo criado pelas nuvens à irradiação noturna.

As mesmas razões evocadas para o outono fazem a amplitude diurna da temperatura passar por um mínimo.

A grande queda da insolação e a subida da umidade relativa diminuem a evaporação em setembro e outubro, apesar do efeito contrário do aumento da velocidade do vento e da baixa da pressão.

As grandes perturbações secundárias, trazendo coberturas duradouras, tornam máxima a nebulosidade nessa época do ano. À proporção, porém, que se aproxima o verão, e que aquelas perturbações vão sendo substituídas pelas trovoadas locais de nuvens convectivas, a nebulosidade decresce.

As precipitações, provocadas sobretudo pelas invasões polares, aumentam progressivamente durante a estação, tendo o caráter de chuvas que se prolongam por vários dias.

A umidade relativa sobe ràpidamente, acompanhando a chuva, e alcança um dos seus máximos, enquanto a velocidade do vento é a mais elevada, devido ao domínio da frente polar.

A pressão cai, apresentando um valor próximo ao da média anual. Com o aumento da temperatura e a forte nebulosidade, a freqüência dos nevoeiros diminui ràpidamente. Quanto à névoa sêca, máxima em setembro, decresce em outubro, para desaparecer em novembro.

Em conclusão, na primavera, a nebulosidade é a mais forte do ano, a umidade relativa elevada, e a velocidade do vento máxima. As chuvas aumentam ràpidamente, as temperaturas se aproximam da média anual, enquanto a evaporação, a pressão e a freqüência dos nevoeiros diminuem sensìvelmente.

7 — *Distribuição Regional dos Climas*

De acôrdo com o aspecto, a situação geográfica do Rio-de-Janeiro, e as cartas médias já descritas, pode-se delimitar algumas regiões em que, numa área relativamente pequena como a de que tratamos, o clima é acentuadamente distinto.

Na verdade, os dois fatôres acima indicados, quantidade do calor recebido pelo solo e deslocamento das massas, são acentuados ou diminuídos pelo aspecto fisiográfico das várias regiões. O primeiro é modificado principalmente pela *natureza da superfície*, a radiação se fazendo sentir, como já vimos, mais intensamente no continente, e nesse, em suas zonas mais sêcas. O segundo fator sofre, sobretudo, a ação do *relêvo do solo*, de modo que as perturbações secundárias são mais sensíveis no litoral, dada a presença dos dois maciços principais.

Procuraremos, agora, descrever, de modo breve, o clima das várias regiões em que dividimos o Distrito, tomando como referência os valores médios do Observatório Central.

a) *Zona Sul* — É a faixa mais fresca da cidade, com temperatura média abaixo de 22°7. Deve-se isso, em parte, ao fato de ser esta a zona de maior ventilação. Com efeito, além de a brisa marítima e o terral nela se somarem, respectivamente, com as brisas do vale e da montanha, a região é também a mais atingida pelas penetrações de massas frias do sul.

Tais massas, depois de um longo percurso marítimo, precipitam a sua umidade a barlavento da Tijuca, dando à zona Sul elevados valores de chuva, que crescem de 1200 milímetros no litoral, para 1600 no interior. No verão, entretanto, o efeito orográfico sôbre tais perturbações desaparece, pois as chuvas são preponderantemente de instabilidade local, menos acentuada no litoral.

A proximidade do mar resulta em baixa amplitude diurna, variando entre 5° no litoral e 8° no interior. Devido, ainda, a êsse fato e às fortes precipitações, a umidade média se eleva acima de 78%.

Sendo os nevoeiros, em geral, de irradiação noturna, sua freqüência é pequena devido à presença do oceano.

b) *Zona Norte* — É mais quente que a anterior, com média anual acima de 22°7. A brisa marítima, enfraquecida pelo maciço, é em parte substituída pelas calmarias. Os ventos têm, geralmente a direção SE, penetrando pela barra, e são muitas vêzes descendentes após terem galgado as montanhas, tudo contribuindo para mais elevar a temperatura.

Como zona mais continental a sua amplitude térmica é maior, variando entre 6° no litoral da baía de Guanabara e 10° no interior.

O efeito orográfico é, em relação às perturbações de sul, inverso do da região anterior, de modo que as precipitações são inferiores a 1400 milímetros, constituindo a faixa sêca do Distrito. Na primavera, quando são mais fortes as perturbações, a zona Sul recebe em alguns postos precipitação dupla da caída na Norte. Já as perturbações locais, vindas, em geral de NW, são agravadas pelo maciço, sendo freqüentes e fortes as trovoadas.

A umidade relativa, dependendo em grande parte da precipitação, é também a menor do Distrito, com média inferior a 78%. Deve-se isso, não só ao fato de estar a região mais protegida da brisa marítima, como ainda se encontrar quase tôda edificada.

É grande a freqüência dos nevoeiros, acumulados pelo terral noturno imediatamente a norte do maciço da Tijuca.

c) *Baixada de Guanabara* — Na sua parte sul, a temperatura se mantém abaixo de 22°7, para na zona Norte se elevar acima dêsse valor. É essa última a região mais quente da capital.

A brisa marítima e as massas polares vêm atingi-la penetrando pela garganta entre os dois maciços, com a direção predominante de SW, e refrescando a sua faixa de sul. O lado de norte, pelo contrário, é uma zona de convergência de ventos, calmarias e elevada temperatura.

A continentalidade é a maior possível, a amplitude diurna variando de 8° no litoral a mais de 11° no interior.

A alta temperatura, a convergência e as calmarias, dão à atmosfera dessa região de umidade elevada, uma grande instabilidade térmica, sobretudo no verão e durante o dia, formando-se à tarde, grandes trovoadas que produzem altas precipitações. No inverno, pelo contrário, a estabilidade é notável, aí se verificando as menores chuvas; no outono e na primavera a orografia impede uma forte ação das perturbações secundárias. Dêsse modo, a precipitação se concentra sobretudo no verão, em oposição à distribuição homogênea da zona Sul.

A umidade relativa se eleva acima de 78%, chegando mesmo na parte norte além de 86%, o que torna a zona mais úmida do Rio. O fato é devido, principalmente, à proximidade das regiões pantanosas da Baixada Fluminense.

A grande umidade e a forte irradiação noturna no inverno dão à região grande freqüência de nevoeiros.

d) *Baixada de Sepetiba* — Com o pequeno número de elementos de que dispomos, concluímos que a temperatura média abaixo de 22°7 no litoral, passa a valores superiores no continente, enquanto a amplitude varia de 9° próximo do oceano, a mais de 10° no interior.

A brisa marítima e o terral varrem livremente a parte litorânea da baixada, localizando-se as calmarias mais ao norte, a isso se devendo a distribuição térmica observada. Os ventos predominantes, acompanhando o ascendente da temperatura, sofrem uma rotação durante o ano, passando de SE na primavera e no verão, a SW no outono, e a N no inverno.

As chuvas apresentam uma distribuição homogênea em tôda a baixada, com valores vizinhos de 1 400 milímetros anuais. Há uma tendência, sobretudo no interior, de se concentrarem as precipitações no verão, oriundas então de perturbações locais.

A umidade relativa se eleva acima de 78% no litoral, descendo para o interior, sendo a sua distribuição tão homogênea como a da chuva.

É grande a freqüência de nevoeiro, sobretudo no continente pela irradiação noturna.

e) *Baixada de Jacarepaguá* — Uma vez que não dispomos quase de dados, só nos é possível fazer conjecturas. A parte a sul dos maciços tem, provàvelmente, um clima semelhante ao da zona Sul. A região litorânea deve ser fresca, devido à brisa, e úmida, pois além da proximidade do mar, é pantanosa; a parte central entre as montanhas deve, pelo contrário, ser mais quente e mais sêca.

O clima da pequena faixa a nordeste da Pedra Branca, deve ser semelhante ao da zona Norte.

f) *Maciços* — Não dispomos de observações nos seus cumes, mas podemos afirmar que as vertentes participam do clima das baixadas para as quais se inclinam.

A comparação entre as temperaturas das estações de Corcovado, a 704 metros, e Jardim Botânico, ao nível do mar, permite estabelecer uma variação de 1° por 159 metros de altitude, de modo que quando nos elevamos sôbre as vertentes a temperatura diminui nessa proporção.

O efeito orográfico modifica um pouco o aspecto geral. Realmente, as vertentes marítimas são mais frescas e úmidas, por mais atacadas pela brisa e massas frias de sul, que precipitam o seu vapor na ascensão de barlavento. O ar descendo a sotavento seca e se aquece progressivamente, de modo que as vertentes opostas ao mar são menos úmidas e mais quentes.

g) *Ilhas* — A do Governador, a não ser na região oeste em que participa do clima do litoral da baixada de Guanabara, tem uma temperatura inferior a 22°7, pois é fortemente varrida pela brisa de SE que penetra pela barra.

Na de Paquetá, que aquela corrente não atinge tão fàcilmente, devido ao relêvo de Niterói, a temperatura média é superior àquele valor. Pelas mesmas razões, a amplitude sobe de 8°, a oeste de Governador, para 9° em Paquetá.

As chuvas oriundas de perturbações secundárias são reduzidas pelo efeito orográfico dos maciços do Distrito e de Niterói, não ocorrendo muito freqüentes trovoadas, de modo que as precipitações são inferiores a 1 200 milímetros.

A umidade relativa, devido à proximidade do mar, se eleva acima de 78%.

8 — *Radiação Solar e Campo Elétrico*

Os gráficos respectivos foram construídos com as médias mensais dos valores da radiação total diária e do potencial elétrico, extraídas dos registros contínuos dêsses elementos obtidos pelo meteorologista Durval Calheiros Gomes, no Observatório Central.

Em vista da dificuldade de cálculo dos valores absolutos do potencial, as curvas dão apenas a variação relativa dêsse elemento durante o ano.

Nota-se um máximo bem caracterizado no inverno, devendo isso se atribuir à relação direta que o potencial positivo mantém com a pressão, e a inversa com a temperatura e a umidade. Aliás, como é sabido, a limpeza do céu e os nevoeiros favorecem o aumento do potencial.

Com a subida da temperatura, umidade, nebulosidade e chuva, e a queda da pressão na primavera, aquêle decresce, atingindo o mínimo entre setembro e outubro.

Atribui-se à poluição da atmosfera o efeito de aumentar o potencial, fato êsse que as curvas não confirmam, uma vez que os meses de agôsto, setembro e outubro, foram, nos anos considerados, os de maior número de dias de névoa sêca. A elevação dos meses de verão pode-se atribuir sobretudo ao decréscimo da nebulosidade e da umidade relativa, embora o aumento da temperatura e da precipitação e a diminuição de pressão, contrariem aquela tendência.

Um raciocínio inverso do anterior explicará a queda encontrada no outono.

Há, dêsse modo, um aumento do potencial elétrico nos solstícios, e uma diminuição nos equinócios.

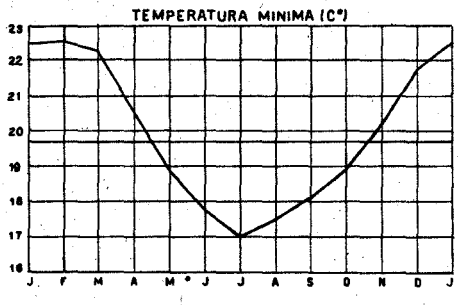
A intensidade da radiação, dependendo em primeiro lugar da declinação do Sol, é máxima na vizinhança do solstício do verão, e mínima na do de inverno. A menor transparência da atmosfera se fazendo sentir a partir de agôsto, com o aparecimento da névoa sêca e o grande aumento da nebulosidade, obriga a radiação a se manter baixa na primavera, apesar do rápido aumento da declinação, não sendo assim as curvas simétricas em relação ao solstício de junho. Já vimos a influência que tem êsse fato sôbre as temperaturas médias e máximas.

Um notável efeito da diminuição da transparência se verifica também no ano de 1937, em que a nebulosidade se manteve acima da normal na primavera e no verão, resultando em baixa radiação.

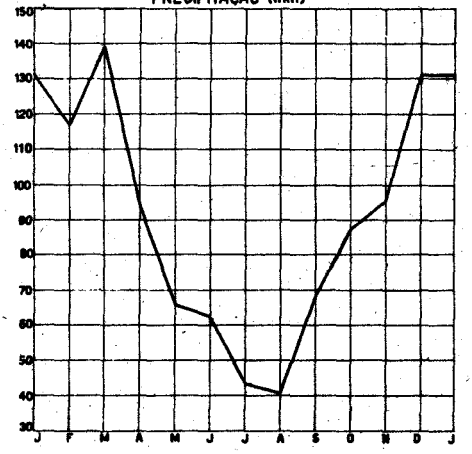
Em conclusão, a acidentada topografia do Rio-de-Janeiro lhe assegura uma diversidade de chuvas de rara ocorrência no mundo.

Se precisar de alguma informação sôbre a geografia do Brasil, dirija-se ao Conselho Nacional de Geografia, que o atenderá pronta e satisfatòriamente.

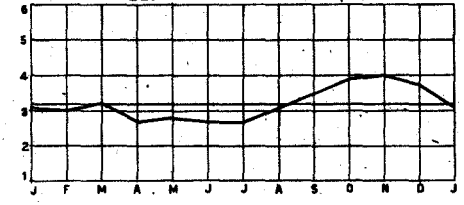
TEMPERATURA MINIMA (C°)



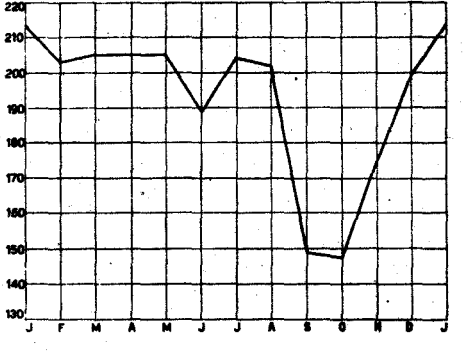
PRECIPITAÇÃO (mm)



VELOCIDADE DO VENTO (m.p.s.)

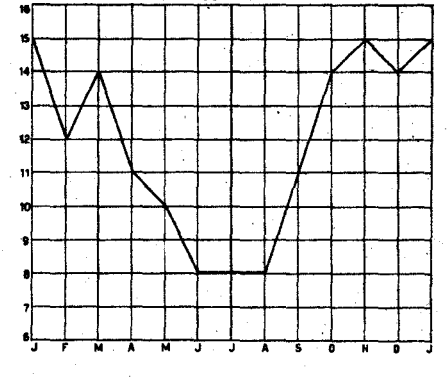


HORAS DE INSOLAÇÃO

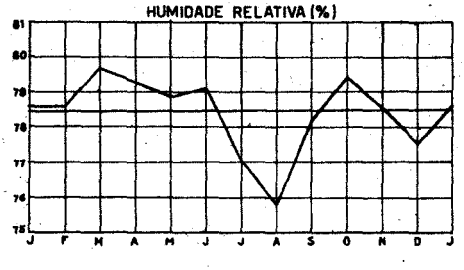


NEBULOSIDADE (n/10)

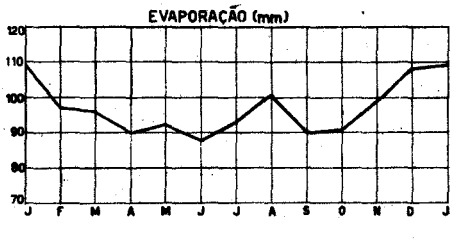
DIAS DE CHUVA



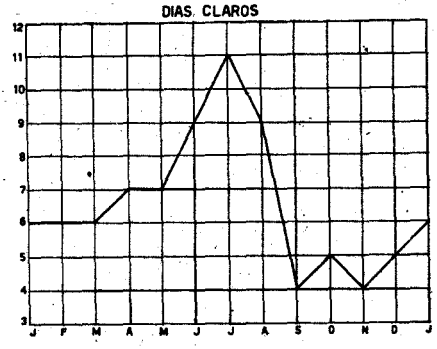
HUMIDADE RELATIVA (%)



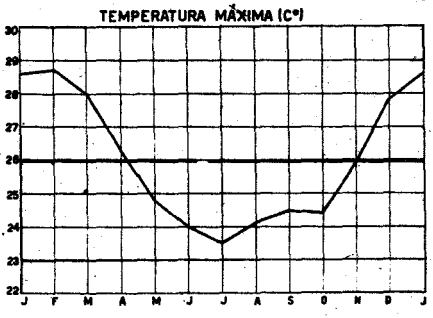
EVAPORAÇÃO (mm)



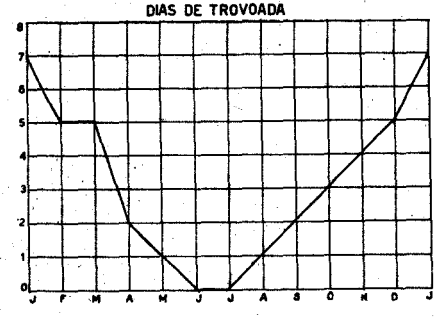
DIAS CLAROS



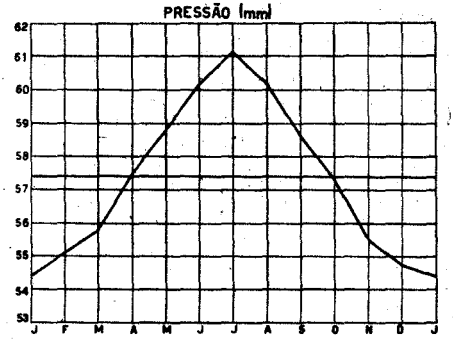
TEMPERATURA MÁXIMA (C°)



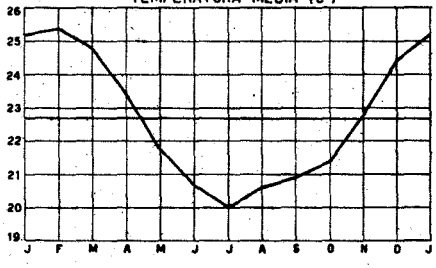
DIAS DE TROVOADA



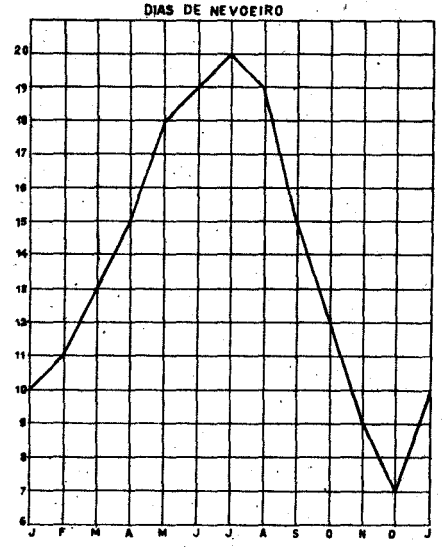
PRESSÃO (mm)



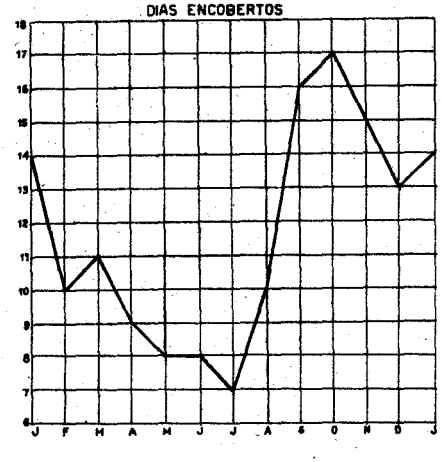
TEMPERATURA MÉDIA (C°)



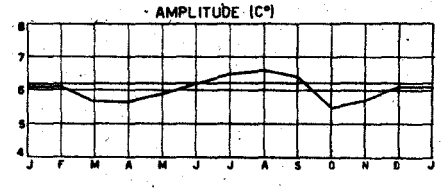
DIAS DE NEVOEIRO

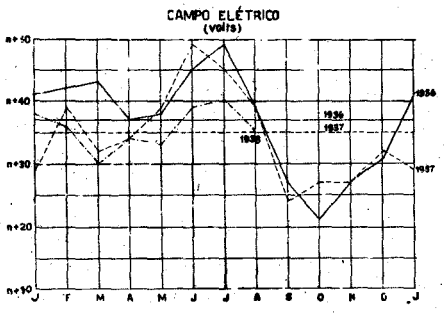


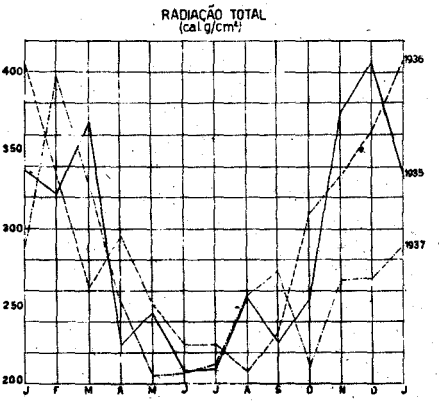
DIAS ENCOBERTOS

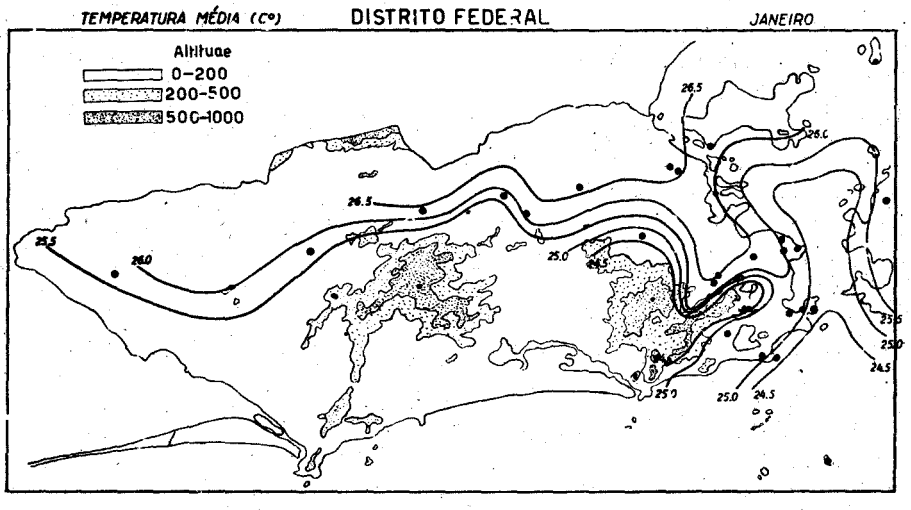


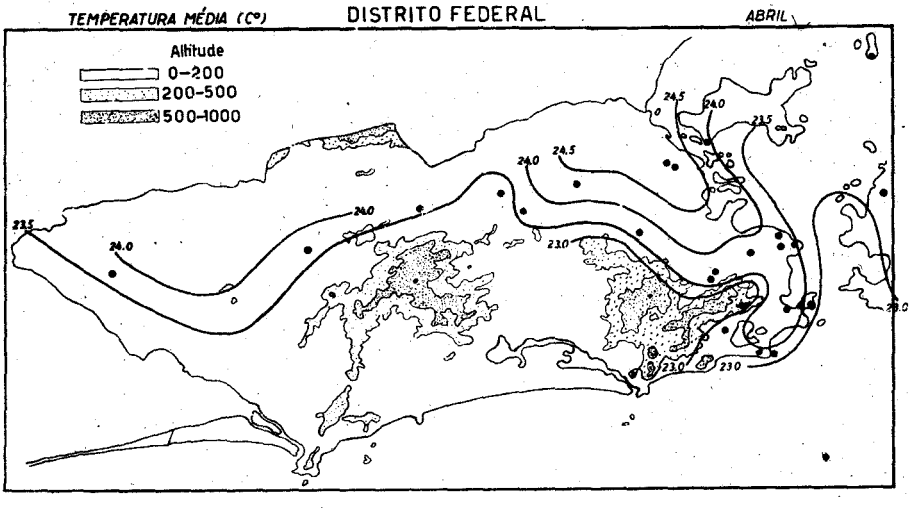
AMPLITUDE (C°)

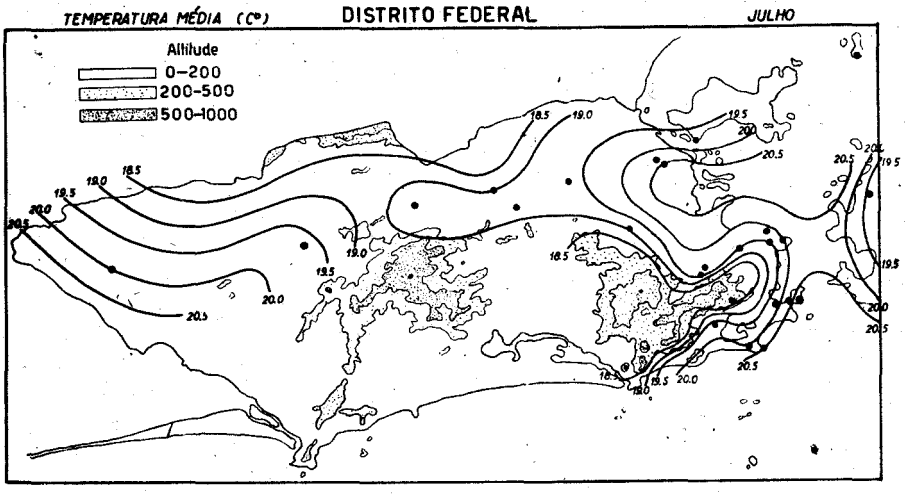


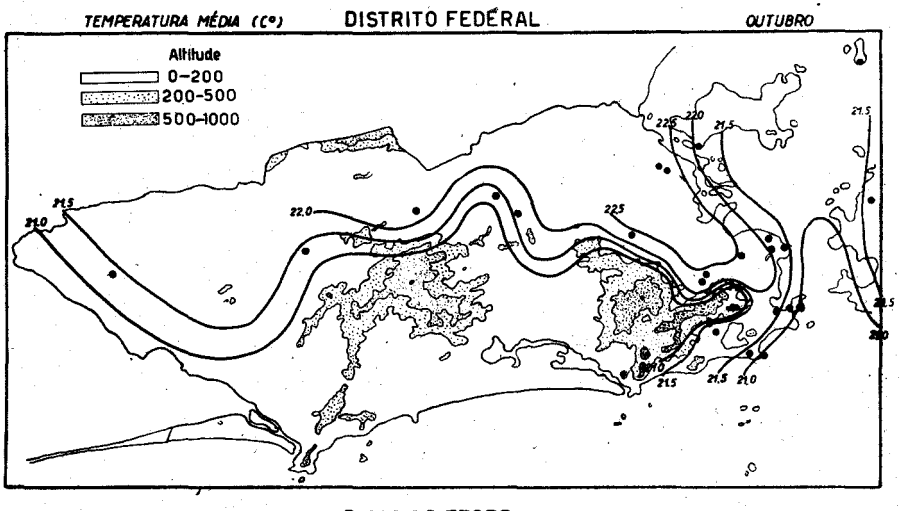

CAMPO ELÉTRICO
(volts)
n+50
n+40
n+30
n+20
n+10
J F M A M J J A S O N D J
1936
1937
1935
1936
1937

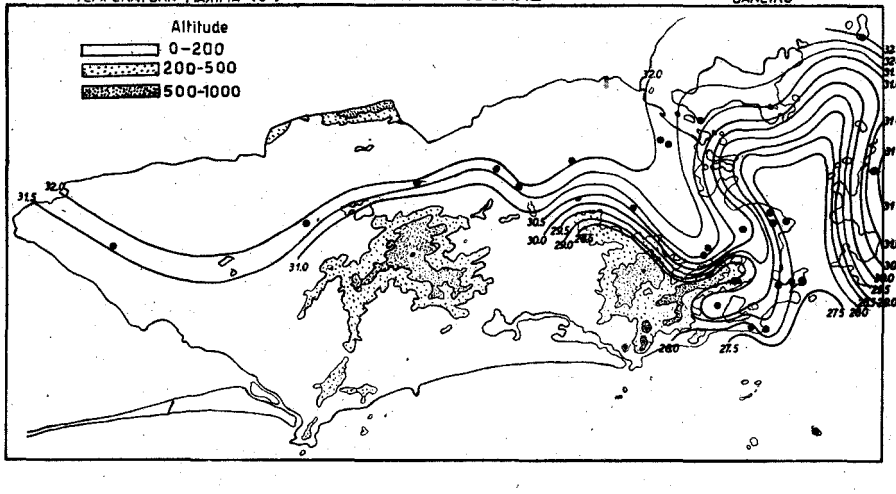

RADIAÇÃO TOTAL
(cal g/cm²)
400
350
300
250
200
J F M A M J J A S O N D J
1936
1935
1937

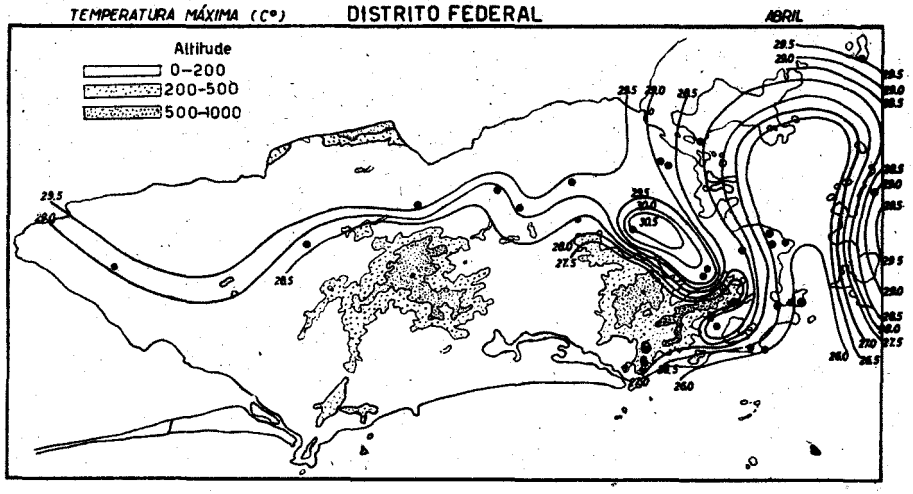

TEMPERATURA MÉDIA (C°)
DISTRITO FEDERAL
JANEIRO
Altitude
0-200
200-500
500-1000
26.5
26.0
25.5
25.0
24.5

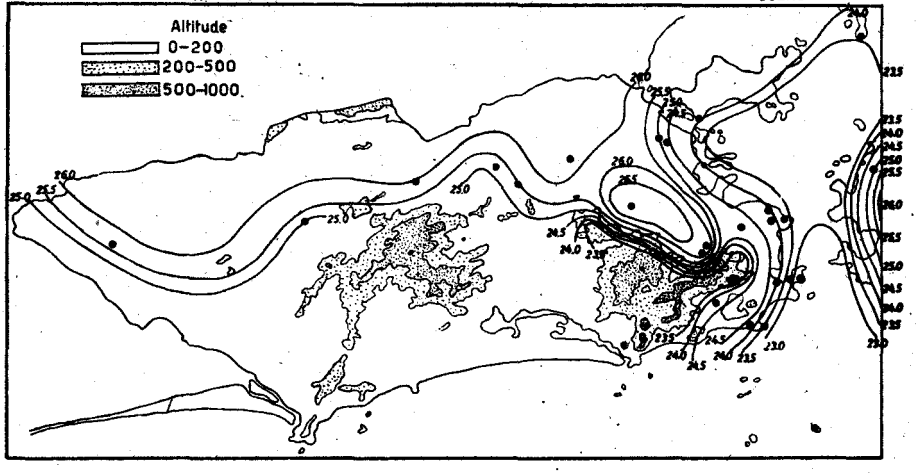

TEMPERATURA MÉDIA (C°)
DISTRITO FEDERAL
ABRIL
Altitude
0-200
200-500
500-1000
24.5
24.0
23.5
23.0

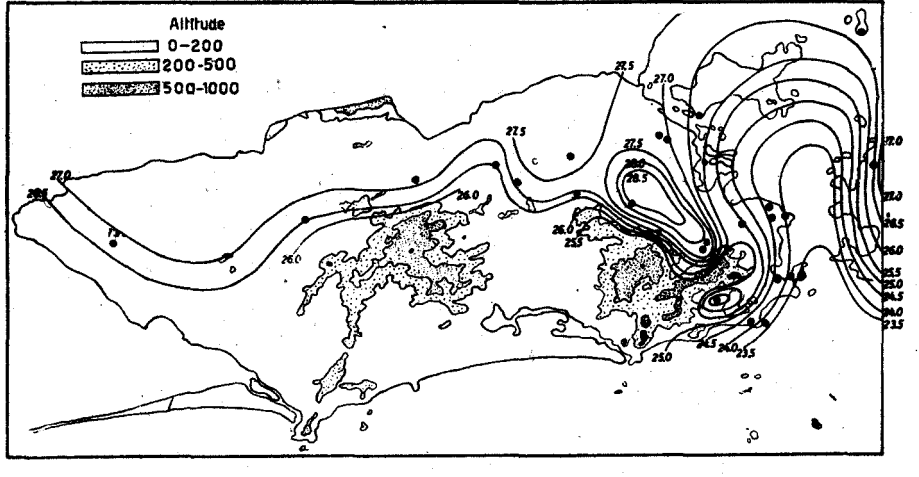

TEMPERATURA MÉDIA (C°)
DISTRITO FEDERAL
JULHO
Altitude
0-200
200-500
500-1000


TEMPERATURA MÉDIA (C°)
DISTRITO FEDERAL
OUTUBRO
Altitude
0-200
200-500
500-1000

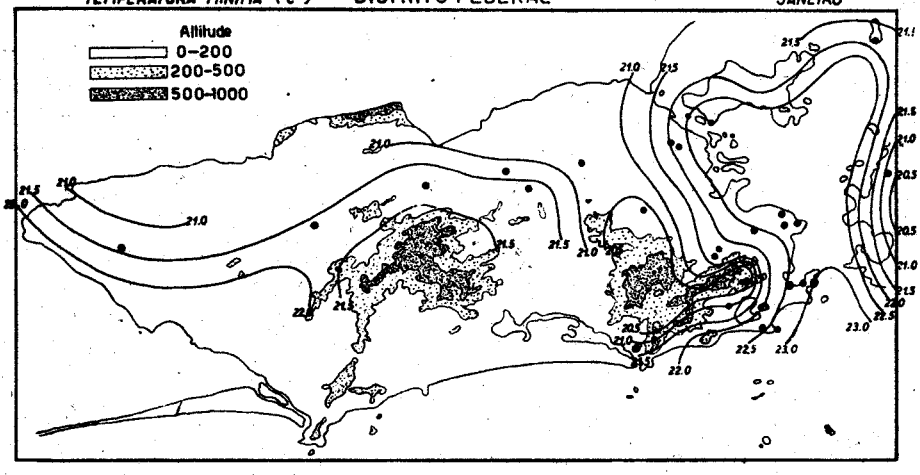

TEMPERATURA MÁXIMA (C°)
DISTRITO FEDERAL
JANEIRO
Altitude
0-200
200-500
500-1000


TEMPERATURA MÁXIMA (C°)
DISTRITO FEDERAL
ABRIL
Altitude
0-200
200-500
500-1000

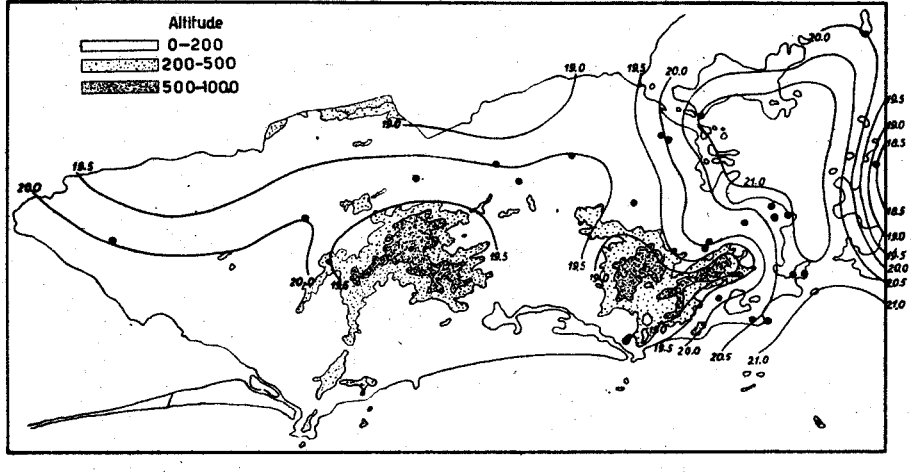

TEMPERATURA MÁXIMA (C°)
DISTRITO FEDERAL
JULHO
Altitude
0-200
200-500
500-1000


TEMPERATURA MÁXIMA (C°)
DISTRITO FEDERAL
OUTUBRO
Altitude
0-200
200-500
500-1000

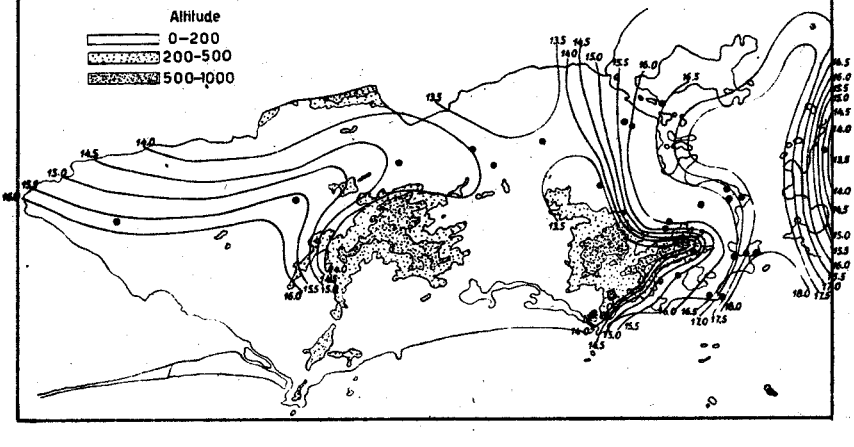
TEMPERATURA MÍNIMA (C°) DISTRITO FEDERAL JANEIRO

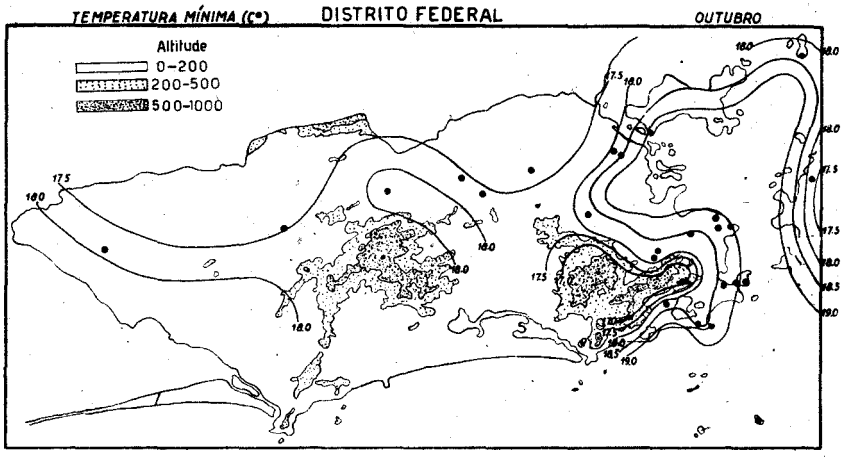


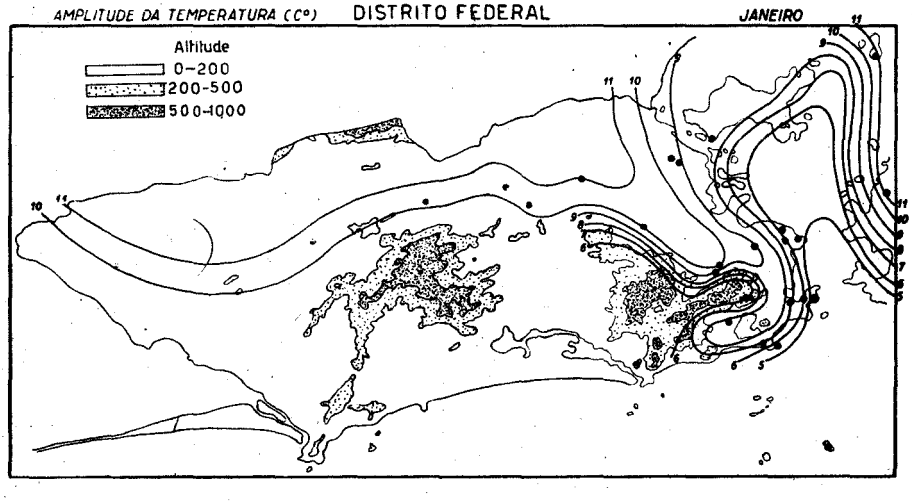
TEMPERATURA MÍNIMA (C°) DISTRITO FEDERAL ABRIL

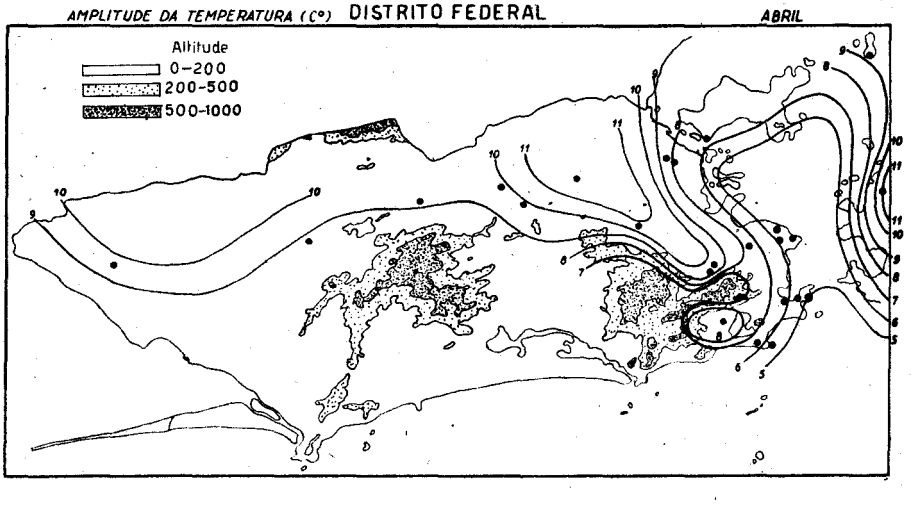


TEMPERATURA MÍNIMA (C°) DISTRITO FEDERAL JULHO

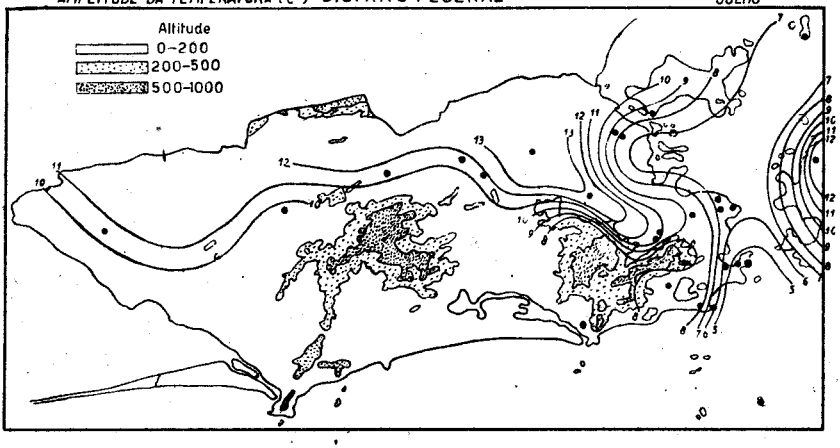



TEMPERATURA MÍNIMA (C°)
DISTRITO FEDERAL
OUTUBRO
Altitude
0-200
200-500
500-1000

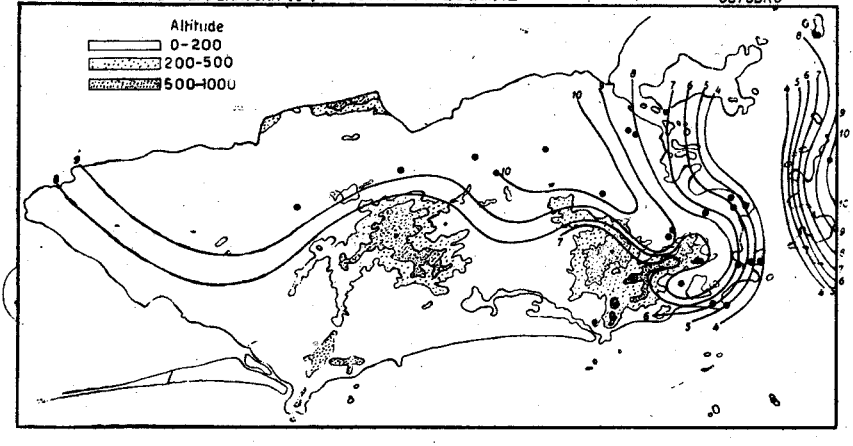

AMPLITUDE DA TEMPERATURA (C°)
DISTRITO FEDERAL
JANEIRO
Altitude
0-200
200-500
500-1000


AMPLITUDE DA TEMPERATURA (C°)
DISTRITO FEDERAL
ABRIL
Altitude
0-200
200-500
500-1000

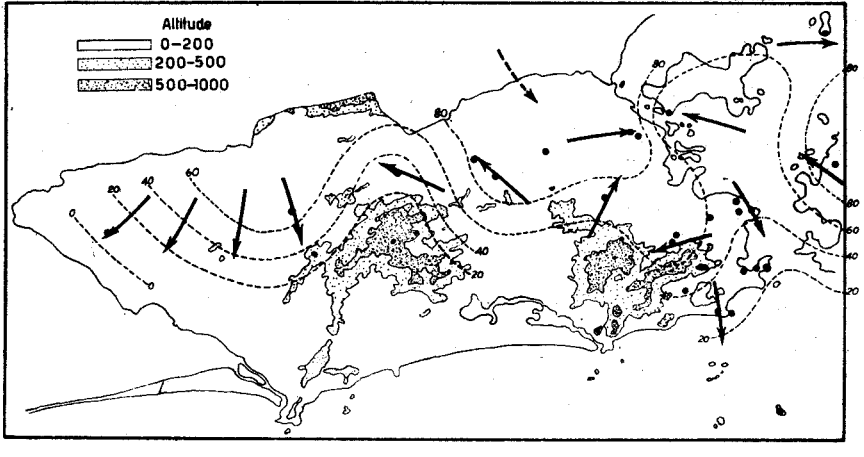
AMPLITUDE DA TEMPERATURA (C°) DISTRITO FEDERAL JULHO

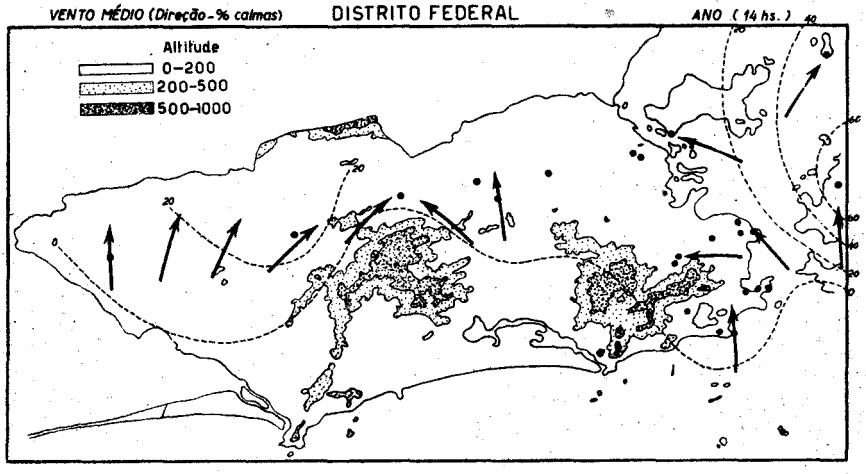


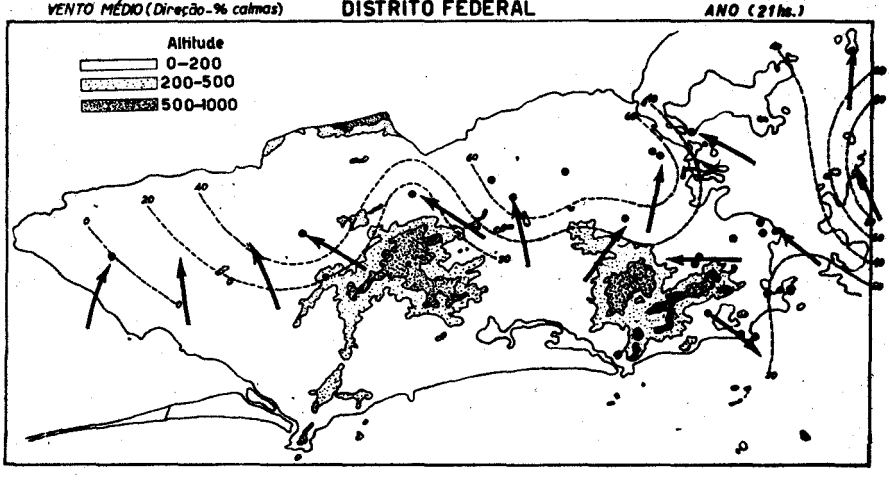
AMPLITUDE DA TEMPERATURA (C°) DISTRITO FEDERAL OUTUBRO

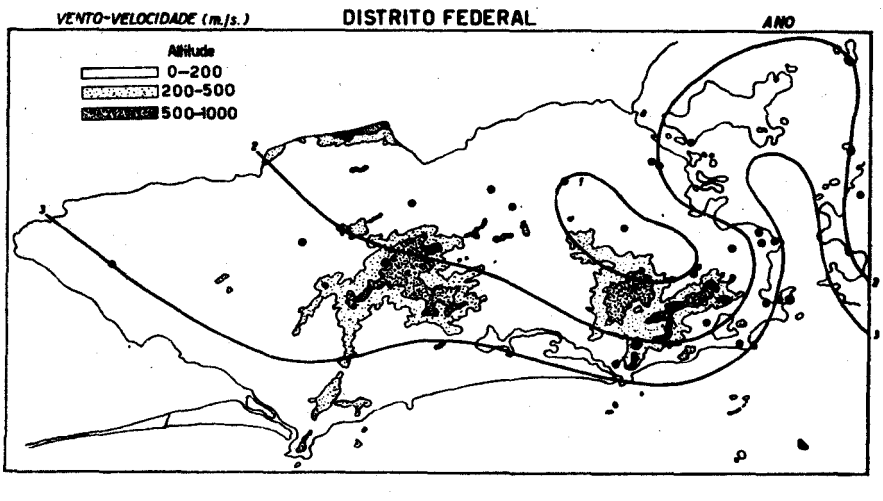


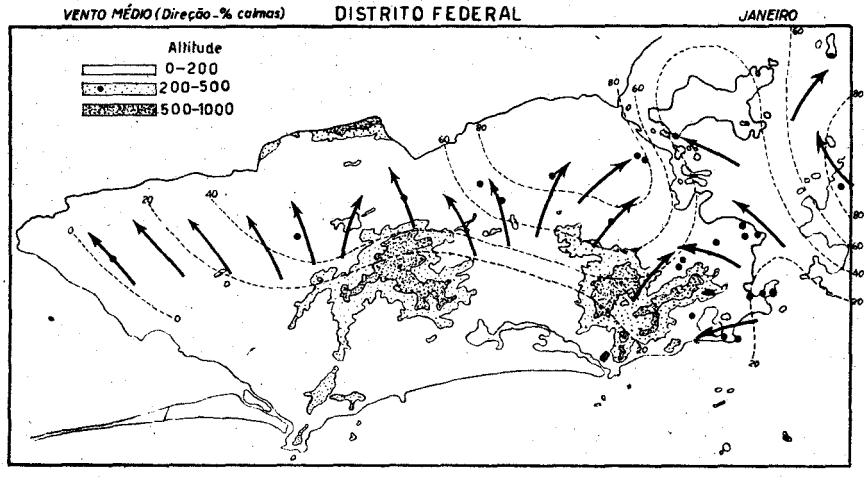
VENTO MÉDIO (Direção-% calmas) DISTRITO FEDERAL ANO (7 hs.)

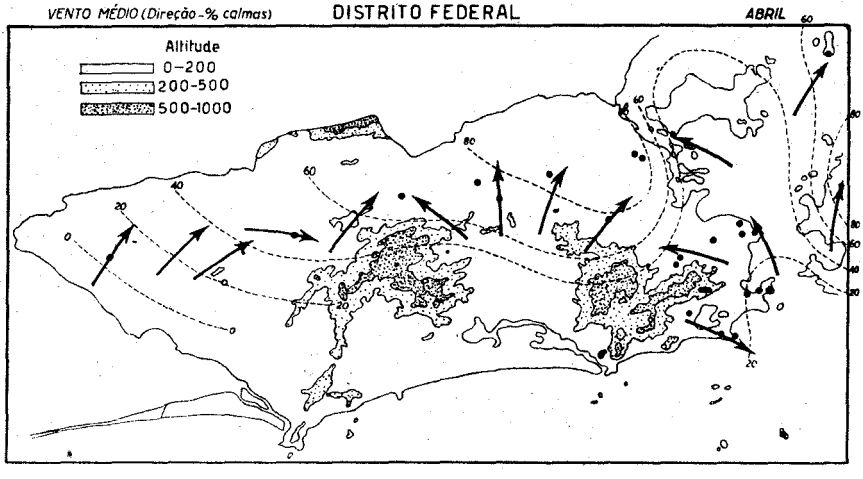


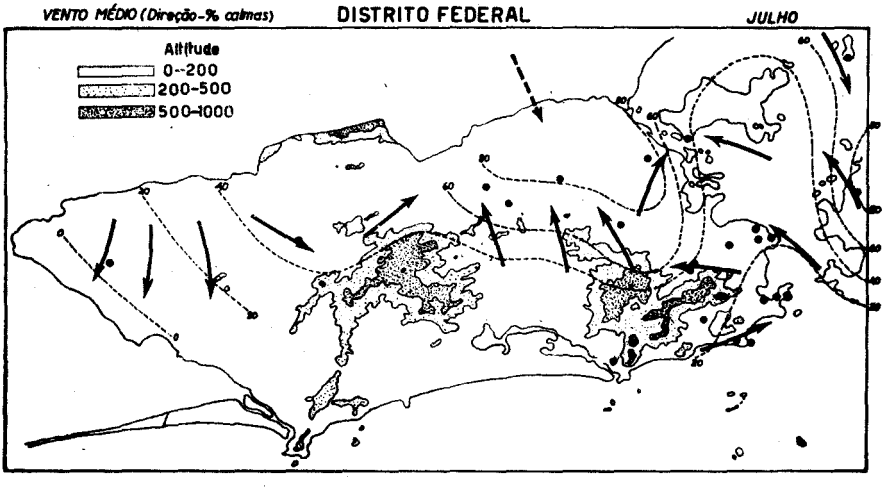

VENTO MÉDIO (Direção - % calmas)
DISTRITO FEDERAL
ANO (14 hs.)
Altitude
0-200
200-500
500-1000

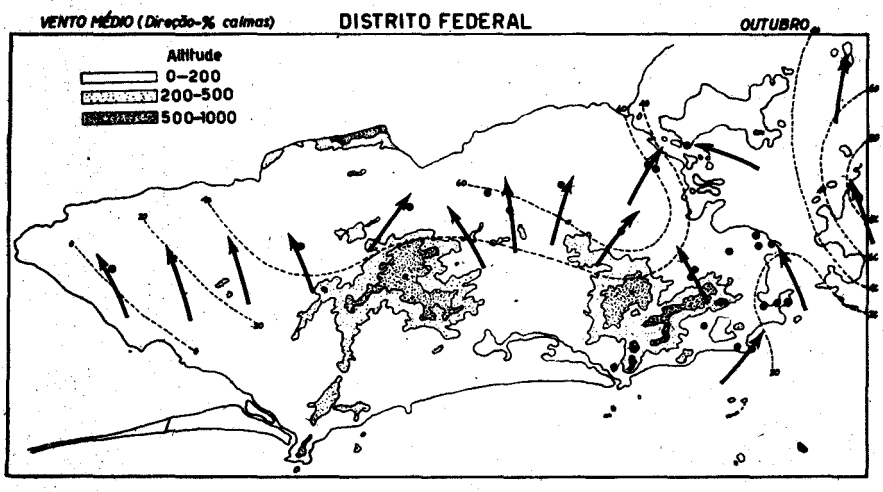

VENTO MÉDIO (Direção - % calmas)
DISTRITÓ FEDERAL
ANO (21hs.)
Altitude
0-200
200-500
500-1000

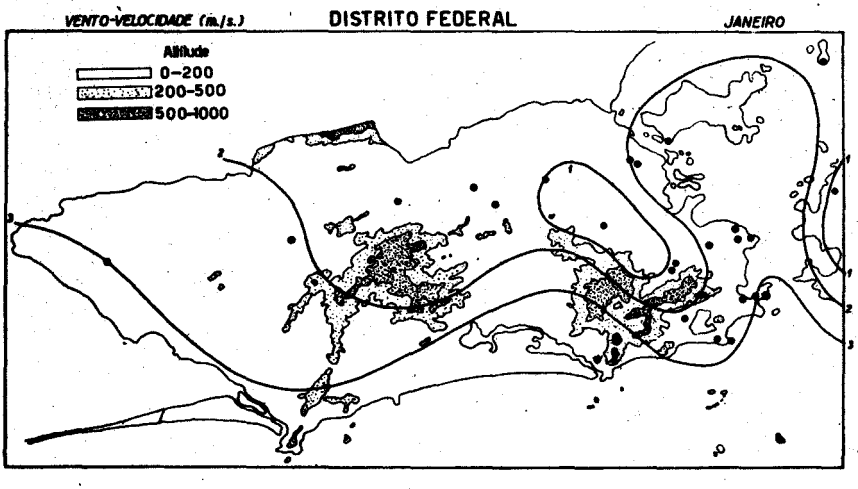

VENTO-VELOCIDADE (m/s.)
DISTRITO FEDERAL
ANO
Altitude
0-200
200-500
500-1000

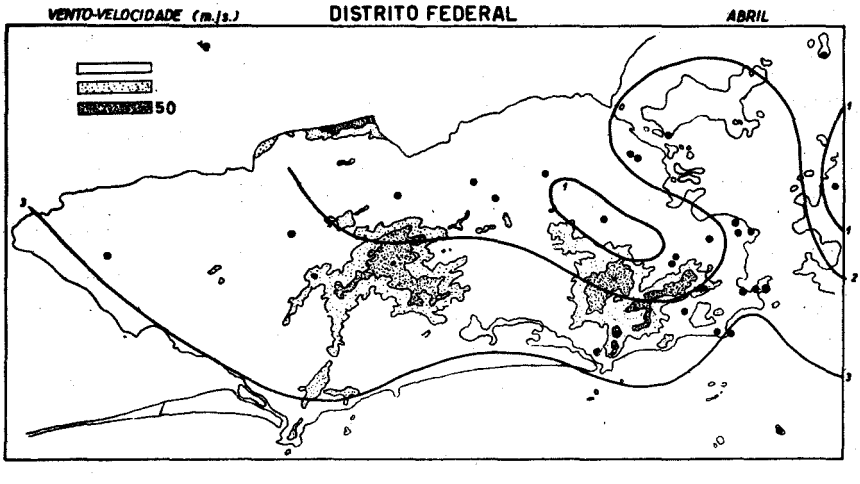

VENTO MÉDIO (Direção - % calmas)
DISTRITO FEDERAL
JANEIRO
Altitude
0-200
200-500
500-1000

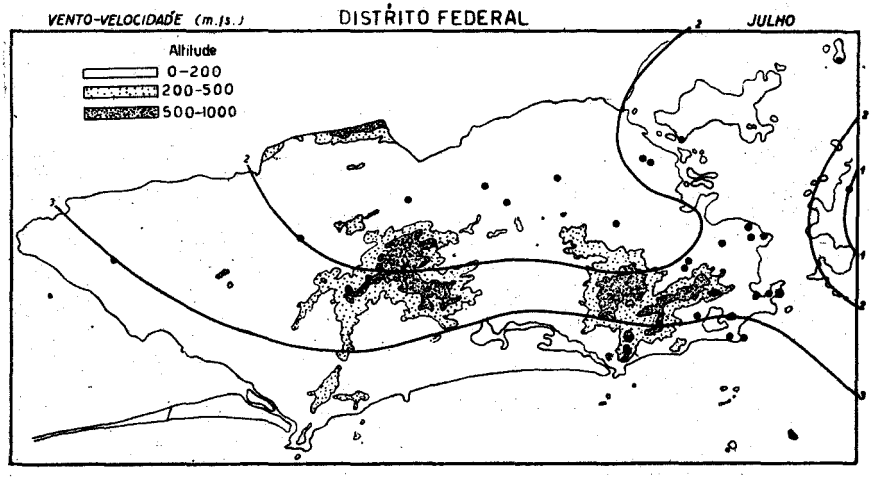

VENTO MÉDIO (Direção - % calmas)
DISTRITO FEDERAL
ABRIL
Altitude
0-200
200-500
500-1000

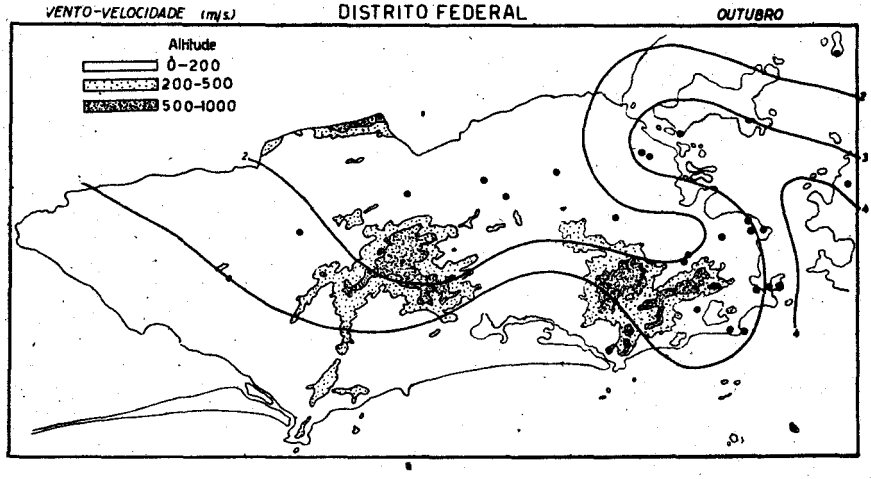

VENTO MÉDIO (Direção - % calmas)
DISTRITO FEDERAL
JULHO
Altitude
0-200
200-500
500-1000

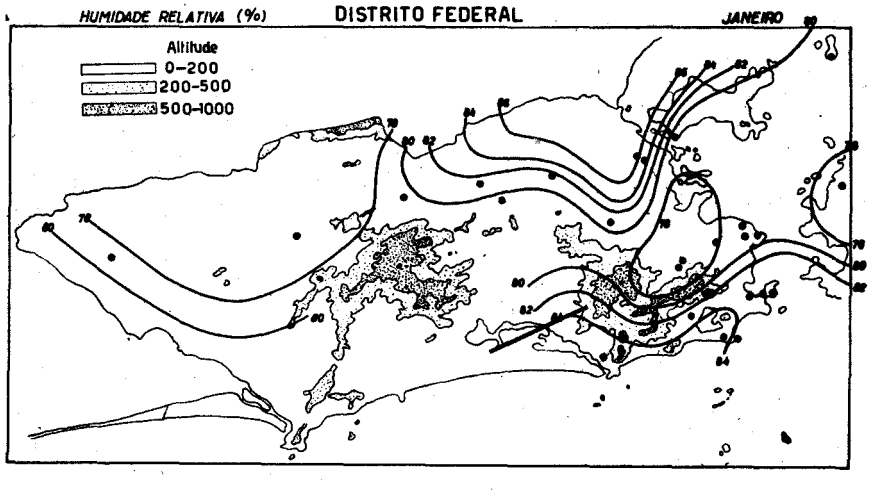

VENTO MÉDIO (Direção-% calmas)
DISTRITO FEDERAL
OUTUBRO
Altitude
0-200
200-500
500-1000

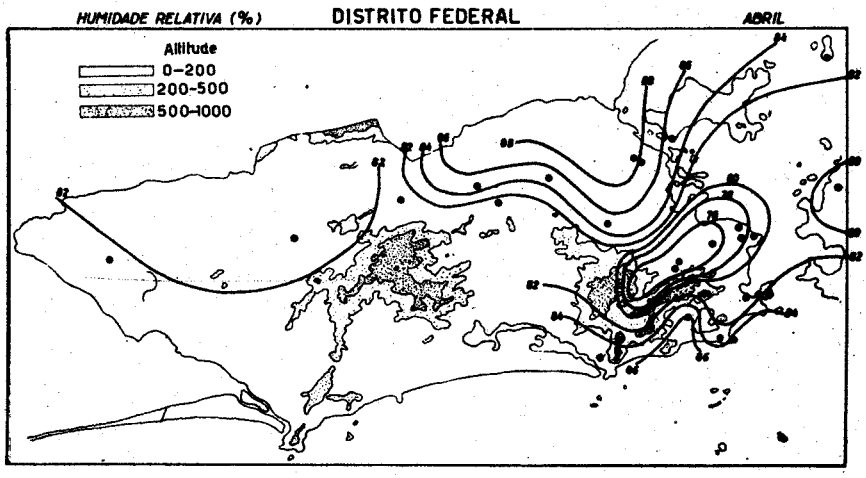

VENTO-VELOCIDADE (m./s.)
DISTRITO FEDERAL
JANEIRO
Altitude
0-200
200-500
500-1000

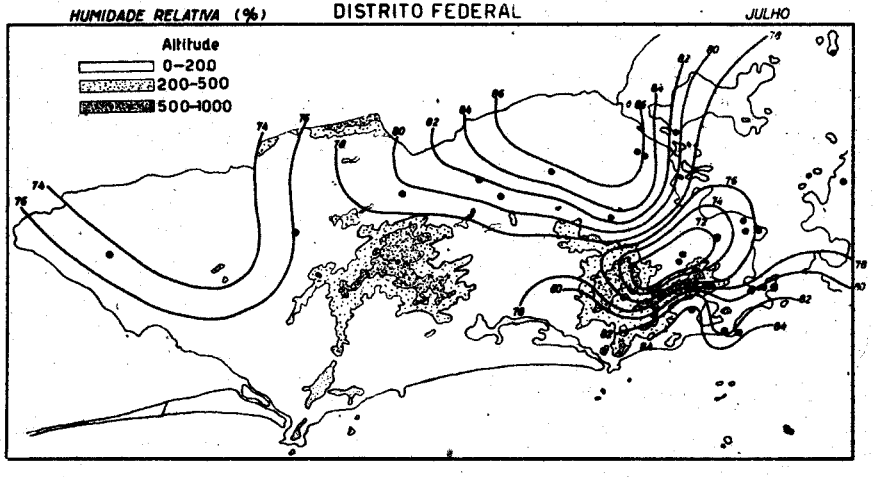

VENTO-VELOCIDADE (m./s.)
DISTRITO FEDERAL
ABRIL
50

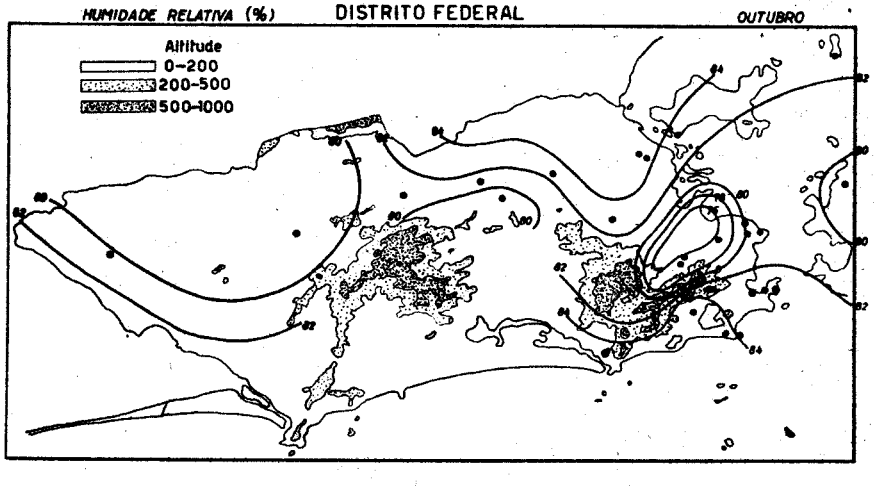

VENTO-VELOCIDADE (m./s.)
DISTRITO FEDERAL
JULHO
Altitude
0-200
200-500
500-1000

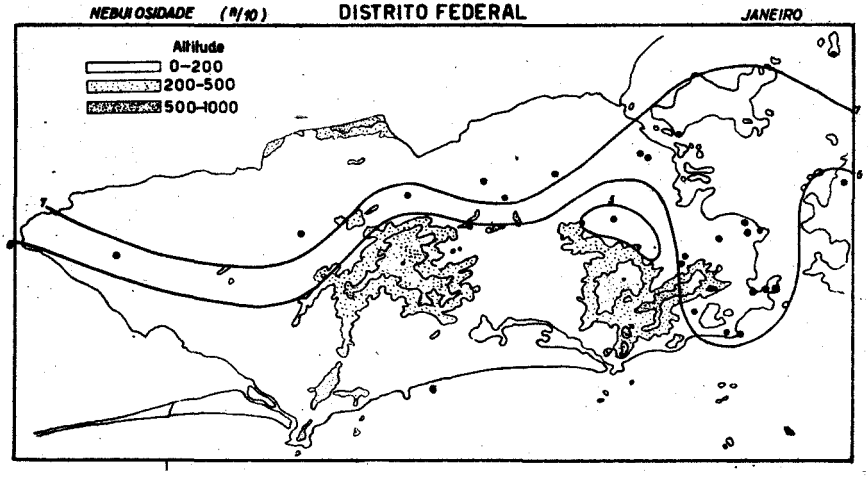

VENTO-VELOCIDADE (m/s.)
DISTRITO FEDERAL
OUTUBRO
Altitude
0-200
200-500
500-1000

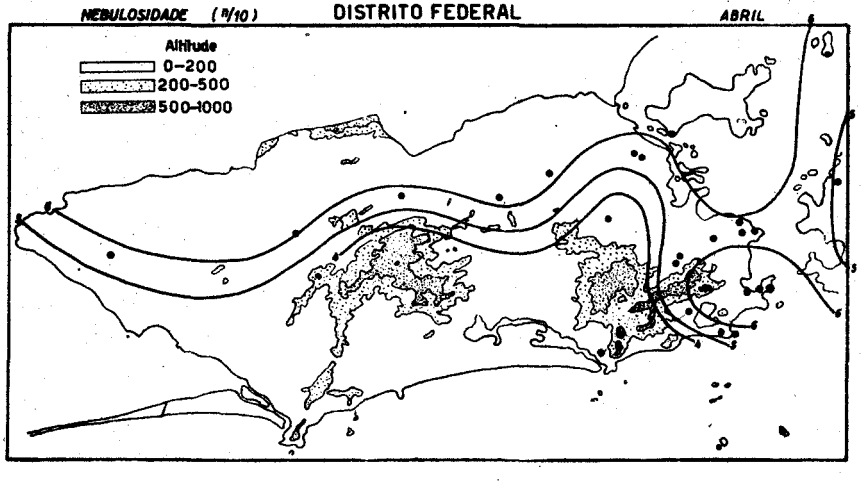

HUMIDADE RELATIVA (%)
DISTRITO FEDERAL
JANEIRO
Altitude
0-200
200-500
500-1000

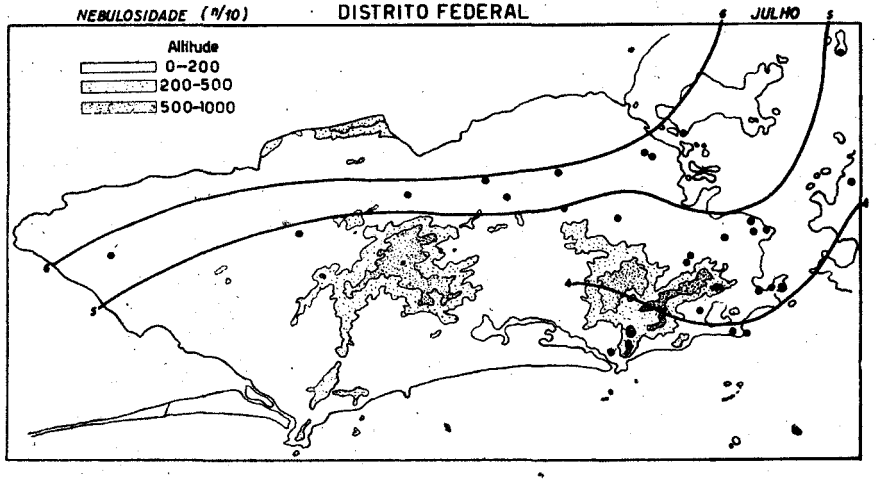

HUMIDADE RELATIVA (%)
DISTRITO FEDERAL
ABRIL
Altitude
0-200
200-500
500-1000

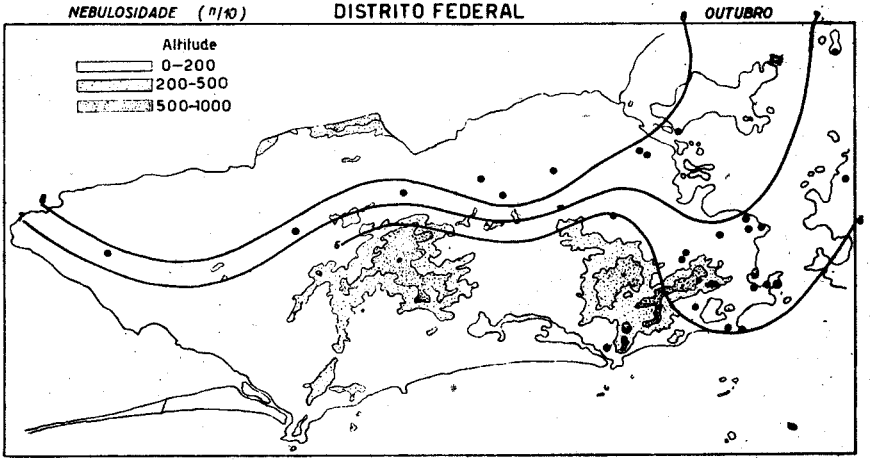

HUMIDADE RELATIVA (%)
DISTRITO FEDERAL
JULHO
Altitude
0-200
200-500
500-1000

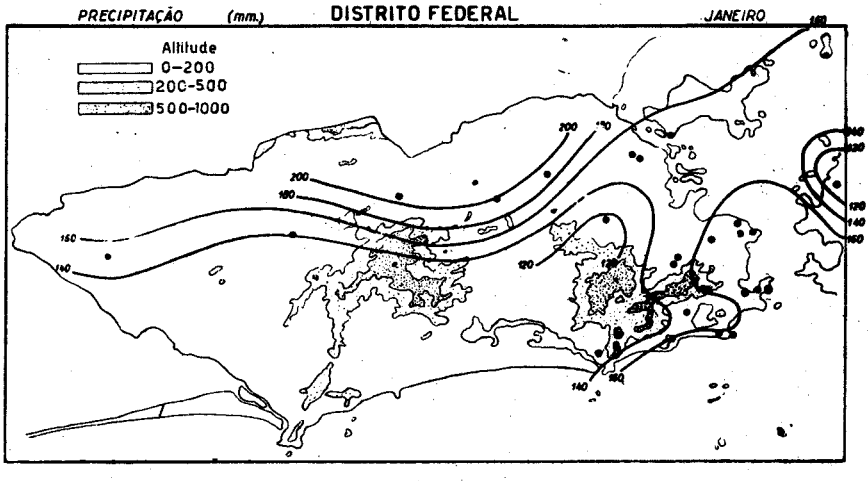

HUMIDADE RELATIVA (%)
DISTRITO FEDERAL
OUTUBRO
Altitude
0-200
200-500
500-1000

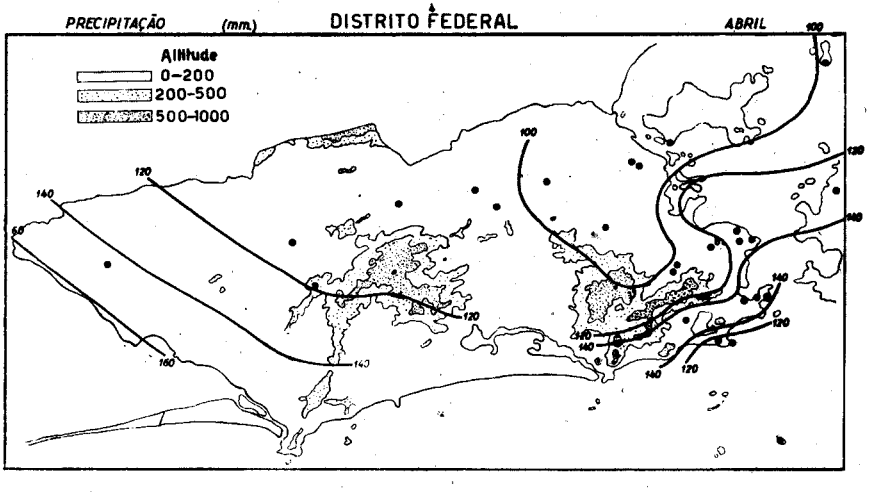

NEBULOSIDADE (n/10)
DISTRITO FEDERAL
JANEIRO
Altitude
0-200
200-500
500-1000

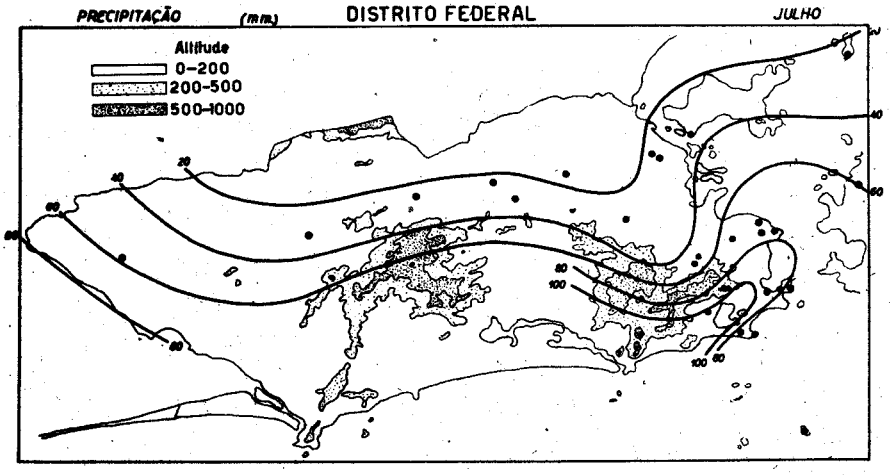

NEBULOSIDADE (n/10)
DISTRITO FEDERAL
ABRIL
Altitude
0-200
200-500
500-1000

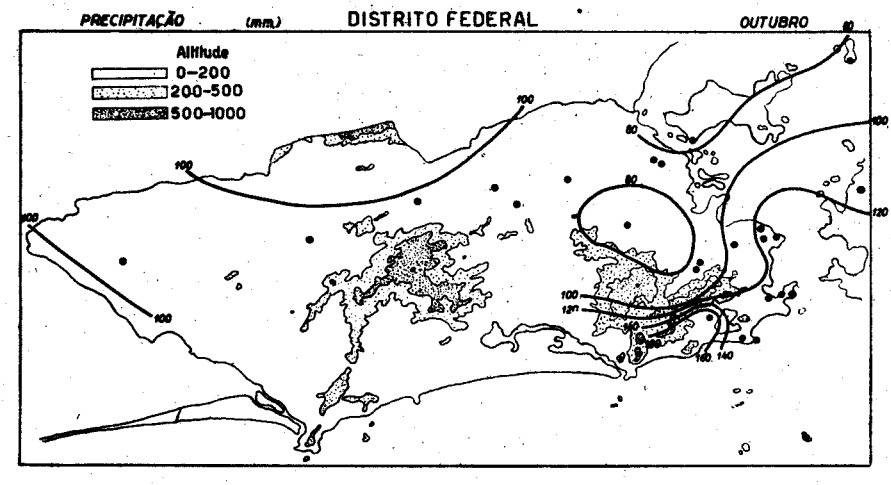

NEBULOSIDADE (n/10)
DISTRITO FEDERAL
JULHO
Altitude
0-200
200-500
500-1000

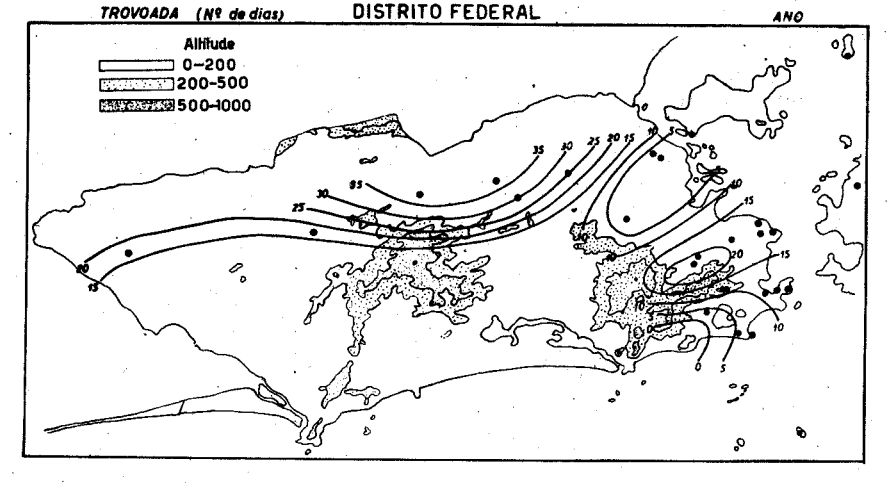

NEBULOSIDADE (n/10)
DISTRITO FEDERAL
OUTUBRO
Altitude
0-200
200-500
500-1000


PRECIPITAÇÃO (mm.)
DISTRITO FEDERAL
JANEIRO
Altitude
0-200
200-500
500-1000
200
180
160
140
120

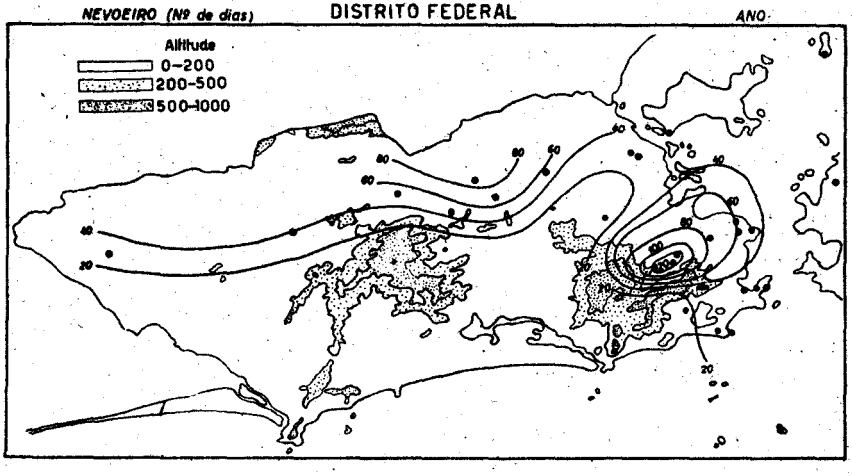

PRECIPITAÇÃO (mm.)
DISTRITO FEDERAL
ABRIL
Altitude
0-200
200-500
500-1000
100
120
140
160


PRECIPITAÇÃO (mm) DISTRITO FEDERAL JULHO
Altitude
0-200
200-500
500-1000

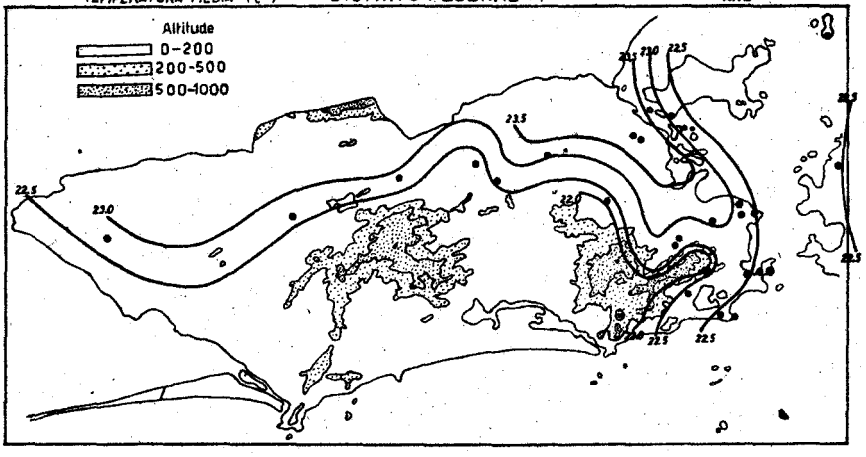

PRECIPITAÇÃO (mm) DISTRITO FEDERAL OUTUBRO
Altitude
0-200
200-500
500-1000


TROVOADA (Nº de dias) DISTRITO FEDERAL ANO
Altitude
0-200
200-500
500-1000

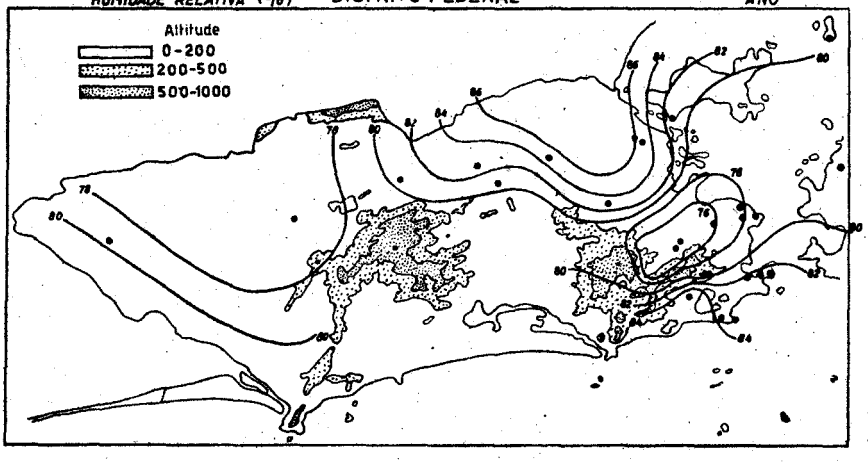
NEVOEIRO (Nº de dias) DISTRITO FEDERAL ANO



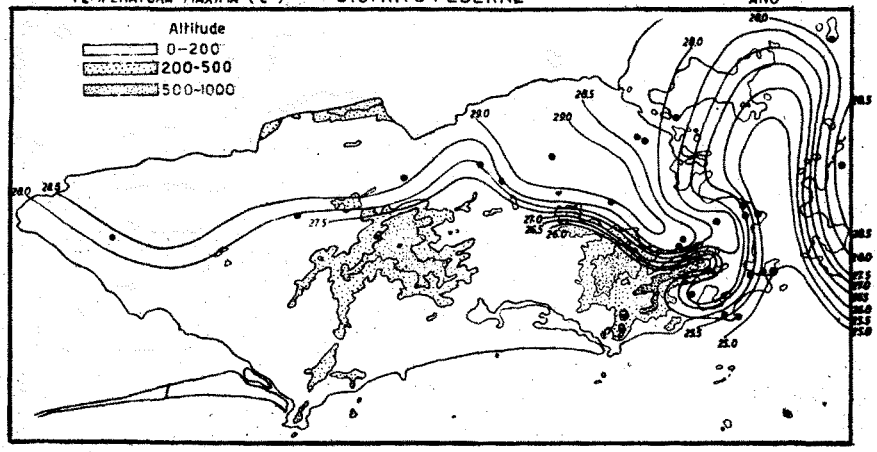
TEMPERATURA MÉDIA (C°) DISTRITO FEDERAL ANO



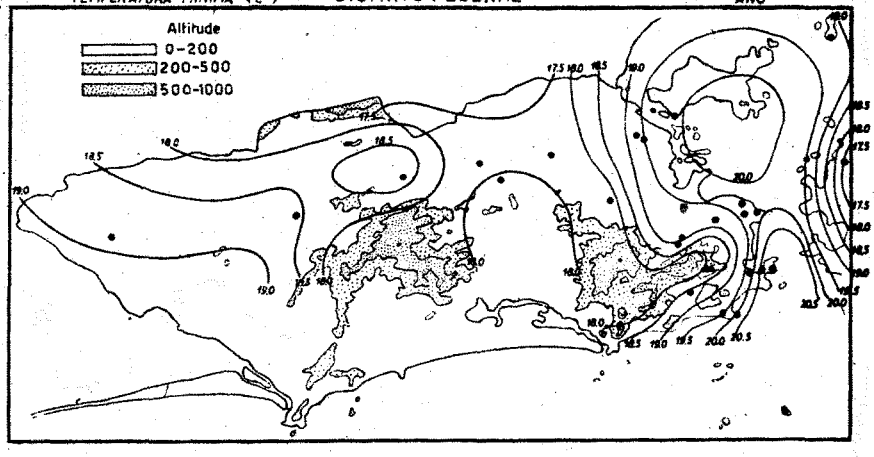
HUMIDADE RELATIVA (%) DISTRITO FEDERAL ANO



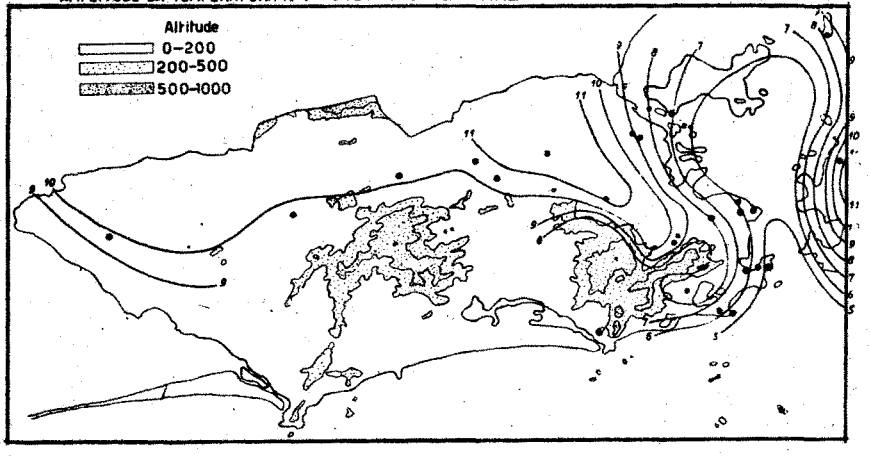
TEMPERATURA MÁXIMA (C°) DISTRITO FEDERAL ANO



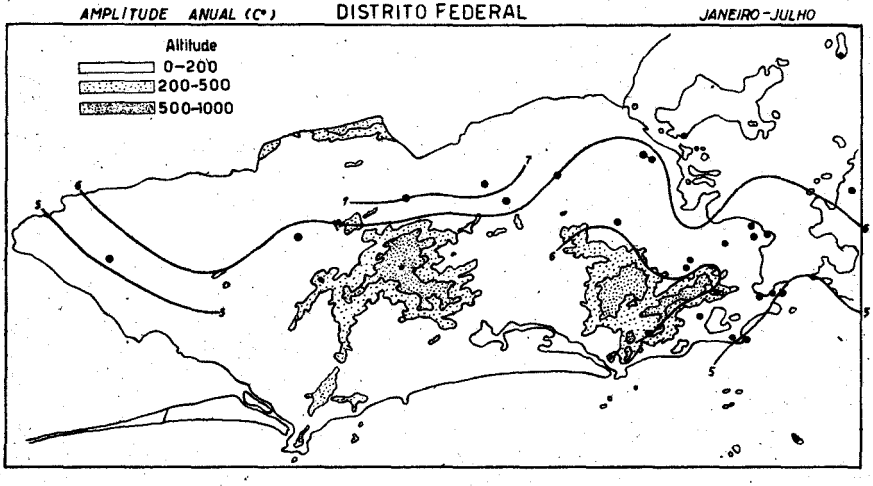
TEMPERATURA MÍNIMA (C°) DISTRITO FEDERAL ANO



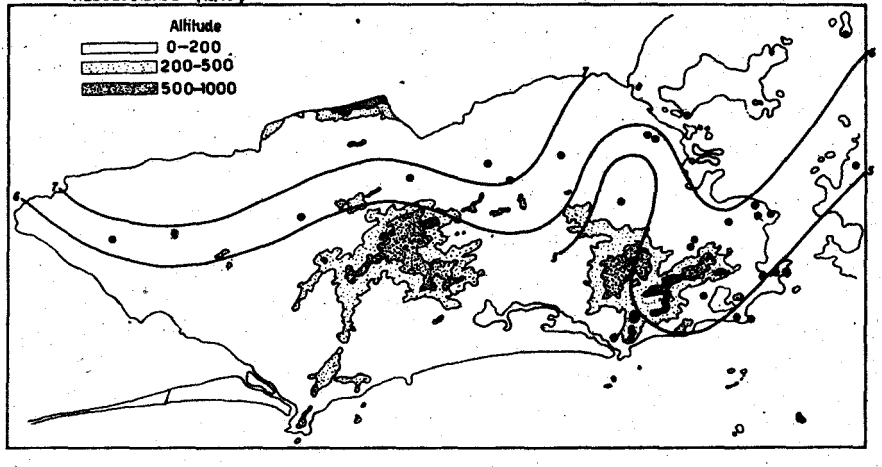
AMPLITUDE DA TEMPERATURA (C°) DISTRITO FEDERAL ANO



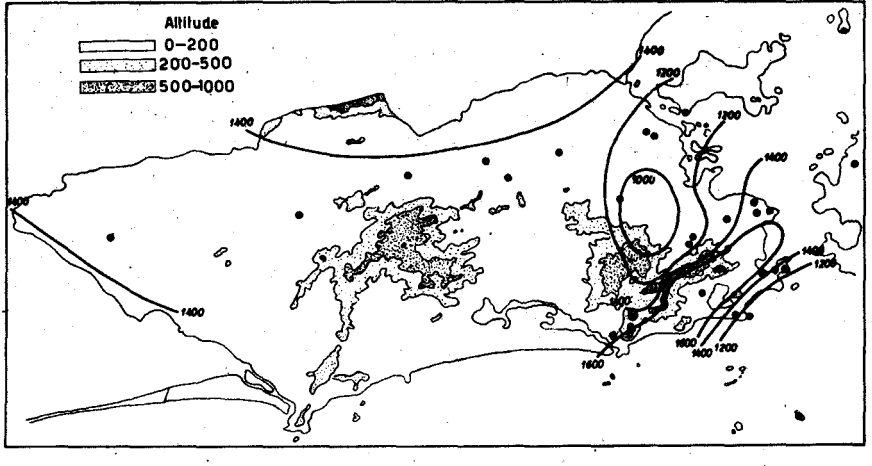
AMPLITUDE ANUAL (C°) DISTRITO FEDERAL JANEIRO-JULHO



NEBULOSIDADE (n/10) DISTRITO FEDERAL ANO



PRECIPITAÇÃO (mm.) DISTRITO FEDERAL ANO



A Floresta a Serviço do Homem no Brasil

"Bulletin de la Societé de Géographie de Lille" — N.º 2 — Février-Mars, 1939.

Prof. PIERRE DEFFONTAINES

O mais extraordinário domínio florestal do mundo é sem dúvida o Brasil.[1] Êste país é o único que tem um nome de árvore. *Brasil* é uma antiga madeira de tinturaria, outra explotada em grande escala na costa brasileira. O nome dessa madeira preciosa foi dado ao país, como se à França se desse o de Carvalho ou de Faia. Êste nome mostra a imensa importância da floresta; mais da metade do país está ainda coberto por um manto florestal, que constitui uma das mais vastas reservas vegetais do mundo ultrapassando, em superfície, as massas florestais das zonas frias, Canadá ou Sibéria.[2]

O Brasil deve a sua importância florestal ao fato de apresentar a sua maior largura na zona equatorial; é mesmo aí que o equador atravessa sôbre a Terra a mais maciça faixa de continente.[3]

Encontram-se aí três tipos essenciais de paisagens florestais: a floresta equatorial, associada à zona das chuvas e calores regulares e fortes, que está situada sobretudo na alta bacia do Amazonas e especialmente na zona de um seu afluente o Madeira. É a floresta virgem, a mata virgem dos brasileiros, a *rain forest*, a floresta úmida dos geógrafos inglêses, imenso domínio compacto, bloco vegetal que tem como únicas aberturas o leito dos rios; a onda vegetal só se detém na beira dos cursos d'água e é necessário ainda que sejam águas correntes; nas zonas de pântanos, uma singular floresta anfíbia se desenvolveu cerrando, o mais possível, o fio de água. Há, ao longo dos afluentes amazônicos, verdadeiras gargantas vegetais, estreitos e sinuosos desfiladeiros entre paredes de árvores. O homem aproveitou estas ranhuras aquáticas para avançar para o interior da massa arborescente; não existem outros caminhos além dos rios; tôda a penetração humana, tôda a circulação se efetua por êles; os regatões que vendem a sua mercadoria se deslocam em canoas e pirogas. Fora do rio, o homem está perdido, soterrado, sem possibilidade de se orientar sob as frondes das árvores, sem pontos de referência. Numerosas são as expedições que perderam o rumo no deserto florestal, mais perigoso talvez do que o deserto árido. Ainda é lembrada a história do coronel Fawcett, perdido sem deixar vestígios, há uma dezena de anos, ou a tragédia recente dos aviadores americanos[4] que caíram numa zona de florestas pantanosas, e puderam ser localizados por avião, mas que só à custa de dificuldades inauditas puderam ser repatriados.

No momento das cheias, durante a estação quente, a floresta fica semi-mergulhada numa extensão de centenas de quilômetros; os animais imigram para os pontos mais elevados, os homens se retiram para lugares insubmersíveis; prin-

---

N.R. — A tradução para o vernáculo foi feita pelo Prof. Orlando Valverde, secretário-assistente do Conselho Nacional de Geografia.

[1] N. do T. — Resta saber o que entende o autor por "mais extraordinário domínio florestal". Talvez se refira êle ao mais vasto domínio de floresta equatorial do mundo, o que realmente é verdade.

[2] N. do T. — A êsse respeito, deve-se confessar que nunca foi feita uma medição das áreas florestais do Brasil, do Canadá e da Sibéria. Essa medição está em estreita dependência do conceito de *floresta*. Pode-se aceitar como formação florestal a taiga siberiana? Deve-se entender como floresta o nosso campo-cerrado? Não parece ser essa a opinião corrente entre os nossos botânicos, como Warming e Gonzaga de Campos (vêde a transcrição "Mapa Florestal do Brasil", no n.º 16, ano II, dêste *Boletim*, referente a julho de 1944). Entretanto pelo contexto do presente artigo, sente-se que o autor considerou o cerrado, uma formação florestal. Êle constitui uma variedade brasileira da associação denominada *savana*. A questão se reduz, pois, à pergunta: É a savana uma floresta?

A própria *caatinga* possui tal número de variedades fitofisionômicas que duvido possam ser tôdas elas consideradas formações florestais.

[3] N. do T. — Isto não é rigorosamente verdadeiro: a mais maciça faixa de continente atravessada pelo equador está na África. Se se entenderem como tais as extensões de linha equatorial sôbre a África e a América do Sul, há uma pequena diferença da primeira sôbre a segunda.

[4] N. do T. — Recente em relação à data da publicação do artigo, fevereiro de 1939.

cipalmente as cidades servem de refúgio à população. Diante do assalto das árvores e dos rios, os homens se reagrupam; é a época em que as cidades têm a sua maior animação; se assemelham então a oásis, perdidos no meio do deserto das águas e das plantas .

Esta floresta constitui uma das mais extraordinárias paisagens vegetais da Terra; ela se distingue totalmente das nossas florestas temperadas compostas de algumas essências uniformes; na Amazônia, já foram classificadas mais de 4 000 espécies arborescentes, enquanto que a Europa inteira só conta 200; e cada exploração identifica essências novas. A floresta forma um bloco; as árvores são literalmente tomadas de assalto pela sub-floresta e pelas epífitas, lianas e orquídeas. Já foram contadas 800 espécies vegetais vivendo sôbre uma só árvore. O Brasil constitui um verdadeiro museu botânico; museu de variedade, mas também museu de antigüidade, porque esta floresta é o resíduo de formas de revestimento que data dos tempos terciários e talvez mesmo de mais longe; ela representa uma das mais antigas paisagens da Terra, mais antiga que a maior parte dos litorais e a maior parte das nossas montanhas.[5]

Esta floresta ultrapassa a bacia amazônica, ela invade a franja litorânea do Brasil, de Pernambuco até o sul do país. Em nenhuma outra parte do mundo, as paisagens equatoriais descem tão baixo em latitude,[6] ao sul mesmo do trópico, em regiões onde, em geral, reina um clima quase desértico. Ao longo de tôda a costa, o Brasil tem uma fachada de equador e assim se explica a legenda singularmente espalhada de um Brasil ùnicamente equatorial e florestal. Mas, na realidade, esta zona se limita a uma estreita faixa, correndo ao pé da escarpa da serra do Mar, que impede a vista dos imensos planaltos do interior.

Aí é que está o verdadeiro Brasil, caracterizado pelos revestimentos vegetais mais frouxos, em que se misturam a savana com grandes ervas, as manchas de floresta e as árvores espaçadas, é o cerrado ou "a floresta-galeria", localizada no fundo dos vales; na zona mais sêca do Nordeste está a floresta espinhosa com mimosáceas da *caatinga*.

Enfim, nos planaltos meridionais, aparece um terceiro tipo de floresta, povoada dessas singulares árvores resinosas, as únicas que o hemisfério sul possui, as araucárias; floresta homogênea composta quase que de uma só essência e bem diferente da extraordinária variedade vegetal da floresta amazônica; ela avança em ponta de lança, ou antes em ilhas, para o norte, além mesmo do Rio-de-Janeiro, recobrindo os picos das serras mais altas. Por tôda parte, alhures, reina a erva, o *campo*, análogo ao *pampa* argentino.

Como vai o homem utilizar esta imensa riqueza vegetal, esta suntuosidade florestal?

A floresta não aparece aqui como uma inimiga dos homens, como parece ter sido outrora na zona temperada, a zona florestal foi mesmo a primeira povoada, não sòmente pelos indígenas, mas também pelos colonizadores europeus. As regiões das ervas, ou campos, foram as últimas atingidas pela ocupação humana e permaneceram por muito tempo as menos habitadas.

A floresta contribuiu primeiramente com uma colheita imensa, um maná que só se tinha que coletar; ela oferecia frutos inumeráveis. Notou-se que, na Amazônia, as zonas mais povoadas correspondem às florestas mais ricas de árvores frutíferas; a densidade dos frutos condiciona a densidade humana. Em certos lugares, êsses frutos são tão grandes e de tal maneira numerosos que o ruído da sua queda do alto das árvores gigantes faz ressoar com fragores singulares a calma da floresta; os acidentes causados por essas quedas são freqüentes e certas tribos indígenas têm que construir coberturas protetoras, ao abrigo das quais os índios esperam as suas refeições.

---

[5] N. do T. — Embora essa seja uma hipótese corrente e, de fato plausível, nada há para que se possa afirmar com absoluta segurança que a floresta amazônica date do terciário ou de qualquer período anterior.

É muito contestável que a floresta amazônica seja "mais antiga do que a maior parte dos litorais e a maior parte das nossas montanhas". Isso, se aceitarmos a expressão *nossas montanhas* significando tôdas as montanhas da Terra; porque, se a interpretarmos como referindo-se às montanhas da França, então o sentido fica inteiramente inexato.

[6] N. do T. — É evidente que o têrmo *baixo* figura aí pela fôrça de expressão, pois que, geralmente, o sul é representado na parte inferior dos mapas. Não se leva em consideração aqui o crescimento das latitudes para o sul, partindo do equador.

Nessas regiões de clima regular, é pela lembrança das sucessivas colheitas que o índio conta os anos. Os índios e os caboclos têm um regime alimentar essencialmente frugívoro; há meses em que a alimentação se baseia sôbre tal ou tal fruto; assim a jabuticaba atrai as famílias em certas zonas ricas nessa essência, e constrói-se aí uma cabana temporária num jabuticabal para a estação das enchentes (novembro e dezembro); à imitação dos índios, certos fazendeiros vão ao campo na época da maturidade desta fruta; além disso chamam-na simplesmente a *fruta*, isto é, o fruto por ex elência. No Brasil meridional, a araucária desempenha um papel análogo; Saint Hilaire, nas suas viagens, conta que os seus frutos alimentaram os paulistas durante a sua expedição contra o Paraguai; êsses eram também chamados *iba* pelos índios, isto é, o fruto. Na época da maturidade, de julho a setembro, a floresta é invadida; não sòmente os homens aí se instalam em colônia, mas as varas de porcos por ali transitam, as ratazanas imigram, dos campos e, infelizmente, as serpentes os seguem também.

A floresta fornece não sòmente os frutos, mas também raízes, tubérculos ou estipes; a longa estipe terminal de certas palmeiras fornece o palmito; em muitas regiões, os índios se servem dêste brôto como de um verdadeiro pão e, se o palmito desaparecesse, haveria miséria, notadamente entre os Chamacocos do Chaco. O brasileiro também gosta muito dêste vegetal que tem um gôsto de espargo, mas é um espargo de dois ou três metros de comprimento; em todos os mercados de legumes de São-Paulo e Rio-de-Janeiro são êles vendidos ; os buscadores ou palmiteiros despojaram literalmente a floresta em tôrno das grandes cidades. É preciso ir procurá-los cada vez mais longe de auto-caminhão; começou-se a fazer conserva dêle e a exportá-lo para a Europa.

A floresta forneceu ao homem recursos não vegetais; a vida aí é intensa e o homem pode esgotá-la. Um dos mais curiosos extrativismos é o mel silvestre, chamado "mel-de-pau", fácil de recolher, porque as abelhas que o fabricam não têm ferrão. Para muitos índios, o mel constitui a base essencial da alimentação, isto explica, além disso, a generalização das cáries dentárias.[7] Entre os Guaiaquis do sul de Mato-Grosso, sem mel sem cêra a vida não é possível; as cerâmicas são feitas de cêra, as cestas são impermeabilizadas por um revestimento de cêra, a principal arma é uma machadinha curva para abrir as colmeias sob as cascas das árvores, o mel serve de padrão para as trocas; pode-se falar numa civilização do mel. Todo índio ou caboclo é *meleiro*, buscador de mel, e melar, isto é, ir buscar mel, é uma das ocupações favoritas; o mel é o açúcar dos sertanejos.

A floresta deu ao homem muitas beberagens; a mais conhecida destas bebidas florestais é o mate; êle é produzido por uma árvore do gênero do nósso azevinho que cresce na sub-floresta das matas de araucárias. É explotado, geralmente, no estado selvagem por *descobridores*, que passam cêrca de seis meses na floresta colhendo, secando, torrando o mate. No norte do Brasil, há uma outra bebida, de origem indígena, fabricada com as favas de uma espécie de liana florestal, que tem hoje grande voga, é o *guaraná*, espécie de cozimento muito estimado do índio, a tal ponto que estas favas, primitivamente serviam de moeda. Hoje, o guaraná é um refresco servido em todos os cafés do Brasil; começa-se mesmo a exportá-lo para a Europa.

A floresta brasileira fornece também muitas árvores produtoras de óleo, muito úteis dada a circunstância do Brasil cultivar muito poucas plantas oleaginosas; êle importa da Argentina o óleo de linhaça e da Europa o azeite de oliveira. Uma grande árvore do nordeste do Brasil, a *oiticica*, dá um dos melhores óleos secativos; na costa do Estado de São-Paulo, a nogueira de Iguape, vulgarmente chamada *bancoulier*,[8] é empregada para a fabricação de um óleo saponáceo. A floresta fornece igualmente cêras vegetais, das quais a mais famosa é a que é retirada das fôlhas da palmeira *carnaúba*, abundante sobretudo no Estado do Piauí; esta cêra serve para fabricar discos de fonógrafo.

A floresta produz grande quantidade de ervas ou frutos de usos medicinais. Os índios conhecem uma multidão de remédios, todos extraídos da floresta; a planta leva muitas vêzes o nome da moléstia que ela cura; a farmacopéia indígena é quase ùnicamente florestal. Os mais curiosos dêsses pesquisadores de ervas medicinais, os *ervateiros*, são os *poaieiros*, apanhadores de *poaia*, nome indígena

[7] N. do T. — Positivamente, isto parece uma generalização muito violenta.

[8] N. do T. — Denominação dada na França.

da ipeca; é uma raiz que é colhida nas florestas pantanosas do norte de Mato-Grosso, no auge da estação quente e úmida, de dezembro a março. Os poaieiros partem aos grupos de 3 ou 4, de canoa, passando vários meses na floresta mais profunda e mais insalubre; êles vivem à moda dos apanhadores de borracha e como êstes, são atingidos pela concorrência dos produtos de plantação que, progressivamente, tomam o lugar dos produtos extrativos.

Há duas espécies de trabalhos da borracha; ora, tira-se o látex de uma grande árvore, a *castilloa*, que é abatida para ser sangrada; é o trabalho do *caucheiro*, que se desloca incessantemente à medida que esgota a floresta; a sua zona de explotação se restringe às fronteiras da Bolívia e do Brasil. Ao contrário, o *seringueiro* recolhe a goma das *heveas* por sulcos que é preciso reavivar periòdicamente; êle percorre, durante tôda a estação da colheita, o seu estreito caminho florestal, a sua estrada, que liga entre si as diversas *heveas* de que êle cuida; portanto, êle não é um errante, um prospector de árvores como o *caucheiro*, êle mantém em plena floresta um certo povoamento sedentário.

O primeiro uso humano da floresta é um serviço de coleta; o mais velho fundo de população brasileira, *caboclos* e *caipiras*, aparece como essencialmente florestal; a coleta é a ocupação mais atraente, que se retoma logo que possível; assim, no século XVIII, os moinhos de cana de açúcar do Maranhão foram quase abandonados, quando foram descobertos nas florestas vizinhas a casca de cravo e o cacau; da mesma forma, no século XIX, os plantadores de cana do Amazonas viram o seu pessoal dispersar-se à procura da borracha da floresta.

Entretanto, quase tão antigamente quanto êste serviço de coleta, a floresta brasileira adquiriu uma eminente função agrícola. Enquanto que na Europa a floresta foi a grande inimiga dos campos, na América-do-Sul ela foi a sua principal aliada; por muito tempo o campo só foi possível com auxílio da floresta; as plantas cultivadas foram extraídas da floresta e continuam adaptadas ao solo florestal: mandioca, feijão, banana, milho...; único adubo é a mata queimada. As culturas começaram na sub-floresta; as regiões de ervas, os *campos* e os *pampas*, permaneceram no domínio reservado à vida de caça. Isto explica porque as zonas florestais foram por muito tempo mais povoadas do que as zonas de estepe; o Amazonas mesmo era mais favorável ao índio do que os pampas argentinos. Ainda hoje, no Brasil, as zonas de árvores são o domínio da agricultura e as zonas de ervas o domínio da criação.

O primeiro ato do cultivador não é lavrar a terra, mas desflorestar. Começa-se pela *roçada*, isto é, a limpeza a foice da sub-floresta que se efetua em maio, no princípio da estação sêca; deixa-se secar durante algumas semanas, de maneira a cobrir o solo com um leito de plantas bem sêcas, o *facho;* depois vem a *derrubada*, que consiste em pôr abaixo as árvores acima do *facho*. As mais grossas e as mais duras não são abatidas: ou são deixadas para recobrir com alguma sombra o futuro campo, ou então corta-se a casca na base em forma de anel para impedir a subida da seiva e fazer perecer a árvore dentro de alguns anos; passa-se enfim, em setembro ou outubro, justamente antes da estação chuvosa, à *queimada*, ao incêndio. A floresta é verde e úmida demais para queimar em pé; não há incêndio de floresta sem uma derrubada prévia; quando a companhia elétrica da Light and Power quis queimar a floresta nos vales que ela devia inundar pelas suas barragens perto de São-Paulo, só pôde conseguir isso jogando petróleo nas árvores em pé e isto lhe ficou mais caro do que procedendo a roçadas e derrubadas. Êste penoso trabalho de devastação que se deve efetuar antes de tôda a plantação explica porque o primeiro instrumento do cultivador é o machado.

A *queimada* é uma operação delicada; a sub-floresta sêca serve de tapête de brasas para carbonizar as árvores grossas que a recobrem. Se o fogo é quente demais, a terra fica queimada e forma uma crosta, que torna a cultura impossível, é uma *requeimada;* mas se a combustão foi insuficiente, o solo fica revestido de mato e o trabalho agrícola é muito difícil; é preciso então, *encoivarar*, isto é, reunir o mato não queimado para pôr-lhe fogo, o que representa um trabalho muito penoso e custoso. Há também especialistas em queimadas; invocam-se igualmente certos santos protetores: Santo-André, notadamente, dá o vento favorável.

Uma tal cultura ou *roça*, isto é sôbre *roçada*, é nômade. A floresta fornece o adubo do seu húmus e da sua cinza; os rendimentos são excepcionais no princípio, mas baixam muito depressa e como não se tem estêrco, porque não

se tem gado em estábulos nem estrumeira, será preciso abandonar a terra e recomeçar noutro lugar o trabalho de devastação. A floresta retoma posse mais ou menos ràpidamente do antigo campo e as culturas são lentamente escondidas pelo retôrno da selva. Algumas resistem mais tempo; encontram-se na floresta que renasce, que se chama *capoeira* para distinguí-la da *mata* ou floresta primitiva, bananeiras outrora cultivadas, tornadas selvagens, ou laranjeiras cujos frutos retomaram o gôsto amargo da árvore inculta. Assim, é por transições insensíveis que se passa do campo à floresta; não há essas demarcações nítidas, às quais estamos habituados na Europa.

Os melhores campos são aquêles que tiram proveito da primitiva devastação sôbre florestas virgens; as fazendas mais produtivas são as da zona pioneira. "Abrir uma fazenda", é essencialmente devastar uma floresta, que se diz também "fazer terra"; como no Canadá, isto quer dizer destruir as árvores. As primeiras plantações européias se instalaram na faixa florestal que se alonga na costa, de Pernambuco a Santos, lá onde se encontra a floresta mais densa, quase equatorial. Mais tarde, as vastas plantações de café do Estado de São-Paulo sucederam aos belos maciços florestais que prosperavam nas famosas terras roxas. Para reconhecer a riqueza da terra, muitas vêzes se utilizaram árvores testemunhos, árvores *padrões*, como a *jangada-brava* ou o *pau-d'arco*, que são provas de solo fértil. Quanto mais rica e mais maciça é a floresta, mais o cafèzal que a sucede tem probabilidades de ser próspero.

Assim, a floresta prestou ao homem o grande serviço de ceder o seu lugar, o seu solo, o seu húmus; uso negativo sem dúvida, porque êle acaba numa destruição. Foi muito tardiamente que a floresta forneceu o serviço positivo de dar sua madeira.

A floresta provê ao homem do único combustível do Brasil, a madeira, ou antes o carvão de madeira. O fogão não tem aqui o mesmo tamanho que entre nós, muitas vêzes êle se reduz a um simples braseiro portátil, chamado fogareiro, que se transporta como um móvel de um lugar para outro; êsse fogão não constitui o emblema estável do *habitat;* a casa de campo não é um fogão, mas simplesmente um teto.

Não obstante, a serventia do combustível pesa muito sôbre os revestimentos vegetais; utilizam-se sobretudo as florestas secundárias ou capoeiras: é aí que se instalam os acampamentos dos lenhadores e dos carvoeiros. Como na Europa, são muitas vêzes italianos naturais de Bergamo que acendem os balões de carvão ou *tumbas*. O consumo de lenha para queimar é considerável porque é preciso não sòmente alimentar as cozinhas domésticas, mas também a maior parte das fábricas; o Brasil possui poucas jazidas hulheiras e exclusivamente no extremo sul do país. Além disso, os produtos agrícolas têm muitas vêzes necessidade de uma secagem que reclama também muita lenha para queima. Sem dúvida os grãos de café podem ser secados ao sol, no terreiro das fazendas, isto é um privilégio especial do Estado de São-Paulo e que depende da luminosidade dos invernos; em tôdas as outras partes, e especialmente nos arredores da Bahia, onde as chuvas caem no inverno, é preciso secar o café com fumaça e os fazendeiros fazem provisões de lenha para os secadores. Da mesma forma para a mandioca, que deve ser passada no fogo antes de ser transformada em farinha, a fim de tirar o veneno que ela contém; são precisos 4 a 5 metros cúbicos de madeira para secar 50 quilos de farinha e os moinhos de mandioca são grandes consumidores de lenha. No sul do Brasil, são as fôlhas de mate que têm que ser expostas ao fogo de lenha.

As estradas de ferro constituem igualmente um grande sorvedouro para as capoeiras; nas pequenas linhas do planalto, as locomotivas são acompanhadas de um curioso *tênder* com grade, repleto de toras que têm de ser renovadas incessantemente; é uma paisagem clássica das estações os imensos montes de lenha para as caldeiras. No Paraná, utilizam-se os pinhões das araucárias, que constituem perto dos depósitos de máquinas estranhas pilhas desprendendo um forte cheiro de resina; todo o trem fica impregnado dêste cheiro acre e são, espalhado pela locomotiva.

Na zona amazônica, a circulação se faz ùnicamente pelos rios; o aprovisionamento em combustível das caldeiras dos barcos contribuiu para o povoamento dos vales, sendo os pontos de escala habitados sobretudo por numerosos lenhadores a serviço das companhias. Os navios de roda do Amazonas consomem 60 estéreos por hora. Hoje em dia, os barcos a petróleo diminuíram muito esta

ocupação e o povo de lenhadores que era uma das características das margens amazônicas, ficou arruinado; o seu êxodo aumentou ainda o despovoamento de que sofrem essas regiões florestais desde a ruína da borracha selvagem.

Esta nefasta utilização da floresta para combustível, que contribui para a degradação rápida das vegetações maciças, está felizmente em via de diminuição; imensas instalações hidro-elétricas permitem prever uma ampla eletrificação das vias férreas e mesmo a utilização do aquecimento elétrico para as necessidades domésticas. É mais do que tempo, porque a floresta brasileira não suporta mais sòzinha a carga dos fornecimentos de fôrça motriz, tanto mais que a indústria, em crescimento muito rápido, reclama dela cada vez mais.

A floresta deve ter um uso mais nobre do que o de ser queimada, ela parece destinada essencialmente a fornecer essa maravilhosa matéria lenhosa, ao mesmo tempo sólida e tão leve que flutua sôbre as águas. Seria de esperar que o principal uso desta floresta, rica em essências preciosas fôsse a produção de madeiras de construção. Ora, é uma surprêsa ver-se o pequeno horizonte de trabalho que representa o trabalho da madeira. A floresta pouco serviu à habitação; a casa de madeira de troncos de árvores empilhados horizontalmente, como existe na Europa Central, é quase desconhecida no Brasil, salvo no Paraná e no Rio-Grande-do-Sul, onde os antigos caipiras e depois os colonos alemães e poloneses a introduziram, utilizando os troncos retilíneos das araucárias e inspirando-se nas suas antigas residências européias. A única árvore que prestou grande contribuição à construção foi o palmito,[9] árvore providencial do pioneiro, que serve ao mesmo tempo à sua alimentação e ao seu alojamento; o palmito foi utilizado não sòmente para levantar as paredes, em troncos verticais, mas, às vêzes, também para fazer os tetos, cortados os troncos ao meio dando lugar a telhas-canal. As primeiras casas de colonos são muitas vêzes construídas com palmitos; nas novas cidades da zona pioneira, é às vêzes interdita a construção com palmitos, nas ruas mais freqüentadas, para mostrar que não se está mais no estágio provisório.

A casa brasileira dos campos utilizou muito mais as folhagens, ramagens, palhas e mais ainda a terra do que os troncos de árvores. Os antigos índios, e mais tarde os portuguêses, quase não conheciam a técnica do trabalho da madeira; Portugal é um país de casas de pedra. As madeiras da floresta brasileira eram muitas vêzes essências duras que reclamavam instrumental aperfeiçoado; as madeiras eram boas demais, se se pode dizer assim. Isto entravou também as primitivas construções navais; as essências preciosas eram, em geral, madeiras pesadas que não flutuam. As antigas populações litorâneas tiveram que procurar sòmente as madeiras leves; ao sul do Rio-de-Janeiro, construíam-se barcos talhados num só tronco de árvore e utilizavam-se para isto sobretudo as timbaúbas e os guaperuvus, abundantes outrora na ilha de São-Sebastião; ao norte do Rio, e sobretudo na Bahia, o indígena utiliza não o barco monóxilo, mas a jangada feita de troncos muito leves e associados, cuja técnica atinge a sua maior perfeição no Amazonas.[10]

Os portuguêses, quando chegaram ao Brasil, admirados pela exuberância da floresta costeira, utilizaram a sua nova possessão primeiro para as construções navais, como faziam os colonos inglêses ao longo da costa dos Estados-Unidos; a primeira função colonial do Brasil foi o serviço da frota. A América inteira, tanto ao norte quanto ao sul, serviu assim de anexos florestais à Europa, já demasiadamente desflorestada para atender às necessidades de navios que reclamava a era das grandes explotações. Uma árvore muito alta e sólida, excelente madeira para mastreação, o pau d'arco, abundante na costa do Nordeste, foi reservada para a marinha real de Portugal; uma explotação abusiva fê-la quase desaparecer; mais tarde, o govêrno português tentou tornar do seu domínio as florestas ribeirinhas. Hoje em dia, não há quase mais construções navais no Brasil, a Marinha não está mais associada à floresta, mas à metalurgia.

O trabalho da madeira se orientou em nossos dias para outras árvores, de madeira colorida e muito dura, cujo corte era difícil demais antigamente, com

---

[9] N. do T. — Aqui, o autor continua a referir-se exclusivamente ao sul. Em outras regiões do Brasil, outras palmeiras foram aproveitadas na construção, como a carnaúba no Nordeste e o buriti no centro.

[10] N. do T. — A jangada tem emprêgo mais generalizado e apresenta, no Brasil, suas características mais típicas no Nordeste, da Bahia até o Ceará. Para maiores esclarecimentos, ver *Tipos e Aspectos do Brasil*, 3.ª edição, aumentada, 1944, págs. 63-66, Conselho Nacional de Geografia, Rio.

os machados e as serras primitivas. Infelizmente a explotação dessas essências raras é muito complexa, a riqueza botânica da floresta brasileira é uma pobreza econômica; as árvores utilizáveis estão muito afastadas umas das outras; estima-se, por exemplo, que há em média 3 a 4 perobas por alqueire (dois hectares e meio); é preciso um verdadeiro trabalho de prospecção, análogo ao do mineiro, para descobri-las. Os cortes não se fazem em áreas, mas em pés isolados. Cada árvore exige uma pista especial na floresta e a flutuação no rio não é possível, para essas madeiras pesadas, senão com o auxílio de uma jangada de madeira leve formando um suporte. Procede-se assim na floresta a uma espécie de apanha das madeiras preciosas; as florestas, despojadas dos seus melhores elementos, são pouco a pouco deixadas às essências sem valor que são as únicas que se podem reproduzir. Um tal método provocou um desaparecimento rápido das árvores mais preciosas; o pau-rosa, o palixandro [11] dificilmente são encontrados.

O comércio de madeiras é dedicado a outras essências que apresentam excelentes qualidades: a peroba, a imbuia, o jacarandá e a araucária do Paraná. Uma marcenaria se desenvolve ràpidamente no Brasil, notadamente em São-Paulo, onde existe uma escola de trabalho em madeira muito notável. Não sòmente o país começa a se abastecer em móveis, mas começa a exportar; a beleza da madeira e a mão de obra barata abrem à indústria brasileira de móveis perspectivas muito belas.

Entretanto, esta exportação nascente está longe de compensar uma importação bastante grande de madeira; por paradoxal que pareça, o Brasil, o país que talvez contenha mais florestas no mundo é importador de madeira: madeiras brancas do Báltico, pasta de madeira canadense para papéis, madeira de fabricação de tonéis para a incipiente viticultura brasileira.

É preciso registrar primeiro o formidável desflorestamento que começou muito antes da chegada dos europeus e que provém essencialmente dos métodos agrícolas; a cultura, separada da criação, repousa totalmente sôbre a floresta. Sem dúvida, as matas renascem sôbre o campo quando êste é abandonado pelo homem depois do seu esgotamento, mas esta floresta secundária é muito inferior e diminui de qualidade em cada nova queimada agrícola, depois ela se torna logo um cerrado, um revestimento de arbustos e mesmo um sapêzal. Nos arredores de São-Paulo, a paisagem é feita essencialmente por estas vegetações degradadas ou estas pastagens escrofulosas. Como não lamentar que esta grande e bela cidade não tenha conservado mais o seu majestoso quadro florestal primitivo?

Os danos dêstes desflorestamentos sem consideração começam a se fazer sentir. A floresta é certamente um elemento regulador do clima; deve-se atribuir sem dúvida ao recuo do manto de árvores as amplitudes excessivas de temperaturas, observadas em nossos dias; as geadas tornam-se mais freqüentes e algumas bastante fortes para provocarem catástrofes nas plantações de café, como a famosa geada de 1918 que destruiu mais da metade dos cafêzais; a erosão é mais ativa nos solos descobertos; por tôda parte abrem-se novas ravinas de flancos desmoronantes, verdadeiras feridas vivas, chamadas *voçorocas*. Naturalmente o regime dos rios se ressente; as inundações e as sêcas são mais freqüentes e marcadas; citam-se certos rios outrora utilizados pela navegação e que os próprios barcos abandonaram, como o alto Ribeira-de-Iguape; enfim, o flagelo dos gafanhotos torna-se mais ameaçador.

Compreender-se-á então que o Brasil tem o problema do reflorestamento; em certas regiões do Estado de São-Paulo, é indispensável reflorestar. Que essência escolher para constituir os novos povoamentos? Adotou-se uma essência exótica, o eucalipto, originário da Austrália; esta árvore tem a vantagem de crescer com uma rapidez surpreendente; apenas são precisos oito a dez anos para ter-se uma árvore; além disso, êle fornece uma madeira que pode substituir as importadas do Báltico para os dormentes de estradas de ferro e mesmo para a pasta de papel. A Companhia Paulista de Estrada de Ferro fêz imensas plantações, mais de dez milhões de pés; muitos fazendeiros imitaram o seu exemplo; o eucalipto torna-se uma das árvores típicas da paisagem brasileira. Todo o esfôrço silvícola foi exercido sôbre esta árvore e talvez isto tenha perturbado o progresso de uma

[11] N. do T. — Madeira obtida da *dalbergia nigra* (leguminosa) e da *jacaranda mimosifolia* (bignoniácea), ambas do Brasil. São algumas das muitas variedades de jacarandá existentes neste país.

verdadeira silvicultura brasileira. O eucalipto é certamente uma árvore muito vantajosa, mas não dá húmus ao solo e, além disso, a sua madeira tem pouco valor. O Brasil deve tratar de conservar a variedade e beleza das suas essências nacionais.

Isto exige primeiro uma política de reservas florestais; é preciso constituir parques nacionais. Já alguns foram organizados nas imediações diretas das grandes cidades, como a Tijuca, nas montanhas que dominam o Rio; São-Paulo pôs como reserva dois grandes parques com bacias de aprovisionamento para águas potáveis, o Parque da Cantareira e o de Campina-Grande; na alta serra do Mar, um parque, com árvores carregadas de epífitas e de orquídeas, foi delimitado e cobre 30 000 hectares. Entretanto, todo êsse esfôrço é ainda bem minguado e seria preciso que os diversos Estados que compõem o Brasil, previssem lá grandes reservas, marcadas nas zonas ainda virgens e que permitiriam ao país assegurar para si no futuro um certo coeficiente de florestamento, necessário à sua economia física e humana.

O Brasil tem, em virtude de suas imensas riquezas florestais, uma vocação silvícola particular. Êle deve procurar métodos racionais de explotação dessas florestas, que não sejam mais sòmente degradações ou realizações de capital, mas nìtidamente uma explotação da renda, do crescimento da floresta, que deixa às gerações futuras largas possibilidades. A floresta está à disposição do homem não para ser destruída ou devastada; ela é um dos mais belos presentes da natureza aos homens, sem ela a Terra seria bem quase que inabitável. O Brasil tem, na sua missão própria, de ser um iniciador na obra florestal tropical. Queremos que êste artigo termine por um apêlo às suas responsabilidades.[12]

---

[12] N. do A. — Ver um artigo do mesmo autor, "L'homme et la forêt au Brésil", *Revue de Paris*, julho de 1937.

Se precisar de alguma informação sôbre a geografia do Brasil, dirija-se ao Conselho Nacional de Geografia, que o atenderá prontamente — se a consulta não fôr de caráter sigiloso.

Resenha e Opiniões

Alguns aspectos climatológicos do Nordeste

"O clima é e não poderá deixar de ser uma noção complexa".

(Afrânio Peixoto em *Clima e Saúde*)

O capitão Melo Morais, do Destacamento Especial do Nordeste, publicou no jornal *A União*, da Paraíba, o seguinte trabalho sôbre aspectos climatológicos do Nordeste:

De acôrdo com a mais recente classificação de climas, por Köppen, distinguem-se duas espécies de climas na região do Nordeste Oriental. Assim, o Ceará e tôda a zona sêca ou semi-árida (caatinga, sertão, etc) do Rio-Grande-do-Norte, Paraíba e Pernambuco, são naquela classificação, dotados de clima tropical, periòdicamente sêco das savanas, ao passo que a região do litoral e mata, dêsses três últimos Estados, é contemplada pelo clima de floresta tropical, sem nitidez na sucessão das estações.

Mas essa classificação, deixa muito a desejar, generalizada a todo o Nordeste.

Realmente, o clima sêco das savanas, cuja característica é uma estação sêca, que é o inverno, não se coaduna integralmente, com a realidade climatológica do Nordeste. Por outro lado não se verifica nas zonas do litoral e mata, a existência de temperaturas e precipitações altas durante todo o ano.

A classificação de Köppen modificada em parte pelos geógrafos americanos, elimina o clima de floresta tropical, de todo o Nordeste e o encorpora totalmente no clima tropical de savana. Ora, isso é também uma generalização impugnável, pois, quando muito, podemos considerar o inverno sêco no Ceará e nos sertões dos demais Estados do Nordeste Oriental. Efetivamente, a estação sêca em todo o Nordeste é a primavera (setembro-dezembro) e não o inverno (junho-setembro), êste aliás é francamente chuvoso, em larga faixa litorânea, até às alturas do cabo São-Roque.

Por sua vez, Thornthwaite apresenta a classificação dos climas do mundo, em que o litoral e a zona da mata do Nordeste-Oriental, aparecem com o clima tropical úmido, de chuva deficiente no inverno; o interior com o clima tropical sub-úmido, de chuva deficiente no inverno (ainda bem) e uma pequena região serrana de Pernambuco e Paraíba, com o clima tropical, semi-úmido, de chuva também deficiente no inverno. Há certa correlação entre a classificação de Thornthwaite e as nossas regiões naturais do Nordeste: úmida ou semi-úmida e sêca ou semi-árida.

Inelutàvelmente a falta de dados disponíveis por Köppen e seus continuadores e também por Thornthwaite, levaram êsses climatologistas a interpolar muito, daí as generalizações para o Nordeste, principalmente quanto à costa ou litoral, pois sabemos perfeitamente quão discordante é, por exemplo, o clima de Recife ou de João-Pessoa para o de Macau ou Areia-Branca.

Todavia, sem mêdo de errar, dentro de uma primeira aproximação, não padece dúvida, de que de acôrdo com as grandes e mais atuais classificações dos climas da Terra, o Nordeste, tôda a faixa dos trabalhos do Destacamento, possui um clima tropical. Quanto às modalidades aí dêsse clima tropical, são bem diversas, como se depreende da complexa distribuição geográfica e composição florística nordestina, pois na magistral expressão de Emberger, a vegetação é o reflexo fiel do clima.

Henrique Morize na sua notável divisão dos climas no Brasil (*Contribuição ao estudo do clima do Brasil*), considera a faixa litorânea do Nordeste-Oriental, e quase todo o Ceará e Rio-Grande-do-Norte no clima equatorial, com temperatura média anual superior a 25° centígrados (26°-27°); inclui pequena parte do sul do Ceará e Rio-Grande-do-Norte e grande parte dos interiores da Paraíba e Pernambuco, no clima sub-equatorial de isotérmica de 25° C. no ano, mas 20° nas regiões serranas.

Delgado de Carvalho completando e ampliando a classificação de Morize, introduz no clima equatorial, o tipo

semi-árido, de acôrdo com certas regiões do Nordeste (as atingidas pelas sêcas).

Eis, segundo o Instituto de Meteorologia e outras fontes, alguns coeficientes meteorológicos atinentes ao Nordeste-Oriental, dentro da zona dos trabalhos do Destacamento.

LOCALIDADES	Altitude (metros)	TEMPERATURA (C°)			Termômetro úmido (C°)	Umidade relativa %	CHUVAS	
		Média	Máxima absoluta	Mínima absoluta			Altura milímetros	Número de dias
Porangaba (Fortaleza)	27	25.8	35.4	16.8	23.0	76.7	1 477	121
Fernando de Noronha	105	25.4	30.9	18.6	23.4	83.3	1 350	156
Natal	3	26.1	32.6	16.1	23.5	77.6	1 417	146
Macaíba	24	24.9	35.0	12.8	22.6	80.8	1 142	129
Nova Cruz	78	25.7	37.2	14.0	22.4	74.5	882	59
Guarabira	100	25.4	39.9	15.0	22.8	79.6	1 265	95
João Pessoa	50	25.1	34.5	16.8	23.3	85.3	1 718	207
Campina Grande	556	22.4	35.0	13.9	20.0	79.1	727	138
Goiana	18	24.2	35.8	14.4	22.0	89.5	1 608	—
Nazaré	87	24.3	35.4	11.2	21.7	83.1	1 396	185
Olinda	55	25.7	34.4	17.8	23.6	83.2	1 536	204
Recife	—	26.8	34.4	19.7	23.4	83.5	1 912	—
Jaboatão	50	24.0	33.2	15.5	22.1	84.0	2 109	—
Barreiros	18	23.3	32.8	15.7	21.5	93.5	2 560	—
Tapacurá	101	—	36.6	13.0	—	80.7	1 358	—

Êsses coeficientes decorrem dos seguintes períodos de observação: Fernando-de-Noronha 1911-35; Porangaba 1912-19; Natal, durante 14 anos; Macaíba, de 1914-35; Nova-Cruz de 1913-18; Guarabira 1912-19; João-Pessoa de 1922-35; Campina-Grande 1922-35; Goiana em 8 anos de observações; Nazaré de 1912-19; Olinda de 1922-35; Recife durante 10 anos; Jaboatão durante 8 anos; Barreiros em 6 anos.

Dados mais recentes (1924-1937) a respeito de Pernambuco, foram publicados pelo respectivo Departamento de Estatística:

LOCALIDADES	Pressão	TEMPERATURA		VENTO		VELOCIDADE	Nebulosidade	UMIDADE		Evaporação mm.	Chuva mm.
		Maior máximo	Maior mínimo	Direção a 1	Direção a 2	ms.		T	%		
Fernando de Noronha	752.5	31.8	17.8	E	SE	7	5.4	19.6	80.2	1 115	1 429
Olinda	758.9	33.4	18.2	SE	NE	2.7	5.5	20.2	82.4	1 075	1 534
Goiana	760.9	34.3	14.2	C	S	1.7	4.5	19.0	80.2	—	2 374
Tapacurá	753.6	36.6	13.0	C	SE	1.4	5.8	18.3	80.7	—	1 358
Nazaré	754.3	36.0	14.2	C	SE	1.5	5.3	18.5	80.9	1 047	1 029

As observações em 1937-38 em João-Pessoa dão os seguintes coeficientes:

757.3 33.3 17.8 SE E 2.7 5.1 — 80.6 — 1487

Em relação a Natal temos referentemente a 1938:

760.3 — — SE E 7.4 5.8 — 76.5 1724 1188

Reunimos acima, dentro dos dados disponíveis, apenas os elementos meteorológicos que melhor definem o clima. Evitamos, sempre que possível, as médias, que em climatologia, quase nada definem, principalmente quando ocorrem amplas oscilações na intensidade dos fenômenos. Tratando-se da

temperatura, por exemplo, julgamos preferível saber que a máxima e mínima temperaturas, observadas em determinado lugar, atingiram tantos graus, em tal prazo, para que formemos um juízo sôbre a temperatura reinante — o maior calor ou frio, que podemos esperar, isto é, os limites de oscilações da temperatura. Anotamos apenas pelo lado clássico, a temperatura média do termômetro sêco. Por outro lado, o que dá a sensação de calor ou frio ao ser humano, é o grau da temperatura do termômetro úmido, em virtude dêsse estar correlacionado à umidade do ar. Realmente, como ensina Morize, há sensações diferentes de temperatura, entre dois ambientes, ambos dotados da mesma temperatura (termômetro sêco), mas em que a umidade do ar seja acentuadamente discordante. Assim, por exemplo, entre Belém, capital do Pará e Nova-Cruz, cidade na caatinga do Rio-Grande-do-Norte: apresentam pràticamente as mesmas temperaturas médias, respectivamente 25°,8 a 26°, mas entretanto, a primeira apresenta a umidade relativa de 89% e a segunda de 74%, isto é, uma no ambiente superúmido da Amazônia e a outra no clima semi-árido da caatinga do Nordeste.

A sensação de calor, o mal-estar, decorrem do aumento da umidade do ar e não apenas da temperatura acusada pelo termômetro sêco. A temperatura sensível, como sabemos, resulta da ação do vento sôbre uma superfície úmida. Se o corpo humano estiver num ambiente, em que a transpiração cutânea, encontra rápida evaporação, devido à circulação de ar de baixa umidade ou sêco, não sentirá o calor correspondente a uma mesma temperatura, numa circulação atmosférica de alto teor de umidade.

Isso explica por que o Nordeste não possui nenhum clima de zona "tórrida", fóssil concepção do clima da Terra, reinante próximo ao equador, segundo os geógrafos antigos, consagrada por Aristóteles, consolidada pela Idade Média, que perdura em muitas mentes, ao lado de outras tantas taras medievais. A maioria dos habitantes das regiões frias e temperadas do mundo, mesmo nas elites, receia as terras junto ao equador, por preconceito consideradas "tórridas".

Ao contrário, a temperatura no Nordeste, mesmo nas planícies costeiras é normalmente agradável e em certas regiões perenemente primaveril. A temperatura que se experimenta nas cidades do Nordeste, durante os meses mais quentes — dezembro e março, nunca chega aos rigores, ao ponto do mal-estar, que acomete na mesma época, as cidades das planícies litorâneas do sul do país. Em qualquer sombra ventilada pelos alíseos, pelo vento que continua não faz calor. Essa é a grande surprêsa, que para muitos se depara no Nordeste, ao lado de um céu raramente sem nuvens, que durante o dia desfilam esparsas, impelidas constantemente as arrastam de SE para NO. Também aos espíritos observadores ressalta a raridade, na faixa costeira do Nordeste-Oriental, de fenômenos elétricos na atmosfera: relâmpagos, raios e trovoadas.

*

Stradelli, um enamorado das selvas

A 24 de março de 1926 falecia, no leprosário de Umirizal, próximo da capital amazonense, o conde Ermano Stradelli. Nascido de família nobre e rica, Stradelli sentia notável atração pelas façanhas selváticas. Seus sonhos eram povoados de indígenas, de costumes estravagantes, rios inexplorados, florestas exuberantes, animais pouco conhecidos e lendas maravilhosas.

No castelo de Borgotaro, foi festivo o dia 8 de dezembro de 1852 — nascia Ermano, o primogênito do casal Stradelli.

Sempre alegre e folgazão, Ermano tornou-se um apaixonado das leituras de viagens, que dão a conhecer costumes bizarros, cidades interessantes e mil cousas outras que só quem deambula pelo mundo sente o pitoresco, sem que o leitor saia da poltrona onde está recostado — o corpo fica quase inerte, todavia o espírito acompanha os heróis das aventuras pelas terras desconhecidas.

Um espírito ávido pelas misteriosas lendas dos países ainda pouco explorados, certamente tem que possuir algo de poeta. A imaginação fulgente de Stradelli levou-o à poesia; e aos 24 anos escrevia êle seu primeiro livro de poesia, seguido de outro um ano depois.

Em Pisa, onde estudava direito, teve a notícia do falecimento de seu pai. Interrompe, quase de súbito, seus estudos e deixa-se dominar totalmente pela idéia que o acompanhava desde a mais tenra infância — visitar regiões ignotas, ver tribos selvícolas, descobrir nascentes de grandes caudais...

Não atende a pedidos de ninguém e parte para a Amazônia após exerci-

tar-se em topografia, farmácia e fotografia. Durante êsse tempo toma conhecimento do espanhol e do português, amparado pela Reale Societá Geografica Italiana.

Com o vigor dos 27 anos e o cérebro repleto de mil empreendimentos, ruma para o gigantesco cenário verde.

Remonta o gordo Amazonas, e, em 1880, já no terreno das realizações práticas, singra o Purus e seus afluentes Ituxi e Mamoriá, conduzindo medicamentos, instrumental e caixas para trazer o vultoso material que previa topar naquela região.

Não foi feliz na sua primeira empreitada. A ânsia de andar depressa e a falta de prática de néo-sertanista, fizeram-no naufragar numa corredeira, onde perdeu tôda a traquitanda. Não desiste do intento, volta a Manaus a fim de conseguir nova bagagem e sem tardança sobe o Solimões.

Há males que vêm para bem — diz o velho rifão; não fôsse o desastre que sofrera não teria a oportunidade de conhecer o conde Alessandro Sebatini, que lhe inspirou a vontade de estudar o tupi moderno — a lingua boa — o "nheengatu".

Segue para o Juruá, esmiuçando a vida laboriosa dos seringueiros. E nesta digressão é colhido nos tentáculos do impaludismo que o faz regressar à capital da floresta: Manaus. Ainda em convalescença, embalado pelas belezas das lendas dos índios Tucanos e Tarianos, busca o Uaupés e seu afluente Tiquié, visitando a região ameríndia mais adiantada na época cabralina. Saiu qual general vitorioso duma importante batalha. Pôde colhêr informações interessantíssimas e voltar a Manaus.

Corria o ano de 1883, quando Stradelli veio conhecer pessoalmente o major de engenharia Dionísio Cerqueira, que fazia parte da comissão de limites com a Venezuela, chefiada pelo ilustre barão de Parima. Dêsse encontro nasceu uma amizade imorredoura e o convite do futuro chanceler, para que Stradelli visitasse as raias que iriam palmilhar.

E lá se foram os dois amigos rio Negro acima em busca dos nossos lindes com a Venezuela. O sofrimento solidificou os laços que prendiam os corações dos dois homens, e nas noites passadas no âmago das selvas, dormindo no bôjo das montarias ou trepados em árvores como macacos, surdiu a confiança mútua que congrega os homens nos dias de sacrifícios. Dominado pelo impaludismo regressa a Manaus, onde aproveita as horas de bem-estar permitidas pela doença, para adiantar seu já alentado vocabulário tupi.

Imaginando voltar ao seio dos seus, arquiteta mil planos para rever no outro lado do Atlântico, a terra onde deixara tôda a sua recordação da infância e da juventude. Entrementes, aparece ao alcance dos seus olhos o ilustre cientista João Barbosa Rodrigues, que, estudando a botânica da incomparável hiléia, lobrigava coisas encantadoras nos demais reinos da Natureza.

Fácil foi a Barbosa Rodrigues convencê-lo de que deveria acompanhá-lo na campanha humanitária que êle encetaria — a pacificação dos índios Crichanás, habitantes do rio Jauaperi, refratários ao contacto com os civilizadíssimos brancos que lhes incendiavam as tabas e roubavam-lhes as cunhantãs de peitos largos...

De há muito vinham os índolas daquela região, lutando contra os usurpadores dos seus pagos. A tarefa era dificílima. Todavia, os grandes espíritos desprezam as conquistas fáceis e têm prazer em resolver os problemas intrincados.

Não foi mister convidar Stradelli duas vêzes para êle banir do seu pensamento todos os projetos que alimentava, e acompanhar o sertanista emérito.

Voltou da filantrópica expedição convencido da bondade do arborícola e da barbaridade praticada pelos batedores dos sertões — os desvirginadores das riquezas da terra moça e impérvia.

Regressou à Itália, e, durante os anos de 1885 e 1886, terminou, na Universidade de Pisa, os seus estudos jurídicos. Tendo-se fartado de perambular pelas selvas, tudo levava a crer que o nosso herói ficasse em seu torrão natal, junto a todos que lhe eram caros. Mas a mata o chamava como uma namorada brejeira. De longe êle sentia a atração do seu verde lindo e infinito.

Voltou para cumprir seu fadário apesar de tudo e de todos. Nova idéia, agora, o norteava, queria ligar seu nome ao de uma grande torrente — iria descobrir as cabeceiras do Orinoco que até hoje permanecem desconhecidas, se bem que Hamilton Rice as tivesse localizado no monte que tomou o nome do grande engenheiro que ligou o Mediterrâneo ao Mar Vermelho, através do istmo de Suez — Lesseps.

Quando se dispunha a enfrentar os mistérios e os duendes da floresta, chega ao seu conhecimento a notícia tremenda de um tal "monsieur" Chafanjon haver revelado ao mundo aquilo

que êle ambicionava só para si. Quase ficou chumbado pelo desânimo, quais os descobridores de pedras preciosas quando vêem que a sorte não os protege, amparando, pelo contrário, outros menos merecedores. De que raiva não foram possuídos os bandeirantes ao saber da descoberta das pedras verdes por Fernão Dias...

Considerou o tal francês um charlatão e prosseguiu sua emprêsa apesar de lhe faltarem os mais comezinhos recursos. É que contava com a bôlsa de um companheiro que, na hora azada, não soube ou não quis cumprir sua palavra empenhada. Stradelli adentrou-se com pequena turma pelo Orinoco em demanda do rio Negro.

Em quase doze meses faz o percurso de Caracas a Manaus, removendo obstáculos sérios e contornando dificuldades antolhadas a cada passo.

Enquanto descansava na capital Baré, trava novo conhecimento. Agora com o major Jacques Ouriques, que lhe propõe um passeio até a fazenda de São-Marcos, no rio Branco.

Como na viagem anterior, o *Bolletino della Società Geografica Italiana* publica as suas impressões de viagem. Lendo-se as crônicas de Stradelli, tem-se a impressão da certeza com que êle encarava o que via e sentia: a sua descrição tinha a fôrça do filme. Não fantasiava, não dava que fazer à imaginação, era monótono, melancólico, realista em demasia. A expressão "estilo fotográfico", com que Câmara Cascudo definiu seu modo de escrever acêrca das paisagens que vira, cai-lhe como uma luva. Quem viaja pela mata, busca o colorido das suas peregrinações, nos incontáveis acidentes que se reproduzem a miúde. Aqui, a travessia perigosa de uma cachoeira, ali a caçada de um jacaré ou de uma onça, acolá momentos aflitivos passados no meio de tribos desconhecidas. Stradelli dizia tudo isso com tal naturalidade, com palavras tão justas, que muita gente fica a duvidar haver êle percorrido as regiões descritas. A nudez da verdade na maioria das vêzes não empolga, há mister atavios — uma pontinha de alegria que tem o sabor de uma gôta de limão numa tostada costeleta... Por isso muitos preferem as mentiras bem adornadas de adjetivos, ditas por Walter Raleigh e Savage Landor.

Do rio Branco ao Uaupés foi um pulo. A grande população indígena do rio era o *leit motiv* das preocupações do italiano que tinha queda acentuada para a etnologia.

Refere-se Stradelli que, certa vez, a fim de conseguir apossar-se de um papagaio, usou do seguinte estratagema, após haver, de mil modos, procurado convencer que o índola dono da ave deveria trocá-lo por outro objeto.

Aproveitando a curiosidade do selvícola, em tudo semelhante à das crianças e das mulheres, começou a mostrar-lhe o microscópio. Retirou do trepador um piolho, colocou-o diante da lente e pediu ao índio que o observasse pela luneta. O selvagem ficou assustadíssimo com o tamanho do inseto e por pouco não fugiu. O italiano não deixou passar a oportunidade, declarando-lhe: — Ou você me dá o papagaio, ou eu faço o piolho crescer até que lhe possa comer. Diante desta ameaça, o bugre entregou os pontos...

No ano de 1893, Stradelli naturalizou-se brasileiro — já amava o torrão que palmilhara. Ficou amando o recanto onde consumira quase tôda sua mocidade. Esqueceu-se da família para lembrar-se sòmente dos lugares onde sofrera e onde dera ao seu espírito as maiores alegrias.

No meado do ano de 1895, é nomeado promotor público da comarca de Lábrea, a cidade que fica à beira do Purus, logo abaixo da foz do Ituxi.

Na quietude da cidade sertaneja surdiram no cérebro do nosso Stradelli planos mirabolantes, na execução dos quais êle se tornaria multi-milionário em pouco tempo. Imaginou poder canalizar para a Itália tôda a produção de borracha do grande afluente do Amazonas. Êste plano aurífero fê-lo esquecer todos os encantos da floresta, e, num certo dia, seguiu para a sua pátria de origem a fim de obter um capitalista que quisesse compartilhar do seu grande negócio.

Voltou com as mãos abanando e o coração em sobressaltos, dando por perdido tudo quanto arquitetara. E na cidade de Tefé como um cenobita foi afogar suas mágoas. Lá, dá forte impulso ao seu vocabulário — obra que não fará desaparecer a memória do seu nome. Desempenhava a função de promotor público e, a pouco e pouco, foi fugindo do contacto com as pessoas que o procuravam, tornando-se mesmo por último verdadeiro misantropo. Alapardava-se de todos, deixando transparecer o terror de que estava possuído.

Afinal soube-se o porquê do seu retraimento. Terrível moléstia minava-lhe todo o organismo — a lepra. Completamente desfigurado foi conduzido para o Umirizal, onde os amigos lhe

construíram confortável casinha, a fim de que nela passasse, ou melhor, amargurasse seus últimos anos de vida.

Com paciência digna de nota, Stradelli soube suportar o castigo que desabara sôbre o seu ser e resignadamente enfrentou com sobranceria a desgraça. Pediu aos amigos lhe trouxessem os seus amarrotados alfarrábios e de posse dêles encetou com afã o trabalho.

A 24 de março de 1926, a morte levou-o, pondo um ponto final nas suas amargas desditas. Três anos depois, *O vocabulário português - nheengatu e nheengatu-português* era exposto nas montras das livrarias — suas páginas representam a vida de um homem que não soube resistir ao império da vontade que o dominava.

Ao completar o primeiro decênio da sua morte, Luís da Câmara Cascudo publicou excelente opúsculo que revivia os dias de amarguras e de glórias vencidos na selva amazonense pelo denodado sertanista.

Coronel Lima Figueiredo

*

A região do Cabo-Frio

O Prof. Pierre Monbeig, da Universidade do Distrito-Federal publicou na revista *Geografia*, ano II, ns. 2 e 3, um estudo sôbre a região de Cabo-Frio, o qual passamos a transcrever.

O cabo Frio é um cabo de um tipo especial, cabo formado de ilhas ligadas à costa por restingas, (tômbolos); a ilha do Farol mantém-se, aliás, ainda separada: daí o caráter extracontinental da região do cabo e sua individualidade.

Individualidade do clima, terminação meridional do clima dos alísios e extremidade setentrional do clima do gôlfo de Santa-Catarina, encontro de dois sistemas de correntes marinhas, uma vindo do norte, a outra do sul, donde zona de depósito principalmente marcado ao largo do cabo São-Tomé. Transição de tipos de costas: a oeste, desde Niterói e mesmo Marambaia, costa com restingas e lagoas submergindo numerosos morros cristalinos; a noroeste, costa baixa aluvial, afastada dos maciços montanhosos, costa deltaica em relação com a embocadura do Paraíba, importância dos materiais em suspensão no mar, fundo arenoso, muito favorável à vida de um abundante *plankton*, daí, rica fauna marinha principalmente moluscos presos ao fundo arenoso. Quanto às salinas, anormalíssimas nesta latitude e sob êste clima, sem dúvida, formadas sob um clima sêco como o testemunhariam igualmente as florestas de cactus da ponta de Cabo-Frio, provàvelmente vegetação residual; as salinas, utilizam — pelo menos em certos pontos — um sal fóssil que satura o solo das restingas e do qual se saturam as águas de infiltração de modo que as salinas seriam, antes, salinas continentais do que salinas marinhas.

Tôdas estas condições fazem de Cabo-Frio uma zona de antiga atração humana. Os traços mais remotos pertencem a populações litorâneas praticando o gênero de vida de comedores de grandes moluscos. Êstes últimos não existem mais hoje e estão ligados, sem dúvida, ao antigo clima mais sêco. Não se encontra mais hoje senão uma fauna composta de pequeninos moluscos.

A vida de pescaria tem evoluído; os moluscos não entram quase mais na alimentação de hoje, os peixes constituem a base da explotação. Houve mesmo, nos tempos coloniais, um importante estabelecimento de pesca da baleia na ponta de Búzios. A pesca do camarão, a pé na água ou em rêdes, é muito ativa devido à procura cada vez maior pela população do Rio-de-Janeiro.

As salinas, foram, primitivamente, salinas naturais onde os índios vinham fazer a colheita do sal; a interdição da extração, durante a época colonial, com o intuito de favorecer o sal português, fêz parar a explotação desta riqueza. A extração em grande escala começou na segunda metade do século XIX, graças à introdução de trabalhadores portuguêses pagos com certa porção do sal extraído; a época da colheita é o verão, de novembro a março, se bem que seja a estação das chuvas; porém o calor dos dias longos e a ventilação constante produzida pelos ventos de noroeste facilitam a evaporação.

A extração da cal de marisco, alimentava outrora muitos fornos de cal queimando carvão vegetal pulverizado e era quase a única que se empregava nas construções na região do Rio-de-Janeiro. Hoje, grandes usinas de cal instalaram-se no Estado de São-Paulo e fazem concorrência vitoriosa à "cal de marisco", cuja extração está em

Nota — Sôbre as salinas de Cabo-Frio ver igualmente Caio-Prado-Júnior: A indústria salineira no Estado do Rio-de-Janeiro, in "Geografia" n.º 3, págs. 230-302.

franca decadência. Projeta-se todavia, o estabelecimento de uma grande usina de cimento.

Tôda a lagoa de Araruama foi um velho centro de colonização; com sua estreita saída para o mar, ela constituía um patrimônio isolado e fácil de ser defendido, abrindo-se para uma larga rêde de circulação interior por meio da água. Franceses e holandeses, em seguida portuguêses, fizeram dela um centro de pirataria e de contrabando. Trocavam com os índios o "pau brasil" e logo, uma verdadeira colonização se instalou, sôbre o litoral, povoando a margem norte da lagoa com "fazendas" de açúcar, de café, de arroz; aí muito se produziu também o índigo e a cochonilha.

Tôda ésta atividade agrícola está em pleno regresso. Uma explotação extensiva por meio do gado substituiu a economia das plantações. Avistam-se em ruínas os velhos solares abandonados.

Entretanto, o povoamento desta região do Cabo permanece considerável: vilas antigas, Cabo Frio elevado a cidade desde 1615; São-Pedro da Aldeia fundada pelos jesuítas em 1617; também pequenas aglomerações de pescadores, no fundo das enseadas rochosas: arraial de Cabo-Frio, armações de Búzios; enfim casas isoladas dos salineiros portuguêses construídas sôbre as restingas arenosas ao longo da lagoa.

Curiosa região onde se associam gêneros de vida diferentíssimos, tendo cada uma sua história e sua época de prosperidade.

*

A colonização

Da série de aulas dadas pelo Prof. P. Arbos, da Universidade de Clemond-Ferrand, na Universidade do Distrito-Federal, no ano de 1937, transcrevemos a seguir os apontamentos da 8.ª e 12.ª

A colonização pode ser definida como sendo a explotação e a valorização de uma região empreendida ou simplesmente ativada pelos novos ocupantes.

Há três tipos de colônias: 1) colônias de escala; 2) de enquadramento; 3) de povoamento.

1.º *tipo* — Colônias de escala — compreende a ocupação de um território restrito de utilidade à navegação. Foi a primeira forma de colonização: os fenícios não a compreendiam de outra forma e mesmo os portuguêses, durante muito tempo, limitavam-se a ocupar pontos estratégicos para a navegação e para o comércio nas costas que descobriam.

Tôda a colônia relativamente antiga teve por germe uma escala que abastecia as embarcações de água potável e víveres e que lentamente se transformou num entreposto comercial.

Há hoje, grande número de colônias de escala. Exemplo: Dacar, que deve sua atual prosperidade à posição geográfica na extremidade ocidental do continente africano. Possui abundante água potável que fornece aos navios e que lhe permite cultivar, em abundância, legumes que igualmente vende. O seu pôrto acha-se hoje perfeitamente aparelhado para fornecer carvão ou petróleo, para as necessárias reparações nos navios, etc. Em 35 anos Dacar transformou-se num grande pôrto de importância mundial.

2.º *tipo* — Colônias de enquadramento — Também denominadas de explotação, geralmente situadas nas regiões tropicais, onde os colonos europeus dificilmente podem se fixar.

No fim do século XIX e começo do XX é que as regiões situadas entre os trópicos puderam ser convenientemente explotadas. Os métodos de colonização até então empíricos se tornaram mais eficazes, baseando-se em conhecimentos seguros da região, na aplicação da higiene conveniente e na explotação científica das riquezas naturais. Foram assim integradas na economia universal vastas regiões do globo, até então vagamente conhecidas. Êsse fato pode ser considerado como um dos grandes acontecimentos da época atual.

A explotação das regiões intertropicais era até então baseada no trabalho forçado ou no sistema dos contingentes, largamente aplicado na Índia e na Insulíndia. O método de colonização Van den Bosch, adotado pelos holandeses, baseava-se no fornecimento, por parte dos indígenas, da mão de obra para as plantações do govêrno, de produtos das suas próprias culturas.

O antigo regime colonial durou até a metade do século XIX, por ocasião da crise do açúcar provocada pelo desenvolvimento da cultura da beterraba. A emancipação dos negros foi o prenúncio de uma nova era.

A colonização moderna exige: 1) Pesquisas científicas, sob o meio físico e biológico da região. 2) Aplicação de todos os recursos da técnica moderna na explotação do solo. Para facilitar foram fundados jardins botânicos, sendo o mais importante o de Buitenzorf, na ilha de Java, onde foram feitas as experiências que permitiram a adaptação, no arquipélago, da cultura da quina, originária da América. Existem outros jardins importantes em Ceilão, na ilha Maurícia, etc.

O recenseamento da população é da maior importância. Efetuado na Índia pela primeira vez em 1872, permitiu, desde logo, fixar os impostos de um modo equitativo, conhecer as regiões mais afetadas pela fome, prever o rendimento possível das estradas de ferro, etc.

As colônias de enquadramento eram, às vêzes, arrendadas a companhias, constituídas para êsse fim, e ainda hoje êsse método é aplicado pela Inglaterra, tendendo, entretanto, cada vez mais, a ser substituído por outros. O da cultura livre deu excelente resultado na Índia, onde os pequenos comerciantes do local serviam de intermediários entre os pequenos produtores e os europeus.

A cultura de palmeiras para extração do óleo, na África Ocidental Francesa, empreendida por negociantes de Marselha que haviam instituído a irrigação, deu igualmente os melhores resultados. Iniciado apenas, a título de experiência, com 30 famílias, desenvolveu-se ràpidamente.

Na costa do Marfim, um sistema diverso foi adotado: o plantio de certa quantidade de palmeiras e de árvores de cacau, era impôsto às aldeias indígenas, que aguardavam a liberdade de venda dos seus produtos. As culturas, a princípio obrigatórias, desenvolveram-se depois espontâneamente.

As colônias de enquadramento apresentam o problema político das relações com os indígenas.

Colônias mistas de fixação — São situadas nas regiões de transição entre as zonas tropicais e as zonas temperadas: planaltos dos Andes e do México, África-do-Sul, África-do-Norte, Turquestão russo. Regiões geralmente sêcas. Populações numerosas anteriores à ocupação européia explicando a preponderância numérica atual do elemento nativo sôbre os núcleos de origem européia. No México, na Algéria e na África-do-Sul 1 habitante europeu por 5 indígenas; no Egito, 1 por 100, etc.

A população indígena já numerosa cresce ainda depois da ocupação estrangeira devido à melhor higiene, aos novos recursos econômicos, etc. As populações indígenas apresentam diversos problemas às nações colonizadoras: o da divisão das terras, o da instrução, o da religião e o étnico, de todos, o mais importante. Em relação ao último, a atitude dos diferentes povos europeus varia de acôrdo com a índole de cada um. Os anglo-saxões praticam geralmente uma política de separação: na África-do-Sul uma lei recente veda ao indígena a profissão qualificada.

Os latinos adotam uma atitude oposta.

A França na segunda metade do século XIX, procurava a assimilação concedendo aos indígenas os mesmos direitos civis e políticos que aos franceses. As diferenças de mortalidade das populações indígenas fizeram-na adotar presentemente uma política de associação e de proteção ao nativo sem lhe conceder, de início, direito que o seu nível de cultura não lhe permita aproveitar.

3.º tipo — Colônias de povoamento — São localizadas na zona temperada: nas extremidades este e oeste da grande floresta boreal do hemisfério norte e nas extremidades meridionais da América e da Austrália.

Populações primitivas escassas compostas de tribos caçadoras. Imenso afluxo de imigrantes europeus que encontrando condições físicas semelhantes às da Europa puderam se radicar ao solo. Os Estados-Unidos, nos anos que precederam à guerra, recebiam cêrca de um milhão de imigrantes por ano; a Sibéria, quatrocentos mil; a Argentina e a Austrália, recebiam igualmente grandes massas humanas. Hoje, muitos países, mormente os anglo-saxões limitam a imigração.

A extinção dos indígenas é quase completa nesses países tendo contribuído para isso, além de certas razões geográficas, o grau de civilização inferior dos nativos. O aparecimento das estradas de ferro significa geralmente a extinção das populações primitivas.

A colonização das regiões temperadas é precedida, geralmente pela concessão de terras aos imigrantes que praticam culturas semelhantes às européias. Formam-se, assim, centros de exportação de gêneros alimentícios e de matérias primas. Nos Estados-Uni-

dos o aumento da população e do consumo interno e a industrialização fizeram diminuir essas exportações.

Os países que se originaram dêsse tipo de colonização caracterizam-se geralmente, pelo grande desenvolvimento urbano especialmente da capital e pela população escassa do interior.

Bibliografia:

Zimmerman — Artigo publicado na "Revue Annuelle de Géographie". 1909.

Georges Hardy — Géographie et Colonisation.

Tonnelat — Les Colonies Allemandes.

Demangeon — L'Empire Britannique.

*

Primórdios da indústria do petróleo nos Estados-Unidos

Foi publicado no *Boletim Shell*, vol. 3, n.º 25, o seguinte comentário sôbre o pioneiro da indústria do petróleo nos Estados-Unidos:

A moderna indústria do petróleo teve seu berço nos Estados-Unidos, há 85 anos, quando o famoso coronel Drake abriu em Tirusville o primeiro poço, fato registrado em 27 de agôsto de 1859 — data célebre, pois, na história do óleo negro da terra.

Embora já de há muito o petróleo viesse sendo aproveitado ali e noutros países para iluminação, como remédio e ainda para outros fins, foi a partir dessa data que a explotação do petróleo ganhou alento se desenvolveu e sistematizou, pois é também por essa época que os motores de combustão interna começaram a dar resultados práticos enquanto por outro lado se generalizava, em todo o mundo, o uso do lampeão a querosene.

Os primeiros habitantes da Pensilvânia e doutras regiões estadunidenses, onde o petróleo era encontrado à flor da terra, haviam aprendido com os índios o seu emprêgo, particularmente como medicamento.

Davam êsses indígenas ao petróleo o nome de "atoronto" e, segundo a tradição, foi o chefe de uma tribo, chamado Soubarisson que, em 1672, ensinou aos primeiros brancos que ali apareceram, as virtudes do óleo negro.

Comemorando em agôsto o 85.º aniversário da abertura do primeiro poço pelo coronel Drake, as autoridades norte-americanas não deixaram esquecido êsse fato, e como lembrança do remoto chefe índio, deram o seu nome, encimado por uma soberba cabeça de pele vermelha, representando sua hipotética efígie, a um navio petroleiro, lançado ao mar, nessa data, nos estaleiros de São-Francisco.

*

Problemas demográficos

Sob o título acima, o *Estado de São-Paulo* publicou valioso estudo focalizando oportunos assuntos demográficos, que passamos a transcrever:

"As questões demográficas figuram como as mais sérias entre as que preocupavam a humanidade antes da guerra, mais se agravaram ainda depois dela, porque a população é o elemento que constitui a fôrça de um Estado, e, se atualmente cinco países são qualificados como superpotências é porque cada um dêles tem uma população de mais de cem milhões de habitantes. Entretanto, até hoje os estudos demográficos estão ainda em estado primitivo, e, ùltimamente encontrei na revista científica francesa *Renaissance*, um artigo do Sr. Weiller, que fala com desprêzo da "meio-ciência" que trata dêsses problemas. Realmente, os fatôres que influenciam as questões de natalidade, de muita importância na demografia, foram tão pouco estudados até hoje, que tirar dêles qualquer conclusão definitiva é impossível, mas, por outro lado, é de grande urgência tomar tais ou quais medidas, ou pelo menos decisões, cujas conseqüências perdurem nesta questão por muito tempo. Assim, por exemplo, tal ou qual solução do problema da Renânia depende em primeiro lugar da questão da sua população. Já escrevi nestas páginas, que a única solução radical seria transferir de lá os alemães e povoar essa província com franceses; infelizmente, êstes não são bastante numerosos para ocupar e explotar sòzinhos uma região tão extensa. Já antes da guerra, a França, com seus 76 habitantes por quilômetro quadrado, tinha uma densidade de perto de metade da da Alemanha (que era de 135 habitantes por quilômetro quadrado), apesar de ser um país de imigração. Quase dez por cento da sua população eram estrangeiros e entre êles eram dois milhões os italianos. E o novo govêrno provisório da França procura já atrair imigrantes para o país, o que constitui uma política muito sábia. Num país de tão alta cultura como a francesa, a assimilação dos imi-

grantes é garantida, sobretudo em vista de que a grande maioria dêsses imigrantes serão italianos e espanhóis, tão próximos dos franceses pelo sangue e pela língua, e que demonstraram nos últimos anos simpatizar mais com a estrutura política da França, do que com a dos seus próprios ditadores. Entretanto, e mesmo na previsão de uma grande imigração, a França não poderá encarregar-se de uma tarefa tão difícil como a repovoação da Renânia, na hipótese de serem retirados de lá os alemães. As transferências de populações, que temos observado depois da primeira guerra mundial, não foram tão importantes como as que são previstas para o fim da guerra atual, e não podem servir de exemplo para o futuro. Parece que a Polônia e a Checoslováquia terão a possibilidade de povoar com seus nacionais a Pomerânia, a Silésia e a região dos Sudetos, da qual seriam expulsos os alemães, mas, sem dúvida nenhuma, essa será uma operação difícil, que exigirá dos poloneses e dos checos um grande esfôrço. Mas, para a França, a repovoação da Renânia pelos seus nacionais, depois dos alemães, seria certamente impossível de realizar. Entretanto, é evidente que as maiores dificuldades para transferências de populações ocorrerão na própria Alemanha. Suas perdas humanas durante a guerra e imediatamente depois dela foram e serão tão importantes, que será fácil encontrar lugar para os milhões de transferidos das províncias perdidas: mais complicado será, porém, encontrar-lhes trabalho e ocupação. Na véspera da invasão da Polônia, não havia desemprêgo na Alemanha, mas, era sòmente porque a guerra estava sendo preparada; na época do advento de Hítler ao poder, o número dos desempregados, incluindo os que trabalhavam sòmente parte do dia, era de seis milhões. Depois da guerra, não só serão destruídas tôdas as usinas que trabalham para a guerra, mas, também serão paralisadas muitas outras, mais ou menos ligadas à indústria bélica. Dêsse modo, milhões de trabalhadores ficarão sem ocupação e a reconstrução do país não levará mais do que alguns anos. Assim, o aumento da população alemã será, ao contrário do que sucede na França, indesejável para o país, e, provàvelmente as medidas introduzidas por Hítler para aumentar a natalidade serão abolidas. Com isso chegamos a problemas puramente demográficos. É atualmente fato fora de dúvida, que a população aumenta ao passo que, sua cultura diminui. Sòmente no Japão, no último século, as reformas, que até certo ponto aproximaram êsse país da cultura européia, aumentaram nêle a natalidade, mas, principalmente pelo estabelecimento no país da tranqüilidade interna. Todavia, não se deve esquecer que a densidade da população já existente e a natalidade relativa, não são os únicos fatôres que influem nos movimentos demográficos e às vêzes não têm correlação entre si. Poder-se-ia supor, que a densidade da população tem como conseqüência um menor coeficiente de reprodução, mas, êsse não é sempre o caso. Quando êsse coeficiente se torna menor do que a unidade, pode-se prever uma diminuição da população. Assim, a França, com uma população de 76 habitantes por quilômetro quadrado, tinha antes da guerra um coeficiente de reprodução de 0,900 sôbre 100 000, ao passo que a Bélgica, o país mais povoado do mundo inteiro, com 279 habitantes por quilômetro quadrado, tinha quase o mesmo coeficiente de 0,859. Por outro lado, a Inglaterra, com a menor reprodutividade da Europa, de 0,782, era povoada muito mais densamente do que não sòmente a França, mas também a Alemanha, com uma população de 195 habitantes por quilômetro quadrado. Contudo, a questão da natalidade, não foi levantada na Inglaterra, e, se ela foi discutida na França, isso aconteceu principalmente por causa da perigo militar, que sempre ameaçou o país por parte da Alemanha desde 1860, quando Bismarck, Roon e Moltke começaram a preparar a unificação do Reich e suas conquistas ulteriores. Em 1871, no momento da primeira derrota francesa, a Alemanha contava 41 milhões de habitantes contra 36 milhões de franceses e, em 1939, êstes eram sòmente de 41 milhões de habitantes contra 69 milhões de alemães (e com a anexação da Áustria e dos Sudetos até 79 milhões). A questão do "despovoamento" tornou-se assim uma das mais prementes na França, sobretudo depois de 1936, ano em que pela primeira e única vez, até hoje, a mortalidade ultrapassou a natalidade. É interessante notar, que já em 1929, Corrado D'ini, presidente do Bureau Central Estatístico de Roma, predisse que a natalidade seria menor que a mortalidade na França a partir de 1937, na Inglaterra, a partir de 1942 e na Alemanha, a começar em 1947. Entretanto, depois disso, as medidas especiais de Hítler elevaram tão sensivel-

mente a natalidade alemã, entre 1933 e 1939, que essa predição não se poderia realizar se não surgisse a guerra, ao passo que na Inglaterra, onde a natalidade era das mais baixas, sua diminuição incessante foi paralela à diminuição da mortalidade. E, durante a guerra, observou-se na Inglaterra um fenômeno realmente surpreendente de aumento da natalidade. Assim, as previsões pessimistas de D'ini, talvez não se realizem e, por outro lado, êsses fatos são um testemunho evidente de que a natalidade é um fator que se submete fàcilmente à influência das medidas sociais, favoráveis ou nocivas.

Não se deve esquecer que o acréscimo da população depende também de dois fatôres sociais, que muitas vêzes não são tomados na devida consideração. Um dêles é a migração dos camponeses para as cidades. A percentagem dos citadinos na população aumenta em todos os países e todos sabem que os camponeses são mais prolíficos do que os habitantes das cidades. Essa migração para as cidades, que tomou um vulto importante sobretudo na França, onde os campos foram abandonados no sul pelos franceses e despovoados principalmente pelos italianos, é ainda mais interessante na Rússia, onde a industrialização provocou o êxodo de milhões de homens para novas fábricas. É um fator que inevitàvelmente terá por conseqüência uma diminuição da natalidade, mas, geralmente não é tomado em consideração por aquêles que analisam as transformações demográficas. Não esqueçamos também que tôdas essas avaliações são feitas na base da situação de antes da guerra, sem considerar as perdas humanas que ela ocasionou e que são avaliadas em milhões.

A diminuição da natalidade coincidiu, porém, em quase todo o mundo, com a melhoria das condições higiênicas o que teve como conseqüência um aumento de duração média da vida. Assim, o número de velhos, que já não influem na natalidade constitui atualmente percentagem maior e, portanto, a diminuição da percentagem dos nascimentos não deve espantar. Pode-se dizer mesmo, que êsse não é um fato anormal, e, que pelo contrário, anormal, embora temporária, é a situação da população mundial, pois a mortalidade deixou de diminuir, antes aumentou, ao passo que a natalidade em média se estabilizou.

O maior ou menor coeficiente de natalidade dependerá das medidas de proteção à "maternidade e infância", como o sistema é denominado na Rússia, mas, devendo ser ainda mais ampliado e incluir também melhoramentos nos alojamentos e criações de creches e jardins de infância para os filhos de trabalhadores, problemas êsses que, na maioria dos países, nem foram abordados.

Antes da guerra, grave preocupação dos franceses foi o fato de ser então a população trabalhadora do Reich maior duas vêzes do que a francesa, 21 623 000 contra 10 260 000 homens entre 15 e 50 anos, que são, também, os elementos com os quais se pode contar durante uma guerra moderna. Entretanto, percentagem de homens na mesma idade era ainda maior na Rússia, em conseqüência da mortalidade excepcional dos velhos durante os anos da revolução, mas não foi êsse o único fator que decidiu do resultado da luta gigantesca entre alemães e russos. Do mesmo modo, na luta entre franceses e alemães, a questão demográfica não demonstrou sua importância. Para o futuro é evidente, entretanto, que ela deverá ser posta na base de tôdas as combinações sociais, sem esquecer os fatôres econômicos e morais.

É ainda impossível prever o que será o mapa demográfico da Europa depois da guerra, mas, já sabemos que as perdas humanas foram maiores do que em qualquer outra época da história, o que faz supor que as transferências de populações e outras medidas análogas não menos drásticas, terão realmente de ser realizadas. Não é impossível, assim, que todo o território a leste do Oder se transforme de novo num território eslavo, o que deixou de ser há mais de 800 anos. Todavia, os cálculos sôbre a futura preponderância dos eslavos na Europa são ainda prematuros. Ela se pode realizar, mas, depende de um número tão grande de fatôres tão diversos, que seria muito precipitado tomar tais suposições como base para a futura política dos países que compõem a grande unidade humana. E, repito, que o fator demográfico, com tôda a sua importância, não é o único que tem decidido as maiores transformações da história".

Conde Emanuel de Bennigsen

*

História serena e equilibrada

Transcrevemos, do *Correio Paulistano*, a seguinte apreciação sôbre a nova metodologia dos estudos históricos no Brasil:

"O desenvolvimento que entre nós vêm tomando os estudos históricos, convida sempre a reflexões quanto à sua metodologia, orientação, caráter, finalidade, em suma, quanto ao seu ensino. Reconheçamos, de início, que o Brasil, apesar dos esforços de alguns pioneiros, custou muito a libertar-se dos velhos métodos que, noutros países, já desde meados do século passado, começaram a ser substituídos por uma história racional e mais compreensiva do que a simples cronologia. Começou-se a fazer história das idéias, do pensamento, da civilização. Êste nome — História da Civilização — sempre nos pareceu mais significativo e bem gostaríamos de vê-lo novamente nos programas oficiais em lugar da simples "História Geral" ou "História Universal".

Note-se, em segundo lugar, que o estudo, e por conseguinte, o ensino da História exige serenidade e equilíbrio, sem o que perderá inteiramente sua finalidade, ou melhor, servirá a falsos objetivos, com prejuízos inapreciáveis à boa formação moral e cultural dos estudantes. No Brasil mesmo, trabalha-se, presentemente, sob os auspícios do Ministério das Relações Exteriores, na revisão dos textos históricos, principalmente no que respeita às relações com os países vizinhos, e não há muito vimos graves acusações formularem-se contra uma série de manuais históricos disseminadores do "vírus" fascista através de críticas às instituições democráticas ou liberais e da exaltação aos regimes totalitários aparecidos na Europa.

Ensinar História é, pois, função das mais sérias, pois nenhum outro professor terá tantas oportunidades e tantos elementos para influir no pensamento de seus alunos. E a muitos faltam, como sabemos por experiência própria, aquêles elementos que se reputam fundamentais a um professor de História: serenidade e equilíbrio. Quantos não se servem da História para o mais estreito sectarismo político ou religioso! Lembramos, como exemplo, um dos assuntos que costumam ser mais vítimas dessa falha: a Reforma Religiosa, que aparece sempre deturpada, de acôrdo com a orientação religiosa do professor. E assim como a Reforma, todos os temas em que o fator religioso — católico ou protestante, muçulmano ou israelita — esteja em foco. Como é diferente a Companhia de Jesus, quando apreciada por elementos de orientação religiosa diversa! No entanto, há sempre um equilíbrio possível, para o qual se requer, antes de tudo, compreensão.

Citamos, de propósito as palavras de um historiador inglês dos nossos dias — do Trinity College, de Cambridge —, George M. Trevelyan que, em artigo transcrito recentemente por uma revista desta capital, aprecia a situação do problema no seu país.

"Naturalmente um grande dano pode resultar do ensino da História por processo condenável e egoísta, subordinado à paixão ignorante e à propaganda deliberada. Esta guerra resultou em grande parte do ensino da História falsa e parcial na Alemanha e outros países. Os ódios nacionais e de classes são estimulados pela História falsa e parcial. Em nosso país, todavia, no presente momento, ensina-se de um modo geral, uma História equilibrada. Os atuais historiadores da Inglaterra raramente se mostram propagandistas ou sectários apaixonados, e sou de opinião que a História tal como é estudada e ensinada na Inglaterra de hoje alarga o espírito e treina a inteligência".

Nogueira de Matos

*

Venezuela

A República oficialmente denominada Estados-Unidos de Venezuela, berço do insigne libertador Simón Bolívar, ocupa o extremo norte da América-do-Sul e está limitada ao norte pelo Mar das Antilhas, ao sul pelos Estados-Unidos-do-Brasil, ao leste pela Guiana Inglêsa e o Oceano Atlântico e ao oeste pela República da Colômbia. Tem uma população de 3 226 150 habitantes. A superfície do país é de .... 1 020 400 quilômetros quadrados, alcançando em seus pontos de maior extensão 1 242 quilômetros de norte a sul e 1 672 de leste a oeste. Suas costas, banhadas pelo Mar das Antilhas e o Oceano Atlântico, medem 2 020 quilômetros de extensão.

Existem em Venezuela três cadeias principais de montanhas. A primeira é um prolongamento dos Andes colombianos, com um ramal que vai em direção norte até a serra de Perijá e outro ramal em direção este-noroeste.

Esta cadeia forma a chamada região alpina, sendo uma massa compacta de serranias na qual existem picos muito elevados cobertos de neves perpétuas, tendo em sua base espêssas florestas virgens onde se produz, em forma silvestre, o famoso cacau venezuelano. A segunda cadeia é a que segue ao longo da costa do Mar das Antilhas, de este a oeste, com imensas planícies cortadas em tôdas as direções por grandes rios, nos quais pastejam enormes rebanhos de gado. A terceira cadeia está compreendida na de Parima e abrange tôda a região da Guiana Venezuelana formando uma meseta convexa que corre de este a oeste e na qual existem a intervalos regulares grandes montanhas separadas umas das outras por extensas planícies atravessadas por caudalosos rios navegáveis.

O território venezuelano é cortado em todos os sentidos por imensos rios, pela maior parte navegáveis. O maior dêsses rios é o Orinoco, que, depois do Amazonas, é um dos mais gigantescos do mundo, possuindo uma extensão de mais de 2 500 quilômetros. Seguem-lhe em importância como rios navegáveis o rio Negro, que, unido ao Cassiquiare, permite a comunicação com o Amazonas, e portanto com o Brasil; o Apure, e o Portuguêsa, navegados por vapôres e navios a vela que fazem o trajecto entre a Cidade Bolívar e Trinidad; o Cuyuni, o Guaviare, o Sarare, o Masparro, o Santo Domingo, o Cojedes, o Catatumbo, o Zulia e muitos outros.

O território de Venezuela divide-se, segundo suas produções, em três zonas, que são: a da agricultura, ao norte, a das terras pastoris ou da pecuária, ao centro; e a floresta, ao sul. Na primeira, produz-se o café, cacau, cana de açúcar, algodão, anil, fumo, milho, trigo, arroz e outros cereais, e tôda a sorte de madeiras de tinturaria, e de construção. A segunda zona acha-se dedicada à criação de gado, ao passo que na terceira encontram-se madeiras, preciosas de grande utilidade, cacau, quina, baunilha, e uma infinidade de plantas medicinais. Além disso, o país possui minas de ouro, prata, cobre, carvão, estanho, chumbo, ferro, mármore, asfalto, e petróleo. Na produção dêste último mineral, Venezuela ocupa hoje em dia um dos lugares mais importantes entre as nações do mundo. Entre as setenta e uma ilhas abrangidas em seu território, conta-se a ilha Margarita, notável pelas suas pescarias de pérolas.

Resenha histórica — Venezuela foi descoberta por Cristóvão Colombo a 1 de agôsto de 1498, quando fêz a sua terceira viagem à América. Contam alguns historiadores que as tribos do gôlfo de Maracaibo viviam em choças metidas nas próprias águas do mar, de onde se deu ao país o nome de Venezuela, em recordação de Veneza. Êste nome lhe foi dado por Alonso de Ojeda, o primeiro a percorrer as costas do país, em 1499, chegando à ilha Margarita, de onde seguiu ao oeste até o cabo de San-Román, descobrindo, logo depois ,o grande gôlfo de Maracaibo. Depois, de Ojeda, chegou, em 1500, Alonso Niño, que fêz quase o mesmo percurso, recolhendo valiosíssimas pérolas, e pouco depois, Rodrigo de Bastidas, que se internou até o gôlfo de Darién.

Nas proximidades do ano de 1528, o rei Carlos V da Espanha, concedeu à família Belazares de Augsburgo, o privilégio de conquistar a Província de Venezuela desde o cabo da Vela até Maracapana, e governá-la por meio de um "Adelantado", missão essa para a qual foi nomeado, em 1529, Ambrósio de Alfínger, que, não tendo — como os seus sucessores — tido êxito no seu propósito de conquista, pereceu às mãos dos índios em 1531. Não foi, pois, senão até 1545, ano em que a coroa da Espanha enviou à Venezuela Dom Juan de Carvajal, e anulou a concessão dos Belazares; que se pôde estabelecer a primeira colônia permanente no interior do país. Em 1567, Dom Diego de Lozada fundou a cidade de Santiago de León de Caracas. Em 1731, foi criada a capitania geral de Venezuela sob o govêrno de Dom Sebastián García de la Torre, à qual se agregaram em 1777 as províncias do Cumaná, Guiana e Maracaibo. O primeiro movimento de independência foi iniciado em 1797 pelos patriotas Dom Manuel Gual e Dom José Maria España, tentativa essa que, como outras posteriores, fracassou. A 25 de março de 1806 apareceu no teatro dos acontecimentos o ilustre filho de Caracas, Dom Francisco de Miranda, que invadiu Venezuela por Ocumare, chefiando uma expedição que se originou nos Estados-Unidos da América. Ocupou então a cidade de Coro e nesse lugar, lançou, a 2 de agôsto, a memorável proclamação "aos povos habitantes do continente americano colombiano" incitando-os "à recuperação dos nossos direitos como cidadãos americanos colombianos". Deveu-se isso a que em seu conceito a América Espanhola devia chamar-se Colômbia e for-

mar uma só grande nação. Mais tarde foi nomeado tenente-general e pôsto à frente do exército. A 2 de março de 1811, reuniu-se o Primeiro Congresso de Venezuela, composto dos homens mais eminentes e ilustres de sua época que, a 5 de julho do mesmo ano, proclamou uma ata solene declarando a independência do país, de todo o poder estranho. A 20 de dezembro, o Congresso sancionou uma Constituição Federal. Depois de vários sucessos adversos o generalíssimo Miranda capitulou a 12 de julho de 1812, à intimação de Monte-Verde; foi traído, preso e enviado à Espanha onde passou o resto de sua vida no cárcere. A capitulação de Miranda marcou a queda da primeira República. Quando tão grandes males assolavam Venezuela, aparece no cenário Simón Bolívar, que marchando de vitória em vitória, entrava triunfalmente nos anais da história. Depois de uma campanha muito renhida, e após ter sido aclamado pelo povo venezuelano como o *Libertador da Pátria*, Bolívar pôs fim à dominação espanhola no norte da América-do-Sul com a gloriosa batalha de Carabobo, que teve lugar a 24 de junho de 1821. A 27 de dezembro de 1819 ficou definitivamente estabelecida a Grã Colômbia, composta de Venezuela, Nova-Granada e Equador. A 22 de setembro de 1830 Venezuela retirou-se da Federação e constituiu-se em república independente.

Constituição e govêrno — Venezuela é uma República Federal, composta de vinte Estados, que gozam de soberania própria, de acôrdo com a Constituição Nacional de 1931, que é a que vigora atualmente. Possui também dois Territórios Federais, o Distrito-Federal e as dependências federais, que junto com os Estados trazem constitucionalmente o nome de Estados-Unidos de Venezuela. Êste conjunto compreende o território que antes da transformação política em 1810 correspondia à Capitania Geral de Venezuela.

O Govêrno Federal se divide em três Poderes: o Legislativo, o Executivo e o Judiciário. O Poder Legislativo é exercido por uma Assembléia composta da Câmara dos Deputados e da Câmara dos Senadores. Os deputados são eleitos pelos respectivos Estados por votação direta, à razão de um por .... 35 000 habitantes, correspondendo mais um a cada excesso de 15 000. Os deputados, que são eleitos por um período de três anos devem ser venezuelanos de nascimento e haver completado 21 anos. Os senadores são eleitos pela Assembléia Legislativa de cada Estado à razão de dois por Estado, requerendo-se para êste cargo que sejam venezuelanos de nascimento e maiores de trinta anos. Os senadores exercem as suas funções durante um período de três anos. As Câmaras Legislativas reúnem-se cada ano na capital da República a 19 de abril, ou em uma data mais próxima possível, durando em sessões por noventa dias improrrogáveis. O Poder Executivo é exercido pelo presidente da República que é eleito pelas Câmaras dos Senadores e dos Deputados por um período de sete anos. Para ocupar êsse cargo é preciso ser venezuelano de nascimento, maior de trinta anos, leigo, e estar no gôzo de todos os direitos civis e políticos. As atribuições que lhe concede a Constituição, êle as exerce por meio dos Ministros de Despacho, designados pela lei, os quais são os órgãos legais únicos e precisos com que conta. O Poder Judiciário reside na Côrte Federal e de Cassação e nos demais Tribunais e Juntas de Juízes que as leis estabelecerem.

Os Estados em que se acha dividido o país e suas respectivas capitais são:

Distrito-Federal	Caracas
Anzoátegui	Barcelona
Apure	San-Fernando
Aragua	Maracay
Bolívar	Ciudad-Bolívar
Carabobo	Valencia
Cojedes	San-Carlos
Falcón	Coro
Guárico	San-Juan-de-los-Morros
Lara	Barquisimeto
Mérida	Mérida
Miranda	Los-Teques
Monagas	Maturín
Nueva-Esparta	La-Asunción
Portuguêsa	Acarigua
Sucre	Cumaná
Táchira	San-Cristobal
Trujillo	Trujillo
Yaracuy	San-Felipe
Zamora	Barinas
Zula	Maracaibo

Territórios:

Amazonas	Atures
Delta-Amacuro	Tucupita

As principais cidades, na ordem de sua importância, são:

Caracas, capital da República, foi fundada em 1567. Nela nasceram o libertador Simón Bolívar, o generalíssimo

e precursor Dom Francisco de Miranda, o sábio Dom Andrés Bello, e outros homens ilustres. A cidade se encontra situada no vale do seu nome e rodeada por altos picos da cadeia de montanhas da Costa. Apesar de se encontrar Caracas na zona tórrida, o seu clima é o de uma primavera permanente, devido à sua altitude de 1 042 metros acima do nível do mar. É um importante centro comercial, industrial e social e possui numerosas praças, luxuosos edifícios, jardins, passeios e parques, que fazem dela uma cidade muito linda, alegre e elegante. No Panteón Nacional repousam os restos do libertador Bolívar, de Páez e de outros heróis venezuelanos que figuram no cenário da história nacional.

Valencia, foi fundada em 1555, uma das cidades mais belas e interessantes do país e ativíssimo centro de comércio. Ao oeste da cidade encontram-se os célebres campos de Carabobo, glorioso sítio em que se deu a batalha que decidiu a independência de Venezuela.

Maracaibo, fundada em 1529, cidade de grande adiantamento material, célebre pelo grande lago do mesmo nome, e por ter sido ali que Bolívar expediu a sua importante proclamação em que convidava os venezuelanos à paz em dezembro de 1826. O Estado de que é capital esta cidade, é uma das mais ricas regiões do país em recursos minerais, visto que o seu território contém algumas das jazidas petrolíferas maiores e mais ricas do mundo, o que tem contribuído a formar uma base sólida que virá influir grandemente na independência econômica da nação.

Barquisimeto, ao oeste de Carabobo, fundada em 1552, notável na história da independência.

Ciudad Bolívar, às margens do Orinoco, importante praça comercial, e célebre na história porque nela se reuniu o Segundo Congresso da República, em 1810, que criou a Grã Colômbia.

Outras cidades importantes são: *San Cristóbal, Puerto Cabello, La Guaira e Barcelona*.

Vias de comunicação — Os rios de Venezuela constituem um meio muito importante de comunicação, sendo que entre êles setenta são navegáveis em um trajeto total de 9 000 quilômetros.

Nos últimos anos o govêrno tem dado grande impulso à construção dos diferentes sistemas de estradas que ligam os centros urbanos e industriais do país. Especial importância se tem dado aos caminhos transitáveis por automóvel, situados entre Caracas e a fronteira colombiana, entre Caracas e as planícies do sul, e entre Caracas e a Ciudad Bolívar, às margens do caudaloso Orinoco, além de melhoramentos das que ligam a referida capital com o pôrto marítimo de La Guaira e a de Valencia a Puerto Cabello. Existem também vários outros e interessantes sistemas de rodovias que facilitam a comunicação automobilística entre as principais regiões do país; há, bem assim, mais de quatorze linhas ferroviárias principais que têm uma extensão total de mais de 1 700 quilômetros. Em 1930 foi estabelecido o serviço aéreo de passageiros e correios entre Venezuela e os Estados-Unidos e entre Venezuela e outros países americanos, ao passo que a Cia. Aérea Postal mantém êsse serviço entre Caracas, Maracay, Maracaibo, La Guaira e Ciudad Bolívar. Várias linhas de vapôres fazem a travessia entre os portos venezuelanos e os da Europa e dos Estados-Unidos.

Educação pública — Não são as suas glórias guerreiras, nem os seus enormes sacrifícios pelo ideal da emancipação americana, os únicos títulos que ostenta a pátria do Libertador, para merecer o respeito e a consideração dos seus irmãos do Novo-Mundo. Venezuela é também empório da cultura em todos os seus aspectos, e no campo da educação pública tem alcançado notável desenvolvimento. Possui institutos culturais de nomeada como a Universidade Central, constituída por tôdas as faculdades e escolas nacionais de estudos superiores existentes na capital da República; a Universidade dos Andes, com sede na capital de Mérida, a Academia Nacional de História e um grande número de escolas de ensino primário e secundário.

O Serviço Central de Documentação Geográfica do Conselho Nacional de Geografia é completo, compreendendo Biblioteca, Mapoteca, Fototeca e Arquivo Corográfico, destinando-se êste à guarda de documentos como sejam inéditos e artigos de jornais. Envie ao Conselho qualquer documento que possuir sôbre o território brasileiro.

Contribuição ao ensino

A Paleontologia, seu Objetivo, Divisão e Utilidade. Coluna Geológica

Prof. Matias de O. Roxo

Um *fóssil* é todo o ser animal ou vegetal cujos despojos têm sido encontrados nas camadas geológicas que se formaram anteriormente às atuais, e a ciência que com êles se preocupa é denominada *Paleontologia*.

Podemos definir de um modo geral: Paleontologia é a ciência que estuda os sêres vivos que habitaram a Terra antes da época atual. É, assim, a Biologia do passado. Recebe a denominação de *Paleozoologia*, quando estuda os sêres animais que viveram naqueles tempos, denominando-se *Paleofitologia* ou *Paleobotânica*, quando estuda os sêres vegetais.

Os sêres vivos, quando morrem são, pouco a pouco, soterrados, quer no próprio local onde morreram, quer em outros lugares mais ou mênos distantes, para onde são carregados pelas águas correntes, em geral vários indivíduos misturados.

Com o tempo seus despojos cobrem-se de camadas de sedimentos, que, com o decorrer dos milênios, acaba em geral endurecendo, formando os denominados arenitos, os chistos ou folhelhos, tais como a ardósia, as argilas endurecidas, etc.

As partes moles, carnosas, putrefazem-se em pouco tempo, persistindo tão sòmente as partes duras, tais como as variadas peças que formam o esqueleto e os dentes dos vertebrados, as conchas dos moluscos, os espinhos de certos animais e suas carapaças duras, tais como os ouriços do mar, os crustáceos, cujas substâncias constitutivas vão sendo gradualmente substituídas por uma substância mineral, tais como, o carbonato de cálcio, a sílica, o óxido de ferro, as piritas de ferro e de cobre, operando-se o que se denomina uma petrificação, razão porque durante muito tempo foram os fósseis denominados *petrificações*. Algumas vêzes o esqueleto desaparece por completo, deixando apenas um molde que poderá ser ou não enchido posteriormente por uma substância mineral depositada de águas, que nêles se infiltrem. Em muitos casos, os despojos de animais e plantas, quando *post-mortem* repousam sôbre argila mole ou areia muito fina, deixam apenas uma impressão sendo destruídos por completo. Êsse é o caso muito freqüente para as fôlhas de vegetais e para certos animais moles como os Coelentários (Aguas vivas, etc.). Interessantes são as marcas deixadas em material dessa natureza e encontradas atualmente endurecidas, pelas patas de animais em movimento. Em Anitápolis, no Estado de Santa-Catarina, foram encontrados em uma ardósia, não sòmente rastos de vermes, como também impressões de corpo do animal. Entre outros exemplos interessantes são notáveis as pegadas de dinossauros encontrados na Passagem da Pedra, no Estado da Paraíba, e as impressões das asas de insetos aparentados com as atuais baratas, no Estado do Paraná.

Com os vegetais é comum a transformação em carvão por um processo especial de carbonização, que deu origem às jazidas de carvão de pedra e linhito, sendo também freqüente a fossilização pela substituição, partícula a partícula, da substância vegetal pela sílica.

Troncos silicificados são muito comuns em todo o Brasil, e, entre todos, é célebre pela sua beleza e grossura, um tipo conhecido com o nome científico de *Psaronius brasiliensis*. Os maiores troncos silicificados que conheço encontram-se na região de Ouro-Verde, em Santa-Catarina, chegando alguns a ter mais de

um metro de diâmetro, tendo pertencido a vegetais aparentados com as atuais araucárias, pelo que são conhecidos pela designação de *Araucarioxilon*, o que em trôco miúdo quer dizer, madeira de araucária.

Entre numerosas amostras de troncos silicificados coletados no vale do Amazonas, uma tornou-se notável, por apresentar o centro em estado de madeira ainda não silicificada.

Êsses troncos silicificados, serrados e polidos, são muito procurados para pesos de papel, e outros utensílios de luxo, devido à sua beleza. Nos mostruários de nosso Serviço Geológico e Mineralógico, encontra-se uma bela coleção de tais troncos, cortados e polidos nas oficinas da própria repartição.

O caso mais interessante é o que se passa nas regiões polares, onde são encontrados, completamente congelados, sepultados na neve, cadáveres de animais, entre os quais o celebrado *Mammouth*, um elefante com defesas recurvadas, coberto de longos pêlos escuros, e que tem sido encontrado várias vêzes na Sibéria, e não mais existe hoje em dia, embora houvesse sido companheiro do homem primitivo, que desenhou com certa fidelidade o seu retrato nas paredes das cavernas, onde então morava.

Às vêzes, pequeninos animais, tais como aranhas e insetos, são envolvidos em resina, que ao solidificar-se se transforma em âmbar, dentro do qual ficam êsses animais conservados com tanta perfeição, que deixam ver as menores minúcias do seu organismo.

Descoberto um fóssil, procura-se comparar as suas partes componentes com as dos animais atuais, graças aos conhecimentos fornecidos pela Anatomia Comparada, chegando-se assim a localizá-lo na escala zoológica e vegetal.

À primeira vista poderá parecer que a Paleontologia não passa de um mero passatempo, objeto de luxo, e, como tal, seu estudo não deveria interessar a um país de recursos modestos como o nosso. Nada mais falso. Além do alto interêsse filosófico que apresenta, por nos permitir conhecer o modo de sucessão da vida desde o seu aparecimento na face da Terra até hoje, só a Paleontologia poderá fornecer as bases indispensáveis para o estudo e caracterização das variadas camadas terrestres e sua ordem de deposição, o que constitui assunto da Estratigrafia.

O estudo dos fósseis tem mostrado que a fauna e a flora terrestres têm variado sempre. Cada época é caracterizada por fauna e flora que lhes são peculiares, fauna e flora que se prendem por suas origens às da época imediatamente anterior e que se prolongam pelos seus descendentes, em grande parte modificadas pelas que se lhes seguem, no decorrer dos tempos.

De acôrdo com a fauna e flora encontradas nas variadas camadas sedimentárias constitutivas da crosta da Terra, tem sido possível grupá-las em séries, sistemas e grupos, como já vimos, cada qual perfeitamente bem caracterizado, embora duas divisões consecutivas apresentem numerosos restos de fósseis de sêres comuns à fauna e flora, que viveram durante o espaço de tempo em que se foram depositando os sedimentos que as constituem. Chegou-se assim a estabelecer o seguinte quadro estratigráfico e divisão dos tempos geológicos, a que se costuma designar também por coluna geológica:

Grupo-Era	*Sistema-Período*	*Série-Época*	*Característicos paleontológicos.*
Cenozóica. Era dos Mamíferos e Plantas com flores	Eogeno	Holocena Pleistocena	Extinção dos grandes Mamíferos. Civilização Paleolítica.
		Pliocena	Aparecimento do Homem.
		Miocena	Apogeu dos Mamíferos.
	Neogeno	Oligocena	Aparecimento dos Mamíferos modernos.
		Eocena	Apogeu dos Numulitas e desaparecimento dos Mamíferos arcaicos.

Mesozóica. Era dos Répteis	Cretáceo	Superior	Extinção dos grandes Répteis.
		Média	Especialização máxima dos Répteis.
		Inferior	Aparecimento das primeiras Plantas com flores.
	Jurássico	Superior (Colítica)	Aparecimento das primeiras Aves. (*Archæopterix*).
		Inferior (Liássica)	Aparecimento dos Répteis alados (*Pterosauria*).
	Triássico		Aparecimento dos Dinossauros e dos primeiros Mamíferos.
Paleozóica. Era dos Peixes, Invertebrados e Plantas antigas	Permiano		Extinção dos tipos biológicos antiquados, tais como os produtos, Spirifer, Trilobitas. Grande expansão da flora de glossopteria no Hemisfério Sul. Extinção dos Pteridospermophytas.
	Carbonífero		Predominância dos Anfíbios e aparecimento dos primeiros Répteis e Insetos. Uniformidade da flora em tôda a superfície da Terra.
	Devoniano		Aparecimento dos Anfíbios e das primeiras floras terrestres conhecidas. Extinção dos Peixes couraçados.
	Siluriano (Gothlandiano).		Extinção dos Graptolitos aparecimento dos Escorpiões e dos Dipnóicos.
	Ordoviciano		Aparecimento dos Cefalópodos, predominância dos Graptolitos.
	Cambriano		Predominância dos Trilobitas e Braquiópodos.
Proterozóica	Algonquiano		Primeiros vestígios de Vida, Protozoários? Protófitas? Série de Minas.
Arqueozóica	Arqueano		Complexo Cristalino Brasileiro. Gnaisse e Micachistos, etc.

Sob o ponto de vista teórico tem ainda a Paleontologia aplicação no estudo dos variados aspectos fisiográficos porque tem passado a Terra.

Cada grupo biológico tem seu *habitat* perfeitamente caracterizado, quer seja marinho, flúvio-lacustre ou terrestre. Entre os animais e plantas marinhas, muitos vivem em alto mar, uns na superfície, são os sêres pelágicos, outros nos leitos dos mares profundos, são os sêres abissais, muitos outros só vivem nas praias, outros em fundos médios e em pequena profundidade, outros em pontos da costa em lugares que ficam em sêco com a baixa mar, outros em fundos lodosos, outros em fundos de areia, e outros em fundos pedregosos. Muitos só vivem em águas doces, outros em águas salobras, sendo êstes últimos em geral tipos atrofiados, tipos de adaptação a um meio que não lhes é de todo apropriado, constituindo as faunas e floras de estuário.

Entre os sêres terrestres uns só vivem em planícies, sêcas, úmidas ou intermitentemente sêcas e inundadas, outros em regiões montanhosas, atingindo alguns ao limite das neves eternas, outros nas variadas regiões climáticas do Globo, mesmo nas regiões polares.

A não ser que à custa de cuidados especiais, que só o artifício humano consegue, todos êles definham e perecem quando mudados para *habitat* muito diferente do que lhes é natural.

De acôrdo com os fósseis encontrados em uma camada geológica chegamos a conhecer o modo como foi ela depositada e quais as condições ambientes reinantes durante o tempo em que viveram os sêres a que servem de sepultura.

É assim, graças ao conhecimento das faunas antigas, que podemos fazer idéia das variações por que têm passado o relêvo e os contornos continentais os limites das massas oceânicas, as suas correntes que, transportando embriões livres de animais que em adultos vivem fixados a suportes imóveis, permitiu tivessem maior expansão geográfica, as condições climáticas e demais aspectos fisiográficos no decorrer dos tempos.

A parte da Geologia que investiga os variados aspectos fisiográficos que tem apresentado a Terra é o que se denomina: *Paleogeografia*.

Tem a Paleontologia também aplicação utilitária, e do mais elevado alcance na pesquisa de jazidas minerais, entre as quais sobreleva notar, as de carvão de pedra, petróleo e diamante.

O carvão de pedra é formado pelo acúmulo de matérias vegetais que soterradas se vão decompondo e sofrendo vagarosamente uma combustão lenta, ao abrigo do ar, em virtude da qual perdem oxigênio e azôto, ficando o carbono como resíduo, sendo a quota de carbono tanto maior quanto mais completa fôr a carbonização. Como grande parte do corpo do vegetal é formado de água, fácil será imaginar a enorme quantidade de florestas que foram necessárias para formar as grandes jazidas de hulha. Em grosseira média, um quilômetro quadrado de florestas poderá fornecer 3 mil toneladas de carvão de madeira, e nessa proporção, só as jazidas de carvão do sul do Brasil, cujo cubo de minério está avaliado em 5 bilhões de toneladas, necessitariam de mais de um milhão e meio de quilômetros quadrados de florestas para sua formação. Felizmente o carvão não se formou de uma só vez, de repente tendo levado milênios para se formarem as jazidas de carvão, e necessitado portanto de florestas muito menores muitíssimo menores mesmo, do que seríamos levados a supor. Em todo caso, têm-se encontrado verdadeiras florestas carbonizadas, o que mostra o grande desenvolvimento e expansão que deviam ter apresentado as florestas durante o período carbonífero, em que se formaram as principais e mais importantes jazidas dêsse combustível. Desde que, estudando-se uma camada geológica, nela só sejam encontrados fósseis de animais marinhos, poder-se-á concluir pela ausência de jazidas de hulha nessa formação. É isto justamente o que se observa no vale do Amazonas, onde ocorre rica fauna de idade carbonífera superior, mas tipicamente marinha, repousando diretamente sôbre formações mais antigas, devonianas, também caracteristicamente marinha. O contrário disso observa-se no Piauí, onde, em testemunhos de uma sondagem foram encontrados restos de vegetais, fôlha, hastes, e frutificações, referidas por Eusébio de Oliveira ao Westphaliano, divisão do período Carbonífero em que se formaram as grandes jazidas de carvão de pedra da Europa e América-do-Norte, sendo portanto assim possível que possam aí ser encontradas jazidas dessa substância.

Às vêzes, os restos vegetais apresentam-se num grau menor de mineralização, mostrando ainda claramente a estrutura de lenhos (troncos de madeira) constituindo os denominados linhitos, comuns nas formações dos períodos Cretáceo e Terciário, e formando às vêzes verdadeiras bacias carboníferas, como por exemplo, em Caçapava, no Estado de São-Paulo, passíveis de serem utilizados industrialmente; mais comumente se apresentam em fragmentos e troncos, espalhados, como por exemplo, na região do Recôncavo, no Estado da Bahia, e em ambas as margens do rio São-Francisco, na região de Jatobá, onde ocorrem também troncos silicificados, alguns de tamanho avantajado.

Quanto ao petróleo de acôrdo com os mais recentes estudos e pesquisas parece ter-se originado de depósitos orgânicos de natureza principalmente animal, de depósitos análogos ao que se tem denominado "sapropel", constituídos de uma lama pútrida, repleta de detritos animais e vegetais, entre os quais os de peixes representam para muitos papel preponderante.

Só o estudo paleontológico de uma formação poderá então nos conduzir ao conhecimento da sua natureza, de maneira a se chegar a concluir se estamos ou não em presença de uma rocha matriz de petróleo. Sendo o petróleo uma substância grandemente migratória, êle em geral não é encontrado nas suas rochas matrizes, mas como para que possa ter emigrado para outras rochas que o possam conter, necessário foi que se houvesse antes gerado, o estudo de sua origem apresenta o mais elevado interêsse para a geologia dêsse combustível.

Para o caso mais particularmente de nosso país tenho pessoalmente me preocupado a êsse respeito com a série de rochas fossilíferas da região do Recôncavo da Bahia, e essas apesar da grande abundância que apresentam em restos de peixe, não me parecem ser por forma alguma "sapropel" endurecido. Caráter de "sapropel" apresentam até certo ponto as argilas pliocênicas altamente fossilíferas do alto Amazonas, principalmente as de Três-Unidos, no rio Javari.

Uma das brilhantes aplicações da Paleontologia foi a caracterização de formações altamente diamantíferas na antiga colônia alemã da África do Sudoeste e que tem muitas analogias como a denominada formação de Barreiras, ocorrente ao longo das costas do Brasil, de Vitória para o norte, principalmente no Estado da Bahia.

Na antiga colônia alemã, a preciosa pedra só é encontrada em depósitos nas camadas caracterizadas por fauna que lhes é peculiar, e cuja ocorrência não pôde ainda ser verificada em nosso país.

Já houve quem dissesse ser o Brasil pobre em fósseis. Muitíssimo mais acertado seria dizer que foi pobre, paupérrimo mesmo, em pesquisadores de fósseis, o que felizmente já não vai sendo mais, graças principalmente às atividades do nosso Serviço Geológico e Mineralógico, cujas monografias e boletins sôbre o assunto têm tido repercussão mundial.

Quase todos os tipos de animais têm sido encontrados fossilizados em nosso subsolo. Desde simples vermes, de que já falamos atrás, até aos Répteis de porte agigantado como os grandes Dinossauros, e aos Mamíferos, entre os quais o Mastodonte e o Megatério, o primeiro um animal aparentado com o elefante atual, porém maior, e com defesas menos curvadas, e o segundo, um Desdentado (animais tendo só dentes molares, mas numerosos), uma como espécie de preguiça grande, muitíssimo grande, enormíssima, cuja lerdeza não deveria ter sido muito menor, o que bem poderia servir de animal totêmico de nosso povo. Sendo o solo brasileiro um dos mais antigos da Terra, nada haveria de extraordinário que se tomasse para animal totêmico um fóssil.

Os americanos do norte têm a águia e as estrêlas, os inglêses o leão e a jarreteira, os franceses o galo e os direitos do homem, e o nosso Brasil bem poderia ao Cruzeiro do Sul acrescentar o Megatério ou a preguiça gigante.

Em nosso Museu Nacional, tão pouco visitado, encontam-se em exposição, na sala Lund, belas defesas de Mastodonte, provenientes de Pernambuco, e um esqueleto completo, montado, de Megatério, proveniente das cavernas de Jacobina, na Bahia.

Peixes são extremamente abundantes, sendo notáveis os encontrados em nódulos na chapada do Araripe, no Piauí e Ceará, e descritos principalmente na *Monografia III* do Serviço Geológico e Mineralógico do Brasil; os maiores porém,

são os encontrados nas formações cretáceas da Bahia e Ilhéus, entre os quais o avantajado Mawsonia, e nas formações permo-carboníferas de Santa-Catarina, onde ocorre o *Acrolepis reedi* recentemente identificado por Eusébio de Oliveira.

Dinossauros, têm sido encontrados no Estado de São-Paulo, na denominada formação de Bauru, onde ocorrem ossadas gigantescas, de Répteis, entre os quais Megalossaurídeos, (possìvelmente o *Tiranossaurus*, que foi o Réptil carniceiro maior que existiu sôbre a Terra) e o *Titanossaurus*, herbívoro, aparentado com o célebre Diploducus (com bico do pato), cujo comprimento atingia 25 metros. Dinossauros, também têm sido encontrados no Estado da Bahia, nas formações cretáceas do Recôncavo, em companhia de Crocodilianos, também ocorrentes em formações da mesma idade, em companhia de Quelônios e Dinossauros, no Estado de São-Paulo.

Crocodilianos são ainda encontrados nas margens do São-Francisco, no Estado de Pernambuco, em depósitos cretáceos análogos aos da Bahia, e em formações terciárias do Estado de São-Paulo (bacia do Paraíba, em Taubaté e Caçapava) e no Estado do Amazonas.

Já que falamos em Répteis, lembremos a interessantíssima e importante fauna reptiliana que tem sido encontrada no Rio-Grande-do-Sul, nas camadas denominadas de Santa-Maria na qual se encontra o maior Dicynodonte até agora conhecido, a Stahleckeria, com cêrca de 4 metros de comprido, e de que existe um exemplar montado no Museu da Universidade de Tübingen, na Alemanha, graças aos esforços do professor von Hüene, um dos maiores conhecedores do assunto, e que faz já vários anos vem se ocupando com o estudo da Paleontologia brasileira, e que não está longe de vir a ser o Lund dos Répteis fósseis do Brasil.

No nosso Serviço Geográfico e Mineralógico encontram-se numerosos caixotes e grande cópia de material paleontológico proveniente do Rio-Grande-do-Sul.

Para terminar devemos finalmente nos referir embora ligeiramente, à utilidade dos fósseis sob o ponto de vista medicinal e psicológico.

Assim, nossos mais antigos antepassados usaram e abusaram de Moluscos fósseis associados e conchas de Moluscos seus contemporâneos como ornamento. Em sepulturas de idade neolítica, de antigos habitantes das cavernas, têm sido encontrados diademas, colares e braceletes constituídos de entroclas de *Encrinus* já então faz muito extintos, e atualmente, populações marroquinas se utilizam, como amuletos, da conchas de Braquiópodos e Lamelibrânquios fósseis. Na China, pós de ossos petrificados de Dinossauros, provenientes provàvelmente da Mongólia, onde são abundantíssimos, inclusos em pequenos *sachets*, são usados como escapulários, que gozam de grande reputação como preservativos contra várias moléstias, do mesmo modo que colocamos ao pescoço dos nossos filhos os *sachets* com os tais pòzinhos do Dr. Peckolt para preservá-los da coqueluche. Isso não se passa só na China aqui mesmo no Brasil, nossos sertanejos do Nordeste descobriram, virtudes medicinais nos fragmentos de ossos dos Mamíferos fósseis que precederam a vinda do homem no solo da América.

Com êste século, da Paletontologia surgiu uma ciência nova a Paleopatologia, cujo objeto consiste em investigar a evolução dos estados mórbidos e de suas causas no decorrer dos milênios, e cujas aplicações utilitárias apenas se esboçam, e entre êles releva lembrar o caso do tubérculo anômalo dos molares que não poderá ser mais considerado como estígma sifilítico, como se tem afirmado.

O estudo da Paleontologia, deixando patente que o homem não apareceu por descuido na face da Terra, e que nada mais é do que o resultado do aperfeiçoamento contínuo a que tem estado submetida a matéria viva, mostra-nos nossa pequenez e insignificância, abatendo-nos o orgulho de querer ser o único a refletir a imagem do Criador, pois sua imagem está em tôda parte, na pedra rude e nua, líquen que a reveste, na flor multicor e na asa veloz do colibri que esvoaça em tôrno da flor e na asa mais veloz ainda do pensamento humano.

A fotografia é um excelente documento geográfico, desde que se saiba exatamente o local fotografado. Envie ao Conselho Nacional de Geografia as fotografias panorâmicas que possuir, devidamente legendadas.

Tertúlias geográficas semanais

CENTÉSIMA DÉCIMA SEGUNDA TERTÚLIA, REALIZADA EM 5 DE JUNHO DE 1945

CONTINUAÇÃO DA APRESENTAÇÃO DO RELATÓRIO GERAL DA EXCURSÃO AO PARANÁ E SANTA-CATARINA. TRECHO: CURITIBA-LONDRINA E VISITA À FAZENDA DE MONTE-ALEGRE, PELA PROF.ª MARIAM TIOMNO. A PENEPLANÍCIE — O PLANALTO — SERRA-DAS-FURNAS — MONTE-ALEGRE — O DIVISOR DAS ÁGUAS DO TIBAJI E DO LARANJINHAS. DEBATES. COMENTÁRIOS PELO PROF. FRANCIS RUELLAN SÔBRE A GEOMORFOLOGIA DA REGIÃO PERCORRIDA. COMUNICAÇÃO DO ENG.º CHRISTOVAM LEITE DE CASTRO SÔBRE OS NOVOS TIPOS DE REUNIÕES GEOGRÁFICAS DO C. N. G.

Dando início aos trabalhos o Eng.º Christovam Leite de Castro anunciou a apresentação a ser feita pela Prof.ª Mariam Tiomno de mais um trecho do relatório geral da excursão ao Paraná e Santa-Catarina, compreendido entre Curitiba e Londrina, passando por Monte-Alegre.

Tomando a palavra, a Srta. Mariam Tiomno lembrou que essa foi a última grande viagem realizada nessa excursão. A seguir disse que deixaram Curitiba em direção a Londrina pela saída de NW, seguindo pela estrada de rodagem construída recentemente, a fim de ligar a capital paranaense ao N e NW do Estado. Tendo sido esta zona colonizada por plantadores de café vindos de São-Paulo, encontrava-se separada do resto do Estado do Paraná pela ausência de estradas, sendo o intercâmbio feito por São-Paulo. A construção da estrada de rodagem permitiu que houvesse uma continuidade entre a capital e o NW do Estado.

Foram os excursionistas por essa estrada até Ventania e daí seguiram por um ramal em direção a Monte-Alegre; após visitarem essa região voltaram à estrada-tronco, seguindo por ela até Jataí, donde se dirigiram para Londrina.

Saindo de Curitiba, situada a 900 metros de altitude, a estrada atravessa os terrenos terciários da bacia de Curitiba e, logo a seguir, penetra na peneplanície arqueana fortemente dissecada pelos pelos formadores do Ribeira-de-Iguape.

Nas proximidades de Curitiba localizam-se as colônias agrícolas de Santa-Felicidade, Passaúna e Campo-Magro, que vivem em função da capital, servindo para seu abastecimento. Estende-se até aí a zona de influência direta de Curitiba e, logo em seguida, diminui sensìvelmente a ocupação humana.

A peneplanície arqueana apresenta-se, de início, ligeiramente rejuvenescida, com terraços entre o seu nível superior e o fundo dos vales. Adiante, o rejuvenescimento se acentua e a paisagem torna-se mais montanhosa. Nos cortes da estrada aflora o granito decomposto em bola, e em certos pontos, chistos com inclinação variável, apresentando-se, às vêzes, quase vertical.

Nos solos oriundos da decomposição do arqueano, sucedem-se as culturas de milho, que constituem quase que o único traço de ocupação humana, ao longo da estrada; as habitações são vistas raramente. A estrada é muito recente e não influi ainda como agente de fixação da população, o que fará certamente pois possibilita a troca dos produtos.

As encostas dos vales são recobertas de mata com araucária ou de vegetação arbustiva secundária. À medida que se desce para o vale do rio Açungui, diminuem as araucárias.

A descida para o Açungui se faz ràpidamente. Êste rio encontra-se fortemente escavado nos chistos de inclinação variável. O aprofundamento do rio se fêz em duas etapas, assinaladas por um nível de terraços e espigões bem marcados. O segundo rejuvenescimento foi muito mais vigoroso que o primeiro.

Atravessado o Açungui, à altitude de 550 metros, a estrada sobe a outra encosta de seu vale, onde se vêem exposições de chistos. Após o ribeirão Grande, surgem novamente os afloramentos de granitos, constituídos, dessa vez, de elementos muito grosseiros que provam, em geral, um resfriamento brusco perto da superfície.

A zona é de florestas que se apresentam em grande parte devastadas. Visando conservar as matas existentes e reflorestar as áreas devastadas, o Instituto Nacional do Pinho está instalando, no quilômetro 63 da estrada, um Hôrto Florestal. As edificações são vistas nos terraços de um pequeno vale muito profundo, que está sendo represado para fornecimento de energia hidro-elétrica. Divisa-se, dessa zona, na direção de SW, o rebordo recortado de uma grande *cuesta* e na direção SE, cristas, provàvelmente, algonquianas.

Descendo para o vale do rio Ribeirinha, observa-se nos cortes uma sucessão de granitos e chistos. No profundo vale do Ribeirinha vêem-se dois terraços representados por esporões e, subindo a outra encosta dêste rio, onde continuam a alternar os granitos e chistos, a estrada atinge o nível superior do planalto, a mais de mil metros de altitude. Neste nível vê-se um pequeno relêvo que serve de divisor entre as águas da bacia do Ribeira-de-Iguape e as dos afluentes do Paraná.

A estrada segue pelo planalto, de relêvo suave, atravessando sucessivamente os altos vales dos formadores do Iapó, afluente do Tibaji. São verdadeiros vales de peneplanície, largos e pouco profundos, mas apresentam encostas dissimétricas constituídas por formações geológicas diferentes. Observa-se aí uma alternância de arenitos e granitos, formando êstes pequenos relevos separados pelos arenitos de inclinação suave. Talvez sejam formações da série de Açungui, associadas ao granito.

Essas formações geológicas diferentes (granito e arenito) exercem, por intermédio dos solos, enorme influência no tipo de vegetação e ocupação humana. Assim, os solos provenientes do arenito são revestidos de campos, que são ocupados pelo gado das grandes fazendas, já bem antigas, cuja sede não está localizada em função da estrada ainda recente. Nos solos graníticos, mais férteis, a vegetação é de florestas, tendo sido instalados, nas derrubadas, pequeno sítios com suas roças de milho e criação de suínos. Essa relação íntima entre a estrutura, o tipo de vegetação e o tipo de ocupação humana foi observada várias vêzes.

Ganhando em altitude, a estrada atravessa uma crista de quartzito (quilômetro 147) e, a seguir, passando por Piraí, atinge a serra das Furnas, de arenito devoniano. Esta serra apresenta um desnível de mais de 200 metros em relação ao planalto de relêvo bastante suave, mas não constitui uma *cuesta* tão nítida quanto a da Serrinha, junto ao Iguaçu. A serra das Furnas é considerada como o limite oriental das formações devonianas.

Continuando a viagem, chegaram os excursionistas a Ventania, donde seguiram por um ramal para Monte-Alegre. Nos cortes, vêem-se afloramentos de chistos e de diabásio. Parece que a diferença de rochas influi no tipo de vegetação pois alternavam os campos e as florestas.

Monte-Alegre é uma imensa fazenda de propriedade das Indústrias Klabin que estão aí construindo uma grande fábrica de papel e celulose. A localização desta fábrica é bem adequada pois há, na região, uma grande reserva de pinheiros e madeiras para lenha e também de energia elétrica, nos saltos do Tibaji. A fazenda está ainda situada bem próximo da estrada de rodagem, e pelo decreto de 5 de fevereiro de 1945 foi aprovada a construção de uma linha férrea ligando a fazenda a Joaquim-Murtinho.

A sede da fazenda está a cêrca de 850 metros de altitude, numa zona de campos limpos e de topografia muito suave. Êsse local é denominado Lagoa e será o centro das comunicações da fazenda.

No dia seguinte, visitaram a reprêsa Mauá, que irá fornecer energia elétrica à fábrica e ao resto da fazenda. A reprêsa está sendo construída no rio Tibaji, aproveitando um forte rejuvenescimento de que resultou uma queda d'água e um meandro encaixado nos basaltos.

Na direção do Tibaji, sucedem-se extensas florestas ricas em pinheiros, e à medida que se desce para o rio os pinheiros vão sendo substituídos por outras madeiras de lei.

O vale do rio Tibaji é muito escavado e o aprofundamento do rio é assinalado por um nível de terraços. A ação erosiva das águas, aproveitando as diáclases dos basaltos, esculpiu-os em colunas.

O período das cheias se estende de setembro a março e o das vazantes, de junho a setembro. Às vêzes, como em 1942, o período das chuvas se estende sem interrupção até junho, o que é a causa de um inverno mais rigoroso, havendo

mesmo neve. As geadas são freqüentes, de junho a setembro. No inverno é que se nota mais a diferença entre Lagoa, situada num espigão e cercada de campos limpos, a usina Mauá, nas margens do Tibaji e a fábrica que está sendo construída no vale do Harmonia. O ar é muito mais sêco em Lagoa, onde há apenas uma pequena cerração pela manhã, do que na fábrica e na usina Mauá, onde o denso nevoeiro só se dissipa às 9 ou 10 horas da manhã.

De volta da reprêsa Mauá, seguiram em direção à fábrica que está sendo instalada junto ao rio Harmonia. Neste foi construído, por meio de uma barragem de 15 metros, um reservatório de 5 300 000 metros cúbicos para a água necessária à fábrica. Essa água, cêrca de 1 200 litros por segundo, depois de elevada por meio de quatro bombas, passa por uma estação de tratamento sendo, em seguida, distribuída pela fábrica.

A fábrica necessita, diàriamente, para sua produção, de 300 pés de pinheiros que correspondem a 1 020 metros cúbicos de pinho e de 1 300 metros cúbicos de lenha. A companhia possui uma reserva de 6 000 000 de pés de araucária em mata, no entanto, mesmo antes de iniciar a derrubada, foram feitas grandes plantações de pinheiros, 2 500 000 pés e de eucaliptos, para lenha 1 000 000 de pés. Como matéria prima, a fábrica necessita ainda de 14 toneladas diárias de calcáreo, 12 de enxofre e 4 a 6 de cloreto de sódio. A fábrica tem uma capacidade para produzir, diàriamente, 120 toneladas de papel para jornal, 50 de celulose, 50 de cartão e 3 toneladas de soda cáustica.

Para realizar um tão grande trabalho, serão necessários uns 600 operários, cujas casas, de madeira, já estão sendo construídas perto da fábrica.

Deixando Monte-Alegre voltaram a Ventania, donde seguiram em direção a Londrina pelo divisor das águas do Tibaji e do Laranjinhas.

Logo nos primeiros quilômetros, vêem-se, nos cortes, uma argila esbranquiçada com seixos rolados, pertencentes à série glacial de Itararé. Muitos dêsses seixos dispõem-se verticalmente em meio à argila, havendo também elementos angulosos que comprovam a origem glacial. Uma vez ou outra, aparecem algumas bolas de diabásio.

Adiante, a estrada começa a descer em direção a um vale de fundo largo onde aflora o diabásio. Êsse vale entulhado é recoberto de floresta densa com dois andares, sendo o superior constituído de pinheiros e o interior, de árvores folhudas. Após Caeté (quilômetro 257) sucedem-se solos amarelos, provenientes de arenitos e chistos argilosos, e solos escuros, oriundos de filões de diabásio. Êstes filões, alternando com os chistos, formam pequenas cristas muito inclinadas. As camadas de chistos, se estendem entre os diques de diabásio, constituindo as encostas dos vales subseqüentes dissimétricos.

Saindo dessa grande depressão que corresponde, talvez, à série de Tubarão, a estrada ganha em altitude. Do quilômetro 289 divisa-se, ao longe, uma *cuesta*. Ainda neste quilômetro, surgem argilas variegadas, entrecruzadas, da série de Passa-Dois. Após uma crista onde se vêem exposições destas argilas, aflora o diabásio acompanhado de arenito Botucatu, formando relevos a mais de 1 100 metros de altitude. Por entre os afloramentos de diabásio e arenito, a estrada, sempre pelo espigão, começa a descer suavemente para o Paranapanema, atravessando os vales dos seus afluentes e sub-afluentes. Já era noite quando os excursionistas passaram por São-Jerônimo, penetrando adiante na zona de *trapps* que se estende até o Paranapanema.

Observa-se logo uma mudança na paisagem humana. Até então notava-se, nos campos, a criação extensiva de gado e nas zonas de florestas, a explotação da madeira e roças de milho ligadas à criação de suínos. No domínio da terra roxa, de recente explotação, sucedem-se belíssimas culturas onde se vêem milharais de pés gigantes intercalados com plantações de feijão, arroz, etc., e a vegetação mostra-se muito mais exuberante.

Chegando a Jataí, os excursionistas seguiram para Londrina, onde foram muito bem recebidos.

De Curitiba a Londrina atravessa-se tôdas as formações geológicas do Paraná, que se sucedem para NW, cada vez mais recentes. De fato, primeiramente a estrada atravessa os depósitos terciários da bacia de Curitiba e, em seguida, um pequeno trecho da peneplanície arqueana fortemente dissecada pelos formadores do Ribeira-de-Iguape. Depois, descendo para o profundo vale do rio Açungui,

penetra na série de Açungui, representada por afloramentos de chistos que alternam com granitos, talvez, pórfiros. Atravessado o vale escavado do Ribeirinha, a estrada atinge o nível superior do planalto, de relêvo suave, onde afloram barras graníticas, formando pequenos relevos separados por formações de arenito. Depois de Piraí, a estrada ganha em altitude e atravessa a serra das Furnas, constituída de arenito devoniano. O desnível formado por essa serra com o planalto, de relêvo suave, é de mais de 200 metros, o que marca, no relêvo, um degrau.

Após Ventania a estrada corta os afloramentos de argilas glaciares da série de Itararé e, a seguir, atravessa a depressão constituída, provàvelmente, pela série de Tubarão, onde os arenitos e chistos alternam com filões de diabásio que formam pequenos relevos. Depois do quilômetro 289 surgem argilas variegadas, da série de Passa-Dois, seguidas pelas formações do Rio-do-Rasto. Em seguida, a estrada atravessa um relêvo de mais de 1 100 metros de altitude formado por afloramentos de diabásio e arenitos Botucatu. Finalmente, penetra, depois de São-Jerônimo, na zona de *trapps* que se estende até o Paranapanema.

Nesse longo percurso, de Curitiba e Londrina, não se observou na topografia os clássicos planaltos de Derby e E. de Oliveira. O relêvo é, de um modo geral, constituído de início pela peneplanície bastante dissecada, de cêrca de 900 metros de altitude, onde os rios Açungui e Ribeirinha escavaram vales profundos em forma de V. Segue-se o nível superior do planalto de grande regularidade, com 1 000 metros de altitude. Destaca-se, aí, o rebordo da serra das Furnas que atinge 1 260 metros de altitude. Após esta serra, a topografia torna-se novamente suave, tendo uma altitude correspondente à do trecho anterior. Segue-se a grande depressão subseqüente da série de Tubarão, e depois o relêvo se eleva atingindo 1 150 metros de altitude para descer suavemente em direção ao Paranapanema. Olhando-se para o perfil da região, tem-se a impressão de que a mesma foi nivelada pela erosão ficando apenas algumas cristas constituídas pelas rochas mais resistentes.

Quanto à Geografia Humana, deixando a zona de influência direta de Curitiba onde estão as colônias agrícolas de Santa-Felicidade, Passaúna e Campo-Magro, o único traço de ocupação humana ao longo da estrada, está nas plantações de milho, sendo raras as habitações, pois a estrada não influiu ainda como agente de fixação da população. Atingindo-se o nível superior do planalto nota-se, nos campos, a criação extensiva de gado e nas zonas de florestas, pequenos sítios cercados de plantações de milho, que vivem da criação de suínos e da extração de madeira. Na zona de terra roxa, observa-se a agricultura, de existência recente. Essa região de explotação recente, onde se destaca de um lado Monte-Alegre como futuro centro industrial e, de outro lado, as riquíssimas terras roxas, é de grande importância para a economia do Estado, sobretudo agora que se acha ligada à capital paranaense pela estrada de rodagem, que constitui um fator de relêvo para a unidade dessa economia.

A exposição foi ilustrada com um perfil da região percorrida, feito pela tertuliana, uma planta da fábrica de Monte-Alegre e projeção de fotografias dos principais aspectos da região.

O Sr. Miguel Alves de Lima, assumindo a presidência, deu início aos debates. Tomando a palavra a Prof.ª Luci Guimarães de Abreu lembrou que, nas proximidades de Curitiba, situa-se ainda o povoado de Ouro-Fino, que teve como origem a bateia de ouro que aí se fazia. Continuando disse que, no quilômetro 63, onde está sendo instalado o Hôrto Florestal, estabeleceram-se 53 famílias da própria região, que vivem em relativo confôrto nas suas casas de madeira. Formou-se, assim, um pequeno aglomerado com igreja, escola, etc., que recebeu o nome de Florestal. A região é em grande parte devastada e a principal função das famílias aí existentes é de reflorestar as áreas devastadas. Em seguida, a Prof.ª Luci de Abreu explicou que Monte-Alegre, até pouco tempo, era uma fazenda de criação com cêrca de 8 000 cabeças de gado. As Indústrias Klabin aí se estabeleceram em virtude da grande reserva de pinheiros e, apesar de ser esta suficiente para 20 anos de produção, a Companhia está plantando pinheiros pois êstes levam também 20 anos para se desenvolverem. A fazenda de Monte-Alegre está dividida em três partes, a da Lagoa, parte central, onde está o hotel, escritórios, etc.; a represa de Mauá, a 30 quilômetros da Lagoa, terá vida própria pois os operários que trabalharem na represa deverão residir aí mesmo; finalmente, a

região do rio Harmonia, onde está sendo instalada a fábrica e construída a vila operária. As plantações de produtos alimentícios, para consumo interno, serão feitas na própria fazenda.

Falou a seguir a Srta. Lísia Maria Cavalcanti dizendo que o aprovisionamento da fazenda, em víveres, também já foi estudado pois a fazenda está numa região de criação extensiva de gado, quase desprovida de agricultura, e se o abastecimento viesse de longe acarretaria um grande aumento no custo dos produtos básicos da alimentação. Assim, haverá dentro da fazenda uma verdadeira colônia agrícola, com 50 colonos que receberão pequenas propriedades em troca do plantio de pinheiros, e que deverão vender seus produtos aos operários e funcionários. Umas dez famílias já aí se estabeleceram, nessa base, e instalaram suas culturas de milho, feijão, batata, etc. O abastecimento, em carne, será feito por particulares que, em troca, obtém o uso dos pastos da fazenda.

Perguntou o Prof. Pedro Geiger se a explotação da madeira não teria começado depois da vinda dos colonos para a agricultura, pois, nos outros lugares, os colonos dedicam-se à extração da madeira para se defenderem, econômicamente, até que as culturas comecem a produzir. Lembrou a Prof.ª Mariam Tiomno que a zona do norte do Paraná é de agricultores, como os japonêses da colônia de Açaí. Êsses colonos vieram para a agricultura, mas encontrando a mata exuberante dedicaram-se também à indústria madeireira. O Prof. Francis Ruellan esclareceu que a explotação da madeira por colonos é muito importante. Em Londrina, os colonos pagam freqüentemente as terras adquiridas ùnicamente com a explotação da madeira de lei existente nelas, dedicando-se depois à agricultura.

Disse o Prof. José Veríssimo que a Prof.ª Luci de Abreu trouxe à tertúlia a contribuição de uma série de observações feitas no próprio local. A contribuição de cada membro da equipe é importante pois, em Geografia, só se pode trabalhar pelo sistema de equipe e colaboração.

Em seguida disse que a tertuliana omitira, na exposição, os campos de Castro, por onde os excursionistas passaram às 5 horas da tarde. Êsses campos são mais bonitos que os de Guarapuava. Da estrada divisa-se, ao longe, o casario bem antigo da cidade de Castro. Finalizando, felicitou a Srta. Mariam Tiomno pela exposição e pelo perfil que ela apresentara.

Fazendo o comentário geral o Prof. Francis Ruellan disse ter a Srta. Mariam Tiomno feito uma exposição exata e que escolhera com cuidado o que devia ser dito, frisando o que é duvidoso.

Quanto aos três planaltos de Derby e E. de Oliveira, é incerta a sua existência no itinerário de Curitiba a Londrina.

No esquema da região percorrida vê-se, em baixo, o perfil real e, no alto, o perfil ampliado cinco vêzes. O perfil real é extremamente regular, salientando-se apenas a *cuesta* das Furnas. A noção de estrutura não deve ser confundida com a de relêvo; do ponto de vista geológico observam-se as três partes diferentes, mas não do geográfico. A topografia mantém, aproximadamente, a mesma altitude. O Dr. Antônio Ribas dissera, com tôda razão, aos excursionistas, que os clássicos planaltos não são observados. As *cuestas* são mais acentuadas onde se nota a erosão do Iguaçu, formando-se grandes depressões subseqüentes. Não se trata portanto de diferentes planaltos mas de relevos escavados, que acentuam o rebordo das rochas duras.

A peneplanície arqueana acha-se mais baixa do que o nível do planalto por ter sido bastante erodida pelo Açungui e afluentes.

É preciso falar da série da Ribeira onde as rochas eruptivas alternam com os arenitos. Esta série constitui um dos grandes problemas da geologia do Brasil. A série de Açungui é comparável à série de Minas. Encontram-se, depois, formações mais recentes ligadas por Henry Leonardos à série de Itacolomi. O estudo dessas séries, em si, não é geográfico mas a relação das mesmas com a vegetação e a ocupação humana é muito importante do ponto de vista geográfico.

As relações entre a geologia e a geomorfologia não estão ainda de todo esclarecidas.

Concluindo, o Prof. Ruellan lembrou que no mesmo dia em que se realizava a presente tertúlia fôra oferecido ao Sr. Presidente da República o primeiro saco de papel produzido pela fábrica de Monte-Alegre.

Tomando a palavra, o Prof. José Veríssimo propôs que fôsse enviado ao Eng.º Luís Vieira, como uma homenagem à grande obra por êle realizada em Monte-Alegre, um exemplar da presente tertúlia.

Falou, a seguir, o Eng.º Christovam Leite de Castro que comunicou ser esta a penúltima tertúlia dêste tipo, pois que de agora em diante iria haver três tipos de reuniões geográficas: tertúlias, seminários e reuniões avulsas.

A tertúlia será uma reunião de colaboração com o Conselho Nacional de Geografia, das grandes correntes de pesquisas geográficas do país. As comunicações serão de caráter original, deverão vir escritas e constituirão material para a *Revista Brasileira de Geografia*. Essas tertúlias serão quinzenais.

Os seminários terão um caráter de intimidade, sendo também quinzenais, alternando com as tertúlias. Entre os seminários haverá os de grande classe, nos quais serão discutidas as questões de grande interêsse, como a da imigração para a qual foi solicitada a opinião do C. N. G. Serão convidados os grandes conhecedores do assunto e dos debates sairá, talvez, um plano de estudo.

As excursões patrocinadas pelo C. N. G., serão também assuntos dos seminários. Os relatórios dessas excursões serão debatidos elaborando-se, ao mesmo tempo, um tipo de trabalho em equipe com caráter técnico e científico.

As reuniões geográficas estão assim progredindo e visam atender as necessidades do meio.

Manifestou o Eng.º Leite de Castro um profundo agradecimento aos tertulianos dizendo ser graças a êles que se conseguiu formar uma consciência geográfica, que está se alargando e exigindo novos moldes pois, o interêsse, a atividade e zêlo dos tertulianos pela ciência geográfica permitiram às reuniões do C. N. G. uma evolução para um novo ciclo.

*

CENTÉSIMA DÉCIMA TERCEIRA TERTÚLIA, REALIZADA EM 12 DE JUNHO DE 1945

COMUNICAÇÃO SÔBRE O TERRITÓRIO DO ACRE PELO DR. JOSÉ M. B. CASTELO BRANCO — TENTATIVAS DE DESBRAVAMENTO DA REGIÃO DO ACRE — A CONQUISTA PELOS BRASILEIROS — CRIAÇÃO DO TERRITÓRIO DO ACRE E SUA DEMARCAÇÃO — COMENTÁRIO SÔBRE A LINHA DE FRONTEIRA PELO ENG.º CHRISTOVAM LEITE DE CASTRO E PROF. FRANCIS RUELLAN

Dando início aos trabalhos, o Eng.º Christovam Leite de Castro lamentou a falta de um mapa do Território-do-Acre, região que ia ser o assunto do dia. Isso se deu em virtude da mudança das secções de Cartografia e Mapoteca para o Edifício da Noite. A segunda falta que assinalava é a de um grupo de tertulianos assíduos como os professôres Fábio de Macedo Soares Guimarães, José Veríssimo da Costa Pereira, Orlando Valverde, Lúcio de Castro Soares e Lindalvo Bezerra dos Santos, que embarcarão dentro de breves dias para os Estados-Unidos, onde farão um estágio de aperfeiçoamento. Na reforma do Conselho Nacional de Geografia está prevista a criação de cinco secções de análise regional e êles serão os dirigentes dessas secções.

Tomou depois a palavra o Dr. Castelo Branco, profundo conhecedor dos hábitos, dos costumes e da história do Território-do-Acre, que discorreu sôbre aquela região, desde os primórdios do desbravamento até sua atual organização.

A região do Acre foi inteiramente desconhecida até meados do século XIX.

No século XVI, uma real Provisão concedida ao general Juan Alvarez Maldonado, que fêz a guerra contra o último chefe Inca, uma enorme extensão de terra que ia de Lima a Moxos, de Optari até encontrar as autoridades do Brasil a este e para o norte, nada havia que o cerceasse por se achar tudo ainda por descobrir.

Poucos anos mais tarde, o marquês de Toledo encarregava Martin Hurtado de Arbieto do descobrimento e redução das Manaries (rio Tono, alto Manu ou Madre-de-Dios) e do fabuloso império Guánuco-Marca, cuja posição corresponde à do que hoje se chama Alto-Purus, ao norte das Manaries e a leste do Ucayali.

Arbieto nada fêz, de sorte que permanecia tôda a região desconhecida, apesar de inúmeras tentativas do govêrno de Lima e dos Missionários de Ocopa para descobri-la e desbravá-la nos séculos XVI a XIX, circunscritas, porém, a bacia do Beni e do vizinho do norte, o Madre-de-Dios.

Quanto ao Alto-Juruá, houve também uma tentativa de exploração, partindo das margens do Ucayali, cêrca de 9º sul, denominada Gaviria, sem resultado tampouco.

Estava reservada a glória da descoberta e a sua conquista a brasileiros que, partindo do extremo oriental do país, trezentos anos depois, habitantes do mesmo paralelo, afastados por uma reta de mais de 4 000 quilômetros, cheia de matas, rios e serras, a investirem num rodeio marítimo e fluvial de cêrca de 7 000 quilômetros quadrados, dominando tôda a região e adjacências, não fixando mais além, por não encontrarem nos manadeiros dêsses rios, a cobiçada árvore que produzia o "ouro negro", vulgarmente apelidada de "seringueira" — a *hevea brasiliensis*, em quantidade que compensasse os seus esforços e canseiras.

Êsses destemidos nordestinos, habitantes de uma zona sem chuvas procuravam fugir ao flagelo da sêca, para uma outra zona onde houvesse umidade e pudessem viver sem o perigo mortal da sêde, robustecendo assim o povoamento da Amazônia e fundando um novo Estado — Estado Independente do Acre (1902).

Da costa litorânea brasileira já partiram, pelo meado do século XVI, os seus primitivos habitantes, os Tupis, num êxodo espantoso, transpondo mil tropeços, lutando, fundando aldeamentos, como ainda hoje se vê na embocadura do Madeira, pela Amazônia afora, só parando nos sopés dos Andes, mal aportavam a Pernambuco e Bahia os lusitanos invasores. E porque? Por causa dos sofrimentos que lhes eram infligidos pelos descobridores do novo continente.

No século passado, dessas mesmas costas, principalmente, nordestinas, sêcas inclementes obrigavam-nos a procurar novo destino, indo uns para o sul e outros para o norte do país, a fim de escapar à morte certa pela sêde e pela fome.

Mesmo procurando a origem de outra gente que saía do Maranhão, a princípio para o Pará e em seguida para o baixo Amazonas, havia o fito de lucro, de melhorar de condições econômicas, de enriquecer.

Quando do Paru, Jari e Cametá partiam os pioneiros do comércio e desbravamento do Madeira, Purus e Juruá inferiores, eram tangidos pela escassez da seiva das "seringueiras" ou aniqüilamento das mesmas, devido ao processo da sangria adotado por êles, o qual compreendia não só o seu tronco como os galhos, numa destruição catastrófica.

É certo que alguns abandonaram seus lares, sem serem impelidos pelo flagelo das sêcas, mas, outras razões os moviam a assim proceder.

Amigos ou parentes, que já haviam estado no "Inferno Verde" instigavam-nos com vantagens capazes de afastá-los do lar materno e lançá-los na voragem amazônica, dizendo-lhes que enriqueceriam fàcilmente ou, no mínimo, teriam reduzido o seu estado de miséria ou pobreza.

Como vimos, chegou-se ao meado do século XIX, sem que alguém houvesse penetrado em terras da atual Acreânia.

Da malograda expedição de D. Juan Alvares Maldonado, na centúria da conquista do Peru por Pizarro, decorreram três séculos para que um outro Maldonado (D. Faustino), percorresse o misterioso Manu e desembarcasse no Madeira para que se soubesse a que bacia pertencia, mas, nem êle, nem os seus predecessores conseguiram abeirar-se das ribas acreanas.

Mesmo quando o padre Armentia, explorando a bacia do Madre-de-Dios, em 1885, anunciou tê-las alcançado, desfez logo o seu engano, publicando mais tarde que, descendo a vertente, saíra no Beni. Tratava-se do Tahuamanu, atual Orton.

Os brasileiros, por êsse tempo, já povoavam e explotavam terras do alto Acre e Purus e do médio Juruá.

O panorama geográfico da região, como já vimos decorreu no perpassar dêsses séculos sem alteração no tocante ao conhecimento do homem civilizado.

As correntes fluviais eram riscadas ao sabor dos viajantes segundo o pouco que lhes informavam os indígenas em contacto com os que se abeiravam delas, subindo-as, paulatinamente, no seu comércio de drogas ou procurando conhecer a sua gente e sua vida.

As primeiras cartas geográficas mal desenham o Amazonas e a bôca de seus grandes tributários, produzindo-se verdadeira confusão quando se metem os seus autores a riscar os afluentes da margem sul do gigante dos rios. Amarumayu, nome indígena do atual Madre-de-Dios, tanto é aplicado ao Javari, como ao Juruá, Purus, Abunã e mesmo ao Ucayali, por se julgá-lo um prolongamento dos mesmos. Ainda no meado do século XIX se fazia a confusão, que só desapareceu com a jornada de D. Agustin Maldonado, já na segunda metade da centúria.

O nome do rio de Cuzco era aplicado ora ao Juruá, ora ao Purus, por julgarem-nos procedentes das proximidades daquela cidade.

Só nos fins do século XVIII, surgem o Purus e Javari, desenhados, pela comissão de astrônomos portuguêses de modo seguro até 6°30' para o primeiro e 5°30' para o segundo.

É certo, que os "coletores de drogas" penetravam êsses rios desde o século XVIII, na procura da salsa, cacau, manteiga e ovos de tartaruga, baunilha, óleo de copaíba e outros produtos silvestres, mas, pelo meado do século XIX ainda não passavam das cercanias da bôca do Pauini, longe ainda da do Aquiri uma centena de milhas e no Juruá pouco ultrapassavam da vizinhança da foz do Parauacu, hoje Tarauacá.

Foi em 1852, que o prêto pernambucano Serafim Salgado, encarregado pelo govêrno amazonense de encontrar uma comunicação com a Bolívia, transpôs aquela meta, indo segundo os mais autorizados escritores além da bôca do Hiuacu, passando pela do Aquiri desapercebidamente.

Nove anos após, com o mesmo intuito, era comissionado o prático amazonense Manuel Urbano da Encarnação, o qual ultrapassou o atual território acreano de centenas de milhas apropinquando-se das nascentes do Purus, penetrando pela primeira vez nos rios Acre, Iaco e Chandless. Estava descoberta a futura Acrelândia, poucos anos depois confirmada pelo geógrafo inglês William Chandless, o primeiro que estudou cientìficamente a bacia puruense até seus manadeiros, revelando ao mundo a existência ali da preciosa árvore produtora da goma elástica.

Antes disso o govêrno da Província comissionou o engenheiro J. M. Silva Coutinho para estudar o rio, no vapor Pirajá, acompanhado do naturalista alemão G. Wallis, mas, por falta de recursos, voltaram de Hiutanaã, muito longe ainda do famigerado Território.

Quanto ao Juruá, vê-se em 1858, o cametauara João da Cunha Correia, subi-lo até o seu confluente Juruá-Mirim já em território, atualmente, considerado acreano, como diretor de índios e o referido geógrafo britânico Chandless ultrapassar a barra do rio Campinas, distante dezenas de milhas ainda da futura zona federal.

Verificou-se, então, que o Purus não era o Amarumaio tão falado, nem o Juruá era de curso tão reduzido que o julgavam inferior ao Jataí.

Êstes são os feitos dos sertanistas, vejamos os diplomáticos.

Já na segunda metade do século XVIII, o govêrno português desejando assentar os limites da colônia, dirige um convite à Espanha para tal fim sendo nomeadas as comissões demarcadoras, e escolhido como chefe da lusitana Francisco Xavier Furtado de Mendonça governador do Pará e irmão do marquês de Pombal.

Dos trabalhos dessas Comissões nada resultou de prático para a zona que estamos estudando. Explorados o Madeira e o Javari, os pontos extremos da misteriosa região, só muitas décadas mais tarde, ali entravam os primeiros batedores, mostrando que os rios que nasciam a 14°, 15° e 16° de latitude sul, na cadeia andina, de fato se originavam de pequenas elevações situadas pouco além de 10°.

Em 1834, o general Armaza veio ao Rio-de-Janeiro tratar da solução do caso da fronteira com o Brasil, sendo repelida a sua proposta. Em 1863, o Brasil tratou do assunto, sem resultado, até que a 27 de março de 1867, em Ayacucho, foi assinado um tratado de amizade, limites, navegação, comércio e extradição entre a Bolívia e o Brasil, no qual se reconhecia como base para determinação da fronteira o *uti-possidetis*, devendo servir de divisória uma paralela tirada da margem esquerda do Madeira, na latitude sul de 10°20', até encontrar o Javari.

Nada se conhecia por êsse tempo sôbre a fronteira a demarcar. Várias comissões foram ao Javari: Soares Pinto, Tefé, Cunha Gomes, L. Cruls, Saddock de Freitas, a fim de conhecer a sua nascente.

Pelo mapa de Duarte Ponte Ribeiro e Isaltino José Mendonça de Carvalho, 1860, que serviu de base para as discussões do Tratado de 1867, segundo dizem, conhecido como da "Linha Verde", o Javari está riscado até 10°20' paralelo da bôca do Beni, e apontado pelo referido "Acôrdo", como ponto inicial da linha divisória.

O Juruá ia pouco além de 7°, e o Purus alcançava a fronteira de 10°20' aludida, mas, tudo não passava de hipótese.

Na verdade, o Madre-de-Dios só se tornou conhecido após a viagem de Maldonado, em 1861, iniciando-se a sua exploração por volta de 1880. O Orton em 1883, o Abunã em 1898, só aparecendo os bolivianos nas margens do alto Acre, depois que o sertanista brasileiro A. R. Pereira Labre varou do Madre-de-Dios para aquêle, em 1886.

Por essa época, já os brasileiros haviam povoado tôda a bacia purus-acreana compreendida no atual Território.

Mais tarde, como o govêrno boliviano exigisse o cumprimento dêste tratado, o govêrno brasileiro mandou entregar a parte da fronteira que demorava ao sul da linha geodésica Cunha Gomes, linha esta que partia da nascente do rio Javari e terminava na confluência do Beni-Mamoré, originando a célebre questão do Acre, que findou, após várias escaramuças e combates entre os brasileiros ali residentes e autoridades e fôrças regulares do exército boliviano, com a vitória dos brasileiros, concluída pela patriótica e brava ação do nosso grande chanceler, no momento, o insigne barão do Rio Branco, que tão bem soube aproveitar o heróico feito daqueles incansáveis e destemidos desbravadores daquelas selvas, encorporando ao Brasil, extenso e rico trato de terra, duplamente conquistado, pois, não só abateram os seus primitivos donos, apoderando-se dos seus domínios, como repeliram o invasor boliviano, a fim de manter a posse duramente adquirida.

Não se tendo encorporado ao Estado do Amazonas a região, como desejaram alguns, foi criado o Território-do-Acre, a que foi anexado sob o mesmo título, a parte adquirida à república do Peru, relativa ao alto Juruá e seus grandes afluentes Tarauacá e Embira.

O Peru protestou contra o Tratado de Petrópolis (1903), bem como contra o de Ayacucho (1867), avaliando as suas reclamações num total de 442 000 quilômetros quadrados, afora o que reclamava da Bolívia, somando tudo uma área de 720 000 quilômetros quadrados.

Da pretensão peruana de 442 000 quilômetros quadrados, ficaram para o Brasil 403 000, conforme o Tratado de 8 de setembro de 1909, baseado no *uti-possidetis*, como no caso da Bolívia.

Foi preciso, então, demarcar a nova fronteira. Iniciados os trabalhos em 1913, pela Comissão Mista Brasileiro-Boliviana, pelo rio Abunã, prosseguiram no ano seguinte, sendo suspensos quando já estavam no rio Acre.

Restabelecidos mais tarde, só terminaram em 1926, na origem do rio Jaquirana, principal formador do Javari. Essa extensa fronteira é constante de vários acidentes geográficos correntes fluviais, divisores de águas, linhas geodésicas, serras num contôrno de cêrca de 3 000 quilômetros sendo 618 com a Bolívia e 1 565 com o Peru, e mais de 800 na divisa com o Estado do Amazonas. Dêles mais ou menos 1 000 quilômetros seguem os cursos fluviais e o restante por divisores dêsses rios e as linhas geodésicas Cunha Gomes, do Chambuiaco ao Acre e do paralelo de 10° que corta o Embira.

A *Sinopse do Território-do-Acre*, organizada pelo Departamento Estadual de Estatística (1939-1940) dá para o circuito 2 399 quilômetros, sendo 1 099 com o Peru e 456 com a Bolívia.

Se fôssemos discutir a ação dos brasileiros às regiões referidas, teríamos que adiantar que os nossos patrícios foram, no Juruá, muito além da fronteira adotada, abandonando suas terras por não encontrarem a *hevea brasiliensis* senão em estado esporádico. No Purus, fundaram sítios dezenas de quilômetros a montante da foz do Curinaá (Santa-Rosa), fixando-se mais abaixo pelo mesmo motivo.

Ali, abundava a árvore do caucho *castilloa*, cuja explotação não lhes convinha, determinando a natureza, o povoamento pelos brasileiros dos domínios da seringueira e pelos peruanos dos cauchais.

Não foi o selvícola tenaz defensor de suas tabas, nem o felino agressivo que lhes detiveram o passo, tampouco as endemias.

No Acre, os seus seringais ultrapassavam, como ainda acontece, as raias oficiais com a Bolívia, sendo certo que Plácido de Castro, o generoso e bravo chefe acreano, bateu os bolivianos, já em águas de Tahuamanu ou Orton, na bacia do Madre-de-Dios.

No Iaco, Avelino Chases e outros foram até perto de suas nascentes, recuando para os seringais de Guanabara.

Isto, no tocante às lindes com os países vizinhos. Quanto às com o Estado do Amazonas, até hoje não se acham resolvidas, nem demarcadas, apesar de constar de tratados internacionais e vários decretos do govêrno da República Brasileira.

Suscitado o caso pelo coronel Gregório Taumaturgo de Azevedo, então prefeito do Departamento Federal do Alto Juruá, convidando o governador do aludido Estado para se fazer representar nos trabalhos de demarcação que ia iniciar, êste a despeito de prometer comparecer, lá não apareceu, de sorte que Taumaturgo mandou proceder à determinação de coordenadas nos pontos de incidência da dita linha com os principais rios que corriam pela região.

Disto resultou a colocação de marcos nos lugares Remanso (Juruá), Algenib (Liberdade), Humaitá (Gregório), Insosso (Acuraua), Gurguéia (Tarauacá), Altair (Embira), Boa Vista (Massipira) e Mira-Flores (Jurupari).

Antes, porém a Comissão de localização da referida linha, chefiada pelo citado coronel já havia determinado as incidências nos rios Purus (Barcelona), Hiuacu (onde hoje está a cidade de Sena Madureira) e Acre (Caquetá).

Fundaram-se, então, vários povoados ao longo desta fronteira, na parte considerada acreana, verificando-se, agora, com a determinação procedida por um astrônomo do Conselho Nacional de Geografia, que êsses povoados, hoje, cidades, não se acham dentro da área delimitada pela dita linha geodésica, conhecida, universalmente, por Cunha Gomes, nome do segundo comissário brasileiro que, devido à exoneração de Taumaturgo, assumiu a direção da Comissão e explorou o Javari até suas nascentes.

Os marcos do Aquiri, Hiuacu e Purus foram colocados de acôrdo com a determinação feita em 1874, pelo barão de Tefé: 7°1'17,5 de lat. S e 74°8'27" de long. W Gr. de sorte que quando em 1897, Cunha Gomes encontrou para a nascente do Javari (Jaquirana), 7°11'48", 10° de latitude sul e 73°47'41",51 de longitude W. Gr., êsses marcos tinham de ser arredados dos seus lugares.

Os da bacia do Juruá, já colocados depois dos trabalhos de Cunha Gomes, contudo, não deviam estar exatos, não só por que se dizia, terem sido locados por pessoas incompetentes, como porque a linha em aprêço, já havia sofrido nova modificação no seu ponto de partida com a determinação feita pelo astrônomo brasileiro Luís Cruls, em 1901, que encontrou 7°06'55",03 de latitude S e 73°47'30",60 de longitude W Gr.

Ainda não ia parar aí a contradança da famosa divisória, pois, as coordenadas da foz do Beni, onde termina a mesma, na conformidade do acôrdo com a Bolívia, tida como sendo aos 10°20' de latitude S., sofreu uma deslocação para 10°22'47",95 (marco da margem esquerda do Beni-Mamoré) — Relatório do almirante J. C. Guillobel, de 1915, sôbre a fronteira Brasil-Bolívia, pág. 144); ou mesmo para 10°23' de latitude Sul e 65°24' de longitude W. Gr. — Relat. cit., pág. 155), modificando as suas extremidades, uma vez que a do Javari pendia para o norte e a do Beni para o sul, ficando mais ou menos fixo o seu centro, na altura em que cortava o rio Purus.

O que é esquisito em tudo isso, é que o govêrno brasileiro ao criar o Território do Acre, em 1903, só se refere aos limites constantes da linha geodésica Javari-Beni (Decreto ns. 1 181, de 25 de fevereiro de 1904 e 6 901, de 26 de março 1908) e ao reformá-la pela segunda vez, em 1912 (Decreto n.° 9 831, de 23 de outubro), ao traçar o limite setentrional com o Estado do Amazonas, diz ser o mesmo formado pela linha geodésica oblíqua, traçada da nascente do rio Javari, em 7°1'17",5 de latitude Sul e 74°8'27",07 de longitude W Gr. à confluência do Beni-Mamoré aos 10°20' de latitude Sul, tal como foi calculada e em parte demarcada nos anos de 1895 e 1896, conforme o Tratado de Petrópolis, fato êsse repetido pelo Decreto

n.º 14 383, de 1 de outubro de 1920, que unificou a administração do aludido Território, apesar da controvérsia surgida em tôrno dos trabalhos do barão de Tefé, e ainda do posterior, feito por Cunha Gomes, que não foi aprovado e já se conhecer oficialmente a determinada pelo venerando diretor do Observatório do Rio-de-Janeiro, Luís Cruls. Esta, aliás, a mais perfeita, porquanto pouco difere da realizada pela Comissão Mista de Limites com a república do Peru, com a diferença, apenas, de 4 segundos para mais na latitude e cêrca de meio minuto na longitude.

Outros pontos determinados, antes de 1906, como Cruzeiro do Sul, foz do Muru (Seabra), Feijó, na bacia do Juruá, não foram confirmados pelo astrônomo do Conselho Nacional de Geografia, bem como Sena Madureira, na do Purus.

Cruzeiro do Sul, apesar de ter sua posição fixada várias vêzes, sempre ficou dentro da linha aludida, 7º40'12" de latitude Sul e 72º33'42" de longitude W Gr. em 1905, numa rápida observação, da Comissão Mista Brasileiro-Peruana de reconhecimento do rio Juruá, foi logo modificada no mesmo ano, pela Prefeitura do Alto Juruá, para 7º 38'27" e 72º36'15". Em 1924, a Comissão Mista de Limites Brasil-Peru, a fixava, por meio da radiotelegrafia em 7º37'41" e 72º40'10", bem aproximada da encontrada pelo observador do Conselho Nacional de Geografia, em 1940 — 7º37'44" e 72º39'59".

Foz do Muru, depois Seabra, e hoje Tarauacá, se encontrava a 8º30'15" de latitude Sul e 70º46'33" de longitude W. Gr., na época da Prefeitura do Alto Juruá (1905), distante da linha geodésica cêrca de 10 minutos e, hoje, conforme o astrônomo do Conselho referido, sua posição real é de 8º09'26",8 Sul e 70º45'54",4 de longitude, isto é do lado externo da linha citada, dentro de terras amazonenses, numa diferença de mais de 20 minutos.

Vila Feijó, hoje, sòmente Feijó, estava a 8º28'51" Sul e 70º24'00" longitude W. Gr., foi localizada a 8º09'43",1 Sul e 70º21'07",3, ficando também fora do terreno acreano.

Vem em seguida Sena-Madureira, lugar escolhido para sede de Departamento do Alto-Purus e o que mais foi submetido a observações astronômicas. Em 1896, Taumaturgo de Azevedo encontrava 9º08'13" Sul e 68º38'59" longitude W. Gr., resultado confirmado por Epaminondas Tebano, com a insignificante diferença de 1 segundo para menos na latitude e na longitude. Em 1907, Murray Jones achava 9º06'15" Sul, e confirmando a longitude, mas, a latitude sofria nova remoção, no mesmo ano, por P. Fawcett que a fixava em 9º03'56", que a Comissão Ferreira da Silva, em 1920, confirmava. O astrônomo do Conselho encontrou pequena diferença, em 1940, ficando Sena em terras do Estado do Amazonas.

No rio Abunã, é tido como limite o lugar "Extrema", situado numa terra firme, plana e alta e onde há um Pôsto Fiscal Federal, além de várias barracas, distante, porém, do verdadeiro ponto uns 20 minutos, ou seja mais de 35 quilômetros, no seringal "Santa-Clara", tendo de permeio os seringais Cachoeira-do-Barro, Califórnia, Oriente e Bananal, de direito pertencentes ao Amazonas, hoje ao Território do Guaporé, mas, de fato ao do Acre.

O govêrno da União deveria modificar a fronteira, pois não é possível continuar como estão, com cidades acreanas dentro do solo amazonense!...

Tudo isso dificulta a administração dos povos vizinhos, a fiscalização das rendas, o policiamento da zona fronteiriça, dando causa a nulidade de processos, não só administrativos, como judiciais, afora queixas e atritos entre autoridades, que se multiplicarão, uma vez que desde já se haviam verificado quando, só as autoridades federais, do rio Embira, por conveniência do Serviço, residiam na foz do Jurupari.

É o caso de se propor a mudança dessa raia divisória.

Ou a linha falada será locada definitivamente por uma Comissão regular, como se fêz na fronteira internacional com um pequeno desvio, de modo que os povoados acreanos fiquem em sua terra, ou o atual Território do Acre, será

dividido em dois, alargando-se sua superfície até a bôca do rio Acre, no sul, e a foz do Tarauacá, no norte, como já tem sido lembrado mais de uma vez, por autoridades administrativas e particulares.

Já em 1905, o então prefeito do Alto Juruá, coronel Taumaturgo de Azevedo agitava o alvitre, êle o primeiro que aventou a questão acreana, mostrando ao govêrno da República, o enorme trato de terra que iamos perder. E se compenetrou de tal forma do nosso direito, que se demitiu do honroso cargo de chefe da Comissão Brasileira de Limites com a república boliviana, quando o govêrno central dêle divergiu.

Dizia o inolvidável fundador da cidade de Cruzeiro-do-Sul, opinião, aliás, respeitável por ter se dedicado também à geografia: "Os atuais limites são anti-naturais. É claro que o critério que os demarcou não devia ser diferente do que foi na ocasião. Mas hoje, contraprovadas as suas incongruências, poderão ser corrigidos".

E acrescentou que esta nova demarcação "será de gerais vantagens".

"O interior dos Estados como o Amazonas, Mato-Grosso, Goiás, etc. conserva-se improgressivo pela sua vastidão deserta".

Por êsse tempo o Departamento do Alto Juruá compreendia a bacia do alto Tarauacá, onde chegava "tardiamente as mais simples comunicações".

E ajuntava: "Se o limite norte dêste Departamento fôsse na foz do Tarauacá, teríamos um centro de convergência".

"Com os Departamentos do Purus e Acre sucederia o mesmo, se o limite norte se prolongasse da foz do Abunã à bacia do Acre, formando os dois um só Departamento". Esta alteração dos limites do Território do Acre traria ainda a alta garantia de haver comunicações durante todo o ano com as capitais respectivas. Seria um aumento de cêrca de 57 000 quilômetros quadrados.

Nesse tempo, a população do Juruá amazonense era favorável ao empreendimento. Constou-nos que os habitantes à montante da foz do Tarauacá chegaram a pedir ao govêrno da União, a sua encorporação ao Território Federal.

Escritores conhecedores da região têm advogado a divisão em duas unidades políticas, corroborando o acêrto de Taumaturgo. E mostram a separação imposta pela própria natureza, inteiramente afastada por centenas de léguas, onde não há comunicações, não há relações de sociedade, não há interêsse do govêrno, o intercâmbio comercial não existe, não podendo, conseqüentemente, haver unidade administrativa.

É um dos mais notáveis juristas que fêz parte do Tribunal de Apelação do Acre que assim se manifesta: "Entre as duas metades do território não há comunicações diretas: é preciso passar por Manaus, que fica a meio caminho no vértice de um ângulo agudo. Entre as sedes dos tribunais, Sena-Madureira e Cruzeiro-do-Sul, medeam cem léguas de matas intransitáveis, onde se dissiparam milhares de contos na tentativa de abrir uma estrada a que faltariam necessàriamente os viajantes. Mas a vegetação tropical, renascendo mais densa que a selva derrubada, reconquistou o solo às clareiras intermitentes que, prolongadas até se encontrarem pelos extremos, deviam escancarar a um trânsito insignificante a grande via leste-oeste".

"A mesma indiferença entre vizinhos reina pelas sucessivas ramificações, de afluente para afluente". "Os interêsses, como as águas, só confluem nas fozes".

A Comissão de Obras Federais, de 1907, empreendeu a ligação dos dois vales por uma longa artéria, que seria percorrida por automóveis.

"Debalde no ponto inicial da estrada, defronte de Cruzeiro-do-Sul, colocou-se um automóvel, primeiro e último, que mais de dois anos aguardou no seu pôsto a construção dela, auto-imobilizado provisòriamente ali, até que em 1912, foi desmontado para se aproveitar o motor na produção da luz elétrica".

A imprensa acreana (entre outros, os periódicos *O Cruzeiro-do-Sul*, do Juruá e o *Alto-Purus*, de Sena-Madureira) batia-se denodadamente, mostrando o êrro da unificação e o Partido Autonomista do Alto-Juruá a secundava em exposição ao Congresso Nacional. Pimentel Gomes, agrônomo que dirige uma repartição no Acre, mostra as vantagens dessa criação, em publicação recente.

Qualquer que seja a solução a tomar urge uma modificação nessa divisória, abandonando-se de vez uma reta que, pelo exposto já se quebrou, procurando aqui e ali dar-se-lhe novos rumos, tornado cada vez mais complicado e difícil saber-se aonde se deve exercer a ação das autoridades amazonenses e acreanas.

Se ao govêrno da República cabe resolver o assunto, não lhe deve regatear auxílio o Conselho Nacional de Geografia, com as suas luzes.

Tratando-se do Território do Acre, para cuja delineação contribuiu poderosamente a Natureza, traçando-lhe o limite econômico, dentro do qual se acomodaram os conquistadores da selva bravia, fundando o rico país do melhor "ouro negro" e defendendo-o valentemente contra audaz invasor, ações essas que facilitaram ao eminente barão do Rio-Branco, dilatar o nosso extremo oeste, de maneira sábia e decisiva, é justo que se estando a comemorar o centenário do seu nascimento, um ciclo de conferências organizado pelo Ministério do Exterior em combinação com sociedades cultas do país, se lembre nesta despretensiosa tertúlia sôbre o longínquo Território, o nome do excelso patrício, benemérito não só pela grandeza de sua obra, sempre baseada no direito, evitando conflitos, resquícios de ódio nem violências, de tal forma, que foi aclamado o hábil diplomata baseado no geógrafo, como o mais popular dos nossos grandes homens.

Iniciando os debates, o Eng.º Christovam Leite de Castro disse que o assunto tratado foi bastante interessante.

Quanto à linha divisória entre o Acre e o Amazonas, surgiu na linha impròpriamente chamada Cunha Gomes uma questão científica ou técnica, pois a demarcação vem revelar que algumas cidades acreanas estão situadas acima da dita linha. É uma questão interestadual, mas de caráter científico. O Conselho Nacional de Geografia estabeleceu a linha quebrada por achar a mais acertada, pois nas questões de limites interestaduais prevalecem as jurisdições, devendo a linha divisória passar por elas. O Conselho Nacional de Geografia teve assim que adotar, como solução de caráter cartográfico, a linha quebrada para que se admitisse no âmbito acreano as ditas cidades acreanas. A geodésia da linha reta oferece na prática grande dificuldade por não ter aplicação no terreno. Concordando com o Dr. Castelo Branco, o Eng.º Leite de Castro disse que, sendo possível, não se deve usar na demarcação a linha quebrada, mas a linha reta passando por montanhas, cursos de água, etc. Na Amazônia, por exemplo, onde todos os fenômenos se processam em função do rio, a linha reta pode ser aceita entre dois pontos demarcados nos rios. Em seguida explicou que o Conselho Nacional de Geografia recebe tôdas as sugestões sôbre o assunto.

O Dr. Castelo Branco foi mais uma vez de opinião que quebrar a linha não é uma solução satisfatória. No Acre várias cidades ultrapassam a linha divisória, indo ocupar terras amazonenses.

Tomando a palavra, o Prof. Francis Ruellan lembrou que, nessa última tertúlia da 1.ª série, fôra abordado um tema original que não tinha ainda sido discutido nas tertúlias anteriores. Isto é uma prova de variedade de assuntos destas reuniões geográficas.

O tema abordado é de grande interêsse nacional indo além do quadro científico das tertúlias. O limite entre o Acre e o Amazonas deveria ter uma base científica, pois numa região que depende das comunicações fluviais, o limite deve passar a jusante das confluências dos rios. Essas são os centros de viação, de comércio, de indústria, de povoamento, etc. Há, muitas vêzes, dificuldade para os administradores irem de um ponto para outro sem passar pelas confluências, e por esta razão a linha reta não é a melhor solução, com exceção da zona de floresta, entre dois pontos determinados nos rios.

Num deserto, numa estepe, numa savana, o emprêgo da linha reta não é mau, no entanto, não se aplica fàcilmente num terreno montanhoso. Os norte-americanos usam a linha reta onde começam os prados, as estepes, etc., entretanto, êles a adaptam quando se dirigem para as montanhas. A

linha divisória deve estar em função do lugar e do interêsse dos habitantes devendo agrupar zonas de comércio local e facilitar as comunicações internas. Na floresta amazônica, se fôr isso possível, os pontos de demarcação devem estar a jusante das grandes confluências.

Finalizando, o Prof. Ruellan disse que muito se interessou pela tertúlia.

O Eng.º Christovam Leite de Castro agradeceu mais uma vez aos tertulianos cuja colaboração permitiu ao Conselho Nacional de Geografia estabelecer um novo quadro de reuniões culturais. Esclareceu que as tertúlias iriam servir de contacto entre os grandes movimentos geográficos do Brasil e o Conselho Nacional de Geografia. Alternando com as tertúlias, que serão quinzenais, haverá os seminários também quinzenais, dos quais serão objeto os assuntos de interêsse do país e as excursões patrocinadas pelo Conselho Nacional de Geografia. Em seguida, tornou a lembrar que foram os tertulianos que permitiram essa evolução, e encerrou a sessão.

*

CENTÉSIMA DÉCIMA QUARTA TERTÚLIA, REALIZADA EM 19 DE JUNHO DE 1945

CONTINUAÇÃO DA SÉRIE SÔBRE A EXCURSÃO AO PARANÁ E SANTA-CATARINA: LONDRINA E A ZONA PIONEIRA DO NW DO PARANÁ, PELA SRTA. LÍSIA MARIA CAVALCANTI — A COLONIZAÇÃO — OS ESPIGÕES E OS VALES — CULTURAS TROPICAIS E SUB-TROPICAIS E CULTURAS DE ZONAS TEMPERADAS — A INFLUÊNCIA CULTURAL DOS COLONIZADORES — DEBATES

Presidiu a sessão o Sr. Miguel Alves de Lima que comunicou que a Srta. Lísia Maria Cavalcanti ia tratar de um trabalho de campo. A tertuliana, que é uma colaboradora assídua dessas reuniões, falou a seguir sôbre Londrina e a zona pioneira do NW do Paraná, mais um trecho do relatório geral da excursão ao Paraná e Santa-Catarina.

Inicialmente a Srta. Lísia Cavalcanti descreveu a região de Londrina, que é hoje importante município do norte do Paraná, de cujos 23 000 quilômetros quadrados foram desmembrados recentemente os de Caviúna e Apucarana. Sua colonização data de 12 anos e foi iniciada pela Companhia de Terras Norte do Paraná que adquiriu, na região, grandes propriedades, num total de 515 000 alqueires na ocasião em que a frente pioneira de café transpunha o Paranapanema e a estrada de ferro atingia Cambará.

A êsse tempo, a região que percorreram, hoje dividida em pequenos lotes e aproveitada para culturas variadas e criação, era ainda floresta virgem sem mesmo uma estrada que a cortasse. Hoje, a estrada de ferro, cujo ponto final era Cambará, já atinge a longínqua Apucarana e as estradas de rodagem se multiplicam em tôrno da estrada-tronco que segue pelo espigão e a cujas margens se dispõe um rosário de cidades e vilas, Londrina, Nova Dantzig hoje Cambé, Rolândia (hoje Caviúna), Arapongas, Apucarana e, mais adiante, outras vilas em formação, Pirapó, Jandaia, Lovat. Mais adiante ainda surgirá Maringá, situada no centro das terras da Companhia, destinada a ter grande importância porque daí partirá, futuramente, a estrada de ferro até Guaíra e o Paraguai.

Trata-se, portanto, de uma zona de colonização dirigida onde tudo foi planejado, com antecedência, quando a mata virgem ainda não fôra derrubada: o traçado das estradas de ferro e de rodagem a serem abertas nos espigões; a disposição das cidades, na distância conveniente, ao longo dessas estradas; o plano de cada uma dessas cidades; suas áreas urbanas e suburbanas; seu abastecimento de água e energia elétrica; a distribuição dos lotes agrícolas entre o espigão da estrada e os cursos d'água, a reserva de florestas; a reserva das cabeceiras pela Companhia, etc.

Londrina acha-se situada no espigão junto ao qual nascem pequenos afluentes da margem esquerda do Tibaji. Daí se fêz a expansão para o oeste, pelos espigões largos e arredondados que separam as cabeças do vale de encostas bastante amenas dos afluentes do Tibaji e do Avaí, de um lado,

e os formadores do rio Vermelho e Pirapó, de outro. Entre os vales dêsses últimos tributários do Paranapanema, os espigões largos e arredondados se estendem em forma de dedos para o NW e por aí seguem as estradas secundárias.

Deixando Londrina (600 metros) pela estrada-tronco, em breve passaram por Nova Dantzig e Rolândia hoje Caviúna, situada a 725 metros nas cabeceiras do rio Vermelho, afluente do Paranapanema. Depois de Rolândia a estrada busca a chamada serra de Apucarana, que não é mais do que o espigão divisor entre a bacia do Tibaji e os do Pirapó e do Ivaí. Aí se encontram Arapongas (780 metros) e Apucarana (860 metros), gozando esta de uma situação privilegiada pois se encontra no ponto de encruzilhada da estrada que se bifurca para acompanhar o espigão divisor Pirapó-Ivaí em direção a Lovat e o divisor Tibaji-Ivaí, pela chamada serra de Apucarana, em direção a Marilândia.

Seguindo sempre pelos espigões, só foi possível constatar a grande regularidade dêsse nível que está sendo profundamente dissecado por todos êsses rios. Em Apucarana é que o planalto se apresenta mais bem conservado e regular (850 metros) pois ainda não foi alcançado pela erosão remontante dos rios das três bacias, que aí têm sua separação.

Voltando de Lovat, os excursionistas vieram por outra estrada que corta os formadores do rio Pirapó, o rio Dourado e o próprio Pirapó e vem atingir a estrada principal, em Arapongas. Até então tinham seguido constantemente pela terra roxa mas, na descida para o rio Dourado, encontraram argilas arenosas e chistos argilosos. Reaparece, a seguir, o diabásio e depois de atravessados êsses dois rios a estrada atinge novamente o espigão em Arapongas.

Em tôda essa região estendia-se, outrora, a floresta densa de árvores folhudas e rica em madeiras de lei, com uma mistura de pinheiros nas áreas mais elevadas ou sujeitas a geadas. Essa floresta, hoje se acha em grande parte devastada perto dos espigões mas todos os colonos têm que conservar 10 % da área de suas florestas onde se vêem árvores grandes, ramalhudas, e arbustos menores, com grande abundância de palmitos.

Por iniciativa da Companhia de Terras Norte do Paraná, iniciou-se, portanto, a colonização dessa zona do NW do Paraná em moldes totalmente diversos do que se processou no oeste de São-Paulo e mesmo ao sul do Paranapanema, na zona de Cambará, Jacarèzinho etc., onde domina o tipo da grande fazenda paulista de café que hoje procura, com o algodão, restabelecer sua prosperidade abalada.

A Companhia já vendeu o total de 102 000 alqueires, distribuídos em lotes geralmente pequenos e, em média, de 10 a 15 alqueires sendo raras as fazendas de mais de 100 alqueires e nos quais os colonos, depois de pagos 40 % podem se instalar e começar a explotação da floresta muito rica em madeiras de lei, o que facilitará o pagamento da parte restante. Pode-se, pois, dizer que predomina em Londrina a pequena propriedade e, como só as terras de espigão se prestam para o cultivo do café e do algodão, aí não se estabeleceu a monocultura e a especulação e a instabilidade que dela decorrem. Pelo contrário, estabeleceu-se um regime de culturas mistas, as mais variadas.

Na verdade, vê-se, em Londrina, e ao longo da estrada por onde se fêz a penetração, até Apucarana e Lovat, os tipos mais variados de culturas, produtos tropicais como o café, intercalado com milho, arroz ou feijão, algodão, mandioca, cana, abacaxi, laranja etc. ou culturas características das zonas temperadas como centeio, trigo, alfafa, batata inglêsa, uvas, morangos, etc., mas em menor escala.

Essa grande variedade de culturas, que à primeira vista parece ser um tanto disparatada, se justifica pelas condições físicas locais como também pela influência cultural dos diversos grupos de colonos que para aí afluiram, brasileiros (42 %), de São-Paulo e Minas principalmente, italianos (12,5 %), japonêses (7 %), alemães (6,5 %), poloneses, lituanos etc., ao todo, representantes de 30 nacionalidades diferentes.

De fato, o norte do Paraná acha-se no limite climático entre as regiões próprias para as culturas tropicais como o café o algodão etc. que não podem suportar invernos sujeitos a geadas e as regiões do planalto paranaense, de

clima mais frio e próprias para as culturas das zonas temperadas. Na zona de Londrina encontram-se terras próprias para um e outro tipo de culturas. Por um lado, os fundos dos vales, sujeitos a geadas e a zona mais alta do espigão chamado serra de Apucarana (mais de 850 metros), não se prestam às culturas tropicais. Aí se vêem pinheiros, cuja presença indica aos colonos que a terra não é própria para a plantação de café, e ao lado das culturas características das latitudes médias, faz-se aí a criação de gado bovino, em pastos plantados apropriados para resistir às geadas, como o *kikuio*, ou então, a criação de suínos. As terras para o café e as culturas tropicais que têm as mesmas exigências, são as terras de espigão mas não muito altas, onde na floresta densa se encontram pau d'alho, jangada brava, embaúba e outros padrões de terra boa e que não sejam sujeitas a geadas anualmente. Essas terras, conhecidas como terras de espigões, são mais valorizadas do que as terras baixas que não se prestam para a cultura do café, a mais rendosa. De fato, as terras de espigão são vendidas de 800 a 1 200 cruzeiros o alqueire enquanto que as terras baixas, custam, de 650 a 800 cruzeiros.

Também a disposição das culturas varia de acôrdo com a exposição. Assim, nas encostas voltadas para o norte, mais quentes, é que se encontram as culturas tropicais, enquanto que as culturas temperadas dos fundos dos vales avançam, também, nas encostas voltadas para o sul, expostas aos ventos frios do sul e onde se vêem pinheiros, muitas vêzes. Por êsse motivo é que todos informavam que, do grande espigão para o norte, era possível a cultura do café e do espigão para o sul, não.

Aproveitando essas condições físicas variadas, os diversos grupos de colonizadores que aí vieram se fixar, depois da derrubada da floresta e explotação de suas riquezas, estabeleceram em suas fazendas culturas as mais variadas e um pouco de criação de gado. Tiveram os excursionistas a oportunidade de visitar uma dessas fazendas onde, nos espigões arredondados, se alinhavam os cafeeiros novos intercalados com milho, feijão, arroz e, no fundo do vale, viam-se campos de criação de gado e um resto de mata conservada. Havia, ainda, grandes plantações de arroz de montanha, intercaladas às vêzes, com árvores de *tung* que fornecem um valioso óleo muito usado no fabrico de tintas e vernizes finos. Outras plantações menores de uvas, morangos, legumes, aspargos, também foram vistas. Ao lado da casa construída de palmito, retirado da floresta, via-se um grande barracão para armazenar a alfafa que é cortada oito a dez vêzes ao ano; um pouco mais afastados estavam os estábulos e os mangueirões para porcos.

É esta uma das fazendas típicas da região que, estendendo-se por terras de espigões e de vale, possui culturas as mais variadas.

Se se examinar mais de perto essa distribuição das culturas, pode-se constatar uma preferência de cada colonizador por um determinado tipo de cultura, instalando-se geralmente onde ela seja possível. Assim, os maiores cafèzais pertencem ou então foram plantados por antigos colonos italianos de Ribeirão-Prêto ou seus descendentes, possuidores de uma tradição cafeeira e conhecedores da técnica exigida para seu plantio. Foram êles os primeiros a se estabelecer em tôrno de Londrina e de Nova Dantzig, hoje Cambé, onde as terras roxas se prestam admiràvelmente para o plantio de café. Assim se realizou o ideal dêsses cafeicultores de se tornarem, algum dia, donos de seus cafèzais e já há, em Londrina, 12 000 000 de pés de café plantados. O sistema de trabalho, para o plantio do café, é o de empreitada. Os contratos com os empreiteiros são firmados no cartório e sua fórmula pode variar. Geralmente o empreiteiro se compromete a plantar um número determinado de pés de café, de 5 000 a 10 000 e recebe em paga o direito de plantar, para seu proveito, outras culturas entre os cafeeiros, geralmente milho, arroz, feijão das águas, no verão, e feijão da sêca no inverno. No fim do sexto ano, o cafèzal deverá ser entregue ao proprietário. Às vêzes o colono recebe, por ano, 20 centavos por pé de café e o direito à safra do 4.º ano. Êsse sistema dá bom lucro ao empreiteiro que, se souber economizar poderá, no fim dêsse prazo, comprar uma pequena propriedade de uns 5 a 10 alqueires mais para o interior. Êsse sistema implica em uma vantagem para o colono plantador de café, mas, por outro lado, cria uma dificuldade para o proprietário dos

cafèzais, que se vê diante da falta de mão de obra para cuidar de seus cafèzais pois todos querem fazer a plantação por empreitada e seguir para o oeste, para novas terras.

Se os italianos e brasileiros preferem se dedicar ao plantio de café intercalado com milho, arroz, feijão ou só do algodão, pode-se dizer que é entre os alemães, poloneses e lituanos que se encontram as culturas típicas das latitudes médias. Assim, na zona de Arapongas, em terras frias caracterizadas pela existência de pinheiros, no espigão conhecido como serra de Apucarana, vêem-se colonos lituanos e poloneses, que aí cultivam trigo, batata inglêsa, centeio, etc.

Também os japonêses têm suas preferências e, ao lado do arroz grandemente cultivado e do café, cultivam o chá prêto e verde, e legumes.

Assim se processa a colonização no nordeste do Paraná de modo tão diverso do que se verifica ao norte do Paranapanema e mesmo ao sul, na região de Cambará, Jacarèzinho, Bandeirantes, onde se continua, no Paraná, a economia cafeeira e algodoeira do oeste de São-Paulo.

Os trilhos da estrada de ferro, em menos de 15 anos, passaram de Cambará a Apucarana no espigão onde se separam as águas do Tibaji, Avaí e Pirapó. Além de Apucarana, seguindo pelo divisor Pirapó-Avaí já estão em formação pequenos núcleos como Pirapó, Jandaia e Lovat e, ao longo da estrada, já se estendem vastos milharais.

Londrina é hoje importante centro de comércio, sendo que suas relações comerciais são feitas quase que exclusivamente com São-Paulo. Há em Londrina, importantes firmas comerciais e representantes de firmas de São-Paulo que compram café, arroz, feijão, milho, algodão, mamona etc. e, depois de beneficiá-los, vendem-nos a grandes firmas de São-Paulo. Também a produção de suínos, muito importante na zona de Apucarana, é mandada para São-Paulo sendo exportadas, em média, 5 gaiolas por dia, cada uma com 45 porcos.

Os produtos importados em Londrina são, ùnicamente, sal, açúcar, gasolina, artigos manufaturados etc.

É muito importante o movimento da estrada de ferro nesse transporte de cereais, café, algodão, madeiras, suínos, etc. e seus vagões já não dão conta da exportação, havendo enorme quantidade de produtos aguardando transporte; nos campos o milho, com suas hastes quebradas a fim de se conservarem mais tempo, esperando lugar nos armazéns abarrotados de mercadorias.

Concluindo, a Srta. Lísia Cavalcanti disse que foram essas as impressões da zona pioneira do NW do Paraná, onde a colonização cresce dia a dia, derrubando-se a floresta, multiplicando-se as cidades e vilas, os cafèzais e os compos de cultura e criação. É preciso que também a Estrada de Ferro possa multiplicar seus vagões a fim de que tôda essa produção possa ser drenada para os grandes centros consumidores e não mais aconteça o que se deu no ano passado, o apodrecimento de gêneros em Londrina, por falta de transporte, segundo noticiaram os jornais.

A exposição foi ilustrada com a projeção de várias fotografias mostrando a disposição das culturas no espigão e no vale, a grande regularidade do planalto dissecado pelos afluentes do Paranapanema, panoramas de Londrina e Apucarana, etc.

Iniciados os debates, o Prof. Francis Ruellan lembrou que a finalidade da tertúlia é chamar a atenção para os principais problemas a serem resolvidos.

A Srta. Lísia Cavalcanti disse que o clima da região de Londrina constitui um problema por ser muito pouco conhecido. Explicou o Prof. Ruellan que essa zona é recente e até bem pouco não havia informações sôbre o tempo, no entanto, para se conhecer alguma coisa do clima de uma região são necessários no mínimo 20 a 25 anos de observações. Em Londrina foram fornecidas informações de 1933 a 1943 e são elas incompetas. Em 1943, nos meses de abril, maio, junho, julho e agôsto, a pluviosidade é inferior a 30 milímetros, formando a estação sêca um regime semelhante ao do Brasil Central. No entanto,

em certos anos observa-se, num ou noutro dêstes meses, uma pluviosidade maior, que lembra o regime do Brasil Meridional. Em 1943 a temperatura máxima média foi de 32º em dezembro, a mínima absoluta, 7º,5 em agôsto e a média das mínimas, em agôsto, 11º, entretanto, a mínima absoluta cai, às vêzes, a 0º. Os dados informativos são assim de chuva e temperatura, e é preciso calcular os índices de umidade.

Indagou o Sr. Miguel Alves de Lima se a policultura é praticada em Londrina por influência da Companhia. Respondeu a Srta. Lísia Cavalcanti que não.

Perguntou ainda o Sr. Miguel de Lima, como se explica que os japonêses se dediquem à cultura do café, e se êles têm assistência de pessoas que trabalharam no Ceilão ou se vieram de São-Paulo onde teriam adquirido a prática do plantio do café. O Prof. Ruellan esclareceu que o café é um produto tropical e sub-tropical que requer cuidados análogos aos do chá. Em Londrina cultiva-se também o chá. Os japonêses de Londrina vieram de São-Paulo, onde cultivaram o café.

Disse o Sr. Miguel Alves de Lima que o indivíduo é, aí, veículo de uma cultura e não está portanto impondo a sua cultura. Ajuntou a Srta. Lísia Cavalcanti que o café, por ser cultura rendosa, está sendo desenvolvido em Londrina. Explicou o Prof. Ruellan que, em Londrina, a policultura não é perfeitamente implantada pois as culturas são freqüentemente intercaladas com o café enquanto êste se desenvolve o que dá impressão de policultura. A Srta. Lísia Cavalcanti disse que existem arrozais não intercalados, e que o café não poderá dominar completamente pois há zonas onde êle não se desenvolve, confirmando assim o que dissera o Prof. Ruellan.

O Sr. Miguel Alves de Lima lembrou que seria interessante saber como se faz o contrato da pequena propriedade, pois se o colono puder com o tempo adquirir várias propriedades com mão de obra suficiente, surgirá certamente a grande propriedade. O Prof. Ruellan observou que todo cultivador da pequena propriedade é um especulador, sobretudo o japonês que, quando não é proprietário, procura tirar o máximo da terra, para ir em seguida comprar novas terras mais longe, a oeste. Faz culturas intercaladas e, em poucos anos, a terra se esgota. Os preços caem e os proprietários dos cafèzais acabarão por substituir as culturas pelo gado, aproveitando o baixo preço atingido pelas terras para reconstituir a grande propriedade. A frente pioneira está sempre avançando, ficando além das primitivas zonas de colonização.

O Sr. Miguel Alves de Lima disse pensar que as culturas se localizam no espigão em virtude da maior concentração da pluviosidade. O Prof. Ruellan explicou que o espigão e o vale constituem dois problemas diferentes. No espigão, observou-se o escoamento difuso e, no vale, o escoamento concentrado e a erosão fluvial. As terras do vale não são boas para a agricultura pois, no escoamento das águas, as principais partículas são transportadas em suspensão pela água. Deve-se construir, ao longo dos vales, pequenos terraços para que se dê a decantação da água e o aproveitamento dos sedimentos provenientes da terra roxa dos espigões. O espigão conserva melhor suas propriedades por ter um solo mais durável. Pergunta-se como se formou a terra roxa. A explicação de que ela tenha se formado no próprio local é duvidosa pois supõe uma longa decomposição. A terra roxa mostra-se como uma poeira muito fina análoga ao *loess*, talvez parcialmente de origem eoliana; a passagem da rocha viva para a terra roxa é brusca havendo apenas uma pequena camada de decomposição. A melhor solução para se resolver o problema é fazer a análise física e química dos solos do espigão e do vale. Os solos dos diferentes espigões não são idênticos, e o Sr. Thomas, diretor da Companhia de Terras Norte do Paraná, acha-se bastante preocupado com a qualidade dêstes solos pois nem todos são igualmente bons para a agricultura. O pinheiro não é visto na terra roxa, mas nos solos de riqueza precária. As terras são diferentes, provàvelmente, por terem se desenvolvido vários níveis de erosão e sôbre os espigões, ficaram sem dúvida testemunhos remanescentes de uma antiga cobertura sedimentar. Nos solos bons para a agricultura vê-se a mata exuberante, onde se desenvolvem certas árvores com o palmito, o pau d'alho, etc.

A seguir a Srta. Dora Romariz disse que, em Londrina, a percentagem de mata existente é imposição da Companhia. O proprietário de cada lote de terra deve conservar um certo resto de mata ainda virgem e êstes restos de mata mostram-se de tal forma fechados que é quase impossível penetrar nos mesmos. Ajuntou a Srta. Mariam Tiomno que é tal a variedade dos tipos vegetais que é difícil dizer quais os que prodominam.

O Prof. Pedro Geiger lembrou que foi visto, num corte em Londrina, uma rocha que parecia ser chisto ou arenito. O Prof. Ruellan disse que, nos solos provenientes talvez de uma antiga cobertura de arenito, vêem-se araucárias; não foram observados, entretanto, afloramento de arenito. Os solos constituídos de areia e rochas finas são excelentes para o desenvolvimento do pinheiro. É grande a ação da erosão, notando-se vários níveis de terraços, como na reprêsa e na fazenda visitada pelos excursionistas.

Observou o Prof. Pedro Geiger que, quando se estuda as culturas de uma região, deve-se sempre relacioná-las com a paisagem, pois os aspectos da paisagem humana devem ser vistos em função da Geografia Física.

O Prof. Ruellan explicou que, numa excursão de Geografia, a equipe de Geografia Humana deve ser dividida em dois grupos, sendo o primeiro encarregado de estudar a economia e o segundo, de fazer, um inquérito sôbre as culturas e o gênero de vida, mostrando a distribuição das culturas no terreno. Fazendo-se um pequeno esquema das culturas, dos terrenos consagrados à criação, à floresta, etc. mostrando as relações com o relêvo, ter-se-á ligado a Geografia Humana à paisagem. Estudando-se uma cidade deve-se ver primeiramente a sua situação e, em seguida, a disposição das ruas e dos bairros, assinalando as ruas de comércio, os quarteirões industriais, os residenciais, e os bairros pobres, o bairro operário em função das indústrias, das zonas mais úmidas e insalubres, ver a situação da cidade em relação à via férrea e grandes estradas etc.

O Sr. Miguel Alves de Lima disse que há uma ligação íntima entre as culturas e a cidade de Londrina, vendo-se de um lado da via férrea, a cidade e do lado oposto, as plantações de milho.

Lembrou o Prof. Ruellan a questão dos transportes que é muito importante. Em seguida salientou que a Companhia de Terras Norte do Paraná fôra muito gentil para com os excursionistas e solicitou que ficassem registrados a ela o agradecimento de todos.

Nada mais havendo a tratar, o Sr. Miguel Alves de Lima agradeceu a contribuição da Srta. Lísia Maria Cavalcanti e o Prof. Francis Ruellan associou-se aos cumprimentos feitos à oradora, sendo, a seguir, encerrada a sessão.

*

CENTÉSIMA DÉCIMA QUINTA TERTÚLIA, REALIZADA EM 26 DE JUNHO DE 1945

APRESENTAÇÃO DO ÚLTIMO RELATÓRIO GERAL DA EXCURSÃO AO PARANÁ E SANTA-CATARINA: A VIAGEM LONDRINA - SÃO-PAULO, PELO PROF. PEDRO GEIGER — LONDRINA-OURINHOS — CUESTA DE BOTUCATU — DEPRESSÃO PERMIANA — O ARQUEANO — DEBATES SÔBRE A TERRA ROXA

Presidiu a sessão o Sr. Miguel Alves de Lima que anunciou a apresentação, pelo Prof. Pedro Geiger, do último relatório geral da excursão ao Paraná e Santa-Catarina: a viagem Londrina-São-Paulo.

Iniciando a exposição, o Prof. Geiger disse que existe uma certa semelhança entre esta viagem e a de Curitiba-Guarapuava, que já estudara numa tertúlia.

Os excursionistas deixaram a cidade de Londrina, na direção de Ourinhos, pela estrada de ferro. Aquela cidade mostrava-se enlameada de um barro vermelho devido ao mau tempo, o que ressaltava ainda mais o seu aspecto de cidade pioneira, na região da terra roxa.

A estrada de ferro atravessa, sucessivamente, vales e espigões. Nestes localizam-se as ocupações importantes e as grandes cidades. Os espigões não são perfeitamente tabulares, apresentando ondulações e terraços, no entanto o relêvo é suficientemente suave para permitir o traçado das grandes retas das estradas de rodagem. Êsses espigões apresentam altitudes inferiores aos de Guarapuava,

apesar de estarem mais a E., pois foram intensamente trabalhados pela ação erosiva dos baixos cursos dos rios que vêm do sul, com a direção geral de NW. Londrina está apenas a 600 metros de altitude. A direção dos rios acha-se, talvez, relacionada com a inclinação das camadas das rochas. Seria interessante verificar-se qual é a direção das camadas em Londrina e compará-la com a da serra da Boa-Esperança. As camadas de terra roxa aparecem, também, para N. em altitude cada vez mais baixa.

Na tertúlia anterior, foi estudado o contraste entre os espigões e os vales. Os espigões são, em Londrina, mais cultivados do que os vales por apresentarem um solo bem mais espêsso; devido ao rejuvenescimento dos rios, a erosão carrega os solos das encostas e vales, tornando-os pouco espessos.

Vêem-se terraços e afluentes suspensos mostrando o rejuvenescimento. No espigão há maior freqüência de corrida de águas não organizada e a ação dos cursos, de forma suave, é menor.

Nos espigões de Londrina cultiva-se café, milho, mandioca, arroz, etc... Começando a descer para o vale do rio Tibaji vê-se, em Ibiporã, a camada de decomposição, de 1,50 metros. As casas são de madeira, sendo importante a atividade madeireira. Na estação viam-se madeiras acumuladas aguardando transporte. A questão do transporte é aí muito importante, como já foi visto na última tertúlia. A seguir, vai diminuindo a espessura do solo; rareiam as habitações e as culturas e a mata aumenta; mas sendo a atividade madeireira bastante desenvolvida, alternando matas e zonas desflorestadas. Em Jataí o desflorestamento é intensivo e não tendo sido as zonas devastadas aproveitadas para cultura, domina a mata secundária. Notam-se, apenas, algumas pequenas plantações de mandioca, milho e arroz.

Adiante, a estrada atravessa um espigão mais baixo que o anterior, com cêrca de 300 metros de altitude. O solo é pouco espêsso; como culturas existem apenas um pouco de algodão e milho. Terraços bem marcados assinalam o rejuvenescimento. O café não é visto aí. Em Pirianito existem alguns japonêses que cultivam, nos vales, arroz, algodão, etc. Depois, no espigão de Cornélio, correspondente ao de Londrina, vê-se o café, invadindo quase a cidade.

O povoamento dessas regiões pioneiras não é contínuo, faz-se por núcleos. As maiores concentrações localizam-se nos espigões, onde são vistas, também, as estações mais importantes, talvez aí localizadas em virtude da maior facilidade de transporte. Os vales, entre os espigões, estão num estágio mais atrasado.

Descendo-se para o Paranapanema, o café começa a ser substituído pelo algodão, que é menos exigente. O algodoeiro é de menor porte e exige solo menos espêsso. Os vales são largos havendo níveis de terraço assinalando o aprofundamento do rio. Depois, até Ourinhos, estende-se uma região de intensa cultura de café tendo sido a mata devastada; já se observa uma tentativa de reflorestamento com eucaliptos.

Ao café se associam outras culturas, às vêzes, mais extensas, outras vêzes, menos.

Chovia quando os excursionistas chegaram a Ourinhos, onde pernoitaram, podendo assim observar o aspecto enlameado da cidade, recoberta de barro vermelho. Já não estavam em zona pioneira pròpriamente dita, sendo a cidade organizada. De madrugada, seguiram novamente pela estrada de ferro em direção a São-Paulo. O trem em que iam cruzou com o que se dirigia para o oeste, apresentando a grande massa de passageiros o aspecto típico dos colonizadores, homens, mulheres e crianças, em famílias, carregando os seus haveres e trouxas.

De Ourinhos para Botucatu, há a examinar novos problemas. A estrada continua subindo até o limite do planalto, sendo grande a extensão de diabásio. A paisagem é típica da terra roxa. Perto de Xavantes avista-se, ao longe, um relêvo que destoa na peneplanície. Adiante, dá-se a passagem da terra roxa para o arenito de Botucatu, triássico ou, talvez jurássico (699 metros). Depois da zona de contacto do arenito com a terra roxa, observa-se uma alternância dos arenitos e diabásios, sendo o desflorestamento intensivo. O planalto torna-se bastante regular, com ondulações suaves.

Domina o café e, segundo parece, a grande fazenda, pois os cafèzais são cortados por largas avenidas e nota-se uma diferença dos tipos de habitação; vêem-se casas maiores e melhores, e outras pequenas, em grupos de três ou

quatro, nos vales. É possível que aí haja transformação da pequena propriedade em grande propriedade. Entre os cafèzais há plantações de milho, algodão, etc. Aparece também alguma criação.

As cidades, vistas da estrada de ferro, demonstram uma certa atividade industrial com seus armazéns de beneficiamento de café, de arroz, algodão; vagões-gaiola para transporte de gado, etc. As construções são geralmente de tijolos.

Nas regiões de diabásio, domina o café e nas de arenito, o gado e o algodão.

Depois de Batista-Botelho, a 669 metros de altitude, aparece o arenito e a ocupação nos vales, onde a terra roxa surge nas encostas. Nos espigões há criação.

Os rios erodiram as camadas de arenito aparecendo diabásio nos vales. Descendo-se para o Rio-Novo, reaparece o diabásio e, ligada a êle, alguma cultura de café, milho e algodão, como em Barra-Grande. Depois, atravessa-se alternadamente zonas de arenito e de terra roxa ou diabásio, no planalto, por ter a subida uma inclinação maior que a inclinação das camadas superpostas de arenito e diabásios.

Nas zonas areníticas, a vegetação é a de campos e de cerrados, encontrando-se êstes, em grande parte, devastados. Como vegetação secundária vêem-se samambaias. O solo, na região, é pobre e o *habitat* disperso, sendo a base da economia a criação de gado que é aí bastante desenvolvida.

Chegando-se a Botucatu desce-se a *cuesta* e notam-se, então, duas ruturas de perfil. A cidade fica sôbre o diabásio, e a terra roxa é aproveitada para culturas. Existe também a atividade industrial.

A estrada atravessa, em seguida, a depressão permiana de argilas e areias. De início, o aspecto da região é de pobreza. Fica ela entre o cristalino e o diabásio e as formas suaves mostram a grande erosão que foi facilitada pelas rochas tenras e por terem os rios de atravessar a região dos diabásios, onde pode haver níveis de base locais. Há também voçorocas devido às areias permeáveis. Nelas, às vêzes, se vê o contacto dos arenitos e areias. As camadas de arenitos são de várias côres, ocre, clara, côres variegadas e arenito amarelo. A seguir vêem-se argilas brancas e chistos argilosos que tornam o solo mais fértil, surgindo algumas culturas. Vê-se, no quilômetro 216 da estrada, uma estratificação entrecruzada pertencente à série do Rio-do-Rastro, ou à de Passa-Dois. Assim a zona dos arenitos de Botucatu é mais pobre, melhorando a situação noutras séries. As camadas de chistos são de inclinação variada; às vêzes quase horizontal. Antes de Conchas, forma-se uma *cuestinha* em virtude do contacto de chistos com arenitos. A diferença de rochas dá ainda lugar ao perfil côncavo na parte superior e convexo das ondulações.

A vegetação é de cerrados; não há quase campos e as culturas são raras notando-se entretanto, movimento bem intenso de transporte de frutas.

Observa-se uma sucessão de chistos e arenitos quase horizontais até Cerquilho, onde se dá a passagem para os chistos carbonosos da série de Tubarão.

Em Boituva avista-se, ao longe, cristas provàvelmente algonquianas. Os filões de diabásio continuam aflorando e, nos solos provenientes dêstes filões, cultiva-se algodão, milho, café, etc. A estrada de ferro planta também eucaliptos para obtenção de carvão vegetal.

Chegando a Sorocaba, afloram no leito dos rios e às vêzes nas margens, matacões de rochas arqueanas. Vêem-se já os morros da peneplanície arqueano-algonquiana, mas há ainda os sedimentos. Aparecem na base dos morros, formando terraços sôbre os rios. É a erosão que estava removendo os sedimentos permianos deixando aparecer a célebre superfície pré-permiana de De-Martonne, que também já está sendo trabalhada pela nova erosão. As águas carregaram os sedimentos que cobriam os morros e êstes ainda, em parte, nas bases formando os terraços dos rios; os terraços são desbarrancados pelos rios, que já apresentam matacões.

Adiante dos morros suaves do arqueano começam a ceder lugar a formas mais movimentadas. Aparecem chistos fortemente inclinados, quase verticais, cortados por filões de pegmatitos nos cortes e os matacões de granito aparecem nas encostas dos morros onde há plantações de milho e café.

Sorocaba é um importante centro industrial e comercial. Depois dela são vistos ainda os filitos e finalmente desaparecem os vestígios dos sedimentos permianos, dominando a região cristalina com morros, relevos mais enérgicos nas rochas mais resistentes da série de São-Roque, espigões marcando níveis, terraços, etc. Como plantações vê-se o milho nas encostas e outras pequenas culturas domésticas, e às vêzes, o café.

A seguir o Prof. Geiger explicou que as observações foram aí interrompidas pelo adiantado da hora.

Em conclusão, de Londrina para São-Paulo observa-se, de início, uma região de penetração recente que corresponde ao domínio da terra roxa. Segue-se o planalto triássico onde, na parte arenítica, a ocupação humana é vista nos vales e não nos espigões. Essa região se estende até a *cuesta* de arenitos Botucatu. Adiante desta se estende uma região pobre, de povoamento bastante disperso, sendo a principal atividade humana a criação extensiva do gado. Já se nota uma tentativa de melhorar a economia desta região com a explotação do carvão mineral, plantações de frutas, eucaliptos, etc. É esta uma zona de passagem para São-Paulo muito importante. Finalmente vem uma região arqueana com uma ocupação dispersa e pequenas plantações de arroz nas várzeas, milho e café nas encostas.

Abertos os debates o Prof. Francis Ruellan explicou que na conclusão da descrição de uma longa viagem, deve-se pôr sempre em evidência as zonas características descritas. Disse o Prof. Geiger que, de Londrina a São-Paulo, nota-se a zona de Londrina a Ourinhos, a de Ourinhos a Botelho, a de Botelho a Botucatu, a de Botucatu a Sorocaba e, finalmente, a região cristalina. O Prof. Ruellan foi então de opinião que Londrina-Botelho forma uma só zona, podendo-se admitir uma sub-zona, a de Ourinhos.

Indagou o Sr. Miguel Alves de Lima se a diferença da espessura dos solos dos espigões e dos vales, tanto em Londrina como em Guarapuava, é devida a uma influência climática. O Prof. Ruellan disse julgar que as rochas de Guarapuava e de Londrina não parecem ser idênticas, formando solos diferentes. O problema consiste em comparar a espessura e a qualidade dos solos de Londrina e de Guarapuava; devem ser diferentes pois em Londrina não existem campos como em Guarapuava e em Laranjeiras que é, também, uma zona relativamente baixa. Numa altitude semelhante está Apucarana, onde se vêem florestas.

O Prof. Beneval de Oliveira lembrou que, em Guarapuava, o diabásio é meláfiro e porfírico enquanto que o de Londrina é muito fino, devendo a questão climática ter influído nesta diferenciação. A seguir perguntou como se apresenta a paisagem vegetal naquelas regiões. O Prof. Ruellan explicou que a vegetação de Londrina é muito mais exuberante do que a de Guarapuava. A Prof.ª Mariam Tiomno acrescentou que as florestas de Londrina são muito fechadas sendo quase que impossível penetrá-las e que, em nenhuma outra parte da excursão, encontrara tantas variedades de associações vegetais.

Disse o Prof. Beneval de Oliveira que a própria vegetação de Londrina fertiliza o solo, tornando-o bastante rico. Acrescentou o Sr. Miguel Alves de Lima que, para haver no solo matérias orgânicas, é porque já houve aí florestas; e que é muito comum generalizar a formação da terra roxa, sendo que a composição e qualidade da mesma nem sempre são iguais e são muito mais importantes do que a textura.

O Sr. Esperidião Faissol esclareceu que, em Goiás, encontram-se campos em terra roxa.

Disse o Prof. Ruellan que é necessário que as autoridades mandem analisar, em diversos lugares, a terra roxa, o solo e o subsolo destas regiões e as associações vegetais. Em Londrina a terra roxa dos espigões varia de qualidade como já foi dito na tertúlia anterior.

Indagou o Prof. Beneval de Oliveira se as precipitações de Guarapuava e de Londrina são idênticas. O Prof. Ruellan explicou que, em Londrina, os mesmos meses participam, em certos anos do regime do planalto meridional e, em outros anos, do regime do planalto central. Acrescentou o Sr. Miguel Alves de Lima que, em certos anos e meses, a pluviosidade aumenta até o dôbro em relação ao ano precedente o que ocasiona uma enorme queda de

temperatura. Disse o Prof. Beneval de Oliveira que a influência do clima é bem marcante. O Sr. Miguel de Lima chamou então a atenção para a variação da terra roxa, e o Prof. Ruellan para a da altitude que pode dar solos diferentes.

O Sr. Miguel de Lima observou que o reflorestamento por meio de eucaliptos, segundo o Dr. José Setzer, é prejudicial ao solo pois esgota em pouco tempo a terra. Em seguida, perguntou como se explica que os pequenos rios afluentes correm em Londrina perpendicularmente ao rio principal. O Prof. Ruellan explicou que, quando se forma um grande vale de estrutura concordante, surgem do escoamento natural das águas, em direção perpendicular ao talvegue principal, pequenos rios.

O Prof. Francis Ruellan lembrou em seguida que existe antes da *cuesta* de Botucatu uma zona de arenito cretáceo bastante pobre.

O Sr. Faissol perguntou se pode existir terra roxa onde não exista diabásio. Disse o Prof. Ruellan que êsse assunto ainda não está esclarecido. A terra roxa é encontrada aonde há diabásio mas há zonas de diabásio sem terra roxa. No Brasil central encontram-se solos vermelhos, ótimos para a agricultura e estão ligados à decomposição do arqueano e não à do diabásio. O Sr. Miguel de Lima lembrou que o Dr. Setzer submetera a mesma terra roxa a ações diferentes e obtivera resultados diversos. O Sr. Faissol explicou que em Goiás, perto do Triângulo Mineiro, há duas espécies de terra roxa, uma bastante fértil, recobre os vales e a outra, menos fértil, constitui o solo das montanhas e acha-se misturada com arenitos.

Em seguida, foi encerrada a sessão.

Se lhe interessa adquirir as publicações do Conselho Nacional de Geografia, escreva à sua Secretaria (Praça Getúlio Vargas, 14 — Edifício Francisco Serrador - 5.º andar — Rio de Janeiro) que o atenderá pronta e satisfatòriamente.

Noticiário

Capital Federal

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

Conselho Nacional de Águas e Energia Elétrica

DESIGNADO O NOVO PRESIDENTE — O Sr. Presidente da República assinou no dia 26 de maio passado um decreto, nomeando o coronel José Pio Borges de Castro, membro do Conselho Nacional de Águas e Energia Elétrica. Pelo mesmo decreto-lei foi também o coronel Pio Borges designado para exercer as funções de presidente do referido Conselho.

★

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA

DIA DO ESTATÍSTICO — DISCURSO DO EMBAIXADOR JOSÉ CARLOS DE MACEDO SOARES — RESOLUÇÃO CONJUNTA DOS COLÉGIOS DIRIGENTES DO I. B. G. E. — Por ocasião das comemorações do nono aniversário da instalação do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, a 29 de maio, data em que foi também festejado o "Dia do Estatístico", o presidente daquela instituição, embaixador José Carlos de Macedo Soares, proferiu o discurso que abaixo reproduzimos.

Na mesma ocasião, reunidos os três Colégios dirigentes da entidade — Junta Executiva Central do Conselho Nacional de Estatística, Diretório Central do Conselho Nacional de Geografia e Comissão Censitária Nacional — aprovaram uma Resolução especial e conjunta passando revista às realizações das três alas do Instituto e traçando rumos para o satisfatório prosseguimento dos seus trabalhos nos diferentes planos técnicos, administrativos e culturais, adiante igualmente divulgada.

☆

DISCURSO DO EMBAIXADOR JOSÉ CARLOS DE MACEDO SOARES

"Estatísticos e geógrafos brasileiros — meus patrícios, meus colaboradores, meus amigos. Se hoje é o "Dia do Instituto", como sua data aniversária, também é o "Dia do Estatístico". São estas as horas jubilosas que os estatísticos dedicam à confraternização, para exaltar em comum os ideais de sua profissão e relembrar as passadas vitórias que a classe já encorporou às conquistas culturais da Nação.

Mas, se a sobrevivência do Instituto, o enriquecimento do seu programa, o êxito das suas campanhas não exprimem outra cousa senão aquilo mesmo que os estatísticos querem focalizar ou invocar nesta grata efeméride, tudo quanto se possa dizer do Instituto, dando-nos confôrto e confiança no futuro, enchendo-nos de satisfação, e levando-nos a dar graças a Deus pelas realizações conseguidas — isso tudo exprimirá também o que o país vos ficou a dever. São os empreendimentos ousados que levastes a efeito, as dificuldades que os vossos esforços souberam transpor, fazendo emergir para a realidade as perspectivas largas em que se rasgam os vossos belos horizontes, de trabalho e serviço público.

Entretanto, êste "Dia do Estatístico" é muito mais do que a expressão o diz. Porque, em verdade a sua celebração evoca e envolve o vasto quadro dos trabalhadores da geografia e da estatística. Sim, meus amigos. A celebração de hoje, também é o "Dia do Geógrafo". E assim é, pela razão mesma da sua exata intenção. Não é o "Dia do Estatístico" o "Dia do Instituto"? Não é o Instituto a casa dos estatísticos, tanto quanto a casa dos geógrafos? Se a resposta afirmativa não bastasse para me dar razão, eu então ainda alegaria o motivo analógico, ante a correlação essencial de objetivos entre as duas classes irmãs.

Se não há estatística política sem geografia, também não há geografia humana sem estatística. É óbvio o conceito desde que compreendamos a estatística naquela quádrupla atuação que os seus objetivos lhe exigem. Pois, efetivamente, a êstes correspondem os trabalhos de reportagem ou levantamento, a par dos de síntese ou representação comparativa, ambos continuados pelos de análise interpretativa e inferencial, os quais, à sua vez, vão servir de base às elaborações de planejamento e proteção. Seqüência é esta que vai terminar no desdobramento da última fase, sob o tríplice aspecto de "planta", "orçamento" e "contrôle", como expressão providencial da ação do poder público.

Tanta verdade vai nisso que tôda a geografia humana trabalha com materiais da estatística econômica e social, e tôda a estatística fisiográfica se apóia na geografia física. Demais disso, vós, os geógrafos e os estatísticos, na consideração geral dos vossos objetivos e sob todos os pontos de vista, entrelaçais, coordenais, somais os recíprocos esforços, quando estudais a terra e o homem. E só assim conseguis realizar uma obra total — a obra dos "geógrafos estatísticos", se me fôr permitida a expressão. Obra porém, que transcende os seus limites originais, e se torna a obra dos "geopolíticos", que também o sois. Pois, o que fazeis em última análise, o que com o vosso auxílio tem feito o Instituto, é, exatamente, algo que tanto podemos chamar "geografia estatística" como "estatística geográfica", a serviço da direção política da Nação.

Portanto, vós estatísticos e geógrafos do Brasil, vós a quem — na gradação feliz que tenho visto lembrar — incumbe a tarefa de "referir" tôdas as condições da vida nacional; de lhes cotejar e "conferir" os resultados; de interrogar as configurações e tendências dos fenômenos sociais, para lhes "inferir", já as condicionantes, já os prováveis desenvolvimentos ou mutações; e, também, de lhes "transferir" os valores sinaléticos, das diretrizes governamentais para a realidade social, ou, ao invés, da realidade para os planos de reforma, projetando, orçando, controlando: — vós todos que vos dedicais àquelas tarefas primárias como estatígrafos, ou estatísticos observadores, recenseando, apurando e expondo ou que, como

matemáticos, fazeis a estatística interpretativa e inferencial, ou como estatistas, participais da tarefa dos homens de Estado, fundamentando e orientando a política construtiva dos governos, e com isto fazendo de certo modo uma "estatística histórica", porque é a estatística dirigindo a história que a Nação vai viver; todos vós, meus amigos, tendes um grande crédito. Eu o reconheço em nome do govêrno, que represento, e em nome do nosso I. B. G. E., formulando os cordiais agradecimentos que vos são devidos pela vossa dedicação, zêlo e espírito público, no desempenho das tarefas que vos estão confiadas.

Vou mais longe, porém. Quero igualmente convidar-vos a um propósito, solidário e generoso, no sentido de aperfeiçoardes sem descanso os vossos recursos profissionais, quer pelo auto didatismo, quer por outros meios já ao vosso alcance. Porque é altamente desejável que as vossas atividades se aprimorem constantemente na orientação técnico-científica, ou mesmo apenas técnico-administrativa, e vos habiliteis a elevar o nível — e, assim, a melhorar o rendimento — dos vossos trabalhos, tão prestimosos, tão fundamentais mesmo, na difícil fase de reconstrução nacional em que vamos entrar.

E desejo, por fim, convidar-vos a focalizar em vossas inteligências — dando-lhes guarida também em vossos corações — os grandes problemas humanos que estão assumindo uma significação aguda nesta gravíssima hora histórica que a humanidade vai viver. Problemas a que o Brasil não mais poderá fugir agora — como infelizmente o fêz até o presente — porque será forçado a acompanhar o mundo na procura obstinada e ansiosa daquele distante e quase inatingível "velocino de ouro", que é a felicidade coletiva do gênero humano.

Por isso batalhareis, por certo, como todos os brasileiros hão de batalhar. Mas a vós vai caber o trabalho silencioso das colméias, no preparo diligente e probidoso do material estatístico-geográfico sem o qual tôdas as reformas político-sociais serão saltos no escuro, ou paraquedismo político, de resultados que, às vêzes acertam por acaso, também poderão conduzir a erros e fracassos tremendos, verdadeiras catástrofes para os destinos da Pátria.

Consciente dessas vossas grandes responsabilidades, — que são também as responsabilidades do Instituto — daí a vossa técnica, daí a vossa família profissional, daí o vosso "I. B. G. E." neste instante simbolizado lindamente pela sua nova casa, que hoje passamos a ocupar sob os auspícios e as bênçãos do credo religioso do nosso povo — dai de vós, sem pensardes em vós, tôdas as fôrças do ideal, tôdas as energias da vontade. Dai a vossa tenda de trabalho e aos companheiros, tôda a nobreza dos corações que se compreendem e estimam, e sabem, que, nessa compreensão e solidariedade, têm o poder de "remover montanhas".

O I. B. G. E. pela cooperação leal de todos os que o servem, aqui na capital da República, nas metrópoles das Unidades Federadas, em cada um dos municípios da nossa imensa República, cumpriu até agora o seu dever. E porque conta convosco, continuará a cumpri-lo, contribuindo para que o Brasil caminhe com passo firme, seguro de si mesmo, na grande jornada histórica que já vemos iniciada.

Terminando, meus senhores, façamos votos por que, a magnífica lição de experiência, que emerge dos fatos ibgeanos, inspirem e orientem a nação na sua obra governamental do após-guerra. De modo que os destinos nacionais assumam, quanto antes, aquêle sentido de reconstrução social e política que já se torna urgente e deve ser, ao mesmo tempo, corajosa e fecunda. Reconstrução, contudo — e êsse imperativo não é menor — que resguarde zelosamente as tradições e os vínculos da nacionalidade. Só assim o nosso Brasil, levará ao esfôrço comum de renovação da convivência humana, sob o signo imperecível da fraternidade cristã, — que não quer senão realizar a justiça, promover a paz, e firmar o mútuo auxílio entre todos os povos e entre todos os indivíduos de cada povo, sem discriminação de qualquer espécie, — o seu concurso leal e compreensivo, naquela direção única que pode conduzir a humanidade a uma existência tão venturosa quanto o permita a condição terrena, na qual se expandam, sempre e sempre, os tesouros inexauríveis de energias criadoras, de inteligência iluminada e de sentimentos harmoniosos, de que será capaz a espécie humana quando em verdade voltada para os seus supremos objetivos de unidade, enobrecimento e beleza.

Haveis de ter ouvidos para ouvir-me e do que advier daí, resultará o nosso confôrto e a nossa alegria.

☆

A RESOLUÇÃO ESPECIAL APROVADA

É a seguinte a declaração sôbre as realizações e os objetivos do Instituto, aprovada conjuntamente pelo Conselho Nacional de Estatística, Conselho Nacional de Geografia e Comissão Censitária Nacional.

"O Conselho Nacional de Estatística, pela sua Junta Executiva Central, o Conselho Nacional de Geografia, pelo seu Diretório Central, e a Comissão Censitária Nacional, como órgãos responsáveis como direção suprema dos serviços nacionais de estatística, geografia e recenseamento, e para celebrar nesta data o encerramento do nono ano de atividade da instituição:

Considerando, também, que êste aniversário tem assinalado relêvo como o primeiro transcorrido depois de encerrada a fase da maior guerra mundial, em que o Brasil tão diretamente estêve empenhado e da qual sai carecendo cada vez mais dois meios de orientação que só a estatística e a geografia lhe podem dar;

Considerando, ainda, que esta data será igualmente um marco memorável na vida do Instituto pelo sentido de que a reveste a reunião conjunta, pela primeira vez realizada dos seus três Colégios dirigentes, no intuito de assinalar a posse da nova sede, e com isto — para o seu funcionalismo — o primeiro contacto efetivo com o novo quadro geral dos serviços das diferentes alas da instituição, bem assim com as novas responsabilidades que a legislação recente e as exigências da vida nacional lhe conferem;

Considerando, por fim, os votos dos órgãos dirigentes do Instituto, que a voz do seu presidente exprimirá, de congratulações e agradecimento ao corpo de funcionários da entidade, por motivo da comemoração, simultânea do "Dia do Estatístico", que é também, com justa razão, no Brasil, o "Dia do Geógrafo";

E no intuito de apresentar à consideração dos servidores do Instituto, em todos os municípios da República, o que mais lhes importa conhecer no momento, em relação aos objetivos a que servem, dando-lhes a resenha dos pontos que, como orientação do trabalho comum, ou como ideais que devem ser coletivamente cultivados, merecem, de modo particular, sua atenção e interêsse;

Resolvem fazer em conjunto a declaração consubstanciada nos itens que se seguem:

PREAMBULO

§ 1.º — A presente declaração registra, de modo esquemático e brevíssimo as realizações já levadas a efeito, nos nove anos decorridos na existência da instituição, expõe-lhe a situação atual e aponta os objetivos na direção dos quais se orientam coordenadamente tôdas as suas atividades.

§ 2.º — É objetivo fundamental do Instituto o conhecimento preciso, atual e verídico das condições de vida e progresso da Nação brasileira e de cada uma das unidades políticas e administrativas.

§ 3.º — É realçado, mais uma vez, o papel decisivo que desempenha o princípio de cooperação, como rumo cardeal do sistema inter-administrativo constituído pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Essa característica do sistema brasileiro dos serviços geográfico-estatísticos, mereceu expresso aplauso do VIII Congresso Científico Americano. A declaração daquele Congresso no sentido de ser conveniente a fórmula brasileira para as demais Repúblicas do continente em situação análoga à do Brasil, já tem inspirado reformas e campanhas em alguns países latino-americanos.

§ 4.º — A obra do Instituto tem uma grande dívida para com dois eminentes técnicos estrangeiros, como seus operosos assessores. Um é o estatístico italiano, professor Giorgio Mortara, cuja assistência ao Conselho Nacional de Estatística e à Comissão Censitária Nacional, se tem desdobrado sob várias formas, assinalando-se, sobretudo, no que concerne ao preparo, apuração e análise dos resultados do recenseamento de 1940. O segundo é o geógrafo francês professor Francis Ruellan, de que o Conselho Nacional de Geografia vem recebendo a mais proveitosa e eficiente colaboração, como didata, técnico e cientista, na programação e desenvolvimento dos seus trabalhos.

Formulando, aqui, a êstes dois grandes amigos do Brasil as homenagens do seu profundo reconhecimento, os Colégios dirigentes do Instituto também os apontam ao fucionalismo da instituição não só como sábios e técnicos provectos, mas ainda como modelos perfeitos de homens de pensamento e de ação nas profissões que tão dignamente exercem e que são exatamente aquelas cujo "Dia" hoje se celebra no Brasil.

§ 5.º — É salientada, como medida de base para que as atividades do Instituto logrem o êxito desejável, a criação ou a melhoria de vários registros públicos, sobretudo os das pessoas naturais, bem assim dos registros privados de certas categorias de emprêsas e instituições cujas informações são indispensáveis ao conhecimento de importantes aspectos da vida nacional. Nesse sentido o Instituto está realizando os necessários estudos.

§ 6.º — É de capital importância para a estatística e a geografia brasileiras, e sobretudo para o recenseamento, que não se empreguem unidades de medidas estranhas ao sistema métrico decimal. O Instituto tem empenhado os melhores esforços para que se torne efetiva a obrigatoriedade já prevista em lei, e recomenda a todos os seus órgãos nos Estados e Municípios, que cooperem ativamente na propaganda ainda necessária.

CAPÍTULO I

A estrutura e as atividades do Instituto em geral

§ 7.º — A natureza federativa do Instituto, como imperativo decorrente do sistema político que preside a vida da Nação brasileira, constitui a fórmula eficaz e única para corrigir a dispersão de esforços e a falta de unidade administrativa que o próprio regime federativo e a autonomia municipal acarretavam para os serviços de geografia e estatística.

Sendo tais serviços da competência simultânea de três ordens de govêrno autônomos entre si, não poderiam, sem contrariar as normas constitucionais, erigir-se em sistema, sob definida unidade orgânica, nem pela sua regulamentação em leis federais, nem tão pouco como resultado da ação de um simples órgão de natureza consultiva.

A vinculação convencional da União, dos Estados e dos Municípios, para estabelecerem um sistema único abrangente dos respectivos serviços de geografia e estatística, corresponde pràticamente ao que dessa articulação faziam esperar os aludidos postulados teóricos.

A experiência, assim, oferece ao govêrno da República um recurso novo e de eficácia comprovada, para enfrentar as dificuldades decorrentes do tríplice paralelismo de atividades em vários e importantes outros setores administrativos em que coexistem as competências das três órbitas de govêrno, tais como seja, principalmente, a assistência médico-social, a rodoviação, o fomento agrícola, a educação popular e a arrecadação tributária.

§ 8.º — Revelou-se feliz, igualmente, a fórmula pela qual foi financiada a nacionalização das agências municipais, por meio do "sêlo de estatística", assegurando a normalidade e a autonomia orçamentária de um importante serviço que é de responsabilidade municipal, mas se reveste, simultâneamente, de fundamental interêsse tanto para a União quanto para as Unidades Federadas.

§ 9.º — O grande impulso que estão tomando os levantamentos municipais, graças à ação revigorada das Agências, cuja administração está sendo transferida ao Instituto, vai reclamar em breve, como complemento dessa medida, uma rêde de Sub-Agências Distritais, ou, pelo menos, de Informantes Distritais. O exemplo do Estado do Rio-Grande-do-Sul, que já criou êste novo setor do sistema estatístico regional, merece pronta imitação por parte das demais Unidades Federadas.

§ 10.º — As Agências Municipais de Estatística deverão funcionar também, dentro das suas possibilidades e na conformidade dos acordos que forem sendo estabelecidos, como órgãos auxiliares de outras repartições da administração pública. Assim, e segundo os entendimentos já encaminhados, com a repartição competente do Ministério da Agricultura, realizarão desde logo observações meteorológicas primárias, prestando conseqüentemente mais um serviço à administração nacional, não só no que tange à estatística agrícola como também no que se refere à geografia física.

Está previsto, por outro lado, que as Agências Municipais mantenham uma pequena biblioteca especializada e uma sala expositiva. Além disso, elas devem colaborar na organização das bibliotecas, dos museus e dos arquivos municipais. Esta última colaboração é particularmente urgente, para que se preserve a riqueza documentária com que a vida municipal pode contribuir para a história do país.

§ 11.º — O esbôço de aplicação — que já se fêz — à remuneração do pessoal da Secretaria-Geral do Instituto, em virtude de expresso dispositivo de sua lei orgânica, do princípio do crescimento periódico dos vencimentos, na proporção do tempo líquido de serviço e do merecimento provado, num quadro de poucas categorias fundamentais, e com um sistema complementar de funções gratificadas, — pode deixar

demonstrado, durante o pequeno prazo que lhe permitiram as circunstâncias, a perfeita capacidade para assegurar, com justiça e eqüidade, uma carreira satisfatória a todos os servidores.

O Instituto faz votos por que lhe seja permitido retomar a experiência, que vem sendo mantida por instituições congêneres. Essa medida valorizará em alto grau os serviços públicos e comprovará o acêrto e excelência dos critérios em que se funda, permitindo ao govêrno, quando o julgue oportuno promover com segurança a sua aplicação a todo o funcionalismo, o qual poderia vir a ter, por êsse modo, consideràvelmente melhoradas suas condições de vida e de carreira.

§ 12.º — Convém, ainda, que o Instituto organize, anexo à sua Secretaria-Geral, um Laboratório Técnico de Estatística, com um encargo permanente dos trabalhos de planejamento, documentação e análise, onde se preparem, ou se revejam, os projetos técnicos de novos levantamentos, das suas instruções e da legislação competente, se sistematizem os documentos relativos às suas atividades, e se esbocem e delineiem as medidas cujo estudo o govêrno confie ao Instituto, visando com isto, fundamentá-las nas pesquisas sociais ou matemáticas a que se destinam as atividades estatísticas. O Laboratório poderá funcionar, por meio de estágios remunerados, como escola prática de estatística.

§ 13.º — O Instituto por determinação do govêrno já realizou vários estudos à luz das observações estatísticas, censitárias e geográficas, como contribuição para importantes reformas, quer do quadro territorial, quer da administração pública, quer ainda quanto à política social.

Êsses trabalhos tiveram sempre em mira indicar soluções prudentes para os problemas de base do país, mediante reformas progressivas e segundo fórmulas capazes de serem apoiadas pelo consenso unânime da opinião pública. Uma das suas sugestões, sôbre a lei de amparo à família deu motivo a que o Instituto merecesse a bênção apostólica do Sumo Pontífice reinante da Igreja Católica. Tanto aquela como algumas outras mais, já inspiraram, efetivamente, várias importantes leis brasileiras.

§ 14.º — Desenvolveu-se ràpidamente, sob a iniciativa do Instituto, a publicidade oficial de geografia e estatística. Vêm prestando evidentes serviços culturais, científicos, educativos, administrativos e mesmo políticos, as numerosas publicações — periódicas ou não — que as três alas do Instituto têm editado. As duas Revistas, os Boletins, os Anuários (o nacional e os regionais), as Sinopses, os Prontuários, os Repertórios, e outras publicações técnicas ou didáticas, além dos "estudos" e "análises" que se distribuem em cópia mimeográfica, são largamente divulgadas no país e no estrangeiro, encontrando crescente interêsse e procura.

Essa publicidade, entretanto, ainda carece de ser enriquecida. Está em estudo o lançamento dos seguintes trabalhos:

a) a série de volumes da "Biblioteca Geográfica Brasileira" e da "Biblioteca Estatística Brasileira";

b) o Pequeno Consultor Estatístico-Geográfico, de finalidade didática;

c) o Boletim Estatístico-Geográfico, anual de cada município;

d) o Repertório Abreviado da Legislação e Administração Municipal, como publicação anual;

e) o Repertório de Tabelas Numéricas Usuais;

f) o Atlas Estatístico-Geográfico Brasileiro;

g) mapas municipais e regionais para uso das escolas.

Promoveu também o Instituto a elaboração do Vocabulário Brasileiro de Estatística. Está preparando ainda edições de várias obras nacionais e estrangeiras, umas de caráter didático, outras, de pesquisa científica, análise ou doutrina, e ainda outras de informação ou vulgarização, enriquecendo assim a bibliografia em língua nacional sôbre geografia e estatística.

§ 15.º — O Instituto tem como um dos seus principais objetivos obter a regulamentação oficial do ensino destinado à formação dos profissionais de geografia e estatística, em cursos de grau médio e superior, e na conformidade das diferentes especializações requeridas pelas respectivas finalidades. Tem procurado, entretanto, suprir, na medida do possível, a falta que ainda se nota no país a êsse respeito, promovendo, patrocinando diversos cursos de aperfeiçoamento, especialização ou extensão cultural, destinados uns aos agentes de estatística, outros ao seu funcionalismo em geral, além do Curso de Informações, oferecido aos membros das Assembléias Gerais dos dois Conselhos.

§ 16.º — O Instituto é forçado a interessar-se pelo desenvolvimento da educação e cultura do povo, pois os maiores embaraços que encontram suas atividades decorrem do analfabetismo da população brasileira e da incultura da maior parte dos seus informantes, que não possuem registros dos fatos inquiridos e não sabem nem criá-los nem supri-los por estimativa.

É urgente, pois, que a educação nacional atinja o nível de eficiência e a extensão desejáveis, e por êsse modo remova aquêle obstáculo ao exato conhecimento da vida brasileira. Para tal fim, e abreviando os resultados esperados, a divulgação estatística é particularmente útil. O Instituto considera, assim, como um dos seus primeiros deveres, alargar, quanto possível, sua publicidade informativa e educativa, bem como a sua colaboração com o aparelho escolar do país.

Torna-se particularmente recomendável obtenha o Instituto recursos e autorização para lançar em larga escala, por preço a bem dizer simbólico, um periódico de informações geográfico-estatística, que também tenha complementarmente a feição educativa e cultural, a ser distribuído às populações do interior que vivem mais isoladas da civilização.

§ 17.º — Ainda orientado por êsse objetivo de contribuir para o desenvolvimento da educação nacional, o Instituto tem promovido congressos de educação, ou participado dêles assegurando-lhes o melhor êxito e repercussão, como aconteceu com o VIII Congresso de Educação de Goiânia, cujos Anais recentemente editados pelo Conselho de Estatística, colocaram em fôco, de forma inédita, e particularmente sugestiva, o problema da educação popular e do reajustamento social das populações rurais que a dispersão, a ignorância e a miséria condenam ao mais baixo teor de vida.

Na mesma intenção, vem o Instituto divulgando estudos sôbre o problema do ensino primário. Tem também esboçado planos e orçamentos que procuram colocar em têrmos práticos os problemas da educação primária e profissional, gratuita e assistencial, para tôda a infância, e juventude brasileiras.

§ 18.º — É reconhecida a extraordinária vantagem da deliberação do govêrno que fixou definitivamente a simplificação ortográfica. Além de útil aos seus próprios serviços como o

Instituto esperava ao propugná-la, está comprovado também que os benefícios da simplificação se tornam principalmente valiosos, como fator para assegurar a unidade da língua e reforçar os vínculos da nacionalidade bem como para facilitar a educação primária e, em geral, o uso correto do idioma pátrio.

§ 19.º — Prende-se a êsse objetivo de cooperar com as entidades educativas e culturais o projeto do Palácio do Silogeu Brasileiro cuja construção o Decreto-lei n.º 2 326, de 20 de junho de 1940, concedeu ao Instituto, sem ônus para a União. Deverá o edifício ocupar o quarteirão em que se encontra a atual sede do Instituto Histórico e Geográfico, na conformidade do plano urbanístico em vigor. O Instituto considera da maior urgência e importância essa construção, cujo início só aguarda a ultimação das providências da Prefeitura quanto à entrega do terreno, na forma da lei.

No Palácio do Silogeu terão sede os três Colégios do Instituto e os respectivos órgãos executivos, as repartições centrais de estatística dos Ministérios e o Departamento de Geografia e Estatística da Prefeitura do Distrito Federal. Além disso, no edifício será oferecida sede, nas melhores condições, às instituições culturais de âmbito nacional que satisfizerem os requisitos estabelecidos.

No prédio ainda devem funcionar, como benefício à cultura nacional, uma Exposição Permanente de Geografia, Estatística e Educação (cujos mostruários serão constantemente renovados), um teatro, as bibliotecas e museus das instituições nêle sediadas, e o Planetário Cruzeiro do Sul, a serviço da recreação popular e educativa, para ensino da cosmografia e astronomia.

§ 20.º — Reconhecendo a alta conveniência de um idioma neutro para facilitar a intercomunicação dos povos em geral, e em particular as relações culturais, relacionadas com a geografia e a estatística, o Instituto adotou o esperanto como língua auxiliar na sua correspondência, e nos seus serviços de divulgação internacional. Essa iniciativa tem se demonstrado vantajosa para a propaganda do Brasil, havendo se refletido favoràvelmente, também, no êxito do recente Congresso Brasileiro de Esperanto.

CAPÍTULO II

Atividades e serviços do Conselho Nacional de Estatística

§ 21.º — Já foram resolvidos, no seu significativo fundamental, os maiores e mais urgentes problemas que tornavam crítica a situação da estatística brasileira ao ser criado o Instituto. Estenderam-se e atualizaram-se as pesquisas, retomou-se a divulgação da estatística geral e assegurou-se aos órgãos federais a colaboração dos Estados e Municípios, dos quais muito poucos exerciam atividades significativas nesse terreno.

Dentre as medidas que concorreram para a consecução dêsses objetivos, deve ser apontada, de modo especial, a obrigatoriedade da prestação de informes às repartições de estatística, estabelecida no Decreto-lei n.º 4 462, de 10 de julho de 1942. Não obstante os bons resultados obtidos com a aplicação dessa lei, torna-se mister a sua modificação, a fim de adaptar-lhe os dispositivos à nova organização do sistema estatístico nacional.

§ 22.º — Reconhecida a necessidade do estabelecimento de classificações e nomenclaturas para a uniforme apresentação dos dados estatísticos, a fim de assegurar a comparabilidade não só entre os resultados dos levantamentos nacionais como também entre êstes e os de outros países, concentrou-se a atenção dos órgãos técnicos do Instituto no estudo da Classificação Brasileira de Mercadorias e da Nomenclatura Brasileira de Indústria. No exame dêsse problema foram tomadas por base com o objetivo de manter a uniformidade possível, as classificações adotadas no recenseamento geral de 1940 e em congressos internacionais.

§ 23.º — A Estatística do movimento demográfico a cargo do Serviço de Estatística do Ministério da Justiça e do Serviço de Bio-Estatística, do Ministério da Educação e Saúde depende fundamentalmente da própria normalidade do Registro Civil. Para conseguir êsse objetivo o Instituto vem empregando multiplicados e insistentes esforços, como constam de seus *Anais* e especialmente das Resoluções do Conselho Nacional de Estatística. Os órgãos locais e regionais da instituição cooperam estreitamente com os citados serviços federais. É de esperar que a reforma da lei do registro das pessoas naturais, ora em estudo, e a nacionalização das Agências Municipais de Estatística seguida, mais tarde, da criação das Sub-Agências Distritais, tragam notável progresso quanto ao exato conhecimento da dinâmica populacional brasileira.

§ 24.º — Encontrando em via de solução o problema da estatística educacional, graças à ação conjugada do Ministério da Educação e da Associação Brasileira de Educação, de que resultou o Convênio inter-administrativo de 20 de dezembro de 1931, o Instituto prestou decisivo concurso a êsse objetivo consolidando os resultados já obtidos. Insta, porém, que as organizações docentes melhorem seus registros e se disponham a uma cooperação mais estreita e interessada com os serviços estatísticos, segundo lhes recomendou expressivo pronunciamento do recente congresso de diretores de estabelecimento de ensino.

§ 25.º — As estatísticas médico-sanitárias já se encontram mais ou menos regularizadas. Carecem, porém de tornar-se mais atuais e precisas, sendo mister, nesse sentido, que as organizações hospitalares e sanitárias, adotem registros padronizados dos serviços que prestam.

§ 26.º — Dando cumprimento ao disposto na Convenção Nacional de Estatística, o Instituto promoveu o levantamento sistemático das exportações por vias interiores. Para isso realiza diretamente essa estatística quanto ao Distrito Federal e coordena os resultados de tôdas as Unidades da Federação, podendo assim fixar não sòmente o movimento de exportação de cada uma delas, mas também, o respectivo movimento de importação. É acentuada a importância dessa estatística para o estudo de numerosos e complexos problemas administrativos e econômicos.

Para assegurar-se, porém o êxito dêsse levantamento, vai o Instituto solicitar ao govêrno uma providência sem a qual será desandado o caminho já dificultosamente percorrido, e baldados ficarão todos os esforços. É a criação da "guia nacional de exportação", como instrumento independente de qualquer gravame tributário e destinado à apuração do tráfego interestadual de mercadorias. A necessidade da medida resulta de que os Estados estão alegando a incapacidade dos seus recursos administrativos para manter a eficiência da respectiva coleta sem o interêsse da cobrança da taxa de exportação.

O Instituto espera que os Departamentos Estaduais empreguem os melhores esforços na continuação dêsse levantamento, procurando

cumprir pontualmente os compromissos assumidos, no que concerne à obtenção do movimento mensal do seu comércio exportador.

§ 27.º — O registro da indústria, em boa hora criado pelo Decreto-lei n.º 4 081, de 3 de fevereiro de 1942, e modificado, de certo modo, pelo Decreto-lei n.º 4 736, de 23 de setembro do mesmo ano, está permitindo que os órgãos do Instituto dependentes dos Ministérios da Agricultura e do Trabalho levantem em boas condições de exatidão e pontualidade, auxiliados pelos órgãos regionais, a estatística industrial brasileira. Esta estatística, que possui significação ímpar para o conhecimento da economia nacional, será progressiva e cuidadosamente melhorada. Procurar-se-á tirar todo o partido possível do respectivo material, à medida que êste se fôr aperfeiçoando como é de esperar.

A par disso, pode-se confiar em que se aperfeiçoará ràpidamente a estatística especializada das indústrias sujeitas ao impôsto de consumo a cargo do Serviço de Estatística do Ministério da Fazenda.

§ 28.º — Já se pode esperar, igualmente, que a estatística da produção agrícola se coloque, em breve prazo, ao par da estatística da produção animal, a qual se tornou exeqüível e foi realizada satisfatòriamente graças às disposições do Decreto-lei n.º 1 623, de 28 de setembro de 1939. Para execução da estatística agrícola, já está organizado, em via de aperfeiçoamento, um sistema de informações trimestrais, referentes a cada município, mais originadas nos distritos. Metodizada a apuração dêsse material, naturalmente precário no começo, ter-se-ão os dados não só para a previsão das safras, como também para o levantamento efetivo dos resultados destas. O Instituto inscreve o desenvolvimento dessa estatística entre os seus objetivos mais relevantes.

§ 29.º — A variação mensal dos estoques já está sendo regularmente levantada nas cidades metropolitanas, cujo movimento comercial tem preponderante papel na economia do país. Os respectivos resultados, bem como os elementos subsidiários sôbre o capital das emprêsas, a matéria prima empregada, as diversas categorias de despesas, etc., que o Decreto-lei n. 4 736, de 23 de setembro de 1942, veio permitir coligir-se, constituem também contribuição valiosa para os estudos de conjuntura.

§ 30.º — Dois outros estudos econômicos são reclamados insistentemente pelos meios técnicos, não só para a orientação dos negócios, mas ainda como fundamento das deliberações intergovernamentais no após-guerra. São os levantamentos da balança de pagamentos e da renda nacional. Incluídos no setor de competência do órgão estatístico que se integra no Ministério da Fazenda, estão ambos sendo atacados com decisão e em auspiciosas condições. A técnica dêsses trabalhos é das mais complexas e difíceis. Mas, com o auxílio de outros órgãos administrativos diretamente interessados, e em articulação com o Instituto Interamericano de Estatística para os fins de comparabilidade internacional, deve-se esperar que o sistema estatístico brasileiro consiga em breve prazo resultados satisfatórios.

§ 31.º — A estatística dos preços e do custo da vida para o levantamento da qual contribuíam os serviços de estatística de três Ministérios, está hoje sob a responsabilidade principal do Serviço de Estatística da Previdência e Trabalho. Para êsse fim, porém, colaboram todos os órgãos do Instituto que podem prestar útil concurso, devendo ter, nesse particular, decisiva influência, a atuação das Inspetorias Regionais de Estatística, como órgãos coordenadores das atividades das Agências Municipais.

§ 32.º — A legalização, ou ao menos o cadastro ou inventário efetivo, da propriedade imóvel rural, e por êsse meio, o levantamento estatístico correspondente, são objetivos de maior importância para os trabalhos do Instituto. Já se possuem os levantamentos censitários dos imóveis rurais e urbanos, a par do movimento das transmissões e dos ônus reais, através do Registro Imobiliário. Isto, porém, não basta. O Serviço de Estatística do Ministério da Agricultura está empenhado em reorganizar o registro das propriedades rurais, no sentido de obter anualmente alguns dados fundamentais a respeito de cada uma delas. Será um subsídio de primeira ordem, a um só tempo para a estatística agrícola e para a estatística da renda nacional, além de constituir também excelente medida preparatória dos censos decenais, os quais, se dispuserem do cadastro rural, serão simplificados e melhorados consideràvelmente. O Instituto em breve solicitará as medidas legislativas que ainda se fazem mister, e espera lhe sejam elas concedidas nas devidas condições.

§ 33.º — Estão pràticamente organizadas as *Tábuas Itinerárias Brasileiras*, que já se acham publicadas para quase tôdas as Unidades Federadas. O trabalho, porém, carece de revisão e aperfeiçoamento, além de requerer ilustração gráfica por meio de um mapa geral, completado pelos cartogramas municipais e regionais. Com o concurso das Agências Municipais, essa importante e útil realização estará brevemente concluída.

§ 34.º — A estatística policial, criminal e judiciária é um dos elementos indispensáveis para o estudo de relevantes aspectos da ordem jurídica e social. O Decreto-lei n.º 3 992, de 30 de dezembro de 1940, instituiu o mecanismo do registro e coleta dos dados. A implantação do sistema tem sido lenta e difícil. O Instituto vem apelando para a vigilância das autoridades judiciárias, e espera que a lei seja cumprida rigorosamente, facultando à estatística, de modo regular, o material de que carece o respectivo levantamento. Êste assunto está merecendo zelosa preocupação dos que o têm em mãos no intuito de chegar ràpidamente a resultados concludentes.

§ 35.º — A estatística dos cultos vem sendo tentada de há muito, no Brasil, mas com resultados pouco satisfatórios. O Instituto, com o concurso das Agências, está imprimindo novo impulso aos respectivos levantamentos. É de esperar que as organizações religiosas facilitem essa importante investigação, a começar pelo inventário dos edifícios dedicados ao culto.

§ 36.º — Para alínea *c* da cláusula XXXII da Convenção Nacional de Estatística, devem os municípios das capitais organizar, segundo o modêlo que adotar a Prefeitura da capital da República, o seu registro ou cadastro predial e domiciliário. Para a estatística sociográfica o assunto é de primeira importância. Reveste-se também de alcance econômico não pequeno, além de interessar grandemente ao contrôle da vida urbana, decorrentemente de suas variadas repercussões sociais e administrativas. Pode ainda oferecer, de modo fácil e barato o censo permanente das cidades metropolitanas. O Instituto mantém seu concurso à disposição da Prefeitura do Distrito-Federal, a fim de que o feliz pensamento da Convenção Nacional de Estatística tenha na cidade do Rio-de-Janeiro, logo que possível, satisfatória realização, de forma que os modelos assentados possam ser seguidos, como ficou previsto, pelas demais capitais brasileiras.

§ 37.º — Merecem especial referência a exatidão e atualidade que têm beneficiado, há longo prazo, sem discrepância, o importante

setor das estatísticas econômicas a cargo do órgão do Instituto subordinado ao Ministério da Fazenda.

§ 38.º — Articulando as próprias atividades com as dos serviços estatísticos de reconhecida eficiência e de atuação em setores importantes da organização nacional, o Instituto vem integrando em seu sistema, por meio de acordos bilaterais, permitidos na sua lei estrutural, vários serviços técnicos que podem cooperar ùtilmente com as repartições estatísticas federais. Já estão filiados ao sistema presidido pelo Conselho Nacional de Estatística os serviços especializados do Departamento Nacional do Café, do Lóide Brasileiro, do Banco do Brasil e do Instituto do Açúcar e do Álcool, êste último precisamente a partir de hoje.

Tendo em vista a orientação geral fixada para as atividades estatísticas brasileiras, mantém o Instituto cooperação apropriada com várias entidades culturais co-interessadas nos seus objetivos, tais como, principalmente, no âmbito nacional, a Sociedade Brasileira de Estatística, a Associação Brasileira de Educação e a Liga Esperantista Brasileira, e no âmbito internacional, vários órgãos da Liga das Nações o Instituto interamericano de Estatística e sociedades de estatística de diferentes países.

CAPÍTULO III

Atividades e serviços do Conselho Nacional de Geografia

§ 39.º — A atuação do Conselho Nacional de Geografia tem procurado beneficiar consideràvelmente o aparelho executivo da geografia brasileira, não só porque lhe ampliou e aprimorou a estrutura e a organização, como também porque introduziu uniformidade nos seus métodos e programas de trabalho.

§ 40.º — O levantamento de coordenadas determinou de modo rigoroso a posição de quase tôdas as cidades brasileiras, além de outros pontos importantes. Seu prosseguimento completará, em curto prazo, a rêde indispensável à representação cartográfica do país.

§ 41.º — Prosseguem em ritmo satisfatório os trabalhos de determinação aproximada da altitude das cidades e vilas, bem como de outros pontos característicos, em proveito do melhor conhecimento do relêvo de nosso território.

§ 42.º — Como contribuição efetiva e oportuna ao preparo da carta magnética do país, deve ser intensificado o esfôrço para a determinação da declinação magnética das localidades cujas coordenadas geográficas sejam conhecidas.

§ 43.º — Operação fundamental para a cartografia brasileira, o levantamento geodésico do país tem sido objeto de campanhas substanciais, que devem ser desdobradas, a fim de que aumente na proporção adequada a área coberta pela triangulação geodésica de várias ordens, e as respectivas rêdes se articulem, devidamente uniformizadas.

§ 44.º — O entrosamento dos programas de geodésia e cartografia com os planos pan-americanos, unânimemente aceitos em diferentes conferências internacionais, representa louvável iniciativa em favor da proveitosa uniformização continental dos métodos de trabalho.

§ 45.º — Podem ser agora determinadas com regular aproximação as áreas das Unidades Federadas e respectivos municípios. Os primeiros cômputos das áreas dos distritos também já podem ser estabelecidos.

§ 46.º — A intensificação dos diferentes levantamentos especializados, indispensáveis ao dimensionamento do território e, conseqüentemente, à sua representação em mapas cada vez mais aperfeiçoados, constitui uma preocupação permanente, a absorver os melhores esforços, e recursos do Conselho a consideração da realidade brasileira impõe-se no caso, porque o trabalho geográfico já de si oneroso e difícil, encontra, no Brasil, a tríplice dificuldade da extensão do território, do seu povoamento irregular e da impossibilidade da aplicação de maiores recursos. Daí a tendência imperiosa da planificação adequada dos trabalhos geográficos, mediante a prática de determinados tipos de expedições científicas e de campanhas de levantamento convenientes às diversas regiões do país, de modo que se ajustem quanto possível o custo dos serviços e a precisão dos seus resultados.

§ 47.º — Assume relêvo excepcional, nesse particular, a aplicação da aerofotogrametria, porque é a técnica de levantamento com possibilidades de oferecer unidade de produção de menor custo. Assim sendo a sua difusão no País, de maneira segura e com propriedade, constitui missão fundamental da geografia brasileira.

§ 48.º — Acha-se bastante adiantada e prossegue ativamente, segundo plano de execução progressiva, a dicionarização da toponímia brasileira.

§ 49.º — A prática da Lei Orgânica n.º 311, de 2 de março de 1938, cujos mandamentos se caracterizam pelo sentido objetivo e uniformizador, sistematizou o quadro territorial brasileiro, deu-lhe a conveniente estabilidade e preordenou o seu ulterior desenvolvimento. A manutenção do sistema instituído por essa lei é particularmente encarecido em benefício da geografia, da estatística e da administração geral. É desejável sejam evitadas as transigências ocasionais na aplicação dos seus princípios, conforme as circunstâncias ainda têm impôsto, principalmente no que se refere à divisão judiciária.

§ 50.º — Está prosseguindo com ritmo qüinqüenal, a campanha dos mapas municipais, visando o levantamento das cartas dos novos municípios e a revisão e aperfeiçoamento das que foram levantadas anteriormente.

§ 51.º — A unificação toponímica, em virtude da qual foram suprimidas as multiplicatas de nomes na divisão municipal e distrital do país, dentro de critérios de justiça e transigência que resguardaram as tradições e as susceptilidades locais, está demonstrando os extraordinários efeitos, de ordem administrativa que delas provieram.

§ 52.º — A revisão da nomenclatura das estações ferroviárias, no mesmo sentido das modificações toponímicas, acha-se, como complemento destas, encaminhada e em franco andamento.

§ 53.º — Estão filiadas ao Conselho Nacional de Geografia, na forma da lei as seguintes prestigiosas instituições técnicas e culturais:

a) — Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro;
b) — Sociedade de Geografia do Rio-de-Janeiro;
c) — Academia Brasileira de Ciências;
d) — Clube de Engenharia;
e) — Associação dos Geógrafos Brasileiros;
f) — Instituto Histórico e Geográfico de Minas-Gerais;
g) — Sociedade Mineira de Engenheiros.

§ 54.º — Com evidente proveito, foi estabelecida, por intermédio dos órgãos internacionais competentes, a articulação entre os serviços geográficos brasileiros e os de natureza congênere, americanos e mundiais. Testemunha o

fato, de modo expressivo a II Reunião Pan-Americana de Consulta sôbre Geografia e Cartografia, realizada com o melhor êxito na capital da República, em agôsto de 1944.

§ 55.º — O lançamento de publicações geográficas, em números crescente, sejam periódicas, sejam seriadas ou avulsas, representa subsídio apreciável à cultura nacional. Cumpre desenvolver as iniciativas nesse sentido, com o objeto de interessar o mais possível tôdas as camadas da população, assegurando-lhes maior soma de informações e conhecimentos sôbre o homem e a terra do Brasil.

§ 56.º — A realização, com absoluto êxito de reuniões geográficas de caráter nacional, particularmente dos Congressos Brasileiros de Geografia, já agora com periodicidade trienal, constitui expressiva demonstração da cultura geográfica do país, cujas manifestações devem ser convenientemente prestigiadas. O Conselho presta a melhor cooperação àquelas assembléias de técnicos e especialistas, tendo ainda colaborado com a Sociedade de Geografia do Rio-de-Janeiro na divulgação dos *Anais* do IX Congresso, reálizado em Florianópolis no ano de 1940.

§ 57.º — As pesquisas do território nacional, com a aplicação dos recursos científicos hoje peculiares à geografia, vêm abrindo largos horizontes ao conhecimento da terra brasileira e assegurando às atividades do Conselho um papel importante, a serviço da administração. Nesse particular, impõe-se cada vez mais a prática da escola regionalista, quer seja como recurso da divisão de trabalho, quer seja como objetivo de especialização, de forma que, mediante investigações locais efetuadas por técnicos especializados e radicados à região, a geografia consiga atingir a plenitude da sua utilidade oferecendo aos governantes análises regionais, atualizadas para a orientação dos entendimentos administrativos que devam ser levados a efeito.

§ 58.º — Como objetivo de relevante interêsse nacional, urge a intensificação do levantamento das cartas geográficas do Brasil, nas escalas de 1:1 000 000 e de 1:500 000 bem como a edição imediata das respectivas fôlhas, a fim de atender à necessidade, cada vez mais evidente, sobretudo nos meios administrativos e estudantis de elementos cartográficos precisos e atuais sôbre o território nacional. Cabe uma referência especial ao processo de simplificação do desenho de mapas, de tôda a conveniência no caso brasileiro, pela dupla vantagem do menor custo e da execução em prazo mínimo, o que atende as condições particulares do país, onde em contraposição à deficiência de recurso, se oferece uma área enorme a ser representada cartogràficamente.

CAPÍTULO IV

Atividades e serviços da Comissão Censitária Nacional

§ 59.º — O recenseamento geral de 1940 foi realizado em condições satisfatórias em todo o país, já estando sua apuração final quase concluída, com o desenvolvimento previsto no esquema geral para os censos demográfico, econômico e social.

§ 60.º — A publicação dos resultados censitários constituirá duas séries — a nacional e a regional — compreendendo a primeira tantos volumes quantos os censos executados (Demográfico, Agrícola, Industrial, Comercial, dos Transportes e Comunicações, dos Serviços e Social) e a segunda tantas partes quantas as Unidades da Federação. A série nacional apresentará os resultados discriminadamente pelas Regiões Fisiográficas e pelos Estados, Distrito-Federal e Território-do-Acre, de modo a facilitar cotejos, ao passo que a série regional referirá os dados aos municípios, distribuindo ainda a população dos distritos e zonas segundo os respectivos quadros urbano, suburbano e rural.

§ 61.º — O aparelhamento técnico-administrativo instituído para atender aos serviços censitários correspondeu fundamentalmente às peculiares condições do país e aos objetivos a atingir. Convém que prevaleçam, nas futuras operações, os princípios e normas que orientaram sua organização.

§ 62.º — É aconselhável que o Serviço Nacional de Recenseamento continue como órgão de funcionamento periódico, a fim de que se possam ampliar e reduzir os seus quadros conforme a marcha dos trabalhos, observados os ensinamentos — pela primeira vez registrados em nosso país — sôbre a formação do pessoal e sua adaptação ao regime de tarefa.

§ 63.º — No Laboratório de Estatística, que o Instituto vier a instituir, convém que exista um centro de trabalho especialmente dedicado ao planejamento e projetação, não só dos recenseamentos gerais da República, como de quaisquer censos especiais que a União, os Estados e os Municípios precisem realizar.

§ 64.º — Comprovou-se oportuno e louvável á iniciativa de ilustrarem-se os resultados do recenseamento geral de 1940 com os éstudos especiais acêrca da formação étnica do povo brasileiro e da evolução econômica e cultural do País. Do alcance dêsses estudos, confiados a especialistas de reconhecido mérito, dá testemunho o volume já aparecido sôbre *A Cultura Brasileira*, da lavra do Prof. Fernando de Azevedo.

§ 65.º — É reconhecida de grande valia, pelo que merece ser seguida a inovação do recenseamento de 1940, no sentido de distinguir as áreas e as populações urbanas, suburbanas e rurais.

§ 66.º — Evidencia-se a conveniência de que os futuros recenseamentos tenham mais larga e mais longa preparação, baseados na experiência do atual, a fim de que a execução e a apuração se processem em condições de permitir que seus principais resultados sejam divulgados com presteza.

§ 67.º — O plano do recenseamento geral da República, em 1950, cuja execução decorre de dispositivos do Decreto-lei n.º 969, de 21 de dezembro de 1938, deverá harmonizar-se com as recomendações, ora em estudo, por meio das quais o Instituto Inter-Americano de Estatística pretende assegurar que as próximas operações censitárias das nações do continente se realizem simultâneamente naquele ano, segundo normas gerais uniformes. — Rio-de-Janeiro, 29 de maio de 1945, ano X do Instituto.

☆

ASSEMBLÉIAS GERAIS DOS CONSELHOS NACIONAIS DE ESTATÍSTICA E DE GEOGRAFIA — Reunir-se-ão a 3 de julho próximo nesta capital, as Assembléias Gerais dos dois órgãos deliberativos do I.B.G.E.

O Conselho Nacional de Estatística e o Conselho Nacional de Geografia, constituídos dos representantes ministeriais que integram a Junta Executiva Central do primeiro e o Diretório Central do segundo dêsses Conselhos, e, bem assim, de um delegado de cada Unidade Federada.

Embora devesse efetuar-se anualmente, essa reunião foi adiada em 1943 e 1944, em virtude das circunstâncias que dificultavam os trans-

portes e mesmo indicavam a conveniência do não afastamento dos diretores dos serviços estatísticos e geográficos regionais, geralmente designados representantes dos respectivos Estados.

As Assembléias instalar-se-ão conjuntamente, sob a presidência do embaixador José Carlos de Macedo Soares e passarão a deliberar separadamente, em reuniões ordinárias, até 20 de julho.

Da pauta dos trabalhos de ambos os Colégios da direção do I.B.G.E., constam importantes assuntos técnicos, ligados ao aperfeiçoamento das investigações estatísticas e geográficas.

*

CONSELHO NACIONAL DE ESTATÍSTICA

ATIVIDADES DESENVOLVIDAS PELO INSTITUTO INTERAMERICANO DE ESTATÍSTICA — DECLARAÇÕES DO PROF. MÍLTON RODRIGUES — Acaba de regressar dos Estados-Unidos, onde permaneceu por longo espaço de tempo, o Prof. Milton da Silva Rodrigues, formado pela Escola Nacional de Engenharia da Universidade do Brasil, catedrático de estatística da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São-Paulo, consultor técnico do Conselho Nacional de Estatística e membro do Instituto Interamericano de Estatística.

O Sr. Silva Rodrigues viajou para os Estados-Unidos a convite do Instituto Interamericano de Estatística e do Escritório de Assuntos Interamericanos, para passar um ano trabalhando para o Instituto Interamericano de Estatística, como membro de seu corpo técnico, cujo programa consiste em lançar as bases para as futuras atividades do Instituto no terreno da educação estatística.

Os objetivos do Instituto Inter-Americano de Estatística — Falando à imprensa, sôbre os objetivos do Instituto Interamericano de Estatística, disse o Prof. Milton Rodrigues:

"Um dos objetivos primordiais do Instituto consiste em promover o progresso das técnicas estatísticas nos diversos países da América. Assim sendo, a formação cultural e prática do estatístico tem de merecer uma especial atenção por parte do Instituto. O seguinte trabalho foi iniciado e completado: um inquérito a professôres universitários de estatística de todos os países da América indagando da organização do ensino de estatística nas respectivas universidades; sôbre êsse inquérito foi escrito um trabalho em que se considera a definição da profissão de estatístico e a classificação dos diversos tipos de atividades estatísticas; uma descrição sumária da organização do ensino da estatística nos diversos países da América; alguns problemas da organização do ensino acadêmico da estatística e os processos pelos quais a cultura acadêmica pode ser completada ou parcialmente substituída pelo aperfeiçoamento em serviço. Êsse trabalho deverá ser pròximamente publicado pela revista oficial do Instituto. Outros trabalhos foram apenas iniciados, por demandar sua execução completa tempo maior do que aquêle que dispunha. Assim, foi iniciado, um glossário de têrmos estatísticos em inglês, português e espanhol, com base no *Vocabulário Brasileiro de Estatística*, redigido pelo mesmo autor e publicado em sua edição experimental em o número de maio de 1944 da *Revista Brasileira de Estatística*. Também foram lançadas as linhas gerais para a publicação pelo Instituto Interamericano de Estatística de uma série de monografias, redigidas por vários especialistas, versando diversas técnicas da moderna estatística e destinadas ao aperfeiçoamento em serviço de funcionários de repartições oficiais de estatística.

"Durante minha permanência nos Estados-Unidos — prosseguiu S. S. — segui por todo um semestre, aulas de estatística matemática na Universidade de Colúmbia e, no semestre seguinte, cursos sôbre técnicas de levantamento por amostras na grande "School" do Ministério da Agricultura, em Washington".

Impressões de viagem — Interrogado sôbre suas impressões da viagem, declarou:

"Não é fácil reunir em poucas palavras uma idéia panorâmica das impressões que se colhem sôbre as instituições e os costumes do povo norte-americano. Corre-se, além disso, sempre o risco da excessiva generalização. Por outro lado, seria um jamais acabar se eu me pusesse a descrever em detalhes, múltiplos pontos em que aquêle país e aquêle povo diferem do nosso. O que me pedem é uma entrevista e não um tratado. Farei, assim, por concentrar a minha atenção sôbre aquêles pontos que foram os que mais me impressionaram. Entre êsses se encontra o fato notado por quantos têm por lá estado e que é o alto padrão de vida que caracteriza aquêle povo. Todos ganham o suficiente para vestir, morar e comer como sòmente poucas pessoas o conseguem noutros países. Daí ressalta que não se notam as diferenças abruptas que separam as diversas classes sociais. Não se vêem maltrapilhos, raramente se vê alguém ostentando luxo. O fato se explica fàcilmente. Se tomarmos apenas a parte da população que vive de salários e que é a grande maioria, verificaremos que uma datilógrafa que é uma das funções de remuneração mais baixa ganha mais ou menos a quinta parte de um chefe de divisão, enquanto que no Brasil, por exemplo, o primeiro ordenado pode ser apenas a décima parte do segundo. A outra explicação dêsse fenômeno, parece-me estar no seguinte fato: tôda a produção se acha altamente mecanizada de modo que o povo norte-americano atingiu uma capacidade de produção global, que não se encontra em nenhum outro país do mundo. A economia realizada com a mecanização em vez de aproveitar-se porém sòmente aos donos das emprêsas produtoras reflete-se na possibilidade de pagar salários altíssimos. Por outro lado, as energias inaproveitadas pelo fato de mecanização canalizam-se fàcilmente para novas emprêsas que o extraordinário espírito inventivo do povo não custa em imaginar, de modo a resultar num intenso e profundo aproveitamento de todos os recursos naturais do país.

Êsse aproveitamento intenso resulta, por sua vez, da combinação de dois fatôres: uma alta técnica baseada na ciência e uma extraordinária disposição para o trabalho. Não se pode, por isso, dizer que a vida nos Estados-Unidos seja "fácil"; pelo contrário, as exigências do trabalho no escritório ou na fábrica e em casa são tais que pouco tempo deixam de sobra para certas amenidades da vida que por aqui são largamente praticadas. É raro, por exemplo, encontrar-se uma moça que conheça trabalhos de agulha ou toque piano, porque elas não têm tempo para isso".

A educação do povo — O tipo de vida imposto pelas circunstâncias atuais reflete-se, naturalmente, no tipo da educação. Esta se encontra ao alcance, pràticamente, de todos. Escolas elementares existem para todos os que delas precisam e escolas secundárias oficiais, em que até livros, lápis e papel são dados aos alunos, existem por todos os bairros de cada cidade, instaladas em excelentes edifícios. A edu-

cação superior, de uma extrema flexibilidade, desenvolve-se no sentido de dar instrução muito especializada de acôrdo com as necessidades impostas pelas solicitações da indústria, da agricultura, da administração, etc. Um curso superior é feito não porque êle concede um título que permite o exercício profissional, mas porque comunica os conhecimentos de que a pessoa tem necessidade para essa vida profissional. Para isso concorre a distinção geralmente feita entre o título acadêmico e a licença profissional; o primeiro é concedido por uma universidade, mas não confere direito algum ao seu titular; êste, para que possa exercer a profissão, tem de habilitar-se em exames de Estado, perante uma banca oficial e as exigências variam de Estado para Estado, o que é muito natural, porque também as circunstâncias variam de um para outro.

Os cursos superiores — Como os cursos superiores são feitos para responder a necessidades impostas pelo meio, êles são de uma extrema variedade e em número muito grande em cada universidade. E como por outro lado, as universidades, mesmo as oficiais, gozam de inteira autonomia, podem elas desenvolver-se segundo linhas próprias, o que faz com que sejam capazes de adquirir uma verdadeira "personalidade" que as distinguem profundamente umas das outras. Está claro que quem empresta personalidade a uma escola superior são os seus professôres, mas êstes, além de valor próprio, precisam de liberdade e recursos para conseguir isso".

Intercâmbio Brasil Estados Unidos — O Prof. Silva Rodrigues falou depois sôbre o que pensa de uma proximação, cada vez maior entre os povos brasileiro e norte-americano.

"Creio — disse — que não só é possível mas também que é útil a nós e a êles próprios, embora mais a nós do que a êles. Não resta dúvida que uma aproximação sólida e duradoura só pode se basear na compreensão e na estima mútuas e para que isso exista é evidentemente necessário conhecermo-nos melhor. A triste verdade é porém que ainda nos ignoramos quase completamente. A ignorância fàcilmente gera o preconceito, especialmente, quando existem terceiros interessados por motivos políticos em alimentar tais preconceitos. Não nego que existem diferenças radicais de temperamento entre o nosso povo e o norte-americano e absolutamente não desejo que o nosso povo perca todos os seus característicos temperamentais para melhor se aproximar do norte-americano. Entre dois povos livres, responsáveis e conscientes é perfeitamente possível estabelecer-se o melhor de todos os tipos de amizade, a saber, aquela que se baseia na compreensão e no respeito mútuos. Para chegar a êsse ponto, porém, o caminho mais longo a percorrer é o nosso.

Tenho uma grande confiança e esperança no papel de aproximação que as viagens de brasileiros aos Estados-Unidos podem desempenhar. Não há informação por mais fiel que seja, que possa substituir o contacto direto, uma vez que êste seja suficientemente longo, pois que, em geral, os primeiros tempos de estada são bastante desagradáveis pelo profundo trabalho de adaptação que lhes corresponde. Para certas pessoas êle é especialmente difícil, como o foi para mim que durante os quatro primeiros meses detestei a tudo e a todos e que se tivesse regressado ao fim dêsse tempo me teria tornado um inimigo figadal e definitivo dos Estados-Unidos e do seu povo.

★

CONSELHO NACIONAL DE GEOGRAFIA

DIRETÓRIO CENTRAL: GENERAL SOUSA DOCA — O PROBLEMA DA IMIGRAÇÃO — LIMITES PARAGUAI — BRASIL — ASSEMBLÉIA NACIONAL DE GEOGRAFIA — Realizou-se no dia 4 de junho último a reunião quinzenal do Diretório Central do Conselho Nacional de Geografia, sob a presidência do Cel. Renato Barbosa Rodrigues Pereira, delegado técnico do Ministério das Relações Exteriores, com a presença da maioria dos seus membros.

Depois de lida a ata da reunião anterior que foi aprovada houve a leitura do expediente que compreendeu matéria variada.

Por proposta do Cel. Frederico Augusto Rondon, representante do Conselho Nacional de Estatística, consignou-se voto de pesar pelo falecimento de José Boscagli, autor de numerosas telas sôbre selvícolas e paisagens das regiões percorridas pela Comissão Rondon, constituindo copiosa documentação artística do nosso interior.

Foi prestada homenagem à memória do general Emílio Fernandes de Sousa Doca, sôbre cuja personalidade palou o secretário-geral do Conselho, Eng.º Christovam Leite de Castro, decidindo-se que se transmitisse o voto de pesar à família e instituições enlutadas.

A comunicação do Dr. Péricles de Melo Carvalho sôbre o recente decreto-lei suspendendo as restrições à imigração, deu margem a debates, ficando resolvido que se faria oportunamente uma reunião de técnicos e de estudiosos do assunto para a discussão do problema da imigração no Brasil, de tanta importância e oportunidade.

Por proposta do secretário-geral, foi consignado aplauso ao Ministério das Relações Exteriores e aos seus técnicos pela recente assinatura da ata da 15.ª Conferência Mista de Limites e Caracterização da Fronteira Brasil-Paraguai que objetivou a demarcação do trecho entre as cabeceiras dos arroios Estrêla e Itanará, ao longo do divisor de águas das bacias dos rios Paraná e Paraguai.

Em seguida, foram estudadas várias questões a se incluírem na agenda dos trabalhos da Assembléia Nacional de Geografia, que se instalará a 14 de julho vindouro.

Por fim, em minuciosa exposição, o secretário-geral apresentou os resultados finais do estudo de reforma dos serviços do Conselho, que a Secretaria-Geral efetuou com autorização da Diretoria, esclarecendo a estrutura e o mecanismo das duas repartições centrais do Conselho, a "Secretaria-Geral", de finalidade administrativa e o "Serviço de Geografia e Cartografia", de caráter técnico e científico, o que mereceu aprovação da Diretoria.

☆

EMBARQUE DE TÉCNICOS DO C.N.G. PARA OS ESTADOS-UNIDOS — A fim de fazer um estágio de estudo e aperfeiçoamento em instituições científicas norte-americanas partiram, no dia 14 de junho último, para os Estados-Unidos os Srs.: Eng.º Fábio de Macedo Soares Guimarães e professôres Orlando Valverde, Lúcio de Castro Soares, José Veríssimo da Costa Pereira e Lindalvo Bezerra dos Santos, todos funcionários do Conselho Nacional de Geografia. Êsses técnicos deverão permanecer naquele país pelo espaço de um ano.

VIAGEM AOS ESTADOS-UNIDOS DE TÉCNICOS DO C. N. G. — CURSO DE INFORMAÇÕES PARA PROFESSÔRES DE GEOGRAFIA DO ENSINO SECUNDÁRIO — REORGANIZAÇÃO DA ASSOCIAÇÃO DOS GEÓGRAFOS BRASILEIROS — ASSEMBLÉIA GERAL DO CONSELHO — No dia 18 de junho último, realizou-se na sede do Conselho Nacional de Geografia a reunião ordinária do seu Diretório Central, relativa à segunda quinzena do mês, sob a presidência do coronel Renato Barbosa Rodrigues Pereira, delegado técnico do Ministério das Relações Exteriores.

A ata da reunião anterior, depois de lida, foi aprovada; e o expediente lido em seguida deu ensejo a oportunos comentários.

O engenheiro Christovam Leite de Castro, secretário-geral do Conselho, comunicou a viagem aos Estados-Unidos da América dos técnicos do Conselho professôres Fábio de Macedo Soares Guimarães, Orlando Valverde, Lúcio de Castro Soares, Lindalvo Bezerra dos Santos e José Veríssimo da Costa Pereira, esclareceu a missão que lhes foi cometida e comentou o problema da especialização dos técnicos do Conselho em face da reorganização dos seus serviços.

O secretário-geral fêz ainda diversas outras comunicações, dentre as quais se destacou a participação do Conselho no Curso de Informações para os Professôres de Geografia do Ensino Secundário, organizado pela Sociedade de Geografia do Rio-de-Janeiro, que se realizou de 21 a 30 de junho passado, o qual mereceu o apoio do Ministério da Educação e Saúde que não só o tornou oficial, como lhe outorgou a prerrogativa de proporcionar registro no ciclo colegial aos professôres de Geografia registados no ciclo ginasial e que no Curso forem diplomados.

O professor Jorge Zarur, secretário-assistente, comunicou a reorganização da Associação dos Geógrafos Brasileiros, que vai se constituir uma sociedade de geógrafos militantes, e salientou a possibilidade da sua influência na difusão do método científico, segundo as modernas características da Geografia.

Na ordem do dia, foram debatidos vários assuntos a serem levados à consideração da Assembléia Geral do Conselho, reuniu em 6.ª Sessão Ordinária, em 1.º de julho corrente, tendo merecido especial consideração o projeto da divisão regional do País, segundo o qual haverá a divisão do território nacional sucessivamente em grandes regiões, regiões, sub-regiões e zonas, sendo estas constituídas de municípios que se agrupam segundo características fisiográficas e humanas concordantes.

★

SERVIÇO NACIONAL DE RECENSEAMENTO

DECLARAÇÕES DO SR. OTÁVIO ALEXANDER DE MORAIS SÔBRE AS FINALIDADES, MÉTODOS DE TRABALHO E OBJETIVOS DO INSTITUTO INTER-AMERICANO DE ESTATÍSTICA — O Sr. Otávio Alexander de Morais, do Serviço Nacional de Recenseamento e membro de várias instituições especializadas em estatística e geografia, concedeu à imprensa desta capital, uma entrevista, na qual abordou diversos aspectos de sua recente estada nos Estados-Unidos, onde fôra em missão oficial. Disse, inicialmente, o Sr. Alexander de Morais: — Havendo trabalhado por mais de 20 meses no âmbito de várias repartições norte-americanas, tive realmente oportunidades magníficas de sentir a vida dêsse grande povo em tôda a plenitude da sua capacidade de organização e realização. Creio, entretanto, que pouco poderia acrescentar de interessante ao muito que a seu respeito já tem dito a massa de patrícios nossos que, nas mais variadas situações, desfrutam a oportunidade de um contacto profundo com os nossos amigos da parte setentrional do hemisfério. Mas, mesmo incorrendo em repetição, apraz-me acentuar duas impressões máximas advindas de minha permanência entre os funcionários da administração norte-americana: a objetividade no exame dos problemas técnicos e a perfeita cooperação dos interessados na procura das respectivas soluções.

O fato de haver estado em contacto cotidiano com o funcionalismo norte-americano não significa que me achasse vinculado a um órgão governamental, pois o Instituto Inter-Americano de Estatística, para o qual trabalhei, não é uma repartição pública. Sustentam-no financeiramente as diversas nações americanas, inclusive o Canadá, mediante contribuições anuais proporcionais às respectivas populações. Os governos aderentes, entretanto, não têm interferência no funcionamento da instituição, que é orientada técnica e administrativamente pelos seus membros constituintes, escolhidos por eleição entre os estatísticos dos países do hemisfério, tendo-se em vista os títulos profissionais e a contribuição que hajam prestado à ciência e ao desenvolvimento da estatística. São, também, membros *ex-officio*, enquanto em exercício no cargo, os diretores do mais alto órgão estatístico de cada país. Quanto à direção imediata do Instituto cabe a uma Comissão Executiva, de que é presidente o nosso patrício Dr. M. A. Teixeira de Freitas.

O objetivo precípuo da instituição não é compilar estatística — acentua o Sr. Alexander — mas promover o desenvolvimento da técnica e da organização da estatística oficial nos países americanos. Nos 5 anos de vida ativa, que completou a 12 de maio último, o Instituto estruturou devidamente seus serviços administrativos e deu início e desenvolvimento a um programa de projetos técnicos destinados a melhorar as condições de comparabilidades entre os resultados estatísticos tabulados pelas diversas organizações oficiais do continente. Foi assim que, realizando idéia lançada pelo seu presidente, Dr. Teixeira de Freitas, patrocinou a ida a Washington de profissionais de diferentes nações americanas, encarregando-os do preparo, mediante estudo das realidades continentais, de planos para compilação uniforme de estatística referentes aos aspectos mais fundamentais da demografia e economia do nosso hemisfério. Já cobriram, os mencionados programas, projetos relativos ao comércio internacional, aos censos populacionais, à renda nacional, ao ensino da estatística, à produção agrícola e à produção industrial. Técnicos do Brasil, Peru, Argentina, Colômbia e Chile foram a Washington para participar dos trabalhos. Finalmente, um serviço regular de divulgação por micro-filme e a publicação de uma revista trimestral, *Estatística*, já em seu nono número, completam a enumeração dos fatos mais expressivos da vida da instituição no decurso do primeiro qüinqüênio de sua existência.

☆

SUPERFÍCIE, POPULAÇÃO PRESENTE ESTIMADA EM 1.º DE JULHO DE 1945, E DENSIDADE DA POPULAÇÃO, DAS DIVERSAS REGIÕES FISIOGRÁFICAS E UNIDADES DA FEDERAÇÃO — É o seguinte o quadro apresentado pelo Gabinete Técnico do Serviço Nacional do Recenseamento sôbre a superfície, população presente estimada em 1.º de julho de 1945, a densidade da população, das diversas regiões fisiográficas e Unidades da Federação.

REGIÕES FISIOGRÁFICAS E UNIDADES DA FEDERAÇÃO	Superfície (km2)	População (hab.)	Densidade da população (hab./km2)
Norte	**3 556 831**	**1 654 231**	**0,47**
Território do Acre	148 027	89 515	0,60
Amazonas	1 542 279	474 231	0,31
Território do Rio Branco	252 365	13 585	0,05
Pará	1 219 250	1 029 535	0,84
Território do Amapá	143 716	23 676	0,16
Território do Guaporé	251 194	23 689	0,09
Nordeste	**976 546**	**11 039 516**	**11,30**
Maranhão	346 217	1 367 843	3,95
Piauí	245 582	909 517	3,70
Ceará	148 591	2 312 894	15,57
Rio Grande do Norte	52 411	852 439	16,26
Paraíba	55 920	1 576 859	28,20
Pernambuco	99 235	2 964 742	29,88
Alagoas	28 571	1 054 045	36,89
Território de Fernando de Noronha	19	1 177	61,95
Este	**1 232 049**	**17 339 752**	**14,07**
Sergipe	21 552	600 931	27,88
Bahia	529 379	4 335 492	8,19
Minas Gerais	585 804	7 483 158	12,77
Território em litígio	8 897	73 860	8,30
Espírito Santo	42 846	834 907	19,49
Rio de Janeiro	42 404	2 050 463	48,36
Distrito Federal	1 167	1 960 941	1 680,33
Sul	**827 423**	**14 334 427**	**17,32**
São Paulo	247 239	7 968 630	32,23
Território do Iguaçu	65 854	107 442	1,63
Paraná	148 445	1 315 861	8,86
Santa Catarina	80 596	1 255 072	15,57
Rio Grande do Sul	285 289	3 687 422	12,93
Centro-Oeste	**1 918 340**	**1 382 074**	**0,72**
Goiás	661 140	916 725	1,39
Mato Grosso	1 155 961	364 821	0,32
Território de Ponta Porã	101 239	100 528	0,99
BRASIL	**8 511 189**	**45 750 000**	**5,38**

*

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA

Departamento Nacional da Produção Animal

Divisão de Caça e Pesca

PESQUISAS ICTIOLÓGICAS — DECLARAÇÕES DO SR. DEMÓCRITO SILVA — O Museu Nacional e a Divisão de Caça e Pesca estão realizando desde julho do ano passado, estudos sôbre os peixes marinhos de valor econômico. Os estudos se prendem à necessidade de um melhor aproveitamento de nossas reservas pesqueiras. Nesse sentido foi organizada uma comissão que, integrada por elementos das duas sobreditas instituições, vem executando o plano traçado sob a orientação científica do professor George Spraguemyers, da Stanford University, Califórnia, nos Estados-Unidos, plano que tem, por finalidade, a determinação sistemática da fauna ictiológica marinha para futuros estudos de biologia das espécies de maior rendimento econômico. A êsse propósito, o Sr. Demócrito Silva, chefe da Secção de Ictiologia da Divisão de Caça e Pesca do D. N. P. A., do Ministério da Agricultura, prestou à imprensa desta capital as seguintes declarações: — O material ictiológico para os estudos em aprêço está sendo colecionado em São-Luís-do-Maranhão, Fortaleza, Recife, Salvador, Rio-de-Janeiro, Santos, Florianópolis e Rio-Grande, tendo sido já enviado, ao Museu Nacional para a primeira identificação, parte dos espécimes coligidos. Êsse material perfaz um total aproximado de 5 mil exemplares e deverá, uma vez concluída essa primeira identificação, ser remetido, provàvelmente até setembro próximo, para a Universidade de Stanford, na California, a fim de que se processe a identificação definitiva, a qual será feita por especialistas brasileiros em colaboração com os seus colegas norte-americanos.

Como resultados dêsses estudos — prossegue o Sr. Demócrito — será possível à Divisão de Caça e Pesca e ao Museu Nacional disporem de uma coleção padrão de peixes marinhos do Brasil, coleção que servirá de base aos estudos que vierem a ser feitos no domínio da biologia dêsses sêres aquáticos.

Além da determinação sistemática dos peixes colecionados — continua o entrevistado — a Comissão organizará um catálogo ilustrado contendo indicações sôbre a designação científica e vulgar de cada espécie, assim como o *habitat*, valor econômico e seus principais caracteres diferenciais, pelos quais se possam identificar fàcilmente.

Mil e quinhentos exemplares foram já colecionados e catalogados pelo Gabinete de Ictiologia, em pouco mais de um ano de funcionamento dessa nova dependência da D. C. P. Êsse nosso esfôrço no sentido de um melhor conhecimento de nossos peixes será completado — concluí o Sr. Demócrito — pelos trabalhos a cargo da Comissão a que antes me referi, cujos resultados se auguram de incalculável alcance para o futuro da pesca no Brasil.

*

Departamento Nacional da Produção Mineral

Divisão de Águas

CURSOS D'ÁGUA CONSIDERADOS PÚBLICOS — A Divisão de Águas do D. N. P. M. considerou de uso comum do domínio do Estado da Bahia, as águas do curso denominado "Contas" em tôda a sua extensão. Essas águas nascem no município de Piatã, limitam êste município com o de Mucujê; com o de Barra da Estiva e o de Itaçu com os de Rio de Contas e Brumado, ambos no Estado da Bahia.

E, ainda, foram consideradas públicas também de uso comum, do domínio do Estado do Paraná, as águas do curso denominado "Cardosos", "Putinga ou Concórdia", "Putinga ou Concórdia" respectivamente nos seus trechos superior, médio e inferior. Nasce no município de Guarapuava e limita-o com o de União da Vitória, ambos no Estado do Paraná, se lança no rio Areia, pela margem esquerda.

Também públicas de uso comum pertencentes à União, de acôrdo com o inciso IV, do art. 2.º do Decreto-lei n.º 852, de 11 de novembro de 1938, as águas do curso d'água denominado "Vaza Barris", em tôda a sua extensão. O referido curso nasce no município de Uauá, percorre os de Euclides-da-Cunha, Jere-

moabo e Parapiranga, no Estado da Bahia e o de Irapiranga, no Estado de Sergipe e limita o município de Simão Dias com o de Lagarto, ambos no Estado de Sergipe.

O critério adotado para a determinação dessas águas foi o seguinte:

1.º) o curso d'água foi determinado, partindo de jusante para montante;

2.º) nas confluências foi considerado como principal o de maior bacia hidrográfica.

Nota — A identificação do curso d'água foi feita segundo os mapas municipais organizados em observância ao Decreto-lei n.º 311, de 2 de março de 1938.

★

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E SAÚDE

Museu Histórico Nacional

INAUGURAÇÃO DE SUAS NOVAS INSTALAÇÕES — O Sr. Presidente da República acompanhado de altas autoridades do govêrno estêve em visita ao Museu Histórico Nacional, onde teve ocasião de inaugurar suas novas instalações.

O Sr. Gustavo Barroso, diretor do Museu, mostrou ao chefe do govêrno as estátuas de Pedro I, Pedro II, visconde de Mauá, visconde de Cairu, D. João VI, Rio-Branco e de Teixeira de Freitas além de bronzes comemorativos de episódios significativos da nossa história.

Em seguida, o chefe do govêrno inaugurou duas placas de bronze, assinalando, uma a fundação do Museu, em 1922, e a outra reproduzindo uma carta de Vítor Hugo a Charles Ribeyrolles, datada de 4 de novembro de 1860.

A sala "Getúlio-Vargas" foi inaugurada, depois, pelo Sr. Presidente da República, constituída, exclusivamente, de objetos de valor histórico, artístico e cultural, doados pelo mais alto magistrado do país.

Encontram-se, ali, mais de 600 peças, de raro valor, entre as quais um cartão de ouro, oferecido pelas classes trabalhadoras de Corumbá; uma medalha de ouro da União Social Americana; uma miniatura do monólito de Tiahuanucu, presente do general Peñaranda; coleção completa de moedas comemorativas da cidade do Vaticano e uma cópia, em prata, do calendário asteca, que o Sr. general Avila Camacho ofereceu ao Sr. Getúlio Vargas.

Por fim, o Sr. Presidente inaugurou a "Sala dos Donativos" a "Sala Carlos Gomes", a "Sala de Arte Religiosa", a "Sala de Conferências", a Biblioteca e a "Sala de Aulas", para os cursos que o Museu realiza.

Teve ocasião o chefe do govêrno de palestrar, demoradamente, com o Sr. ministro da Educação, o diretor do estabelecimento e outras pessoas presentes, sôbre os artísticos e valiosos objetos que compõem o Museu, louvando, por fim a organização dada a êsse órgão da administração pública.

O Sr. Presidente Getúlio Vargas percorreu tôdas as dependências do Museu, sendo alvo de várias manifestações de simpatia por parte dos alunos que estudam nos diversos cursos que ali se realizam, com freqüência mensal superior a 200 alunos.

Na "Sala de Conferências", realizou-se, então, uma homenagem ao Sr. Presidente da República, tomando S. Excia. lugar à mesa entre o ministro da Educação e o general Cândido Rondon.

O Sr. Gustavo Capanema, de improviso proferiu uma oração tendo, a seguir, o diretor do estabelecimento, agradecido o apoio que sempre recebeu, desde 1930, do Sr. Getúlio Vargas, acentuando que era imparcial e insuspeito para afirmar que o Museu só pôde prosperar e engrandecer-se graças à ajuda que recebeu do chefe do govêrno. Acrescentou que, sendo o Museu um estabelecimento em que a gratidão era cultuada, nada mais justo que possuir a "Sala Getúlio Vargas", porque êle tudo devia ao Sr. Presidente da República.

Foi servida uma taça de champanhe, tendo o chefe da Nação, antes de se retirar, percorrido a Secretaria, a "Sala Coelho Neto" e a Biblioteca.

☆

PESQUISAS ANTROPOLÓGICAS — VISITA DO PROFESSOR RALPH LINTON — COLABORAÇÃO COM O MUSEU NACIONAL — Encontra-se nesta capital o professor Ralph Linton, uma das maiores autoridades norte-americanas em matéria de antropologia e ciências sociais. Encarregado da Divisão de Antropologia da Universidade de Colúmbia, o referido professor, eleito no ano passado para a Academia de Ciências dos Estados-Unidos, é autor de várias publicações, algumas das quais traduzidas para o português, como o seu trabalho *The cultural background of personality*. O seu mais recente trabalho, escrito em colaboração com outros estudiosos, focaliza a posição da ciência antropológica em face da crise contemporânea, intitulando-se: *The scienc's man and the world crisis*.

O professor Linton já levou a efeito numerosas pesquisas em Madagascar, nas ilhas Marquesas, do Pacífico e em várias tribos de índios norte-americanas. Passou também algum tempo na Guatemala, onde estudou os problemas ligados à sua especialização.

Falando à imprensa desta capital o professor Linton declarou que sua viagem ao longo dos países sul-americanos é uma iniciativa do "Vicking Fund", instituição que congrega grande número de investigadores dos assuntos antropológicos e sociais e destinada a fomentar o estreitamento de relações entre os cientistas dos vários países.

"Há muito tempo, disse, antes mesmo do início da política de boa vizinhança, a Universidade de Colúmbia mantém um programa de colaboração com o Museu Nacional, colaboração, de resto, muito proveitosa. Nesse período já foram enviados para o Brasil quatro técnicos em antropologia, cujas observações e estudos deixam bem manifesto ser o Brasil um dos campos mais propícios e mais atraentes para o antropologista.

Nenhuma região no Brasil apresenta características mais peculiares, tradições mais genuínas, costumes mais nativos, hábitos, enfim, mais tipicamente brasileiros do que o Nordeste. Por isso mesmo é êsse grande trecho territorial do Brasil, o centro de maior atração para o antropologista. Ali, o que impressiona, acima de tudo, é a mistura racial. A combinação dos elementos negro, índio e africano oferece matérias preciosíssimas para o estudo do homem brasileiro em função das várias latitudes nacionais em que se encontre.

Várias aplicações recebem as pesquisas de ordem antropológica, salientando-se, entre outras, aquela que diz respeito com a imigração. Nesse sentido, para obter-se resultado satisfatório com a admissão de elementos alienígenas no país, faz-se mister um estudo antecipado do meio em que se vão agrupar essas levas

humanas, a fim de que estejam adequados às condições de origem dos imigrantes. Evidentemente — acrescentou o professor Linton — se um europeu do norte, das áreas industriais, vai ter por *habitat* uma zona agrícola, é claro que jamais poderá produzir com a eficiência que haveria de demonstrar se fôsse mandado para um centro industrializado. A questão do ajustamento é fundamental, e sem ela, pouco rendimento se pode colhêr com as ondas imigratórias. Naturalmente, não irei fazer estudos desta natureza visto como nem mesmo tempo terei para isso, e tais pesquisas reclamam meses e meses a fio. Entretanto, elas serão levadas avante por brasileiros e americanos conjuntamente.

Um país como o Brasil, onde são tantos e tão variados os aspectos mesológicos, é claro que não pode elaborar um plano de instrução e saúde pública absolutamente uniforme. O vale amazônico, por exemplo, encerra características inexistentes em São-Paulo ou no Rio-Grande-do-Sul. O Nordeste sofre alternativas desconhecidas no Distrito-Federal, etc. Por isso, é indispensável a observação prolongada das várias circunstâncias mesológicas comuns a cada região, para o planejamento da instrução e da saúde pública, cujos lineamentos deverão ser traçados em perfeita concordância com as últimas conquistas da antropologia".

O professor Ralph Linton informou que já estêve em contacto com alguns sociólogos e antropólogos do Rio e de São-Paulo, sendo com especial satisfação que citava os nomes da Sra. Luísa Alberto Tôrres, Srs. Artur Ramos, Gilberto Freire, Kurt Neumandgu, conhecidíssimos nos Estados-Unidos.

Após demorar-se duas semanas no Rio, o professor Ralph Linton irá à Bahia e a Belém.

★

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

Comissão Brasileira de Limites

EXECUTADA A PARTE FINAL DO PROTOCOLO SÔBRE O LITÍGIO DE FRONTEIRAS PERU-EQUADOR — REGRESSO DO COMANDANTE BRÁS DIAS DE AGUIAR — Tendo desempenhado a missão que o levou à zona de litígio entre o Peru e o Equador, acaba de regressar, procedente de Iquitos, o capitão de mar e guerra Brás Dias de Aguiar, chefe da Comissão Brasileira de Limites — Setor-Norte e que, há três meses, teve ampliados os seus poderes como árbitro na questão de fronteiras entre aquêles dois países integrantes da comunhão continental, referente à confluência dos rios Yapi e Santiago, bem como na demarcação de Bela-Vista, no rio Curari, Estando, anteriormente, encarregado pelos dois países interessados de resolver a diferença de critério que surgira em relação às zonas da cordilheira Condor e às cabeceiras do rio Lagartococha, a nova incumbência do comandante Dias de Aguiar enquandrou-se nas disposições do protocolo firmado no Rio-de-Janeiro, pelos governos de Lima e de Quito, cuja execução, já se efetuara em tôda a zona da parte oriental da fronteira contestada, desde a embocadura do Capones, no Pacífico, até à área que medeia entre os rios Zamora e Santiago. Com a visita que realizou, *in loco*, cumpriu-se, estrita e totalmente, o referido protocolo.

★

MINISTÉRIO DA VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

Departamento Nacional de Portos, Rios e Canais

INICIADOS OS TRABALHOS DO PLANO DE APROVEITAMENTO DO VALE DO RIO PARAGUAÇU — O Departamento Nacional de Portos, Rios e Canais organizou vasto plano de obras para o aproveitamento do vale do rio Paraguaçu, visando aproveitar a energia hidro-elétrica da extensa região do recôncavo baiano. Os importantes estudos, que estarão a cargo do 10.º Distrito da Fiscalização, daquele Departamento, tem por objetivos: saneamento, irrigação, melhoramento das condições de navegabilidade, proteção de localidades ribeirinhas contra as inundações, abastecimento d'água às localidades próximas, colonização, explotação das riquezas minerais do subsolo, da fauna e da flora, reflorestamento e cultura da terra e — o mais importante — o aproveitamento da energia hidro-elétrica.

Trabalhos iniciais — Os trabalhos iniciais para a consecução do plano já se acham iniciados com inspeção ao longo de tôda a bacia do Paraguaçu de modo a permitir não só o delineamento de um programa de estudos e obras a ser cumprido pròximamente e o levantamento completo da referida bacia, a fim de que possa ser enquadrado na carta geral do país. Tal levantamento, que obedecerá às normas do Conselho Nacional de Geografia, servirá não só para os referidos objetivos, mas para todos os outros empreendimentos públicos ou particulares da região.

Inicialmente os estudos para a melhoria das condições de navegabilidade do Paraguaçu se estenderão ao trecho compreendido entre a sua foz e as cidades de São-Félix e Cachoeira.

Proteção contra inundações — Entre as instruções do referido programa de obras figuram os estudos e os levantamentos detalhados necessários à proteção das cidades de Cachoeira e São-Félix contra as inundações. No caso de se chegar a uma conclusão que exija maiores demoras, será estudada a possibilidade de outra solução de emergência. Tais estudos deverão se estender também a outras localidades sujeitas a semelhantes efeitos. Com o objetivo de ser realizado trabalho definitivo o grande plano se executará tendo como base o levantamento aerofotogramétrico da região, contratado com a emprêsa Serviços Aéreos Cruzeiro do Sul, já em andamento.

Para chefiar êsses trabalhos o Eng.º Nodir Santos Ferreira encontra-se em Salvador, acompanhado de dois topógrafos e um nivelador. Naquela capital declarou à imprensa, o Sr. Nodir Ferreira, que inicialmente, serão feitos o nivelamento de São-Roque a Cachoeira e a triangulação de Maragojipe a Cachoeira.

Tendo-se avistado com o Eng. Paulo Peltier de Queirós, chefe do 10.º Distrito de Fiscalização, o Eng. Nodir Ferreira seguirá muito brevemente para São-Roque, devendo atacar imediatamente os serviços a seu cargo.

★

PREFEITURA DO DISTRITO FEDERAL

SUA REPRESENTAÇÃO NAS ASSEMBLÉIAS GERAIS DO C. N. G. E C. N. E. — Para representar a Prefeitura do Dstrito Federal na Assembléia Geral dos Conselhos Nacionais de Estatística e Geografia, o prefeito da cidade, em portaria do dia 29 de junho, designou o Dr. Sérgio Nunes de Magalhães Júnior, atual diretor do Departamento de Geografia e Estatística da Secretaria Geral do Interior e Segurança.

★

Instituições particulares

ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS

OFERTA DO LIVRO "O HOMEM E O BREJO". — Em recente reunião da Academia Brasileira de Letras, realizada sob a presidência do Prof. Pedro Calmon, além dos vários assuntos tratados, foi oferecido, pelo Sr. Rodolfo Garcia, em nome do autor, um exemplar do livro *O Homem e o Brejo*, ensaio antropogeográfico da chamada baixada dos Campos dos Goitacases. O autor pertence à nova luzida geração de escritores que se dedicam com interêsse louvável à pesquisa científica, e que vêm dando ao Brasil obras notáveis no campo da História Social, da Geografia Humana e da Economia. Geólogo de profissão, o Sr. Alberto Ribeiro Lamego é ademais um escritor elegante, que faz bom uso do estilo e da forma em seus trabalhos, e um historiador erudito, que não prescinde do documento para estabelecer suas conclusões. *O Homem e o Brejo* foi tese aprovada com louvor no IX Congresso Brasileiro de Geografia e mandada imprimir pelo Conselho Nacional de Geografia, para fazer parte da Biblioteca Geográfica Brasileira, da qual constitui a publicação n.º 1 da série A, "Livros".

★

CLUBE DE ENGENHARIA

A NAVEGAÇÃO FLUVIAL NO OESTE BRASILEIRO — O Eng.º Clóvis de Macedo Côrtes pronunciou, no dia 21 de junho último, na sede do Clube de Engenharia, uma conferência sob o tema *A navegação fluvial no oeste brasileiro*.

À aludida conferência foram apresentadas e debatidas observações pelos engenheiros Jorge Leal Burlamaqui, Fernando Viriato de Miranda Carvalho e comandante Nélson Guillobel, prèviamente designados debatedores, pelo D. T. E. de Transportes.

★

FUNDAÇÃO BRASIL-CENTRAL

A VISITA DO ADIDO MILITAR À EMBAIXADA DA GRÃ BRETANHA AO ARAGUAIA E RIO DAS MORTES — O coronel William F. Rhodes, adido militar à Embaixada da Grã Bretanha, estêve recentemente acompanhado do Sr. ministro João Alberto, em vista aos trabalhos da Fundação Brasil-Central.

Manifestando à imprensa as impressões colhidas nessa visita, declarou, o coronel Rhodes que "a melhor maneira de conhecer o Brasil e compreender perfeitamente o seu povo é viajar pelo interior. É ver êsse povo despendendo o seu esfôrço nos rudes serviços agrícolas e pecuários, trabalhando para a maior grandeza de seu país".

O coronel Rhodes encontra-se no Brasil desde 1941 e já visitou quase todo o país, fazendo conferências em capitais e cidades, mostrando ao povo brasileiro a extensão do esfôrço bélico inglês na luta contra o nazi-fascismo, hoje terminada com a vitória das Nações-Unidas.

Falando ainda à imprensa exibiu um mapa do Brasil no qual centenas de alfinetes indicam as localidades que visitou durante sua permanência neste país. Poucos são os inglêses, disse, que como eu conhecem as dificuldades dos brasileiros que vivem longe dos grandes centros populosos e a coragem com que êsse povo as enfrenta.

"A visita que acabo de fazer à Fundação Brasil-Central, em companhia do ministro João Alberto constituiu para mim o mais proveitoso *week-end* desde a minha estada no Brasil. Pude acrescentar às observações que já colhi em grande parte do território brasileiro estas agora, de uma grandiosa e monumental iniciativa que nada tem a desmerecer em confronto com trabalhos idênticos de outros povos em qualquer época da história. Enquanto a colonização primitiva era feita por homens intrépidos que se atiravam em busca da fortuna fácil — do Eldorado — na realização da Fundação Brasil-Central o Eldorado será a conseqüência do trabalho consciente dos homens intrépidos do Brasil, estabelecendo em terras distantes, no interior do território brasileiro, a fixação de centros populosos dedicados à agricultura e à pecuária que em tempo útil produzirão os seus frutos. E para a consecução dêsse fim, muito além dos antigos colonizadores vai a "bandeira" do Brasil atual, apoiada, por outros meios de auxílio, proporcionados pelo progresso das ciências e indústrias".

O coronel Rhodes voltou dessa visita, impressionado com a energia e a fibra dos homens que labutam no desenvolvimento do território utilizando-se apenas da bússola e do facão de mato na abertura das picadas. E disse: "O que vi no rio das Mortes, onde se encontra a vanguarda dos trabalhos, foi uma cousa verdadeiramente deslumbrante: homens intrépidos e arrojados que, sob a direção do coronel Matos Vanique, estão varando a mata virgem e desconhecida, munidos apenas de faca de mato e orientados pela bússula. Ali pude avaliar o fantástico esfôrço humano na abertura de picadas e estradas em território inexplorado. Porque, apesar de ser a aviação elemento de grande valia no reconhecimento de territórios longínquos e inacessíveis à penetração terrestre, não é ela suficiente para manter o abastecimento dêsses centros populosos que se vão criar. O necessário é a abertura de estradas de rodagem seguidas de estradas de ferro. Lembro, aqui, as palavras de Kipling, para dar idéia da importância do que afirmo: "Transportation is civilization". Os maiores construtores de estradas, no mundo, foram os primitivos habitantes da América — Incas e Astecas — que construíram estradas superiores às dos próprios romanos e os trabalhos que observei no *hinterland* brasileiro me convenceram de que a Fundação Brasil Central está continuando essa grande tradição americana. No Aragarças, que fica aquém do rio das Mortes está sendo erguida uma grande cidade, precedida das necessárias instalações de olarias, serrarias, almoxarifados, postos médicos, que lhe permitirão o desenvolvimento incontestável".

O coronel Rhodes terminou sua palestra, dizendo que os grandes problemas do Brasil, pelo que lhe fôra dado observar até hoje, não estão, apenas, nas grandes cidades, mas também e especialmente no interior, "onde as dificuldades da natureza podem ser conquistadas pelos homens de fibra e coragem".

"Sei que o Brasil tem milhares de homens dessa categoria — continuou o ilustre adido militar britânico — homens que irão em tempo útil gozar dos frutos do seu trabalho, aos

quais o ministro João Alberto, na direção da Fundação Brasil-Central, está mostrando o caminho, como homem da mesma envergadura.

Admirei, sobretudo, nessa e em outras visitas ao interior do Brasil, a grande energia do homem brasileiro e especialmente a sua maneira no trato com os seus semelhantes".

★

INSTITUTO DE GEOGRAFIA E HISTÓRIA MILITAR DO BRASIL

HOMENAGEM AOS SÓCIOS FUNDADORES RECENTEMENTE FALECIDOS — O Instituto de Geografia e História Militar do Brasil realizou no dia 13 de junho último, no salão de conferências do Clube Militar, uma sessão especial em homenagem ao seu presidente e sócios fundadores recentemente falecidos.

Fêz o elogio do general Sousa Docca, o Cel. Altamirando Nunes Pereira; do almirante Henrique Boiteux, o comandante Oliveira Belo; do Cel. Luís Lôbo, o Cel. Felício Lima, e do Cel. Álvaro de Alencastro, o Ten.-Cel. A. Lira Tavares.

☆

ELEITA A NOVA DIRETORIA PARA O BIÊNIO 1945-47 — O Instituto de Geografia e História Militar do Brasil, reuniu-se no dia 22 de junho último, para proceder à eleição da Diretoria relativa ao biênio 1945-47, sendo eleita a seguinte Diretoria e Comissões.

Presidente, general Valentim Benício da Silva, vice-presidente, brigadeiro Lísias Augusto Rodrigues, 1.º secretário, coronel Felício Lima, 2.º secretário, major Deoclécio Paranhos Antunes, 1.º tesoureiro, capitão Manuel Cavalcante Proença, bibliotecário Tte.-Cel. Jônatas de Morais Correia.

Comissão de Geografia e Cartografia Militar: coronel Jaguaribe de Matos, coronel Lima Figueiredo e coronel Jonas Correia.

De História Militar: comandante Frederico Vilar, comandante Dídio I. A. Costa e coronel Danton Garrastazu Teixeira.

De Heráldica e Medalhística: comandante Égon Pratas, comandante Lucas Alexandre Boiteux e comandante César Xavier.

De Iconografia e Armas Antigas: coronel Humberto Castelo Branco, comandante Pinto Guimarães e coronel Néri da Fonseca.

Fiscal: general Lima Mindelo, almirante Nogueira da Gama e coronel Damasceno Vieira.

De admissão de sócios: comandante Oliveira Belo, coronel Afonso de Carvalho e coronel Altamirando Nunes Pereira.

De publicações do Instituto: Tte.-Cel. A. Lira Tavares, major Vaidemiro Pimentel e capitão Sudá de Andrade.

Antes de proceder-se à eleição, tomou posse da cadeira n.º 34, o coronel José Felício Monteiro Lima.

★

INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO

MOVIMENTO DAS DIVERSAS SECÇÕES NO MÊS DE ABRIL PASSADO — Foi o seguinte o movimento das diversas secções do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro no mês de abril próximo findo:

Biblioteca: obras oferecidas, 14; revistas nacionais e estrangeiras recebidas, 49; catálogos recebidos, 1.

Arquivo: documentos consultados, 1 021.

Mapoteca: 57.

Museu: visitantes, 64.

Sala pública de leitura: consultas, 1 855.

Secretaria: ofícios, cartas e telegramas recebidos, 457; ofícios, cartas e telegramas expedidos, 732.

Realizou o Instituto no mês de abril a sessão comemorativa do Dia Pan-Americano, sob a presidência do embaixador José Carlos de Macedo Soares, presidente perpétuo. Pronunciou a conferência alusiva à data comemorativa o general Pedro Cavalcante. Falou saudando o conferencista o Sr. Pedro Calmon.

O expediente do Instituto começa às 12 horas e encerra-se às 16 horas, salvo aos sábados quando termina, às 14 horas.

☆

MOVIMENTO DAS DIVERSAS SECÇÕES NO MÊS DE MAIO FINDO — Foi o seguinte o movimento das diversas secções do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro no mês de maio findo:

Biblioteca: obras oferecidas, 54; revistas e jornais recebidos, 98; encadernações, 38; catálogos recebidos, 3;

Arquivo: documentos consultados, 825.

Mapoteca: 28.

Museu: visitantes, 88.

Sala pública de leitura: consultas, 2 113.

Secretaria: ofícios, cartas e telegramas recebidos, 385: ofícios, cartas e telegramas expedidos, 697.

Realizou o Instituto a 2 de maio, uma sessão especial, sob a presidência do 3.º vice-presidente José Vanderlei de Araújo Pinho, a fim de receber a visita da missão cultural francesa, chefiada pelo professor Pasteur Valery Radot, saudando a missão o Sr. Pedro Calmon.

No dia 30 de maio, sob a presidência do Sr. embaixador José Carlos de Macedo Soares, presidente perpétuo, efetuou-se uma sessão extraordinária comemorativa do 1.º centenário do nascimento do barão do Rio-Branco, em colaboração com o Ministério das Relações Exteriores, falando o Sr. José Roberto de Macedo Soares, encarregado do Expediente do Ministério das Relações Exteriores e pronunciando uma conferência o embaixador Hildebrando Acióli.

☆

SESSÃO CONJUNTA DO INSTITUTO E DA SOCIEDADE DE GEOGRAFIA DO RIO-DE-JANEIRO — HOMENAGEM À MEMÓRIA DO ALMIRANTE HENRIQUE BOITEUX, MINISTRO JOSÉ MATOSO MAIA FORTE E GENERAL SOUSA DOCCA — O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro realizou no dia 27 de junho próximo passado a sessão conjunta dessa instituição e da Sociedade de Geografia do Rio-de-Janeiro para homenagear os sócios últimamente desaparecidos e pertencentes às duas instituições, almirante Henrique Boiteux, ministro José Matoso Maia Forte e general Emílio Fernandes de Sousa Docca.

Assumiu a presidência da sessão o Sr. embaixador José Carlos de Macedo Soares, presidente do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, e da Sociedade de Geografia do Rio-de-Janeiro que convidou para fazer parte da mesa os Srs. almirante Gago Coutinho, general Benício da Silva, ministro Fonseca Hermes, almirante Jorge Dodsworth Martins, general Paula Cidade, o 3.º vice-presidente, Sr. Vanderlei de Araújo Pinho e Sr. Virgílio Correia Filho.

Comunicando o falecimento, a 21 daquele mês, do Sr. Eduardo Marques Peixoto, eleito sócio efetivo em 23 de outubro de 1903, o presidente fêz referências à sessão do dia e aos mortos cujo elogio ia ser feito. Em primeiro lugar foi dada a palavra ao comandante Carlos Carneiro, que fêz o elogio do almirante Boiteux, exaltando suas qualidades morais, culturais e senso histórico.

Teve depois a palavra o sócio Henrique Leão Teixeira Filho que, fazendo o elogio do ministro Matoso Maia Forte, estudou a vida do morto, assinalando os grandes serviços por êle prestados ao País como funcionário público, como jornalista e como historiador.

Em seguida, falou o sócio do Instituto Histórico Sr. Aurélio Pôrto, fazendo o elogio do general Sousa Docca, cuja convivência de quarenta anos o levou a pronunciar comovidas palavras de saudades. O comandante Oliveira Belo, falando pela Sociedade de Geografia do Rio-de-Janeiro, traçou o retrato moral do historiador e militar ilustre, fazendo a apreciação das altas qualidades de escritor, que sempre usou da pena com a maior elevação de espírito e patriotismo.

★

SOCIEDADE DE GEOGRAFIA DO RIO-DE-JANEIRO

4.ª SESSÃO ORDINÁRIA DA DIRETORIA E DO CONSELHO DIRETOR — Realizou-se no dia 20 de junho último, sob a presidência do Sr. embaixador José Carlos de Macedo Soares, a 4.ª sessão ordinária da Diretoria e do Conselho Diretor da Sociedade de Geografia do Rio-de-Janeiro.

Havendo número legal de membros o presidente deu início à reunião, designando o chefe da secretaria para ler a ata da sessão anterior, que submetida à votação do plenário, foi aprovada por unanimidade. Em continuação foram lidos o expediente e as propostas de inscrição ao quadro social.

Em prosseguimento o presidente fêz a entrega dos diplomas aos sócios recipiendários Srs.: 1.º tenente João Brito Jorge, Álvaro Pais de Barros Filho e Gastão de Almeida. Após receberem o diploma que lhes conferia o título de sócio da Sociedade de Geografia, foram saudados pelo orador oficial da Sociedade Sr. Francisco de Sousa Brasil. Os recipiendários proferiram discursos respondendo à saudação.

O Prof. Maurílio Augusto Lefèvre Filho formulou uma proposta para serem criadas cadeiras relativas ao Patronato Geográfico dentro da Sociedade de Geografia. O ministro J. S. da Fonseca Hermes lembrou que essa proposta já havia sido objeto de cogitações por parte da Sociedade de Geografia quando propôs em 6 de março de 1941, idêntica medida. O presidente propôs a criação de uma comissão para estudar a proposta na qual a criação do patronato seria uma oportunidade para a criação de um literatura específica que fizesse conhecida a vida dos nossos geógrafos já desaparecidos através de suas biografias e bibliografias. O presidente propôs que a Comissão fôsse integrada pelo Eng.º Christovam Leite de Castro em substituição ao general Sousa Doca, recentemente falecido. O comandante Luís Oliveira Belo fêz um aparte historiando o aludido projeto o qual deu seu apoio irrestrito.

Em continuação o comandante Oliveira Belo, na qualidade de tesoureiro, sugeriu uma proposta sôbre a anistia dos sócios em atraso, e em seguida fêz uma bela comunicação histórico-geográfica terminando por propor que fôsse inserido em ata um voto de profundo regozijo pela vitória do Brasil e das Nações Unidas na Europa. Essa proposta foi unânimemente aprovada. Quanto à proposta de anistia será objeto das resoluções de uma Assembléia Geral.

O ministro Fonseca Hermes falou sôbre a anistia e sôbre o ciclo de conferências a serem realizadas pela Sociedade, sugerindo a remessa de uma circular aos sócios da Sociedade para que se inscrevam na aludida série de conferências.

O Sr. embaixador José Carlos de Macedo Soares fala sôbre o êxito alcançado pela iniciativa da Sociedade de Geografia criando um Curso de Aperfeiçoamento para Professôres de Geografia do Curso Secundário e deu a palavra ao consócio Eng.º Christovam Leite de Castro, secretário-geral do Conselho Nacional de Geografia, que fêz uma ampla exposição dos motivos da realização da magna iniciativa em combinação com o Conselho Nacional de Geografia, visto que êsse curso será oficial dado o reconhecimento do mesmo pelo Ministério da Educação e Saúde que considerará válido o diploma nêle obtido, permitindo a extensão para o 2.º ciclo ou seja para o ciclo colegial a todos os professôres que forem aprovados nesse curso. O Eng.º Leite de Castro enalteceu a diretriz da Sociedade de Geografia, assinalando o incontestável êxito alcançado, conforme o atestam o número de professôres secundários matriculados, em número de mais de 70. Êsse curso será realizado entre os dias 21 e 30 do corrente, sob os auspícios do Conselho Nacional de Geografia e com o apoio direto e oficial da Divisão de Ensino Secundário do Departamento Nacional de Educação do Ministério da Educação e Saúde, dirigido pela professôra Lúcia Magalhães, e as aulas serão dadas pelos professôres: Fernando Antônio Raja Gabaglia, Christovam Leite de Castro, Delgado de Carvalho, Giorgio Mortara, Francis Ruellan, almirante Jorge Dodsworth Martins, Everardo Backheuser, Alírio de Matos, Jorge Zarur, J. C. Junqueira Schmidt e João Capistrano Raja Gabaglia. Após sua exposição, saudado por uma salva de palmas, o presidente, embaixador José Carlos de Macedo Soares, convidou os presentes para assistirem à inauguração das aulas do Curso de Aperfeiçoamento para Professôres de Geografia do Curso Secundário no Edifício do Silogeu Brasileiro. Antes de terminar o Dr. Francisco de Sousa Brasil solicitou que fôsse inserido em ata um voto de congratulações para com o almirante Jorge Dodsworth Martins pela sua promoção no Ministério da Marinha. Êsse voto foi unânimemente aprovado. Nada mais havendo a tratar o presidente agradeceu o comparecimento dos presentes e deu por encerrada a sessão.

★

Certames

II CONGRESSO BRASILEIRO DE ENGENHARIA E INDÚSTRIA

O II Congresso Brasileiro de Engenharia e Indústria, promovido pelo Clube de Engenharia, reunir-se-á na Capital Federal entre 15 e 25 de novembro de 1946, e terá por objeto pronunciar-se sôbre os problemas essenciais do planejamento técnico, industrial e econômico do País, como contribuição dos engenheiros ao desenvolvimento e ao progresso harmônico de tôda a Nação brasileira.

O Congresso será composto das Comissões Técnicas seguintes:

Primeira Comissão — Planejamento Geral do País.

Segunda Comissão — Planejamento Econômico e Financeiro.

Terceira Comissão — Planejamento da Energia.

Quarta Comissão — Planejamento Industrial.

Quinta Comissão — Planejamento Rural.

Sexta Comissão — Planejamento Urbano.

Sétima Comissão — Planejamento dos Transportes e Comunicações.

Oitava Comissão — Planejamento do Ensino Técnico e Profissional.

Nona Comissão — Planejamento da Mão de Obra.

*

TEMÁRIO DO II CONGRESSO BRASILEIRO DE ENGENHARIA E INDÚSTRIA

Primeira Comissão — *Planejamento Geral do País.*

1) — Contribuição da engenharia à planificação econômica do País, de forma a permitir plena cooperação de tôdas as suas atividades e promover o mais alto grau de segurança econômica do indivíduo, com a máxima garantia para sua liberdade, dentro dos princípios democráticos.

2) — Estudo das conclusões dos Congressos Brasileiros de Economia e Indústria.

3) — Censo das necessidades gerais e capacidade produtora das diferentes regiões econômicas do País; produção e consumo, importação e exportação — metrologia.

4) — Carta geográfica e organização cadastral do Brasil — meteorologia e climatologia.

5) — Esferas de ação do Estado e da iniciativa particular na economia planejada.

6) — Relação entre a engenharia e os problemas de administração pública.

Segunda Comissão — *Planejamento Econômico e Financeiro.*

1) — Contribuição da engenharia ao maior desenvolvimento do País facilitando o crédito, estimulando a produção e circulação das riquezas, ampliando e melhorando os sistemas de transportes.

2) — Plano geral de aproveitamento do saldo das dívidas existentes no estrangeiro para o reequipamento das indústrias, do transporte e das atividades minerais e rurais.

3) — Criação de novos institutos de crédito e constituição de carteiras de crédito rural e industrial, nos bancos existentes.

4) — Medidas de emergência para combater a inflação — Custo de produção, política monetária e política de preços — Obras Públicas, reprodutivas e adiáveis.

5) — Legislação tributária; tarifas aduaneiras.

Terceira Comissão — *Planejamento da Energia*

Contribuição da engenharia ao aproveitamento racional de tôdas as fontes naturais de energia.

a — Hulha branca

1) — Estudo das bacias hidrográficas.

2) — Planificação do aproveitamento racional das águas, tendo em vista seu potencial, navegabilidade, e utilização como fontes de abastecimento e irrigação.

b — Combustíveis sólidos

1) — Carvão nacional — Extração — Beneficiamento — Transportes — Utilização — Carvão vegetal.

2) — Produtos piro-betuminosos.

3) — Lenha — Reservas florestais — Plano de reflorestamento.

4) — Outros combustíveis sólidos.

c — Combustíveis líquidos

1) — Petróleo — Plano geral de prospecção de lençóis petrolíferos no Brasil — Refinarias.

2) — Álcool-motor — Plano geral para incremento da produção.

3) — Óleos vegetais e minerais.

4) — Transportes de combustíveis líquidos.

5) — Outros combustíveis líquidos.

d — Combustíveis gasosos

Plano geral de utilização de combustíveis gasosos industriais ou naturais.

e — Energia elétrica

1) — Planificação de suprimento de energia elétrica abundante e a baixo preço às populações, às emprêsas de transporte, às emprêsas industriais e para mecanização dos meios de produção.

2) — Delineamento e localização de usinas geradoras hidro e termo-elétricas.

3) — Delimitação das zonas de influência e interligações de sistemas elétricos.

Quarta Comissão — *Planejamento Industrial.*

1) — Contribuição da engenharia à planificação industrial — Planejamento das necessidades nacionais — Geografia industrial — Problemas de transporte das matérias primas e produtos manufaturados — Planos de financiamento e operações de crédito.

2) — Padronização dos produtos da indústria.

3) — Pesquisas técnicas e laboratórios.

a — Indústrias extrativas

1) — Planos de prospecção e carta geológica do Brasil.

2) — Industrialização dos produtos vegetais.

3) — Industrialização dos produtos minerais — Distilação.

4) — Problema específico da borracha.

b — Indústrias de produtos vegetais e animais

1) — Produtos de origem animal: lã, sêda, etc.

2) — Produtos de origem vegetal: celulose, madeira, resinas, óleos, etc.

3) — Produtos alimentícios — Frigoríficos.

c — Indústrias de base

1) — Metalurgia de primeira fusão: ferro gusa, ferro-ligas, alumínio, magnésio níquel, chumbo, estanho, etc. — Viabilidade e localização das indústrias.

2) — Indústrias químicas: — ácidos (sulfúrico, nítrico e clorídrico). Bases alcalinas (soda cáustica, potassa e amônia) — Explosivos — Adubos — Viabilidade e localização das indústrias.

3) — Outras indústrias de base. — Cimento, em especial.

d — Indústrias pesadas

1) — Metalurgia de segunda fusão — ligas.

2) — Indústria de material de transporte — Material ferroviário, automóveis aviões e navios — Viabilidade e localização das indústrias.

3) — Indústria mecânica: máquinas motrizes e operatrizes — Viabilidade e localização das indústrias.

4) — Indústria de material elétrico.

e — Indústrias de transformação

1) — Evolução das indústrias de transformação.

2) — Fontes de novas matérias primas para as indústrias de transformação.

Quinta Comissão — *Planejamento Rural.*

Contribuição da engenharia à planificação rural — Planejamento das necessidades nacionais — Localização das indústrias de agropecuária — Problemas dos transportes rurais. — Planos de financiamento e operações de crédito agrícola.

a — Engenharia rural

1) — Saneamento rural — Obras hidráulicas — Irrigação.

2) — Eletrificação rural.

3) — Produção de energia em pequenas usinas.

4) — Mecanização da lavoura.

5) — Instalações rurais, ensilagem e armazenamento, câmaras de expurgo.

6) — Transportes rurais — Extensão das rodovias e ferrovias para novas zonas de colonização.

7) — Defesa e incremento da riqueza florestal.

8) — Proteção do solo — Defesa contra a erosão — Fertilização.

9) — Cooperativismo rural.

Sexta Comissão — *Planejamento Urbano.*

Contribuição da engenharia à solução dos problemas da habitação, transporte, comunicação e abastecimento dos centros urbanos.

b — Engenharia urbana

1) — Estruturação e remodelação das cidades: Plano diretor, zoneamento, legislação.

2) — Saneamento urbano: água e esgotos, resíduos, necrópoles.

3) — Habitação e construções urbanas.

4) — Circulação e transporte urbanos.

5) — Energia e comunicações urbanas.

6) — Serviços de utilidade pública: concessão exploração e financiamento.

7) — Evolução das cidades: — Elaboração, contrôle, financiamento, execução dos planos de urbanização.

Sétima Comissão — *Planejamento dos Transportes e Comunicações.*

1) — Contribuição da engenharia à planificação dos transportes — Plano geral de viação nacional (Transportes de superfície e aéreos). — Coordenação dos transportes — Planos de execução das rêdes de transportes — Financiamento.

2) — Legislação dos meios de transportes e comunicação.

3) — Tributação das áreas marginais das estradas.

a — Estradas de ferro

1) — Administração pública ou privada — Entidades autárquicas — Nacionalização das emprêsas — Uniformidade administrativa.

2) — Problemas do combustível — Planificação da eletrificação, lenha e reflorestamento — Carvão nacional — Óleo combustível.

3) — Normas técnicas — Material fixo e rodante. Padronização do material — Oficinas — Traçados — Problemas e conservação — Unidade técnica.

4) — Exploração comercial — Política tarifária — Problemas do tráfego.

5) — Fundo ferroviário de renovação e conservação.

b — Estradas de rodagem

1) — Administração rodoviária federal e estadual — Unificação de emprêsas — Pequenos transportadores.

2) — Problemas do combustível — Gasolina — Álcool-motor e gasogênios — Óleos Diesel.

3) — Normas técnicas — Veículos — Padronização do material — Superfície de rolamento — Problemas de conservação — Unidade técnica.

4) — Exploração comercial — Política tarifária e problemas de trânsito.

5) — Fundo rodoviário de conservação e construção.

c — Portos e navegação

Navegação interior

1) — Administração — Entidades autárquicas — Uniformidade administrativa.

2) — Problemas do combustível — Lenha — Óleo — Carvão.

3) — Normas técnicas — Renovação da frota. Regularização de rios. Construção e aparelhamento dos portos — Estaleiros — Unidade técnica.

4) — Exploração comercial — Política tarifária — Problemas do tráfego.

5) — Fundo de conservação e renovação.

Navegação marítima

1) — Administração — Entidades autárquicas — Unificação de emprêsas — Uniformidade administrativa.

2) — Problemas do combustível.

3) — Normas técnicas — Renovação da frota — Frota carvoeira e petroleiros — Linhas de navegação — Construção e aparelhamento dos portos — Dragagem — Estaleiros — Unidade técnica.

4) — Exploração comercial — Fretes marítimos e tarifas portuárias — Problemas do tráfego marítimo, de cabotagem e a longo curso.

5) — Fundo de conservação e renovação.

d — Aeronáutica

1) — Administração — Uniformidade administrativa — Razões para o interêsse do Estado no transporte aéreo — Monopólio e competição.

2) — Problemas do combustível.

3) — Renovação da frota aérea — Manutenção — Sobressalentes — Estudo, localização e construção de aeroportos e estabelecimento de rotas aéreas — Concessões — Unidade técnica.

4) — Exploração comercial — Política tarifária — Problemas do tráfego.

5) — Rádio-comunicação e meteorologia aplicadas à aeronáutica.

6) — Fundo de conservação e renovação.

e — Comunicações

1) — Comunicações postais, telegráficas e telefônicas. Ampliação do correio aéreo e da rêde telegráfica — Problemas das tarifas.

2) — Rádio-comunicações — Plano geral para a extensão da radiotelegrafia e radiotelefonia, nacional e internacional — Problemas das tarifas — Rádio-difusão e televisão.

3) — Comunicações telegráficas, telefônicas, rádio-comunicações e sinalização nas emprêsas de transportes.

Oitava Comissão — *Planejamento do Ensino Técnico e Profissional.*

1) — Contribuição da engenharia à elevação do nível intelectual dos profissionais e técnicos, a fim de lhes ser assegurada vida e bem estar social compatíveis com a missão que devem cumprir.

2) — Educação generalizada: Formação moral e cultural.

3) — Financiamento do ensino — Subvenções, pública e particular, do ensino — Autarquia das universidades dos diversos graus — Ensino gratuito — Bôlsas de estudos.

4) — Material didático — Livros, publicações.

5) — Estruturação e articulação do ensino técnico e profissional de todos os graus.

a — Ensino profissional

1) — Estruturação do ensino profissional.

2) — Estudo das sugestões da 2.ª Convenção Nacional de Engenheiros (São-Paulo — 1940).

3) — Formação de professôres e mestres de serviço.

4) — Seleção profissional.

5) — Artesanato.

6) — Aprendizagem prática e remunerada.

b — Ensino da engenharia

1) — Estruturação e reforma do ensino da engenharia.

2) — Estudo das sugestões da 3.ª Convenção Nacional de Engenheiros. (Belo-Horizonte — 1942).

3) — Estabelecimentos de ensino.

4) — Laboratórios e estações experimentais.

5) — Formação de professôres.

6) — Ensino extra-curricular.

7) — Aprendizagem prática e remunerada.

8) — Definição do campo das diversas especialidades da engenharia.

9) — Revisão das regulamentações da classe e do ensino da engenharia.

Nona Comissão — *Planejamento da Mão de Obra.*

1) — Contribuição da engenharia à formação e aperfeiçoamento do fator humano, dentro de um adequado regime de justiça social.

2) — Problemas do pessoal — Direitos e deveres.

3) — Política imigratória — Colonização e integração do trabalhador alienígena na coletividade nacional — Zoneamento — Legislação.

4) — Mecanização do Trabalho.

5) — Aproveitamento das terras que circundam os grandes centros urbanos e industriais.

6) — Educação e higiene das populações rurais e urbanas.

7) — Assistência e previdência social — Plano para construção de habitações populares.

8) — Remuneração do trabalho — Participação nos lucros.

9) — Contrato e remuneração dos técnicos.

10 — Combate ao pauperismo.

11) — Organização do trabalho — Leis trabalhistas e sindicalização.

☆

I Congresso Médico-Social

DECLARAÇÕES DO SR. HUMBERTO PASCALI SÔBRE POLÍTICA SANITÁRIA, CLIMA E DOENÇA — A propósito do I Congresso Médico-Social, que será realizado no mês de julho corrente na cidade do Salvador, na Bahia, o Sr. Humberto Pascali, diretor dos serviços médicos estaduais do interior e autor de uma tese a ser lida ao Congresso, concedeu à imprensa daquela capital uma entrevista na qual focalizou os principais problemas relacionados com a política sanitária e com o clima e a doença. Disse inicialmente, o Sr. Humberto Pascali: — "Se fôssemos discorrer sôbre o que há de interessante na aproximação e no convívio dos médicos — aproximação e convívio que os congressos — entre os quais o anunciado para muito breve, na Bahia — possibilitam

e elevam ao seu mais alto sentido, ver-nos-íamos na contingência de bordar comentários em tôrno da impregnação da cultura. E teríamos que acentuar, de início, a necessidade de um contacto mais íntimo dos portadores da cultura médica, para a justa e harmônica distribuição dos conhecimentos em função do meio e da época.

Com efeito, avolumando-se dia após dia, o acervo dêsses conhecimentos e multiplicando-se de momento a momento as contribuições vindas de um atento estudo levado a efeito nos diferentes meios em que as atividades humanas que desdobram, constitui um imperativo ao qual não podemos fugir, sem risco de permanecermos estarrecidos na mesmice das coisas já transitadas em julgado, êsse a que aludimos e que respeita à interação da cultura.

É bem verdade que os livros e as revistas criam vínculos indissolúveis e abatem as fronteiras geográficas, fazendo desaparecer as distâncias e amalgamando as inteligências. Não menos certo é, porém, que, como a continuidade especial, a continuidade espiritual só se completa inteiramente quando os hiatos existentes aqui e ali se enchem não por meras adições destinadas apenas a ocupar-lhes o vazio, mas pela sobreposição intencional e calculada de elementos que se lhes adaptem perfeitamente e que permitam uniformidade de orientação ao todo, bem como a revelação dêste como uma coisa una e indivisível.

Na Bahia, cujas formosas tradições e cujo espírito de civismo tanto nos seduzem, estaremos com o propósito de trocar idéias sôbre o que a higiene oferece de mais interessante do ponto de vista brasileiro".

POLÍTICA SANITÁRIA — "Isto se torna essencial ao desenvolvimento da política sanitária de que estamos cuidando —, continuou o Sr. Humberto Pascali. Assegurar a assistência médica reclamada pelo povo brasileiro, principalmente por aquêles que labutam no recinto das indústrias e no recesso tranqüilo das fazendas, é dever de todos. Mas êsse é sobretudo um encargo de que devem desobrigar-se, antes de mais ninguém, os que, como nós dedicam todo o seu tempo à prática ininterrupta e entusiástica da defesa comum contra os males que nos rondam. Se já nos encontramos nos caminhos dessa jornada, desejamos entender-nos e escolher as melhores veredas, unindo-nos em tôrno de medidas e não sòmente ao redor de doutrinas e dogmas. Um dos caminhos que se nos afigura susceptível de ser trilhado com segurança, é o que leva o povo à composição de uma atmosfera psicológica própria para a vitoriosa adoção das providências sanitárias.

Repugna-nos a idéia de que só por meios coercitivos chegaremos a obter os melhores fins, quando é absolutamente certo que através de um trabalho lento, mas pertinaz e persuasivo de propaganda e educação sanitária, poderíamos criar no país um clima favorável ao desenvolvimento dos trabalhos de prevenção contra as moléstias. Neste passo uma grande tarefa caberá aos professôres: agindo sôbre a criança no momento em que ela se encontra no mais elevado nível de plasticidade psíquica, muito conseguirão os mestres mesmo porque quase nada lhes será possível obter, se, tomando a seu cargo crianças enfêrmas, insistirem em transmitir-lhes conhecimentos escolares".

CLIMA E DOENÇA — "Como contribuição ao congresso da Bahia, procuramos desenvolver o tema intitulado: clima e doença.

É por demais velho e sediço o conceito de que o meio interfere no aparecimento e na evolução das doenças. Já na antigüidade se falava de mefitismo, miasmas e gênios epidêmicos. Essas falsas concepções se substituíram, hoje, por conclusões fundadas em estudos pacientemente elevados a efeito e em observações cuidadosamente coligidas. Na Divisão que nos cabe a honra de dirigir, estamos presentemente empenhados em constatar o ciclo estacional das doenças. Para êsse fim articulamo-nos com a Delegacia Regional de Meteorologia e organizamos um boletim do qual constam os dados epidemiológicos e as incidências meteorológicas. Mediante um confronto inteligente, chegaremos a determinar, com a maior segurança, as interdependências existentes entre o clima e as moléstias.

Não se trata de um trabalho passível de se completar num mês ou num ano, mas de uma investigação que demanda muito tempo e dedicação. O certo é, porém, que nutrimos a esperança de chegar a deduções felizes em tão importante assunto".

O HOMEM E O MEIO FÍSICO — " A velha doutrina do fatalismo geográfico de Ratzel, segundo a qual o homem seria um escravo do meio físico, não resistiu às curiosas investigações de Vidal de La Blache e de sua escola antropogeográfica. Ninguém duvida de que, efetivamente o homem está sujeito às interferências ponderáveis do solo, do ar, da luz, da nebulosidade atmosférica, das precipitações pluviais, do maior ou menor teor da riqueza microbiana do mundo externo. Sabe-se, porém, que longe de reagir passivamente a essas intercorrências, o indivíduo oferece, aos estímulos vindos de fora, reações conscientes e superiores. E como, no particular, o homem não é um mero registrador, mas, sobretudo, um integrador, modifica o mundo em que vive e passa a ser criador no seio da criação".

CLIMA E EPIDEMIOLOGIA — "Graças também, à valiosa colaboração do Sr. Lucas Junot, M. D. diretor da Delegacia Regional de Meteorologia de São-Paulo, os estudos que estamos realizando em tôrno das condições climáticas de 43 localidades do interior ensejar-nos-ão preciosas lições sôbre tão palpitante problema. As conquistas já registradas pela higiene, autorizam a suposição de que, mais anos menos anos, lograremos alcançar a mais completa vitória sôbre o meio. Não poderiam os norte-americanos rasgar o canal do Panamá, se não fôra a higiene, a porfia do homem com as adversidades do mundo externo, o domínio da ciência sôbre os males que nos rondam e, concomitantemente, a pertinácia no esfôrço. Também nós não teríamos saneado a Baixada Fluminense nem aberto a linha Mairinque-Santos, se nos faltassem meios de ação contra a malária e as demais endemias reinantes".

DEFESA DO TRABALHO RURAL — "No Congresso da Bahia vários assuntos serão tratados. De nossa parte além da questão referente a clima e doença, estudaremos, com os nossos colegas ali reunidos, o magno problema da defesa sanitária das populações rurais. Êste é, sem nenhuma dúvida, um dos assuntos de maior relêvo no Brasil. O êxodo das populações, contra o qual se vêm levantando tantos brados, tem raízes profundas na carência dos recursos sanitários com que assistimos aos que batalham no campo. Proporcionar aos trabalhadores agrícolas meios que os coloquem ao abrigo das endemias e da subnutrição, é realizar obra de sabedoria política que nenhum espírito verdadeiramente democrático poderá deixar de louvar. Êsses e outros temas serão

debatidos no conclave de Salvador, para onde nos dirigimos, todos, animados da melhor fé patriótica, sendo certo que o êxito do conclave está de antemão assegurado pelo valor incontestável e pelos altos méritos dos relatores designados pelo egrégia Comissão Executiva do Congresso" — terminou o Sr. Humberto Pascali.

*

I CONGRESSO SUL-AMERICANO DE PETRÓLEO

O Conselho Internacional Permanente do Instituto Sul-Americano de Petróleo em sua terceira reunião realizada em Buenos-Aires, deliberou efetuar o I Congresso Sul-Americano de Petróleo em janeiro de 1947, na cidade de Lima.

Para participarem dêste Congresso serão convidadas as entidades públicas e privadas, vinculadas com a industrialização e distribuição de petróleo e seus derivados nos países latino-americanos e nos Estados-Unidos, assim como nos institutos de ensino e os membros ativos do I.S.A.P. Assim, pode prever-se desde já que o congresso de Lima constituirá uma das reuniões importantes de técnicos relacionados com a indústria petrolífera que até hoje se tem realizado na América do Sul.

O Comitê Executivo no I.S.A.P., com sede em Montevidéu, assim como a Secção Peruana do I.S.A.P., com sede em Lima têm a seu cargo a organização do Congresso, cujos detalhes serão ultimados em uma reunião do Conselho Internacional Permanente do Instituto Sul-Americano de Petróleo, a realizar-se em março de 1946 na cidade de Santiago do Chile, sede da Secção Chilena do Instituto.

Presentemente, o Comitê Executivo do I. S.A.P., está preparando o regulamento e temas do citado Congresso.

*

IX CONGRESSO BRASILEIRO DE EDUCAÇÃO

Realizou-se, no Rio-de-Janeiro, no período de 22 a 28 de junho último o IX Congresso Brasileiro de Educação, promovido pela Associação Brasileira de Educação.

O primeiro reuniu-se em Curitiba, em 1927 e os demais nas cidades de Belo-Horizonte, São-Paulo, Vitória, Rio-de-Janeiro, Fortaleza e Goiânia, êste em 1942, em tôrno da educação rural.

A sessão de instalação realizou-se no dia 22, falando como presidente da A.B.E., o Prof. Raul Bittencourt, da Faculdade Nacional de Filosofia e, como congressista, o Prof. Miguel Osório de Almeida, das Academias Brasileiras de Letras e de Ciências.

A sessão solene de encerramento do Congresso verificou-se no dia 28, sob a presidência do Prof. Raul Bittencourt que dando início à sessão, convidou para fazer parte da mesa, o embaixador da França, general François d'Astier de la Vigerie e representantes culturais dos Estados-Unidos, Chile, México, professôres William Rex Crawford, Salvador Fuentes Vega, Gabriela Mistral e Palma Guillem, que se encontravam presentes, bem como os professôres Lourenço Filho, Carneiro Leão, Fernando de Azevedo, oradores oficiais, e Alice Flexa Ribeiro, Meneses de Oliveira e Massilon Sabóia presidente da Associação Brasileira de Educação. Depois de aprovadas as moções que se encontravam sôbre a mesa, o presidente deu a palavra ao Prof. Fernando de Azevedo, falando depois, o Prof. Carneiro Leão. O embaixador da França comunicou, a seguir, que desejava enviar ao govêrno do seu país cópia das conclusões a que chegou o IX Congresso Brasileiro de Educação como sugestões à reforma educacional que se prepara na França. Por fim usou da palavra o presidente do Congresso, Prof. Raul Bittencourt, que agradeceu a presença de autoridades e congressistas e congratulou-se com a Associação Brasileira de Educação pelo bom êxito alcançado pelo certame.

AS MOÇÕES APROVADAS — 1) — Os educadores brasileiros reunidos no *Nono Congresso Brasileiro de Educação* juntam o seu apêlo ao de outras classes para que todo o povo preste aos heróicos soldados da Fôrça Expedicionária Brasileira, no seu regresso à Pátria as maiores homenagens demonstradoras da sua imorredoura gratidão aos irmãos que conquistaram, no campo de batalha, o direito de todos sermos livres. E os educadores brasileiros aqui reunidos, de público, tomam o compromisso com os heróicos irmãos que envergam as fardas da FEB — oficiais soldados, aviadores, marinheiros e enfermeiras — de que tudo farão para que a vitória que êles souberam conquistar, nos campos de luta, não nos fuja durante a paz. Os educadores nacionais tomam assim, o compromisso de trabalhar resolutamente para que a democracia — o govêrno do povo pelo povo — seja uma realidade no Brasil, pois foi para isso que muitos morreram e que tantos se sacrificaram.

2) O IX Congresso Brasileiro de Educação presta uma justa e merecida homenagem à memória de um dos maiores soldados da democracia: Franklin Delano Roosevelt, o estadista-educador. Poucos homens públicos no mundo já demonstraram tanta fé no poder da educação e, por isso mesmo, poucas figuras no mundo já fortalecerâm tanto o regime democrático. Reconhece que nenhum meio mais acertado para homenagear a memória de tão exemplar guia do povo do que criando e instalando escolas nas diversas unidades da Federação com o nome de Franklin Delano Roosevelt, cuja vida tôda é um exemplo para as novas gerações brasileiras.

3) O IX Congresso Brasileiro de Educação, ao encerrar os seus trabalhos, deseja agradecer a preciosa e inestimável colaboração que recebeu da imprensa brasileira, e, ao mesmo tempo, exaltar quanto a educação nacional deve a ela. Reconhecendo que o momento exige um esfôrço de tôdas as fôrças vivas da Nação, formula um apêlo a todos os jornais brasileiros, para que criem secções especializadas de assuntos relativos à educação, pois assim mais ràpidamente se formará a opinião pública, em tôrno da educação, um dos passos julgados vitais para a solução dêste problema do povo.

4) O IX Congresso Brasileiro de Educação, levando em conta as fontes de nossa cultura, as afinidades que nos ligam aos povos de origem latina, o esplendor do espírito francês e as históricas reivindicações de liberdade que tiveram por berço a França, traduz o anseio de que essa grande nação, restabelecida em sua autonomia e no culto fervoroso dos ideais democráticos, intensifique, dentro da larga compreensão da fraternidade universal, as tradicionais relações de cultura e de sentimento com o Brasil, cujo povo se habituou a admirar os legítimos valores daquela nação.

5) Os educadores brasileiros, reunidos no IX Congresso Brasileiro de Educação, certos de interpretarem os anseios do povo do Brasil, testemunham aqui a sua profunda gratidão aos educadores inglêses, soviéticos e norte-americanos, mestres dos cidadãos que tão profundo sentimento de amor à liberdade demonstraram a todo o mundo, nos dias em que a liberdade de todos os povos dependeu sobretudo da sua fibra — pela decisiva cooperação que tiveram

na construção da Vitória. Foi a ação inglêsa, soviética e americana do norte que deu, às Nações-Unidas, o tempo necessário para organização dos exércitos libertadores que esmagaram as fôrças do mal e levaram aos elementos de resistência dos países ocupados a flama que os alimentou até o momento decisivo. Tudo isso dependeu dos cidadãos admiráveis que os educadores — os verdadeiros construtores das nações — souberam preparar. A êles, pois, a gratidão dos educadores brasileiros.

6) O IX Congresso Brasileiro de Educação, ao encerrar os seus trabalhos, agradece a valiosa e inestimável colaboração recebida da Associação Comercial do Rio-de-Janeiro, que colocou tôdas as suas dependências à disposição da Comissão Organizadora, irmanando-se assim com a causa dos educadores nacionais. O Congresso, juntamente com o seu sincero agradecimento à Associação Comercial, na pessoa do seu ilustre presidente, Sr. João Daudt de Oliveira, aproveita a oportunidade para exaltar o exemplo que a Associação Comercial vem dando, na atual administração, cuidando com especial carinho de dar educação aos moços que se destinam ao comércio carioca, gratuitamente, para os que não podem pagar, no que demonstra uma compreensão magnífica do seu papel na formação brasileira. O IX Congresso Brasileiro de Educação exalta esta compreensão e faz votos para que outras associações sigam o exemplo da Associação Comercial do Rio-de-Janeiro.

7) O IX Congresso Brasileiro de Educação torna público o seu agradecimento ao Serviço Especial de Saúde Pública, órgão nascido da cooperação dos Estados-Unidos e do Brasil, pela colaboração prestada para o êxito do certame, constante da exposição denominada "Educação para a Saúde". Aproveita o ensejo para exaltar a compreensão dos técnicos do SESP que, desejando fazer obra permanente em prol da saúde do povo brasileiro, cuidam, em primeiro plano, da educação. O aproveitamento do cinema, do rádio, dos cartazes e da especialização de técnicos no país e no estrangeiro é uma diretriz que garante o êxito da campanha que interessa de perto a todos os brasileiros.

8) O IX Congresso Brasileiro de Educação, que tomou a si a tarefa de fixar os princípios e corolários da educação democrática, recorda, nesta hora, a grande obra realizada no ensino público do Distrito-Federal durante a gestão do Sr. Anísio Teixeira, cuja clarividência de pensador e administrador procurava, por todos os meios, afastar da educação da capital do país, as deformações nazistas que ameaçavam dominar o mundo. A êsse companheiro admirável, hoje recolhido à vida privada no interior do Estado da Bahia, deve-se levar, por esta moção, a expressão de afeto de seus amigos e admiradores aqui reunidos e os protestos de gratidão em nome dos educadores, ao mesmo tempo que uns e outros, nesta sessão plenária, fazem votos para que, à semelhança do retôrno à cátedra de ilustres professôres, recentemente verificado, volte também o Sr. Anísio Teixeira às atividades educacionais, como mestre e como técnico, para continuar a servir ao Brasil.

9) O IX Congresso Brasileiro de Educação, tendo notícia de que a Academia Brasileira de Letras acaba de conferir o prêmio Machado de Assis à notável obra *Cultura Brasileira*, síntese admirável da formação espiritual do Brasil e de suas iniciativas educacionais, congratula-se, em sessão plenária, com o seu autor, o Prof. Fernando de Azevedo, educador dos mais eminentes, pela distinção recebida, e com a Academia, pela resolução que, evidenciando o mérito de um trabalho, testemunha também o seu aprêço e justiça, ante as legítimas manifestações do pensamento brasileiro.

10) O IX Congresso Brasileiro de Educação, reconhecendo a necessidade de assistência técnica da União aos diversos Estados, lembra aos Poderes Públicos, a instalação das Delegacias Federais de Educação, criadas em 1937, e ainda hoje não instaladas.

11) O IX Congresso Brasileiro de Educação manifesta seu contentamento pelo fato de haver sido eleito, para a Academia Brasileira de Letras, o professor A. Carneiro Leão, sociólogo e educador de largo merecimento, autor de primorosos estudos no campo das ciências sociais e da educação, animador da cultura e administrador de ensino com reais serviços prestados, incansável doutrinador dos mais puros ideais da democracia e da fraternidade humana.

12) O IX Congresso Brasileiro de Educação manifesta-se pela extinção de instituições criadas durante a vigência da Carta de 10 de novembro, sob a inspiração e modêlo de sistemas educacionais fascistas, tais como: A Juventude Brasileira (Decretos-leis ns. 2 072; 2 101, etc.) e o Departamento de Educação Nacionalista (Prefeitura do Distrito Federal).

13) O IX Congresso Brasileiro de Educação, levando em conta a grave situação da evasão escolar e do número sempre crescente de adultos analfabetos, lembra aos Poderes Públicos, o aproveitamento de todos os veículos de educação popular como a radiodifusão, a cinematografia, o teatro, etc., num órgão de difusão cultural, como existe hoje em todos os países progressistas, dedicado exclusivamente ao trabalho da educação do povo, sem qualquer preocupação pessoal ou política.

Tal órgão seria também a voz do Brasil perante o mundo, demonstrando o nosso desenvolvimento cultural e artístico através daqueles veículos de educação, sem a condenável mistura das propagandas de natureza comercial ou política.

14) O IX Congresso Brasileiro de Educação saúda a pessoa do Prof. Edgar Sussekind de Mendonça, um dos líderes da educação democrática do país, e faz votos para que retorne à cátedra no Instituto de Educação, de que foi sumária e injustamente demitido.

15) O IX Congresso Brasileiro de Educação, reconhecendo a importância capital da educação no desenvolvimento de qualquer plano ou projeto de reorganização nacional, formula um apêlo a todos os partidos políticos nacionais para que incluam a educação entre os seus objetivos primordiais. Lança a idéia da bandeira da Mobilização Nacional para a Educação, pois só com esta amplitude e com o apoio de tôdas as fôrças vivas da Nação, julga possível uma solução do problema que interessa a todos os brasileiros, sem distinção de côr, credo ou posses econômicas. Pela sua Comissão Permanente oferece colaboração técnica a qualquer partido político interessado no problema da educação, pois não encara a educação como um problema de partido, mas um problema da coletividade, um problema do povo.

*

Unidades Federadas

ESPÍRITO-SANTO

DENOMINADO "PALÁCIO ANCHIETA" A SEDE DO GOVÊRNO DO ESTADO — Pelo interventor federal no Estado do Espírito-Santo, foi assinado o Decreto n.º 15 888, de 8 de junho de 1945, denominando "Palácio Anchieta" o edifício em que está instalada a sede do govêrno do Estado.

★

GOIÁS

PESQUISAS GEOLÓGICAS NO SUDOESTE GOIANO — Vários geólogos brasileiros e britânicos efetuaram estudos no sudoeste goiano, constatando em diversos municípios a ocorrência de numerosas camadas de betume em terrenos do sistema permiano, concluindo pela existência nos calcáreos da serra do Caiapó de certas cavidades e fendas impregnadas de um composto negro, pastoso, bastante parecido com o petróleo, massa essa que, lançada ao rio, espalha como o óleo lubrificante, manchas multicores no líquido. Tais estudos basearam-se nas pesquisas de Thompson Dackers, Harrison Schmidt e Guilherme Milward, aquêles professôres universitários da Inglaterra e o último catedrático da Faculdade de Medicina, em São-Paulo, que assinalaram no sistema permiano do sudoeste de Goiás camadas de betume nas quais quase sempre ocorria o asfalto, indício seguro da existência de depósitos petrolíferos.

☆

PROLONGAMENTO DO CHACO BOREAL — Em Jataí, na fazenda "Neme", distrito de Capão Redondo, verificou-se a existência de 1 200 quilômetros quadrados de terras com sinais evidentes de prolongamento do Chaco Boreal, com as mesmas características, ou sejam as de presença de linhito, folhelhos betuminosos e turfas oleosas. Rezam antigas crônicas que, há milênios, um grande mar cobria o Planalto Central brasileiro, desaparecendo depois pelo fenômeno de deslocamento do eixo terrestre, devido a forte comoção intestina, deixando lagos e pântanos salgados a partir de Goiás, em Mato-Grosso e até nos Chacos do Paraguai e da Bolívia. Neste mar formou-se o petróleo em quantidade bastante, pela transformação da matéria sob a ação de organismos unicelulares e assim fazendo com que dêsses terrenos jorre espontâneamente e a qualquer momento, muitos litros do combustível precioso.

Zona petrolífera — Pelos relatórios do professor Milward, o ponto de contacto da região do sudoeste de Goiás, com a zona petrolífera é o córrego da Anta, onde se encontram novas formações geológicas. Êsse curso desliza, fraldeando a serra do Caiapó, até confluir com o rio Claro, apresentando em sua bacia terras negras e barrancos de sílex, depósitos de chistos betuminosos e jazigos de sílica argilosa, com forte cheiro de petróleo. Os britânicos Duckers e Schmidt confirmaram a assertiva de Milward e ainda identificaram êsse ponto numa área de 45 mil hectares, afirmando ambos que na direção do norte, na zona em que está situado o ribeirão Estiva, se assinala por sua vez a ocorrência do rico mineral.

★

MINAS-GERAIS

REPRESENTAÇÃO DO ESTADO NAS ASSEMBLÉIAS GERAIS DO C. N. G. E C. N. E. — O Sr. Benedito Valadares, governador do Estado de Minas-Gerais, assinou no dia 14 de junho último um decreto designando o Sr. Hildebrando Clark e o Eng.º Benedito Quintino dos Santos, para representar o Estado nas Assembléias Gerais do Conselho Nacional de Geografia e Conselho Nacional de Estatística, órgãos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, que serão realizadas na Capital Federal, no mês de julho corrente.

★

Departamento Estadual de Estatística

DADOS SÔBRE O COMÉRCIO DE ELETRICIDADE NO ESTADO — Os dados recentemente divulgados pelo Departamento Estadual de Estatística de Minas-Gerais, órgão regional do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, revelam o desenvolvimento alcançado pelo comércio de eletricidade nesse Estado, no decurso do triênio 1940-1942, especialmente neste último ano. Não obstante os embaraços resultantes da conflagração mundial, relativamente à importação do material necessário, registrou-se um novo impulso na indústria elétrica na terra montanhesa.

Os informes contidos no *Boletim* do Departamento revelam a existência, em 1942, de 359 emprêsas dedicadas à explotação da eletricidade e de 411 usinas, fornecendo luz e energia a 275 cidades, 269 vilas e 126 outras localidades mineiras. A iluminação pública nesse ano, era feita por 101 984 focos, e a domiciliar, por 169 653 ligações, consumindo ambas 87 236 244 kWh. Para o fornecimento de fôrça motriz, foram feitas 7 628 ligações, que consumiram 160 999 896 kWh. Das 411 usinas mencionadas, 33 eram térmicas, 3 mistas e 375 hidráulicas, tôdas situadas em território mineiro.

Os algarismos referentes ao aludido triênio compreendem apenas as emprêsas industriais, uma vez que as usinas particulares, destinadas ao fornecimento de luz e fôrça às fazendas, sítios, etc., constituíram objeto de divulgação especial daquele Departamento.

O Estado de Minas-Gerais, é detentor de cêrca de 30% do potencial hidro-elétrico do Brasil, estimado em 19 e meio milhões de cavalos vapor.

★

Escola de Minas de Ouro Prêto

TURMA DE 1945 — MAIS 20 ENGENHEIROS FORMADOS POR UM DOS MAIS FAMOSOS ESTABELECIMENTOS DO PAÍS — Realizou-se no dia 3 de junho passado a colação de grau da turma de 1945 da Escola Nacional de Minas e Metalurgia da Universidade do Brasil, com sede na histórica cidade de Ouro-Prêto, em Minas-Gerais. São mais 20 novos engenheiros que aquêle notável instituto de ensino brasileiro, oferece à grandeza e ao progresso de nossa Pátria.

A solenidade realizou-se no edifício da Escola, presidida pelo seu diretor, professor José Barbosa da Silva, tomando assento à mesa o Dr. Joaquim Henrique Furtado de Mendonça, juiz de Direito da comarca; coronel Asdrúbal Gueier de Azevedo, comandante do 10.º Batalhão

de Caçadores; monsenhor João Barbosa, cônego Trindade, diretor do Museu dos Inconfidentes, localizado naquela cidade; diversos professôres do estabelecimento e de outros institutos de ensino localizados na mesma antiga Vila Rica.

Em nome dos novos engenheiros, usou da palavra o orador da turma, engenheirando Franklin de Andrade Gomes, que interpretou, em cintilante oração, as aspirações e o pensamento de seus companheiros de formatura.

Em seguida, ocupou a tribuna o Dr. Antônio José Alves de Sousa, diretor do Departamento de Produção Mineral do Ministério da Agricultura, que foi o paraninfo da turma. Seu discurso constituiu um primoroso hino a Ouro-Prêto e à Escola de Minas, afirmando, entre outras cousas, serem ambas inseparáveis: — A Escola de Minas, nesta veneranda cidade mineira, constitui o mais genuíno, o mais verdadeiro núcleo universitário do Brasil. Reviveu seu passado de estudante, seus projetos de estudante, seus esforços por diplomar-se como engenheiro em Ouro-Prêto, e concluiu por encorajar seus paraninfados a seguir, resolutos, para a vida prática, tendo como escudo as lições dos mestres de Ouro-Prêto.

Antes da sessão solene, às 9 horas, da manhã, foi rezada missa em ação de graças na Matriz de N. S. do Pilar, e às 10 horas realizou-se romaria ao túmulo do saudoso mestre Dr. Carlos Pinto D'Almeida.

A turma de 1945 da Escola de Minas de Ouro-Prêto é constituída dos seguintes engenheirandos: — Aderbal Castilho, Alberto Barbosa da Silva Filho, Armando Rosa Miranda, Camilo Soares Solero, Carlúcio Barbosa da Silva, Daria Chiaradia, Eônio Aluisius Alves Sartori, Franklin de Andrade Gomes, Geraldo Barbosa Mamede, Geraldo de Oliveira, Gérson Fernandes, Homero Schettino, José Benedito de Oliveira, Lindonor Mota, Luís Alves de Almeida, Luís Gonzaga Pinto, Otávio Santiago, Óton Nascimento, Salustiano de Oliveira e Silva e Sebastião Magalhães Carneiro.

★

Faculdade de Medicina

A ESTANCIA HIDROMINERAL DE ARAXÁ E SUAS INSTALAÇÕES — Realizou-se no dia 13 de junho na Faculdade de Medicina, perante a Sociedade de Biologia de Minas-Gerais, a conferência do Prof. Mário Magalhães sôbre a estância hidromineral de Araxá e suas novas instalações. A sessão foi presidida pelo Sr. Dermeval Pimenta, secretário de Viação e Obras Públicas, tendo sido feita a apresentação do conferencista pelo Prof. Otávio Magalhães.

★

Instituto Histórico e Geográfico

MAIS UMA SESSÃO ORDINÁRIA — Realizou-se no dia 9 de junho último, mais uma sessão ordinária do Instituto Histórico e Geográfico, sob a presidência do Sr. Benedito Quintino dos Santos.

Depois de lidas e aprovadas as atas das duas últimas sessões, passou-se à leitura do expediente.

Passando-se à ordem do dia, o Sr. presidente esclarece que a presente reunião tem por fim deliberar sôbre a organização interna da Secretaria.

Historia, em ligeiras palavras, o muito que já foi conseguido do prefeito Juscelino Kubitschek, que gentilmente, atendendo a solicitação do Instituto, cedeu o salão superior do edifício da Biblioteca Municipal para as reuniões, e o andar térreo para o funcionamento da Secretaria.

Diz que, desde a eleição da atual diretoria, têm prestado inestimável serviço ao Instiutto, gratuitamente, o Sr. Pedro José dos Santos, como encarregado de manter em ordem o quadro social; o Sr. Leme Dias, que tem trazido a seu cargo o expediente geral; e o Sr. Dante Gonçalves Teixeira, da parte da contabilidade.

Estando agora o Instituto com salas próprias, e tudo em ordem, entendeu de convidar os referidos funcionários a comparecerem à reunião a fim de entregarem os respectivos expedientes, em tão boa guarda conservados até agora, e propunha que continuasse como auxiliar da Secretaria, de acôrdo com o deliberado, mediante módica gratificação mensal, o Sr. Pedro dos Santos.

Submetia, pois, à deliberação da casa essa proposta.

Não havendo observações, foi ela aprovada unânimemente, em vista do que o Sr. presidente convidou o mesmo senhor a assinar o têrmo de posse, o que foi feito.

O Sr. Salomão de Vasconcelos, em seguida, ofereceu ao Instituto uma cópia fotográfica do Forte da Pólvora, da Bahia, em cujo muro se acha colocada uma placa de bronze, comemorativa do fuzilamento do padre Miguelinho, do padre Roma e do redator do manifesto de 1817, que deu em resultado a sedição dêsse ano, em Pernambuco, visando a independência do Brasil.

O padre Pedro Vidigal ofereceu a seguir ao Instituto um exemplar do seu livro de estréia — *Amador Bueno — o aclamado* — que acaba de sair da Imprensa Nacional sendo saudado, ao concluir, com prolongados aplausos, tendo o Sr. presidente se congratulado com o autor e agradecido a preciosa oferta.

O Sr. Geraldo Dutra de Morais, com a palavra, lembrou que o Arquivo Público Mineiro completará a 11 de julho próximo o 50.º aniversário de sua fundação. Tratando-se de um estabelecimento que merece o carinho de todos os historiadores e intelectuais, propunha que se comemorasse condignamente o fato, com uma sessão solene.

Aprovada a sugestão, o Sr. presidente, depois de emprestar tôda a sua adesão à proposta nomeou uma comissão composta do orador, do Sr. Salomão de Vasconcelos e do padre Pedro Vidigal, a fim de se entender prèviamente com o diretor do Arquivo Público, Sr. Oscar Bhering, sôbre o melhor meio de se levar adiante a comemoração proposta.

O Sr. Aristóteles Alvim, com a palavra, inteirou a casa do cumprimento que deu, como delegado do Instituto, à sua representação junto ao Congresso de Esperanto, últimamente realizado no Rio-de-Janeiro.

O Sr. presidente congratulou-se com o Instituto pela acertada escolha do Sr. Aristóteles Alvim para representá-lo no Congresso Esperantista e felicitou o orador pela bela exposição que acabava de fazer.

O Sr. Geraldo Dutra de Morais encaminhou à mesa um exemplar da obra do frei Jacinto de Palazolo — *Nas selvas do Mucuri e do rio Doce* — trabalho notável, elucidativo do desbravamento daquela importante região mineira, e um exemplar da brochura — *Algumas verdades sôbre o descobrimento do Brasil* — da lavra do nosso consócio comandante Oliveira Belo, ofertas essas que foram recebidas com especial agrado.

Finalmente, o Sr. Geraldo Dutra de Morais propôs que se oficiasse ao Sr. Presidente da República, congratulando-se com Sua Excia. pelo decreto de criação do Museu do Ouro, em Sabará, o que foi também aprovado.

*

PERNAMBUCO

VIAGEM DE INSPEÇÃO DO MINISTRO DA AGRICULTURA E DE VÁRIOS TÉCNICOS AOS TRABALHOS DE FUNDAÇÃO DO 1.º NÚCLEO AGRO-INDUSTRIAL NAS MARGENS DO SÃO-FRANCISCO — O ministro da Agricultura acaba de realizar mais uma viagem de inspeção aos trabalhos de fundação do primeiro núcleo agro-industrial nas margens do rio São-Francisco, em Petrolândia, bem como de visitar, outra vez, a cachoeira de Paulo-Afonso. Uma comitiva de autoridades e técnicos, civis e militares, acompanhou o titular da Agricultura, recolhendo a melhor das impressões quanto à marcha da organização da cidade agro-industrial e quanto às possibilidades de aproveitamento da famosa cachoeira. Os esforços que vem desenvolvendo o ministro Apolônio Sales para coneretizar o maior ideal econômico do Nordeste foram, assim, devidamente apreciados e patriòticamente apoiados por brasileiros dos mais ilustres e competentes, reconhecendo todos a necessidade urgente da realização do grandioso plano. O projeto apresentado pelo ministro da Agricultura está em sua última fase de estudos na Comissão de Planejamento Econômico. O seu relator, coronel Hélio Macedo Soares, integrante da comitiva que estêve na região do São-Francisco, em discurso que lá proferiu, mostrou-se vivamente entusiasmado com o que observara, afirmando que dará tôda a sua colaboração a êsse empreendimento, de tão urgente necessidade e tamanha significação econômico-social.

*

RIO-DE-JANEIRO

Diretório Regional de Geografia

HOMENAGEM À MEMÓRIA DO MINISTRO JOSÉ MATOSO MAIA FORTE — CONCURSO DE MONOGRAFIAS — Na Secretaria de Obras Públicas do Estado do Rio de Janeiro, reuniu-se no dia 6 de junho último o Diretório Regional de Geografia, presidindo os trabalhos o Sr. Luís de Sousa.

Estiveram presentes, membros efetivos, funcionários das diversas Secretarias, representantes da família Matoso Maia Forte e outras pessoas gradas, sendo resolvidos vários assuntos e prestadas homenagens especiais em memória dos antigos membros do Diretório — o ministro José Matoso Maia Forte e o Sr. Augusto Guigon.

Lida e aprovada a ata, foi também lido o relatório de 1944, trabalho de autoria do Sr. Luís de Sousa.

Com a palavra o Sr. Luís Palmier, depois das referências a êsse relatório, fêz as seguintes comunicações:

O engenheiro Luís de Sousa foi agraciado com uma medalha de bronze pela Sociedade de Geografia do Rio-de-Janeiro, pela brilhante atuação como delegado no Estado-do-Rio da Comissão Organizadora Central do X Congresso Brasileiro de Geografia;

O Conselho Nacional de Geografia resolveu constituir uma comissão para estudar a regulamentação da profissão de geógrafo e a criação da Faculdade de Geografia.

O Diretório Central do Conselho Nacional de Geografia fêz inserir em ata, da sua última reunião, um voto de profundo pesar pelo falecimento do ministro José Matoso Maia Forte;

O engenheiro Luís de Sousa foi designado pelo interventor Ernane do Amaral Peixoto para representar o Estado-do-Rio na próxima Assembléia Geral do Conselho Nacional de Geografia;

O Diretório Regional se fêz representar no entêrro e nas exéquias do ministro José Matoso Maia Forte, mandando ainda depositar na sepultura uma coroa de flores naturais.

O Sr. Luís de Sousa fêz a indicação do nome do Sr. Mirtaristides Toledo Pisa para integrar o Diretório Regional em substituição ao ministro Matoso Maia Forte, propôs um voto de louvor aos autores dos trabalhos classificados nos primeiros lugares do Concurso de Monografias de 1944, e propôs ainda fôsse inserido, na ata, um voto de congratulações pela eleição do Sr. Luís Palmier para a Academia Niteroiense de Letras.

Procedeu-se, a seguir, à distribuição dos prêmios aos autores classificados nos três primeiros lugares no "Concurso de Monografias de Aspectos Municipais de 1943", sendo entregues os grêmios ao Sr. Luís Palmier, e ao escritor Pedro Guedes Alcoforado, deixando de receber o mesmo o Sr. Décio Ferreira Cretton, por ausente.

Concedida a palavra ao Sr. Américo Seixas, pronunciou êste distinto auxiliar do D.R.G., brilhante discurso de saudação aos autores dos trabalhos premiados.

O Sr. Hardy Guedes Alcoforado fêz o necrológio do engenheiro Sr. Augusto Guigon.

Terminados os trabalhos da ordem do dia, foram prestadas homenagens especiais à memória do ministro Matoso Maia Forte.

Dada a palavra ao Sr. Luís Palmier, coube a êsse membro do D.R.G., fazer a biografia do ilustre historiador e geógrafo, estudando com minúcias tôda a vida dêsse eminente homem de letras e dedicado servidor do Estado e do país, com mais de meio século de extraordinários serviços prestados à coletividade brasileira, em geral, e em particular ao Estado-do-Rio, nos mais elevados cargos, no jornalismo e em muitas outras atividades culturais. Concluí o orador rememorando a frase de Churchill e aplicando a Matoso Maia Forte a mesma, dizendo que "nunca tantos deveram tanto a um só".

Após o agradecimento e referências diversas de um dos filhos do ministro Matoso Maia Forte, falou o juiz Sr. Toledo Pisa, referindo-se em improviso, ao honroso encargo de substituir no Diretório o ilustre intelectual, a cuja memória eram prestadas tão justas homenagens.

Ao encerrar os trabalhos da importante reunião, o Sr. Luís de Sousa fêz também referências aos trabalhos lidos, às homenagens prestadas e ainda aos poderes recebidos do coronel Hélio Macedo Soares e Silva, presidente do Diretório, para terminar congratulando-se com os presentes pelo apoio e auxílios com que sempre o Diretório foi distinguido pelo interventor Ernane do Amaral Peixoto.

*

SANTA-CATARINA

REPRESENTAÇÃO DO ESTADO NA ASSEMBLÉIA GERAL DO C.N.G. — O interventor federal no Estado de Santa-Catarina, designou por Portaria de 1.º de junho último, o secretário do Diretório Regional de Geografia, Eng.º José Nicolau Born, para representar o Estado de Santa-Catarina na Assembléia Geral do Conselho Nacional de Geografia, a instalar-se no dia 3 de julho próximo, na capital da República.

★

SÃO-PAULO

INSTALAÇÃO DE COMARCAS — No dia 13 de junho último, foram instaladas solenemente nas sedes municipais respectivas as comarcas de Quatá, Conchas, Lucélia, Palmital e Votuporanga.

★

Instituto Histórico e Geográfico

SESSÃO COMEMORATIVA DO CENTENÁRIO DO BARÃO DO RIO BRANCO — CONFERÊNCIA DO SR. PELÁGIO LÔBO. — Realizou-se no dia 30 de maio passado uma sessão extraordinária, destinada especialmente a comemorar o centenário do nascimento do barão do Rio Branco.

Ocupou a presidência o Sr. Aguiar Whitaker, 1.º vice-presidente, que abrindo a sessão, expôe o objetivo da solenidade — comemorar o centenário do nascimento do barão do Rio Branco, antigo presidente honorário do Instituto, cujo panegírico ia ser feito pelo Sr. Pelágio Lôbo, sócio efetivo recipiendário que foi saudado pelo Sr. Tito Lívio Ferreira.

A seguir o Sr. Pelágio Lôbo agradece os conceitos elogiosos que lhe haviam sido dirigidos.

Passando a proferir sua conferência, o Sr. Pelágio Lôbo acompanha a vida do biografado desde o lar da família Rio Branco, pobre, de início, no que respeita a riquezas materiais, mas rico em virtudes, e onde o ideal da pátria encontrava os mais lídimos cultivadores. Recorda os anos passados em São-Paulo, quando cursava a tradicional Faculdade de Direito o acadêmico Juca Paranhos, o futuro barão do Rio Branco. Descreve, então, a vida das "Repúblicas" da pacata cidade do planalto, que via perturbado o seu ritmo de tranqüilidade com as patuscadas dos moços estudantes; e as tertúlias em que discutiam temas literários e filosóficos os jovens que em futuro próximo iriam ocupar os postos de responsabilidade na vida intelectual e política do país; Martinico Prado, Fagundes Varela, Ezequiel Ramos, e tantos outros que emprestaram relêvo ao decênio de 60.

Após a formatura, tendo cursado o quinto ano em Recife, e com breve passagem pelo jornalismo e pela política, distinguiu-se Rio Branco no consulado de Liverpool, liberto de injunções políticas e consagrado ao estudo da geografia e da história do Brasil, que tanto lhe seduziam o espírito. Foi quando deu início à grande colheita de documentos para a história do Brasil, que, mais tarde, tanto iriam servir para a defesa dos direitos territoriais do nosso país.

Em exposição breve e cheia de vivacidade, recordou o orador os trabalhos do barão do Rio Branco como advogado do Brasil nos dois pleitos famosos: o do território de Palmas, chamado vulgarmente das Missões, no qual teve como adversário Estanislau Zeballos, que defendia os interêsses da Argentina, e o do Amapá, na linha confinante com o Estado do Pará, em que obteve o reconhecimento dos nossos direitos sôbre 260 000 quilômetros quadrados de território pretendido pela França. A modéstia do barão do Rio Branco e seus sentimentos de alta delicadeza se patentearam no telegrama que passou a Prudente de Morais no dia em que se tornou conhecida a decisão dos árbitros de Berna, dando ganho de causa ao Brasil: "O resultado de hoje é devido em grande parte a V. Ex. Permita-me que o abrace com vivo afeto e reconhecimento".

Como chanceler, no Itamaratí, em boa hora chamado pelo presidente Rodrigues Alves, a atividade do barão do Rio Branco não foi menos fecunda, com a colaboração preciosa de Joaquim Nabuco, Assis Brasil, Gastão da Cunha, Domício da Gama e de uma pléiade de jovens diplomatas que se iam formando em sua escola. O Congresso Pan-Americano de 1906 firmou definitivamente o prestígio do Brasil em relação ao Velho Mundo, a ponto de haver sido êle causa de atrasar-se por um ano a Conferência Internacional de Haia, onde a vitória sem par do nosso representante, Rui Barbosa, foi devida, em partes iguais, ao seu gênio de orador e jurista e à atividade indefesa, junto das chancelarias sul-americanas, do barão do Rio Branco que, do Rio, preparou o nosso êxito no conclave mundial, beneficiando com isso tôdas as nações do continente sul da América.

Detém-se o conferencista, depois, em recordar a última visita do Barão a São-Paulo e sua recepção pela Faculdade de Direito, sem omitir o abraço democrático dado em público ao prêto Clemente, o "Leôncio" da antiga "República" da rua do Meio que, num tom de voz em que traía a sua decrepitude, levantara um viva ao "Dr. Juca Paranhos", a quem servira há meio século.

Depois de historiar o justamente célebre episódio do telegrama n.º 9, em que o barão do Rio Branco desmascarou o espírito de intriga do chanceler argentino, Estanislau Zeballos, contribuindo com o seu desassombro para que a política internacional das demais nações sul-americanas enveredasse, também, pelo caminho da lealdade e da franqueza, trata o conferencista dos últimos meses da vida do grande brasileiro, já consumido pela moléstia a que devia sucumbir a 10 de fevereiro de 1912.

Finalmente, em uma síntese da obra imperecível do barão do Rio Branco, conclui o Sr. Pelágio Lôbo o seu trabalho com a citação da frase lapidar de Rui Barbosa em que se compendia a grandeza da vida do grande brasileiro, tôda ela de trabalhos à pátria: "Deus Términus da nossa integridade territorial".

Com a palavra, o Sr. presidente enaltece o valor da peça que acabava de ser ouvida e dá por encerrada a sessão.

☆

6.ª SESSÃO ORDINÁRIA — CONFERÊNCIA DO CÔNEGO FLORÊNCIO DE CAMARGO SÔBRE A VIDA E A OBRA DE D. VITAL — COMUNICAÇÃO DO PROF. AMÉRICO DE MOURA SÔBRE UMA INTERPRETAÇÃO DAS BULAS DE ALEXANDRE VI — O Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo realizou a 5 de junho último, a sua sexta sessão ordinária, sob a presidência do Sr. Tito Lívio Ferreira que abrindo a sessão, saúda em breve alocução o sócio recentemente eleito, Sr. Luís da Câmara Lopes dos Anjos, que pronunciou um discurso de agradecimento.

A seguir o Sr. Tito Lívio Ferreira comunica o falecimento no mês de maio passado, dos sócios efetivos Sr. José Augusto de Magalhães e Dom Alberto José Gonçalves, dos honorários efetivos Srs. Armando de Sales Oliveira e João Batista Reimão, e do sócio correspondente, general Emílio Fernandes de Sousa Docca, acrescentando que o elogio oficial dos mesmos deverá

ser feito pelo orador oficial do Instituto na sessão de 1.º de novembro, de acôrdo com as disposições estatutárias.

Por proposta do Sr. presidente, foi invertida a ordem dos trabalhos, tendo subido à tribuna o Sr. cônego Paulo Florêncio da Silveira Camargo, que dissertou sôbre o tema: *Dom Vital Maria de Pernambuco, O.F.C. — Reminiscencias de sua vida no centenário do seu nascimento*. Acompanha o conferencista a vida do biografado desde os primeiros estudos na cidade natal de Itambé, sob a direção do padre Generoso Bandeira, onde já se delineara a sua vocação sacerdotal, para transportar-se, depois, para a Europa, na França, onde foi admitido à profissão religiosa, como Capuchinho, o futuro bispo de Olinda, alguns anos mais tarde, haveria de agitar a vida nacional por sua atitude intemerata na luta em que se viu empenhado contra o govêrno e os tribunais civis do Império. Detém-se o conferencista na exposição da denominada questão religiosa, com documentação farta e em parte original, que faz aparecer-nos aquêle processo ruidoso como um dos maiores erros políticos do segundo Império. Merece, ainda, a atenção do conferencista a atitude de Dom Vital em Roma, depois de anistiado, quando foi expor de viva voz ao Sumo Pontífice as particularidades da questão, pouco ou mal conhecida por S. Santidade, em virtude da distância e da capciosidade das informações oficiais. Ruidosa salva de palmas cobriu as últimas palavras do cônego Silveira Camargo.

Com a palavra, o Sr. Américo de Moura, lê um trabalho sob o título: *Interpretação das bulas de 1943*, relativas à linha de demarcação das terras descobertas pelos navegadores portuguêses e espanhóis, para discordar da doutrina dos interpretadores modernos. A linha concedida por Cristóvão Colombo, ou pelos cosmógrafos que influíram com suas luzes na redação do texto, seria de fato um meridiano se tivesse de limitar terras *"versus occidentem"*; teria de ser paralelo, se tivesse de limitá-las *versus meridiem*. Baseado no texto das bulas, conclui o conferencista que ambas as interpretações devem ser rejeitadas, uma vez que a expressão exata *versus occidentem et meridiem* está a indicar com suficiente clareza a direção sudoeste. Partindo dêsse princípio, e tomando como ponto fixo a ilha Brava, do grupo das de Sotavento do arquipélago de Cabo-Verde, traça o Sr. Américo de Moura, no ponto extremo das léguas determinadas no texto da bula pontifícia, uma linha de rumo noroeste-sueste, seguindo bissetrizes de ângulos formados pelo meridiano e pelo paralelo estabelecidos, para delimitar, assim, o que cairia, de direito, na esfera de navegação de cada uma das duas coroas rivais. Isto, para se deduzir do texto da 1.ª bula, de 3 de maio, uma linha de demarcação. Raia análoga, a 100 léguas a S. O. do arquipélago de Cabo-Verde. E, finalmente, como qualquer destas alcançaria território do sul da África, estabeleceu a hipótese de ter surgido a concepção de "370 léguas", de provável tentativa de transferência de semelhante raia oblíqua no prolongamento da distância de 100 léguas até o equador.

O Sr. presidente exalta o merecimento dos trabalhos que acabavam de ser lidos, pedindo que fôssem os originais entregues à mesa para serem publicados na *Revista* do Instituto. Comunica, ainda, que está inscrito, para falar no próximo dia 5 de julho, o Sr. [illegible]enório de Sílos, que discorrerá sôbre o tema: *Francisco Glicério e a proclamação da República em São-José-do-Rio-Pardo*.

Com a palavra o Sr. Bueno de Azevedo Filho, pede um voto de pesar pelo falecimento do general Emílio Fernandes de Sousa Docca, sócio correspondente do Instituto desde 1921.

Ninguém mais havendo feito uso da palavra, foi pelo Sr. presidente encerrada a sessão.

★

CONFERÊNCIA DO PROF. AMÉRICO DE MOURA SÔBRE O DOMÍNIO DO MAR NAS BULAS DE ALEXANDRE VI — O Instituto Histórico e Geográfico de São-Paulo realizou em 25 de junho último, uma sessão extraordinária em que o Prof. Américo de Moura dissertou sôbre o tema: *O domínio do mar nas bulas de Alexandre VI*.

Assumiu a direção dos trabalhos o Sr. Tito Lívio Ferreira, secretariado pelo Sr. Carlos Alberto Nunes em função de 1.º secretário e Sr. Sá Carvalho, 2.º secretário *ad hoc*. Por proposta do Sr. Igor Dolgorukij, aprovada pelos demais sócios, ficou dispensada a leitura da ata da sessão anterior, visto haver sido a mesma publicada na imprensa.

Após declarar a finalidade da sessão, o Sr. presidente dá a palavra ao Sr. Américo de Moura, que passa a dissertar sôbre o tema anunciado. Depois de um apanhado histórico da expansão portuguêsa, desde o início da nacionalidade até ao período áureo dos descobrimentos marítimos no périplo da África e na rota do ocidente, detém-se o conferencista no estudo das bulas papais que tratam dos direitos das duas nações peninsulares sôbre a navegação dos mares e a posse das terras descobertas. Suas conclusões podem ser apresentadas nos seguintes itens:

a) Como justo prêmio dos sacrifícios de Portugal no afã de chegar às Índias e de desfazer as lendas tenebrosas que pesavam sôbre a imaginação das nações da Europa, impossibilitando a navegação do Atlântico, desde o pontificado de Martinho V foram concedidos a seus reis, pela Santa Sé, os direitos de posse das terras que iam descobrindo em suas navegações para o sul;

b) na bula "Dudum cum", de 1436, o papa Eugênio IV manteve a concessão feita aos portuguêses para descobrirem e povoarem as ilhas ocidentais, com a ressalva dos supostos direitos de Castela às Canárias;

c) em 1454 e em 1456, respectivamente, Nicolau V e Calisto III, fazendo as mais amplas concessões a Portugal, como estímulo para que persistisse em sua gloriosa missão, determinaram expressamente que nenhum cristão se intrometesse nos planos do Infante e do rei Afonso V;

d) apesar das pretensões espanholas sôbre o comércio de Guiné e das dúvidas que ainda persistiam por causa das Canárias, ficou reconhecido no tratado de Toledo, firmado entre as duas nações vizinhas, o direito de Portugal a seus descobrimentos e conquistas bem como a tudo quanto se viesse a descobrir no Atlântico ao sul do paralelo das Canárias;

e) em 1481, o papa Xisto IV, na bula "Aeterni Regiae Clementia", confirmou os atos anteriores da Santa Sé e o tratado celebrado entre os reis de Espanha e Portugal, com o fim de garantir a perpetuidade das disposições esparsas que tanto favoreciam aos portuguêses, sem nenhuma referência à pretensão espanhola, se excetuarmos o que respeita às Canárias;

f) quando Portugal se achava no ponto de colhêr os frutos de seu esfôrço continuado por tantas décadas, dois fatos imprevisíveis, que deram origem a supostos direitos por parte da Espanha, vieram trazer sérias complicações entre as duas coroas rivais: o descobrimento por parte de Cristóvão Colombo de algumas ilhas na zona de navegação dos portuguêses ao sul do paralelo das Canárias, defronte de Guiné, e a subida de Rodrigo Bórgia ao sólio pontifício, com o nome de Alexandre

VI, disposto a proteger os interêsses espanhóis, mais do que parecia estar o próprio Fernando de Aragão e Castela, signatário do Tratado de Toledo:

g) as quatro bulas de Alexandre VI sancionavam a violação do direito escrito, revogavam êsse direito, por ato unilateral, e instituíam outro inteiramente oposto, conferindo ao infrator o maior dos prêmios imagináveis;

h) tanto Colombo como Fernando de Aragão e Castela tinham perfeita consciência de que haviam violado o tratado de Toledo, isto é, de que as ilhas descobertas demoravam ao sul do paralelo das Canárias, mas apesar disso trataram de consumar e aumentar a usurpação;

i) na interpretação das bulas de Alexandre VI geralmente se atribui ao papa a intenção de partilhar o mundo em dois hemisférios, por linhas meridianas, ficando o ocidental para os castelhanos e o oriental para os portuguêses; contra semelhante interpretação já se erguera no comêço do século XVI, na Conferência de Badajós, o próprio filho do descobridor, Dom Hermando Colón, que sustentava que semelhante linha só se referia ao Atlântico, reclamando para a Espanha tudo o que ficava ao oriente do cabo da Boa-Esperança e que Portugal "sin titulo nin derecho alguno" havia usurpado;

j) a linha de demarcação entre os domínios de navegação das duas coroas, estabelecida pelas bulas de Alexandre VI, não pode ser nem um meridiano nem um paralelo; a expressão "Versus occidentem et meridiem" se traduz com muita clareza por um só têrmo: para sudoeste; trata-se de uma linha oblíqua, regular, círculo máximo, que não cortasse nenhuma das possessões portuguêsas, isto é, no extremo sudoeste do arquipélago de Cabo-Verde;

l) essas oblíquas prolongadas para o outro hemisfério, como linhas de círculos máximos não isogônicos, semelhantes à da eclítica na esfera celeste bastariam para assegurar à Espanha o cabo da Boa-Esperança e o caminho da índia pelo sul, por passarem pela porção inferior do continente africano;

m) conforme a doutrina das quatro bulas de Alexandre VI, o máximo que os portuguêses poderiam pretender seria o domínio das terras submetidas efetivamente ao seu império; nada de direito ao sul da África, apenas descoberto e mal explorado; nada de direito a terras "inveniendas", "reperiendas", "detegendas"; nada de direito ao caminho da índia;

n) o Tratado de Tordesilhas, firmado entre Portugal e Espanha, marcando o ponto da linha a 370 léguas para oeste do arquipélago de Cabo Verde, pode ser entendido como um acréscimo de 300 léguas redondas, não às 100 mencionadas na bula, em rumo sudoeste, mas às 70 em que elas se convertem, em rumo oeste; tanto Alexandre VI não tinha a intenção de dividir o mundo equitativamente entre Espanha e Portugal, que, feita a partilha por acôrdo das partes, tendo êle ainda vivido muitos anos, sòmente em outro pontificado, no século XVI, foi aprovado pela Santa Sé o novo Tratado;

o) em resumo: os papas anteriores, premiando a tomada de Ceuta e os feitos dos navegantes portuguêses, tinham feito de Portugal o único senhor dos mares do ocidente e do sul; Alexandre VI, premiando a tomada de Granada e o feito de Colombo, cujo real valor ninguém suspeitava deu em 1493 êsse título à Espanha; foi de *motu* próprio, sem interferência do papa e à sua revelia, que Portugal e Espanha, repartindo fraternalmente o grande mas oneroso espólio por tantos séculos jacente, se consideraram a si mesmos e reciprocamente como os únicos herdeiros de Adão.

Encerrando a sessão o Sr. presidente encareceu o valor do trabalho que tinha sido ouvido, fazendo ressaltar que o Sr. Américo de Moura havia desenvolvido o seu tema com a proficiência que todos lhe reconheciam e que o apreciara sob os aspectos histórico, jurídico e geográfico.

Como mais nada houvesse a ser tratado, foi encerrada a sessão.

★

Municípios

Petrópolis (RIO-DE-JANEIRO)

CENTENÁRIO DE SUA COLONIZAÇÃO — Comemorou-se, com grandes festividades, no dia 29 de junho último, o centenário da colonização de Petrópolis. Da série de solenidades constou também uma romaria ao túmulo de Júlio Frederico Koeler, o grande urbanista e colonizador de Petrópolis; e a inauguração de uma exposição iconográfica, que reuniu grande cópia de fotografias da cidade antiga e documentos ligados à vida da colônia, além de objetos vários relacionados com os primórdios da vida da cidade serrana.

★

Poços-de-Caldas (MINAS-GERAIS)

PLANTA CADASTRAL DA CIDADE — Pelo Departamento Geográfico do Estado foi concluída e entregue à Prefeitura Municipal de Poços-de-Caldas, a planta cadastral da cidade, na escala de 1: 1 000.

FIXADOS OS LIMITES DAS ÁREAS URBANA E SUBURBANA DA CIDADE — Pelo governador do Estado de Minas-Gerais foi assinado no dia 14 de maio passado o Decreto-lei n.º 1 299, fixando os limites das áreas urbana e suburbana da cidade de Poços-de-Caldas.

★

Recife (PERNAMBUCO)

PLANO DE REMODELAÇÃO DA CIDADE — Sob a presidência do Sr. Clóvis Castro, reuniu-se no edifício da Diretoria de Obras Públicas Municipais a Comissão do Plano da Cidade, a fim de discutir a projetada remodelação da cidade. Foram tratados vários problemas, entre os quais a localização das circulares de bondes, a abertura da avenida Dantas Barreto e a pavimentação da praça da Independência, cujas obras já foram iniciadas. Todos os membros presentes demonstraram o desejo de resolver com a máxima urgência o problema do descongestionamento do tráfego na cidade. A essa reunião estêve presente o Sr. Antônio de Sousa, diretor da Pernambuco Tramways.

Colabore com êste "Boletim" que é bibliográfico, enviando-lhe livros de sua autoria ou disponíveis em duplicatas, e que ofereçam interêsse geográfico.

Bibliografia

Apontamentos bio-bibliográficos de geógrafos brasileiros

Prof. Agnelo Bittencourt

Nasceu o Prof. Agnelo Bittencourt, em Manaus, aos 14 de dezembro de 1876. É filho do Cel. Antônio Clemente Ribeiro Bittencourt (ex-governador do Amazonas, no período constitucional de 1908-1912) e de D. Antônia de Andrade Bittencourt, ambos amazonenses. Os avoengos da família Bittencourt, como o nome está indicando, foram franceses, conforme se lê no jornal *Comércio do Pôrto*, de 7 de janeiro de 1928 (Portugal), sob o título "Notas Interessantes — Colonização do Pará":

"A 7 de janeiro de 1676, há portanto, 252 anos, aproava às praias do Pará, Brasil, uma embarcação conduzindo cinqüenta casais de colonos açorianos compostos de 234 pessoas, salvos, milagrosamente da erupção vulcânica da ilha do Faial, os quais receberam carinhoso acolhimento dos moradores.

Entre as vítimas emigradas contava-se a nobre família Bittencourt que, da França tinha passado às Canárias e desta à Madeira. Um leão, de prêto, armado de vermelho, em campo de prata, representava o seu brasão de armas.

Hoje, pois, poderão os seus descendentes celebrar êste acontecimento da história da colonização do Brasil".

Fêz o Prof. Agnelo Bittencourt o seu curso primário em Manaus, no Colégio Rayol, da direção e propriedade do velho educador maranhense Alexandre dos Reis Rayol. Em 1891, matriculou-se na Escola Normal do Estado, cujo curso concluiu em 1895, recebendo o diploma de professor em fevereiro de 1896. Desde logo iniciou suas atividades no magistério particular. A 9 de outubro do mesmo ano, foi nomeado, por solicitação sua, para a cadeira rural de Aiapuá, onde contraiu núpcias com a professôra local, Tertunila de Melo, filha do antigo negociante Cel. Lourenço Melo, deputado estadual, em 1 de janeiro de 1900. A 27 de novembro de 1897 foi transferido para uma Cadeira da capital. Em 1905 fêz concurso e foi provido em uma das cadeiras de ensino primário noturno municipal de Manaus. Após o curso foi nomeado para reger efetivamente a cadeira de Geografia Geral do Ginásio Amazonense (hoje Colégio Estadual do Amazonas) assumindo o exercício no dia 9 de dezembro de 1905. Em 1906, criada a Escola Complementar do sexo masculino, de Manaus, foi nomeado seu diretor, cujo exercício deixou por extinção dêsse estabelecimento, passando para o Grupo Escolar Silvério Néri. Nesse ano, empreendeu o Prof. Agnelo Bittencourt uma viagem de estudos à Europa, visitando vários países, demorando-se em Bruxelas, onde observou a organização dás escolas do Distrito de St. Gil. Em 1908, estêve no Rio de Janeiro, comissionado pelo govêrno do Estado, para representá-lo nas festas do centenário da abertura dos portos do Brasil, após haver organizado com outros companheiros os mostruários de produtos amazonenses à Exposição então realizada. Foi nomeado, em 1909, inspetor de ensino em Manaus, cargo que deixou para ser investido nas funções de prefeito da capital, em 20 de agôsto dêsse ano, tendo sido nomeado pelo desembargador Sá Peixoto, no momento governador do Estado. Deixou êsse cargo por motivo de moléstia, a 12 de julho de 1910. Nesse mesmo ano realizou nova viagem à Europa.

Criada em fevereiro de 1910 a Escola Municipal de Comércio, Solon de Lucena, foi transferido, da cadeira municipal que exercia, e por ter concurso de Geografia Geral, para a cadeira de Geografia e História do Comércio, em 1911, tendo sido nesse ano nomeado diretor geral da Instrução Pública do Estado, servindo até dezembro de 1912.

Em 1919, estando a exercer os cargos de diretor do Ginásio Amazonense e Escola Municipal de Comércio, exonerou-se de suas funções para ir a Belo-Horizonte, a fim de representar o Estado no VI Congresso Brasileiro de Geografia. Também representou o Amazonas, nesse ano, no Congresso Internacional de História Americana, efetuado no Rio de Janeiro. Em 1924, a 3 de dezembro, foi pela segunda vez,

nomeado diretor geral da Instrução Pública, cargo que deixou em 12 de agôsto de 1930, em conseqüência dos atos violentos que a polícia civil praticou contra estudantes no interior do Ginásio. Empreendeu em 1926, uma viagem a São-Paulo, onde estudou a organização das escolas da Paulicéia, a respeito de cujo assunto, ao regressar a Manaus, fêz uma detalhada conferência, em presença de autoridades e do professorado, apresentando ao govêrno o resultado de suas observações.

Na qualidade de substituto legal do desembargador Gaspar Guimarães a 10 de maio de 1930, foi empossado no cargo de grão-mestre da Maçonaria amazonense e acreana, cargo êsse que exerce presentemente. Em 1931, a 1 de setembro, foi distinguido, pela terceira vez, com o cargo de diretor geral da Instrução Pública, quando, no govêrno do Amazonas, o interventor federal comandante Rogério Coimbra. Nesse ano, passou a exercer, a 25 de março, em conseqüência de eleição, a presidência do Instituto Histórico e Geográfico do Amazonas, no qual ainda se acha, por fôrça de renovação do mandato eleitoral. Foi, com o saudoso cônsul Bernardo Ramos e o Dr. Vivaldo Lima, fundador e organizador dêsse Instituto, que é um sodalício de renome no Estado.

Afim de melhor se adaptar às novas exigências de ensino primário e normal a excelente reforma organizada e posta em prática pelo Dr. José Francisco de Araújo Lima, quando dirigiu a Instrução Pública do Amazonas (1918) fêz o Prof. Agnelo Bittencourt os reajustamentos visados na ocasião, na respectiva Lei Orgânica, que até hoje está servindo. Nesse ano de 1932, a 19 de outubro foi recebido como membro da Academia Amazonense de Letras. Deixou o cargo de diretor da Instrução Pública em 20 de outubro de 1913.

Após 23 anos de permanente exercício, na cadeira de Geografia Comercial e História do Comércio, da Escola Municipal de Comércio Solon de Lucena foi obrigado a abandoná-la pelo imperativo do decreto-lei federal, que proíbe as acumulações remuneradas.

A 9 de novembro de 1939, foi nomeado para o cargo de delegado regional do recenseamento nacional de 1940. Tendo executado os trabalhos a seu cargo com a máxima dedicação, valheulhe, repetidas vêzes, louvores do govêrno do Estado e da presidência do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Em 1942, como delegado especial do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, assinou o convênio de Estatística Municipal firmado entre os governos federal e do Estado, em virtude, do Decreto-lei n.º 4 181, de 16 de março daquele ano. Como representante do Diretório Regional de Geografia, no Estado do Amazonas, foi a 17 de abril de 1943, designado pelo govêrno da Interventoria, para integrar a Comissão Revisora do Quadro da Divisão Territorial do mesmo Estado, a servir no qüinqüênio de 1944/1948, como já havia servido no de 1938, que preparou o esquema do qüinqüênio de 1938/1943. A propósito do resultado dêsse trabalho, recebeu do Sr. interventor federal um ofício de agradecimentos pelos assinalados serviços prestados ao Amazonas e ao Brasil.

Exerce o Prof. Agnelo Bittencourt, no momento dessas ligeiras notas biográficas as seguintes funções: a) professor catedrático do Colégio Estadual do Amazonas, desde 9 de dezembro de 1905; b) presidente do Instituto Histórico e Geográfico do Amazonas desde 1931; c) grão-mestre do Gr., Or., do Amazonas e Acre; d) secretário do Diretório Regional de Geografia, desde a instalação dêste órgão do Conselho Nacional de Geografia, no Amazonas, em 26 de outubro de 1937; e) delegado regional do Conselho de Fiscalização das Expedições Artísticas e Científicas no Brasil, desde 15 de outubro de 1941; f) bibliotecário da Academia Amazonense de Letras, desde 1942. É ainda o Prof. Agnelo Bittencourt membro das seguintes associações: sócio correspondente do Instituto Histórico e Geográfico do Pará; sócio correspondente do Instituto Histórico, Arqueológico e Geográfico Alagoano; sócio correspondente do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia; sócio correspondente da Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro; sócio correspondente do Instituto do Ceará; sócio correspondente da Academia Riograndense de Letras.

ATIVIDADE INTELECTUAL DO PROF. AGNELO BITTENCOURT

Artigos de interêsse geográfico e histórico insertos em jornais de Manaus e outras capitais, e trabalhos inéditos.

1 — "Limites orientais do Estado do Amazonas". Apreciação sôbre o livro dêsse nome, do Cel. Furtado Belém. No Jornal "Amazonas", de 25-3-1912.

2 — "Adesão do Amazonas à República" — discurso inserto no "Amazonas", de 13-11-1912.

3 — "Abolição da escravatura no Amazonas". Discurso proferido no Templo da Loja Amazonas, em Manaus, em 10-7-1917. Inserto no jornal "A Imprensa" da mesma capital, de 12-7-1917.

4 — "Questão de limites". Apreciação sôbre a questão de limites do Amazonas-Mato-Grosso. "Jornal-do-Comércio", de 2-8-1917.

5 — "Os chavascais do Amazonas". Hipóteses de sua origem. Inserto na "Gazeta-da-Tarde", de 18-3-1924.

6 — "Dr. Theodor Koch Grünberg". Seu falecimento e notas sôbre sua obra. "Diário Oficial", de Manaus, de 23 de outubro de 1924.

7 — "Um livro de grande valor". Larga apreciação sôbre o livro "A Paraíba e seus problemas" do Dr. José Américo de Almeida.

8 — "Problemas do Amazonas". Alvitres para o soerguimento administrativo, econômico e financeiro do Estado. Série de artigos insertos no jornal "Estado do Amazonas", de outubro de 1925.

9 — "O outeiro de Maracá-açu não existe ?". Contestação à assertiva do folheto "Outeiro do Maracá-açu", do Eng.º Palma Muniz. "Estado do Amazonas", de 4-12-1925.

10 — "Na planície amazônica". Apreciação sôbre o livro do mesmo título de Raimundo de Morais — Idem, de 6-7-1926.

11 — "Pela imigração japonêsa". Série de artigos. Idem, de janeiro de 1927.

12 — "O fim da epopéia". Dados para a história do Acre. Apreciação do livro de Craveiro Costa. Idem, de 20-4-1927.

13 — "Livros novos". Apreciação sôbre o livro "Feriados do Brasil", do desembargador Carlos Xavier Paes Barreto. Idem, de 20-4-1927.

14 — "Vias de comunicações e transporte". O papel econômico do rio Amazonas. Inserto na revista "Redenção" de Manaus, de agôsto de 1926.

15 — "Aspectos que se renovam". Visão do cenário amazônico. Na revista "Belém-Nova", de Belém, de 25-10-1924.

16 — "Interêsses do Amazonas". Comunicação com a Bolívia pelo Madeira. "Jornal-do-Comércio", de 19-7-1923.

17 — "Livros novos". Apreciação sôbre o compêndio. "A Europa atual", pelo Prof. Veiga Cabral. Idem de 21-5-1923.

18 — "Uma odisséia no rio Amazonas". Viagem de Brieba. Idem de 12-9-1923.

19 — "O país das geishas". Costumes do Japão. Idem de 19-9-1923.

20 — "Em procura do El-dorado". Incursão trágica de Ursua no vale do Amazonas. Idem de 26-9-1923.

21 — "O padre Fritz e sua obra". O Amazonas quase espanhol. Idem, de 10-10-1923.

22 — "Os Muras do Alapuá". Notas sôbre hábitos e costumes. Idem, de 24-10-1923.

23 — "Um pouco de Geografia". Influências do meio físico. Idem, de 8-11-1923.

24 — "A data do Amazonas". O 5 de setembro de 1850. Idem, de 11-11-1923.

25 — "Folclore amazonense" — A ficção entre os selvagens. Idem, de 8-1-1924.

26 — "O Amazonas nos museus". Mostruários e catálogos em várias capitais da América e Europa. Idem, de 15-11-1923.

27 — "Sírios libaneses" — Sua imigração e vida no Amazonas. Idem, de 24-1-1924.

28 — "Livros novos" — Apreciação sôbre a "Pequena História do Brasil", pelo Prof. Veiga Cabral. Idem, de 21-2-1924.

29 — "Argentina versus Brasil". Política de boa amizade. Idem, de 29-2-1924.

30 — "Traços históricos da Província do Amazonas — 1885-1889 — in "Revista Amazonense" n.º 1 — ano I, de 9-11-1924.

31 — "A Geografia entre os selvagens" in "Gazeta da Tarde", de Manaus, de 7-3-1924.

32 — "Interêsses do Amazonas". Os supostos terrenos de marinha neste Estado. "Diário Oficial" do Estado de 15-5-1931.

33 — "Contra o cangaço do Nordeste". Uma sugestão. "Diário Carioca", do Rio-de-Janeiro, de 25-8-1931.

34 — "Crise mundial", aos meus alunos de Geografia Econômica. "A Selva" de Manaus n.º 2, de setembro de 1931.

35 — "História do Amazonas". Apreciação ao livro dêste título, de Artur César Ferreira Reis". "Jornal-do-Comércio", de Manaus, 21-10-1931.

36 — "A psicologia dos nomes geográficos do Amazonas", na revista "Vitória Régia", de 24-10-1931.

37 — "O Mapinguari", lenda amazônica. "A Colmeira", de Manaus, de 3-12-1933.

38 — "Paisagens amazônicas". Apreciação do livro "Panoramas amazônicos", do Dr. Anísio Jobim. "Jornal-do-Comércio", de Manaus, 23-7-1933.

39 — "A antropogeografia da Amazônia". "Fôlha-do-Norte", do Pará, 1-1-1935.

40 — "A pesca do pirarucu e do peixe-boi". Na Voz do Mar", Rio de Janeiro, de novembro de 1934.

41 — "Pelo Brasil Central". Apreciação ao livro dêste título, do capitão Frederico A. Rondon. "O Jornal", de Manaus, de 2-3-1935.

42 — "Anchieta". Apreciação ao livro dêste título, de Jorge de Lima. "O Jornal", do Rio-de-Janeiro, de 17-3-1935.

43 — "A origem da mandioca". Lenda amazônica. "Revista do Estudante", de Manaus, de 10-7-1936.

44 — "Ginásio Amazonense Pedro II". Cinqüentenário de sua fundação. No "O Grêmio", de Manaus, de setembro de 1936.

45 — "O Teatro Amazonas". Notas históricas. "A Selva", de Manaus, setembro de 1937.

46 — "Exposição cartográfica e de fotografias municipais, em Manaus". Discurso proferido a 24 de março de 1940, por ocasião de ser aberto o certame de mapas e fotografias relativos ao Estado. "Diário Oficial", de Manaus, 4-4-1940.

47 — "Nova divisão territorial do Estado". Os Territórios Federais do Rio-Branco e do Guaporé. Entrevista concedida ao "Diário-da-Tarde", de Manaus, de 8-11-1943.

48 — "Relatório da Comissão Revisora do Quadro da Divisão Territorial, Administrativa e Judiciária do Estado, para servir no qüinqüênio de 1944-1948 (Relator) "Diário Oficial", de Manaus, de 24-11-1944.

49 — "O Município e sua função". Discurso proferido na solenidade do "Dia do Município, no Teatro Amazonas, a 1-1-1944. "Diário Oficial", de Manaus, de 3-1-1944.

50 — "Divisão territorial do Brasil" — A propósito do livro "Limites interestaduais", do comandante Thiers Fleming. "Jornal do Comércio", de Manaus, de 11-3-1918.

51 — "Relatório" apresentado ao govêrno do Estado sôbre a sua representação no VI Congresso Brasileiro de Geografia, realizado em setembro de 1919 em Belo-Horizonte. "Diário Oficial", de Manaus, de 31-1-1920.

52 — "Conferência sôbre o recenseamento nacional de 1920". "Jornal do Comércio", de 21-6-1920.

53 — "Através do Amazonas". Apreciação em 3 artigos sôbre o livro dêste nome da autoria do Sr. Joaquim Gondin. Idem de 7-1-1923.

54 — "As nossas madeiras". Riqueza florestal da Amazônia, Idem, 5-9-1923.

55 — "Contra a rotina". Combate ao velho processo de defumar a borracha. Idem, de 29-8-1923.

56 — "Proclamação da República em Portugal". Observação pessoal. "Jornal do Comércio", de Manaus, de 5-10-1923.

57 — "Terra progressista". A vista do álbum "Paz e Trabalho", de Pernambuco, idem, de 12-1-1924.

58 — "O momento histórico". Registro do movimento revolucionário de Manaus de 23 de julho de 1924. "Boletim Maçônico", de Manaus, ns. 3 e 4, de agôsto e setembro de 1924.

59 — "Relatório da presidência do Instituto Geográfico e Histórico do Amazonas", relativo ao ano de 1924-1925. "Diário Oficial", de Manaus, de 12-4-1925.

60 — "A raça negra no Brasil". A propósito da *mãe preta*. "Estado do Amazonas", de 17-7-1926.

61 — "A Hidrostática do Rio-Grande". Enchentes e vazantes. "Amazônida" de 26-6-1927.

62 — "A Bagaceira". Consideração sôbre os costumes nordestinos sugeridos pela leitura daquele romance de José Américo de Almeida, "Estado do Amazonas", de 3-7-1928.

63 — "Paz de Letícia ou de Varsóvia ?". Considerações geográficas sôbre a região. "Tribuna Popular", Manaus, de 11-6-1934.

64 — "Rio Negro". Separata da Revista do Instituto Geográfico e Histórico do Amazonas, vol. V, 1935. Folheto de 65 páginas, Manaus, 1935.

* * *

OUTROS TRABALHOS

65 — "O Estado do Amazonas". Notas sôbre sua vida econômica e financeira. Estudo apresentado ao VI Congresso Brasileiro de Geografia, reunido em Belo-Horizonte em 1919. Inédito. Aprovado com um honroso parecer assinado pelo comandante J. Cordeiro da Graça. Os anais dêste Congresso não foram impressos.

66 — "Prontuário bibliográfico do Estado do Amazonas" (até 1922). Inédito. 237 páginas.

67 — "Divisão judiciária e municipal do Estado do Amazonas". Fevereiro de 1924. Inédito. 70 páginas.

68 — "Rios Javari e Jutaí". Inédito, 30 páginas. 1921.

69 — "Afluentes da margem esquerda do Amazonas e lago do Aiapuá". Inédito. 70 páginas. 1921.

70 — "Bacia do Amazonas". Inédito. 126 páginas. 1921.

71 — "Bacias do Purus e do Madeira". Inédito. 100 páginas. 1922.

72 — "O recenseamento de 1940". Relatório da Delegacia Regional do Amazonas apresentado à Comissão Censitária Nacional. 1942.

73 — "Estado do Amazonas". Síntese corográfica. Trabalho mandado organizar pela Comissão Censitária Nacional para melhor compreensão dos resultados dos inquéritos de 1940. Trabalho ilustrado. Inédito. 335 páginas, 1942.

74 — "Interêsses da navegação na Amazônia". Geografia econômica. "O Jornal", de Manaus, de 2-2-1943.

75 — "Apreciação sôbre um livro da época". Comentários sôbre o livro. "A política de Portugal no vale amazônico", de Artur César Ferreira Reis. Na "Fôlha do Norte", de Belém, e "Jornal do Comércio", de Manaus, de 27 de junho de 1940.

* * *

PUBLICAÇÕES SÔBRE ENSINO — ARTIGOS — DISCURSOS — RELATÓRIOS E TRABALHOS INÉDITOS

1 — "Relatório da Inspetoria do Ensino em Manaus", apresentado ao diretor geral da Instrução Pública do Estado. Folheto de 13 páginas. Manaus.

2 — "Discurso", proferido no então Ginásio Amazonense, em 15-10-1911, paraninfando a turma de alunos que concluíram o curso. Inserto no "Diário do Amazonas", de Manaus, 17-10-1911. — Folheto de 20 páginas. Manaus, 1911.

3 — "Discurso", proferido na sessão solene da entrega de diplomas aos guardas-livros da Escola Municipal de Comércio de Manaus, em 15-2-1914. Folheto de 16 páginas. Lisboa, 1914.

4 — "A orientação do ensino". Artigo no "Amazonas", de Manaus, 11-7-1912.

5 — "Exposição Escolar em Manaus, em 1912". Discurso. Folheto de 13 páginas. Manaus, 1912.

6 — "Combate ao analfabetismo". Discurso proferido por ocasião da instalação das escolas elementares Gonçalves Ledo, Cônego Januário e Revérbero em Manaus, pela Maçonaria amazonense. No Jornal "A Imprensa", de Manaus, de 6-9-1923.

7 — "Contra o analfabetismo". A necessidade de difundir o ensino no Amazonas. "Jornal do Comércio", de 24-10-1923.

8 — "Discurso" proferido no então Ginásio Amazonense, a 12 de janeiro de 1924 na sessão solene da entrega de diplomas à turma dêsse ano. "O Dia", de Manaus, de 12 de janeiro de 1924.

9 — Situação do ensino amazonense". Exposição feita ao interventor federal, Alfredo Sá, em 3-2-1925. "Diário Oficial", de Manaus, de 20-2-1925.

10 — "O ensino em São-Paulo". Entrevista concedida ao "Estado do Amazonas" de Manaus, de 9-6-1926.

11 — "O progresso do ensino". Algarismos eloqüentes. "Amazônida" de maio de 1927.

12 — "O verdadeiro sentido da educação moral". Conferência realizada em Manaus em 10-10-1928. "Estado do Amazonas", de 12-10-1928.

13 — "A Instrução Pública" no quatriênio Efigênio Sales". Quadros estatísticos e gravuras. Folheto de 10 páginas. Manaus. 1929.

14 — "Vitória do ensino". Consideração sôbre o progresso do ensino, no Amazonas. Idem, de 1-1-1929.

15 — "A psicologia da escola antiga no Amazonas". Idem, de 13-10-1929.

16 — "Traços da escola moderna". Idem, de 30-10-1929.

17 — "Discurso" na inauguração do Grupo Escolar Efigênio Sales, em Manaus. Idem, de 25-10-1927.

18 — "Como difundir e melhorar o ensino primário". Um inquérito entre professôres promovido pelo "O País", do Rio-de-Janeiro, de 13-11-1929.

19 — "Introdução aos programas de ensino primário para 1930". Folheto impresso no "Diário Oficial", no Estado, de 1930.

20 — "O Dia da Fraternidade". Conferência realizada no salão nobre do Ginásio Amazonense, na Terceira Semana Brasileira de Educação, em 13 de maio de 1930. "Estado do Amazonas", de Manaus, de 14-5-1930.

21 — "A árvore". Ensinando as crianças a amarem as árvores. Idem, de 24-6-1930.

22 — "O ensino religioso nas escolas". Ponto de vista. "Jornal do Comércio", de Manaus, de 31-5-1931.

23 — "O exemplo na educação". Conferência realizada no Grupo Escolar Barão do Rio-Branco, de Manaus, em 12-7-1931. Folheto de 14 páginas. Manaus, 1931.

24 — "Discurso" proferido na inauguração do Grupo Carlos Pinho, em Manacapuru, em 4 de março de 1933. "Fôlha Ginasial", de Manaus, de abril de 1933.

25 — "Os deveres da mocidade". "O Ginásio", de Manaus, n.º 2, ano I, de outubro de 1935.

26 — "Discurso proferindo na Escola Municipal Solon de Lucena, em 21-12-1935, paraninfando a turma de peritos-contadores dêsse ano. Inédito.

27 — "Discurso", proferido no Grêmio Humberto de Campos, de Manaus, em 13-5-1936, sôbre o progresso da sociedade. "O Grêmio", de Manaus, de junho de 1936 e na "Revista de Educação", de Ma, naus, n.º 32, de julho de 1936.

28 — "Ensino moral". Discurso proferido na Associação da Mocidade Batista, em Manaus, em 1-5-1936, sôbre o "Dia do Livro". Inserto no "Boletim Maçônico" de 24-6-1936 e no "O Jovem Cristão", n.º 10, de junho do mesmo ano.

29 — "A formação da consciência jurídica do Brasil". Sôbre a data da instalação dos cursos jurídicos no País. "O Grêmio", de Manaus, de agôsto de 1937.

30 — "A Escola e a Sociedade". Inserto na "A Selva" de Manaus, de maio de 1937.

31 — "Os testes e a psicometria". No jornal "A Defesa", de Manaus, de janeiro de 1938.

32 — "Montagem de classes escolares". Idem, de setembro de 1938.

33 — "O Cristianismo e a Educação". Idem de março de 1938.

34 — "Sistema da educação renovada". Idem de fevereiro de 1938.

35 — "Dia do presidente e da juventude brasileira". Discurso proferido no salão nobre do Departamento de Educação e Cultura, em 19-4-1942. "Diário Oficial", de Manaus, de 25-4-1942.

36 — "Instituições escolares". Inédito, 1942.

37 — "Processos de ensino". Inédito, 1942.

38 — "Centros de interêsse". Inédito, 1942.

39 — "Funções dos grupos educacionais e a dramatização". Inédito, 1942.

40 — "A Educação no Renascimento". Inédito, 1942.

41 — "A Instrução Pública Primária e Normal no Estado do Amazonas". Relatório ilustrado referente ao quatriênio Efigênio de Sales. 1925-1930. 250 páginas.

42 — "O problema do ensino rural no Amazonas". Tese apresentada à Conferência Nacional de Economia e Administração, reunida em Belém (Pará), em 1940. 7 páginas.

43 — "O conceito moderno sôbre educação". 1943.

AOS EDITÔRES: êste "Boletim" não faz publicidade remunerada, entretanto registará ou comentará as contribuições sôbre geografia ou de interêsse geográfico que sejam enviadas ao Conselho Nacional de Geografia, concorrendo dêsse modo para mais ampla difusão da bibliografia referente à geografia brasileira.

Registos e comentários bibliográficos

Livros

VICENTE TOLENTINO ROJAS — *História de la Division Territorial* — 1492-1493 — Coleccion Trujillo, Documentos y Estudios Historicos — Ciudad Trujillo, 1944.

Conhecemos pessoalmente o Sr. Tolentino Rojas, quando estêve nesta cidade chefiando a delegação do seu país à II Reunião Pan-Americana de Consulta sôbre Geografia e Cartografia, levada a efeito nesta capital em fins de 1944.

O trabalho que o Sr. Tolentino acaba de publicar, dado a sua valiosa importância como documentário e o seu texto explicativo, reforça o juízo que já possuíamos sôbre êsse técnico dominicano.

A primeira parte do trabalho, que contém 453 páginas afora ilustrações, é constituída de doze capítulos onde o autor mostra, cronològicamente, como se processou a divisão territorial do seu país, a começar, da época pré-colombiana até os dias atuais. As querelas de limites, as dificuldades surgidas com a Espanha e as intervenções estrangeiras estão amplamente debatidas na obra, tudo isso com grande número de ilustrações, valendo por isso, como um trabalho de geografia política. Na segunda parte relacionou o autor, em ordem alfabética, as circunscrições territoriais da República Dominicana, indicando as mudanças dos topônimos e as transformações sofridas por aquêles, ao longo dos anos, até 1943.

Pelo cunho informativo e interpretativo, a obra do Sr. Tolentino Rojas bem pode servir de modêlo para um trabalho idêntico em outros países da América.

C. P.

*

LENINE C. PÓVOAS — *Introdução ao Estudo da Geografia Humana* — Rio-de-Janeiro, 1944.

Introdução ao Estudo da Geografia Humana, tal é o titulo de um pequeno livro do professor L. C. Póvoas. Felizmente, o autor tomou inicialmente a precaução de prevenir que esta *introdução* foi redigida em pouco tempo. É de se lamentar que assim tenha sido, pois o assunto é vasto.

A leitura é agradável e fácil. Os jovens que utilizarem o trabalho do Prof. Póvoas interessar-se-ão pela Geografia; mas terão sòmente uma noção muito sumária dos problemas abordados pela Geografia Humana e do seu método de trabalho.

Sou o primeiro a lamentar que o autor não tenha assinalado a existência de geógrafos americanos, mesmo porque julgou conveniente revelar ainda, entre outros assuntos, o que distinguiu a escola alemã da escola francesa. A propósito desta última, constatei ainda uma vez, com pesar, que até hoje não foi bem avaliado todo o valor do pensamento de Vidal de La Blache e que não se conhece suficientemente a magnífica contribuição de seu discípulo Demangeon. Certa biblioteca carioca possui, porém, a coleção dos *Annales de Géographie* em que foram publicados os artigos dêsses dois mestres, demasiado escrupulosos para empreender prematuramente a redação de grandes tratados.

Êstes reparos excedem o conteúdo do pequeno livro do Prof. Póvoas, que não tem ambições e respira honestidade intelectual — virtude rara entre os redatores de manuais. É um bom ponto de partida: desejamos que pesquisas no campo geográfico constituam a sua feliz continuação, pois, o autor

exagerou a área coberta pelas florestas abertas, tanto no hemisfério norte como na Patagônia.

(Registro bibliográfico, de autoria do Prof. Pierre Monbeig, lente de Geografia Humana na Faculdade de Filosofia de São-Paulo, publicado no *Boletim* da Associação dos Geólogos Brasileiros, n.º 5, novembro de 1944).

*

LUÍS SCHWALBACH — *Alguns elementos geográficos na obra de Eça de Queirós* — Portugália Editôra — Lisboa, 1945.

Opúsculo curioso, sem dúvida, êsse que o Prof. Schwalbach, da Universidade de Lisboa escreveu sôbre os aspectos geográficos da obra do irrequieto escritor Eça de Queirós, cujo centenário de nascimento será pròximamente comemorado.

Conhecendo todo o território da sua curiosa pátria e ainda outras regiões do mundo, reponta na obra do criador de tantos tipos originais que êle fixou e que são encontradiços entre nós, observações escritas em cunho literário, mas buscadas pelo autor do opúsculo como sendo de acentuado gesto descritivo de feição geográfica. Eça, realmente, por onde andou tudo registrou; das regiões cubanas, norte-americanas, inglêsas, francesas, espanholas, suíças, do nordeste africano, do litoral levantino o seu perfeito senso crítico arrolou uma série de observações, que serviu de apoio a obra tão original no campo da geografia.

As citações feitas da observação deixada por aquêle que formou o seu espírito em Coimbra "de tam lavados e doces ares", justificam à saciedade o título do trabalho.

C. P.

Envie os livros de sua autoria, ou os que possuir em duplicata à Biblioteca Central do Conselho Nacional de Geografia, para maior benefício da cultura geográfica do Brasil.

Periódicos

JORGE NIETO — *La enseñanza de la mineria en Mexico* — In "Boletin de Minas y Petroleo", (Direccion General de Minas y Petroleo), Marzo de 1945, Mexico.

Começando por acentuar a importância da indústria mineral no seu país, o autor declara que essa indústria é a que maior renda canaliza para os cofres públicos mexicanos, além de que as emprêsas de indústria extrativa mineral reúnem em tôrno das mesmas um enorme número de trabalhadores. Passa o comentador em seguida a criticar, o problema de preparo de técnicos para tal indústria que não vem sendo seguido como devia, havendo por isso, uma falta de técnicos especializados.

O artigo do Eng.º Nieto trata com suficiência das causas determinantes do descuramento de tão magno assunto para o país, abordando amplamente o aspecto, sugerindo medidas e programas, termina o autor por apresentar uma série de recomendações concretas as quais ao seu ver resolverão o assunto.

C. P.

*

D. HARRIS — *Las ciudades de la Union Sovietica* — In "Revista Geografica Americana", (traduzido de "Geographical Review" de New York" — Vol. XXIII, n.º 140 — Buenos-Aires.

O interêsse geral despertado em tôrno da União Soviética vem dando margem a que apareçam com maior freqüência trabalhos de divulgação acêrca daquele país. Agora mesmo temos diante dos olhos essa contribuição originàriamente publicada pela *Geographical Review*, órgão oficial da American Geographical Society, de New York (janeiro de 1945) e que a *Revista Geografica Americana*, de Buenos Aires achou oportuno divulgar em lingua espanhola.

Trata-se de um excelente trabalho onde o autor declara de início que a U. R. S. S. está se convertendo ràpidamente em um país de grandes cidades, apontando Moscou e Leningrado, a primeira com mais de 4 milhões de habitantes e a segunda com mais de 3 milhões, figurando entre o número das grandes cidades do mundo.

Êsse trabalho foi elaborado tendo em vista os dados obtidos antes da guerra, pois o seu autor ao falar sôbre o crescimento das populações das várias cidades tomou como ponto de referência o ano de 1926 estendendo observações até o ano de 1939, informando que durante aquêle período o número de cidades soviéticas de mais de 100 mil habitantes aumentou de 31 a 82, adiantando que relativamente à quantidade de cidades dêsse porte a União Soviética ultrapassou os países industriais urbanos da Europa Ocidental — Alemanha e Inglaterra e os populosos países asiáticos Índia e China, sendo, atualmente, só excedida pelos Estados-Unidos que têm 92 cidades daquele porte.

Nesse trabalho é feito um estudo sôbre o crescimento, funções e distribuição das cidades soviéticas até 1939, pois, depois dessa data foi anexada àquele país uma faixa ao longo da fronteira ocidental, habitada por 23 milhões de almas, na qual se incluem mais 7 cidades de mais de 100 000 habitantes.

Contém o artigo dados populacionais completos sôbre a população russa, em geral, e um quadro indicando as cidades de mais de 100 000 habitantes em 1939, demonstrando a classificação funcional de cada uma delas, estudando por fim a distribuição das mesmas.

Quem quer que deseje estudar a U. R. S. S. sob tal aspecto com a publicação do trabalho do Sr. Harris, inserto agora em espanhol, terá material de primeira ordem.

C. P.

*

R. GORHAM — *The folkways of Brazil* — In "Bulletin of the New York Public" Library (Astor Lenox and Filden Foundation) Vols. XLVII e XLVIII — 1943-1944 — New York.

O interêsse despertado nos Estados Unidos pelo folclore brasileiro levou o Sr. Gorham a relacionar extensa quantidade de obras relativas ao assunto. No seu interessante trabalho bibliográfico e autor classificou as constribuições, distribuindo-as pelos seguintes capítulos: I, "General Works on Folklore Religion, and Anthropology"; II, "Antecedents in Portugal"; III, "Brazilian Folklore Literature"; IV, "Travel, History, and Tradition"; V, "Fiction having folkway background"; VI "Music and Poetry"; VII, "Religious Fanatism in Brazil"; e VIII, "The Negro in Brazil".

C.P.

*

REVISTA DE IMIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO, (Órgão Oficial do Conselho de Imigração e Colonização) Publicação trimestral, ano V, n.º 4, dezembro de 1944 — Rio-de-Janeiro.

Ostentando excelente matéria sôbre os assuntos de sua especialização, o número em referência da *Revista de Imigração e Colonização,* agora distribuído, bem merece uma atenção especial. É que terminada a conflagração em que, até há pouco, se debateu a velha civilização européia, e quando os problemas de uma paz duradoura constituem a cogitação de todos os povos, a questão imigratória, passou a figurar, no plano internacional como problema que exige solução tendo em vista a conveniência e a segurança de cada país procurado pelas várias correntes imigratórias dos povos saídos do tumulto deixado pela guerra. E os países americanos serão, naturalmente, os mais procurados por tais correntes, daí o maior interêsse que o caso está a merecer da nossa parte.

Além do discurso pronunciado pelo comandante Monteiro Aché ao transmitir o cargo de presidente do Conselho de Imigração e Colonização ao cônsul geral Joaquim Pinto Dias e da oração de posse dêste, a *Revista* insere os seguintes trabalhos: *Nova Contribuição ao Estudo do Problema Imigratório no Brasil,* pelo Dr. Antônio Xavier de Oliveira; *O Espírito de Genebra e a Reconstrução Social do Mundo,* pelo Sr. Afonso Bandeira de Melo; *Bases para um Plano de Colonização,* pelo conselheiro José de Oliveira Marques; *Contribuição para o Estudo da Imigração e Colonização no Brasil,* pelo embaixador Frederico de Castelo Branco Clark; *As Migrações de Após-Guerra* pelo cônsul Maurício Wellich.

Encerra ainda o presente número da *Revista* a publicação de decretos, pareceres, informações, dados estatísticos e notícias a respeito das atividades do Conselho de que é órgão.

C. P.

AOS EDITÔRES: Êste "Boletim" não faz publicidade remunerada, entretanto registará ou comentará as contribuições sôbre geografia ou de interêsse geográfico que sejam enviadas ao Conselho Nacional de Geografia, concorrendo dêsse modo para mais ampla difusão da bibliografia referente à geografia brasileira.

Contribuição

bibliográfica especializada

Argentina

Relação de mapas apresentados na exposição anexa à II Reunião Pan-Americana de Consulta sôbre Geografia e Cartografia

Palermo — Belgrano
Ciudad de Buenos Aires
1:25 000
Instituto Geográfico Militar
0,412 x 0,335
Côres das convenções cartográficas

Banfield
1:25 000
Instituto Geográfico Militar
0,411 x 0,334
Côres das convenções cartográficas

Buenos Aires e arredores
1:100 000
Instituto Geográfico Militar
1,143 x 0,953
Côres das convenções cartográficas

Carta provisional de la República Argentina
San Rafael — hoja 51
1:500 000
Instituto Geográfico Militar
0,478 x 0,582
1941 — Côres das convenções cartográficas.

Carta provisional de la República Argentina
Instituto Geográfico Militar
0,488 x 0,573
Hoja 54 — 1943 — Côres das convenções cartográficas.

Carta de San Nicolás y arredores
1:50 000
Instituto Geográfico Militar
0,488 x 0,965
1943 — Côres das convenções cartográficas.

Carta topográfica de la República Argentina
Louco Vaca
1:100 000
Instituto Geográfico Militar
464 x 467
Hoja 4169 — 3 — 1942 — Côres das convenções cortográficas.

Carta topográfica de la República Argentina
S. Miguel — hoja 3987 a — 1943 — Côres das convenções cartográficas.
1:25 000
Instituto Geográfico Militar
0,483 x 0,410

Carta topográfica de la República Argentina
Quilmes — hoja 3927 b.
1:25 000
Instituto Geográfico Militar
0,480 x 0,396
1943 — Côres das convenções cartográficas.

Carta topográfica de la República Argentina
Estância — Tave — retá — hoja 6094
Instituto Geográfico Militar
1:50 000
0,475 x 0,430
Côres das convenções cartográficas

Carta topográfica de la República Argentina
Lago Meliquina — hoja 4172 — 11 — 1
1:50 000
Instituto Geográfico Militar
0,405 x 0,454
1944 — Côres das convenções cartográficas.

Carta topográfica de la República Argentina
Arroyo Culebra — hoja 4172 — 5 — 3
Instituto Geográfico Militar
1:50 000
0,404 x 0,464
Côres das convenções cartográficas

Carta topográfica de la República Argentina
Bañado Piriti — Guazú — hoja 2957 — 21
1:100 000
Instituto Geográfico Militar
0,406 x 0,522
Côres das convenções cartográficas

Carta topográfica de la República Argentina
Centro Boca
Ciudad de Buenos Aires
1:25 000
Instituto Geográfico Militar
0,443 x 0,362 — Côres das convenções cartográficas.

Carta topográfica de la República Argentina
Ciudad de Mendoza y arrabaldes
1:50 000
Instituto Geográfico Militar
0,295 x 0,506
Côres das convenções cartográficas

Carta topográfica de la República Argentina
Flores
1:25 000
Instituto Geográfico Militar
0,409 x 0,333 — Côres das convenções cartográficas.

Carta topográfica de la República Argentina
Gomas de Zamora
1:25 000
Instituto Geográfico Militar
0,412 x 0,333
Côres das convenções cartográficas

Mapa geológico de la República Argentina
Buenos Aires — hoja 1 — 1:100 000
Dirección de Minas y Geologia
0,407 x 0,387
1934 — Côres das convenções cartográficas.

Mapa geológico general de la República Argentina
Puntilla de Huincan — hoja 30
Dirección de Minas y Geologia, M. A.
0,296 x 0,357
1937 — Côres das convenções cartográficas.

Mapa hidrogeológico general de la República Argentina
1:5 000 000
Dirección de Minas y Geologia, M. A.
0,759 x 0,458
1941 — Impresso em côres.

Mapa de la Provincia de Jujuy
1:400 000
Instituto Geográfico Militar
1,026 x 0,937
1943 — Impresso em côres.

Mapa de la Provincia de Salta
1:500 000
Instituto Geográfico Militar
1,192 x 1,010
1941 — Impresso em côres.

Mapa de la República
1:1 500 000
Instituto Geográfico Militar
2,230 x 1,330
1937 — Impresso em côres.
Obs: Os limites internacionais e os inter-provinciais foram atualizados. Contêm dados introduzidos em 1943.

Mapa de la República Argentina
Instituto Geográfico Militar
1:5 000 000
0,864 x 0,568 — 1939
Impresso em côres
Obs: Projeto de rêde de nivelação de alta precisão.

Mapa de la República Argentina
1:5 000 000
Instituto Geográfico Militar
0,861 x 0,568
1939 — Impresso em côres.
Obs: Projeto de triangulação fundamental.

Mapa de la República Argentina
1:2 500 000
Instituto Geográfico Militar
1,580 x 1,150
1940 — Impresso em côres.

Mapa de la República Argentina
1:10 000 000
Instituto Geográfico Militar
0,436 x 0,296
1942 — Impresso em côres.

Mapa de la República Argentina
1:5 000 000
Instituto Geográfico Militar
1943 — Impresso em côres.

Mapa del Território de Neuquém
1:500 000
1,268 x 0,842
1941 — Impresso em côres.

Oceano Atlântico Sur
De Rio de La Plata a Cabo de Hornos.
1:3 000 000
Serviço Hidrográfico de Marina
0,942 x 0,709
1937 — Côres das convenções cartográficas.

Oceano Atlântico Sur y Oceano Glacial Antártico
1:5 000 000
Serviço Hidrográfico del Ministério de Marina
0,857 x 0,685
1940 — Côres das convenções cartográficas.

Oceano Glacial Antártico
Isla Decepción.
1:50 000
Dirección General de Navegación, Hidrografia, Faros y Balizas, del Ministério de Marina.
0,631 x 0,618
1944 — Côres das convenções cartográficas.

Quebrada del Valcom
Humauaca — Jujuy
Instituto Geográfico Militar
0,162 x 0,325
Obs: Panorama estereoscópico.

Rio Deseado
Território Nacional de Santa Cruz
1:20 000
Serviço Hidrográfico del Ministério de Marina.
0,628 x 0,1069
1915 — Côres das convenções cartográficas.

Rio de La Plata Superior
1:100 000
Serviço Hidrográfico del Ministério de Marina.
0,618 x 0,733
1930 — Côres das convenções cartográficas.

Rivadavia y sus alredores
1:50 000
Instituto Geográfico Militar
Mosaico irregular
Obs: Planta aerofotogramétrica.

A fotografia é um excelente documento geográfico, desde que se saiba exatamente o local fotografado. Envie ao Conselho Nacional de Geografia as fotografias panorâmicas que possuir, devidamente legendadas.

Revista Brasileira de Geografia

Índice dos trabalhos publicados nos n.os correspondentes aos anos I a V (1939 — 1943)

— III —

(Letras N a Z)

NÉBIAS, ARNALDO OTÁVIO, ENG.º — Bandeira Anhanguera — 1937 — Relatório do Eng.º ..., apresentação do Eng.º Luís Flores de Morais Rêgo, com ilustrações, n.º 2, pág. 155, ano II.

OLIVEIRA ROXO, MATIAS G. DE — Considerações sôbre as formações permo-carboníferas brasileiras, com ilustrações, n.º 1, pág. 39, ano V.

OLIVEIRA, SEBASTIÃO DE ALMEIDA — Toponímia fluvial tanabiense, com ilustrações, n.º 2, pág. 256, ano II.

PAULA CIDADE, F. DE — Aspectos geo-humanos de Mato-Grosso — Corumbá. Com ilustrações, n.º 2, pág. 173, ano V.

PAUWELS, GERALDO, PADRE — Extensão dos nossos rios, n.º 4, pág. 116, ano I.

PAUWELS, GERALDO, PADRE — Morfogênese do litoral catarinense (A), com ilustrações, n.º 4, pág. 785, ano III.

PEDRO GRANDE, J. C. ENG.º — Mapas municipais, relatório, n.º 1, pág. 138, ano III.

PEDROSA, CARLOS — Contribuição para o estudo da flora florestal paulista, n.º 4, pág. 881, ano III.

PRÍMIO, ALIPIO DI, GEN. — Fotogrametria, n.º 2, pág. 246, ano II.

RAJA GABAGLIA, J. FERNANDES, PROF. — Parecer sôbre a grafia dos nomes geográficos estrangeiros, n.º 4, pág. 659, ano II.

RAMOS, ARTUR — Malinowisky e o método funcionalista de cultura, n.º 3, pág. 673, ano IV.

RIBEIRO JOAQUIM, PROF. — Fundamentos geográficos de método no folclore brasileiro, com ilustrações, n.º 4, pág. 631, ano V.

RODRIGUES PEREIRA, RENATO BARBOSA, CEL. — Congresso Internacional de Geografia de Amsterdam, n.º 2, pág. 126, ano I.

RODRIGUES PEREIRA, RENATO BARBOSA, CEL. — Limites, n.º 1, pág. 114, ano III.

RONDON, CÂNDIDO MARIANO DA SILVA, GEN. — Etnografia, inquéritos geográficos, n.º 4, pág. 594, ano II.

RUELLAN, FRANCIS, PROF. — "Geography in american universities" — comentário ao artigo de J. Pico, n.º 3, pág. 603, ano IV.

RUELLAN, FRANCIS, PROF. — Orientação científica dos métodos de pesquisas geográficas, n.º 1, pág. 51, ano V.

RUELLAN, FRANCIS, PROF. — As normas da elaboração e da redação de um trabalho geográfico, n.º 4, pág. 559, ano V.

SAMPAIO FERRAZ, J. DE, PROF. — Subsídios para o estudo de um ciclo climatológico do sudeste brasileiro, temperaturas marítimas do Rio-de-Janeiro no período de .... 1879-1938, n.º 3, pág. 3, ano I.

SAMPAIO FERRAZ, J. DE, PROF. — Fitogeografia, inquéritos geográficos, n.º 1, pág. 59, ano II.

SAMPAIO FERRAZ, J. DE, PROF. — Estatística regional de plantas úteis, características botânicas, n.º 3, pág. 115, ano II.

SAMPAIO FERRAZ, J. DE, PROF. — "White setters in the tropics", comentário à obra de A. Grenfell Price, n.º 2, pág. 409, ano III.

SAMPAIO FERRAZ, J. DE, PROF. — Moldura florística às obras de engenharia rural, n.º 2, pág. 415, ano III.

SAMPAIO FERRAZ, J. DE, PROF. — "Principles of human geography", comentário à obra de Ellsworth Huntington, n.º 4, pág. 858, ano III.

SAMPAIO FERRAZ, J. DE, PROF. — A flora amazônica, com ilustrações, n.º 2, pág. 313, ano IV.

SAMPAIO FERRAZ, J. DE, PROF. — "Economic Geography", comentário à obra de Clarence F. Jones e Gordon Gerald Darkennwald, n.º 3, pág. 601, ano IV.

SANTOS, F. MARTINS, DR. — A propósito dos topônimos indígenas, n.º 4, pág. 113, ano I.

SEGADAS VIANA, JOÃO DE, MAJOR — Divisão territorial do Brasil, com ilustração, n.º 3, pág. 372, ano II.

SETZER, JOSÉ, ENG.º — Levantamentos agro-geológicos do Estado de São-Paulo (conferência com apresentação de gráficos diversos), n.º 1, pág. 82, ano III.

SETZER, JOSÉ, ENG.º — Levantamento dos solos do município de Campinas, Estado de São-Paulo, com ilustrações, n.º 1, pág. 39, ano IV.

SILVA, MOACIR M. F., ENG.º — Geografia dos transportes no Brasil, 1.º cap., "O Meio", com ilustrações, n.º 2, pág. 84, ano I.

SILVA, MOACIR M. F., ENG.º — Geografia dos transportes no Brasil, 2.º cap., "Penetração", com ilustrações, n.º 3, pág. 60, ano I.

SILVA, MOACIR M. F., ENG.º — Geografia dos transportes no Brasil, 3.º cap., "Interiorização" n.º 4, pág. 55, ano I.

SILVA, MOACIR M. F., ENG.º — Geografia dos transportes no Brasil, com ilustrações, cap.. IV — Produção n.º I, pág. 35; cap. V — Circulação interna primitiva, n.º II, pág. 216, ano VI — Circulação interna atual, n.º 3, pág. 407, e n.º 4, pág. 560, ano II.

SILVA, MOACIR M. F., ENG.º — Geografia dos transportes no Brasil, com ilustrações, n.º 1, pág. 54, n.º 2, pág. 374, n.º 3, pág. 589, e n.º 4, pág. 825, ano III.

SILVA, MOACIR M. F., ENG.º — Fronteiras internacionais, comentário à obra de S. Whittemore Boggs, com ilustrações, n.º 3, pág. 626, ano III.

SILVA, MOACIR M. F., ENG.º — Alguns animais curiosos da Amazônia, com ilustrações, n.º 2, pág. 357, ano IV.

SILVA, MOACIR M. F., ENG.º — Transportes na Amazônia, com ilustrações, n.º 3, pág. 545, ano IV.

SILVA, MOACIR M. F., ENG.º — Geografia das fronteiras, no Brasil, (Alguns aspectos), com ilustrações, n.º 4, pág. 749, ano IV.

SILVA, OSMAR ROMÃO DA — Rotas pioneiras de Santa-Catarina, com ilustração, n.º 4, pág. 4, ano III.

SIMAS PEREIRA, GILVANDRO, ENG.º — Expedição ao divisor de águas do Tocantins-São-Francisco, com ilustrações, n.º 4, pág. 791, ano IV.

SIMAS PEREIRA, GILVANDRO, ENG.º — Expedição ao Jalapão, com ilustrações, n.º 4, pág. 573, ano V.

SOUSA MARTINS, LUÍS — Notas sôbre a Geografia da Amazônia, com ilustrações, n.º 4, pág. 709, ano IV.

TAVARES, RAUL, ALMTE. — Oceanografia, n.º 4, pág. 851, ano III.

TEIXEIRA DE FREITAS, M. A., DR. — Redivisão política do Brasil (A), (Estudos sôbre 1.º de dezembro de 1937, perante um grupo de brasileiros de elevadas responsabilidades na direção dos negócios públicos), com ilustrações, n.º 3, pág. 533, ano III.

VARGAS, GETÚLIO, PRESIDENTE — Discurso do rio Amazonas, n.º 2, pág. 259, ano IV.

VÁRZEA, AFONSO, PROF. — Relêvo do Brasil, com ilustrações, n.º 1, pág. 97, ano IV.

VIEIRA, FLÁVIO — Classificação regional das estradas de ferro brasileiras, n.º 1, pág. 99, ano V.

ZARUR, JORGE, PROF. — Geografia no curso secundário (A), com ilustrações, n.º 2, pág. 227, ano III.

ZARUR, JORGE, PROF. — Canal de São-Simão, com ilustrações, n.º 3, pág. 621, ano III.

ZARUR, JORGE, PROF. — "Latin America" — Odissey Press Inc. New York, 1942 — Comentário à obra de Preston James, com ilustrações, n.º 3, pág. 587, ano IV.

ZARUR, JORGE, PROF. — Geopolítica — "The Strugle for spage and Power — Geopolítica: a luta por espaço e poder, comentário à obra de Robert Strazz, n.º 4, pág. 849, ano IV.

ZARUR, JORGE, PROF. — Um comentário sôbre a classificação de Köppen, com ilustrações, n.º 2, pág. 250, ano V.

O Serviço Central de Documentação Geográfica do Conselho Nacional de Geografia é completo, compreendendo Biblioteca, Mapoteca, Fototeca e Arquivo Corográfico, destinando-se êste à guarda de documentos como sejam inéditos e artigos de jornais. Envie ao Conselho qualquer documento que possuir sôbre o território brasileiro.

Leis e Resoluções

Ementário dos decretos-leis publicados no mês de junho de 1945

* **Decreto-lei n.º 7 575, de 21 de maio de 1945** — Revoga o Decreto-lei n.º 3 175, de 7 de abril de 1941 (Reproduz-se por ter saído com incorreções em 29-7-1945).

"Diário Oficial" de 2-6-45.

* **Decreto-lei n.º 7 591, de 31 de maio de 1945** — Concede subvenção à "S. A. Emprêsa de Viação Aérea Rio-Grandense Varig e dá outras providências.

"Diário Oficial" de 2-6-45.

* **Decreto-lei n.º 7 592, de 31 de maio de 1945** — Altera um dispositivo da Lei de Organização dos Quadros e Efetivos do Exército.

"Diário Oficial" de 2-6-45.

* **Decreto-lei n.º 7 593, de 31 de maio de 1945** — Revoga os Decretos-leis nºs. 4 874, de 23 de outubro de 1942, 5 208, de 20 de janeiro de 1943, 5 274, de 23 de fevereiro de 1943 e 5 430, de 28 de abril de 1943.

"Diário Oficial" de 2-6-45.

* **Decreto-lei n.º 7 594, de 31 de maio de 1945** — Cria o 2.º e o 3.º Batalhão de Carros de Combate da Divisão Motomecanizada.

"Diário Oficial" de 2-6-45.

* **Decreto-lei n.º 7 595, de 31 de maio de 1945** — Concede pensão especial a Margarida Marta da Conceição.

"Diário Oficial" de 2-6-45.

* **Decreto-lei n.º 7 596, de 31 de maio de 1945** — Abre ao Ministério da Viação e Obras Públicas o crédito especial de Cr$ 13 116 108,10, para obras e aquisições pela Estrada de Ferro D. Teresa Cristina.

"Diário Oficial" de 2-6-45.

* **Decreto-lei n.º 7 597, de 31 de maio de 1945** — Abre ao Ministério da Viação e Obras Públicas o crédito especial de Cr$ 8 768 320,90, para despesas com o aumento dos orçamentos dos trechos ferroviários de Criciúma a Beluno e de Beluno a Treviso, da Estrada de Ferro D. Teresa Cristina.

"Diário Oficial" de 2-6-45.

* **Decreto-lei n.º 7 598, de 31 de maio de 1945** — Cria uma coletoria federal, no município de Salgado, no Estado de Sergipe, e dá outras providências.

"Diário Oficial" de 2-6-45.

* **Decreto-lei n.º 7 599, de 31 de maio de 1945** — Cria uma coletoria federal no município de Açaí, no Estado do Paraná, e dá outras providências.

"Diário Oficial" de 2-6-45.

* **Decreto-lei n.º 7 600, de 31 de maio de 1945** — Abre ao Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio o crédito de Cr$ 1 988 759,10, para pagamento de contribuição às instituições que menciona.

"Diário Oficial" de 2-6-45.

* **Decreto-lei n.º 7 601, de 31 de maio de 1945** — Determina a distribuição de crédito à Tesouraria do Departamento de Administração do Ministério da Educação e Saúde.

"Diário Oficial" de 2-6-45.

* **Decreto-lei n.º 7 602, de 31 de maio de 1945** — Torna extensivo ao pessoal admitido para os serviços articulados por acôrdo de fomento agrícola o regime do salário-família.

"Diário Oficial" de 2-6-45.

* **Decreto-lei n.º 7 603, de 31 de maio de 1945** — Altera carreiras do Quadro Suplementar do Ministério da Marinha e dá outras providências.

"Diário Oficial" de 2-6-45.

* **Decreto-lei n.º 7 604, de 31 de maio de 1945** — Modifica dispositivos do Código Nacional de Trânsito.

"Diário Oficial" de 2-6-45.

Decreto-lei n.º 7 605, de 2 de junho de 1945 — Dispõe sôbre a cobrança da taxa kW criada pelo Decreto-lei n.º 2 281, de 5 de junho de 1940, e sôbre a fixação dos valores das cotas respectivas no exército de 1946.

"Diário Oficial" de 5-6-45.

Decreto-lei n.º 7 606, de 2 de junho de 1945 — Revoga o Decreto-lei n.º 5 165, de 31 de dezembro de 1942.

"Diário Oficial" de 5-6-45.

---

* Decretos-leis datados de maio e publicados em junho.

Também foi publicado em junho o Decreto-lei n.º 7 315A, de 10 de fevereiro de 1945 que "Dispõe sôbre a requisição, ocupação e desapropriação de imóveis destinados à defesa nacional".

Decreto-lei n.º 7 607, de 2 de junho de 1945 — Dispõe sôbre a concessão de gratificação de Magistério a professôres de estabelecimento de ensino do Exército.

"Diário Oficial" de 5-6-45.

Decreto-lei n.º 7 608, de 2 de junho de 1945 — Cria funções gratificadas no Quadro Permanente do Departamento Administrativo do Serviço Público.

"Diário Oficial" de 5-6-45.

Decreto-lei n.º 7 609, de 5 de junho de 1945 — Prorroga o prazo de que trata o Decreto-lei n.º 7 500, de 30 de abril de 1945, e dá outras providências.

"Diário Oficial" de 6-6-45.

Decreto-lei n.º 7 610, de 5 de junho de 1945 — Dispõe sôbre a contribuição para o montepio militar.

"Diário Oficial" de 7-6-45.

Decreto-lei n.º 7 611, de 5 de junho de 1945 — Dispõe sôbre desertores e insubmissos e dá outras providências.

"Diário Oficial" de 7-6-45.

Decreto-lei n.º 7 612, de 5 de junho de 1945 — Transfere ao Estado do Rio-de-Janeiro dois lotes de terrenos situados em Resende, no mesmo Estado, e dá outras providências

"Diário Oficial" de 7-6-45.

Decreto-lei n.º 7 613, de 5 de junho de 1945 — Prorroga por mais um ano os contratos de locação de imóvel rural em vigor no Estado do Rio-Grande-do-Sul.

"Diário Oficial" de 7-6-45.

Decreto-lei n.º 7 614, de 5 de junho de 1945 — Aprova a linha divisória entre os Estados do Rio-de-Janeiro e Minas-Gerais.

"Diário Oficial" de 7-6-45.

Decreto-lei n.º 7 615, de 6 de junho de 1945 — Dispõe sôbre a aposentadoria de funcionário interino e dá outras providências.

"Diário Oficial" de 8-6-45.

Decreto-lei n.º 7 616, de 6 de junho de 1945 — Cria mais uma unidade de infantaria na Polícia Militar do Distrito-Federal.

"Diário Oficial" de 8-6-45.

Decreto-lei n.º 7 617, de 6 de junho de 1945 — Transfere gratuitamente e sob condições, à paróquia de Santa-Cruz, área de terreno nacional interior, que menciona, situada no núcleo colonial de Santa-Cruz, no Distrito-Federal, e dá outras providências.

"Diário Oficial" de 8-6-45.

Decreto-lei n.º 7 618 — (Ainda não foi publicado)

Decreto-lei n.º 7 619, de 7 de junho de 1945 — Cria uma coletoria federal no município de Seridó, no Estado do Rio-Grande-do-Norte, e dá outras providências.

"Diário Oficial" de 9-6-45.

Decreto-lei n.º 7 620, de 7 de junho de 1945 — Cria uma coletoria federal no município de Poté, no Estado de Minas-Gerais, e dá outras providências.

"Diário Oficial" de 9-6-45.

Decreto-lei n.º 7 621, de 8 de junho de 1945 — Autoriza a doação de imóvel à Fundação Benjamim Guimarães.

"Diário Oficial" de 11-6-45.

Decreto-lei n.º 7 622, de 11 de junho de 1945 — Estende o regime de consignação em fôlha de pagamento aos extranumerários diaristas e tarefeiros da União.

"Diário Oficial" de 13-6-45.

Decreto-lei n.º 7 623, de 11 de junho de 1945 — Aprova o convênio celebrado entre os Estados cafeeiros, em 15 de março de 1945, e dá outras providências.

"Diário Oficial" de 13-6-45.

Decreto-lei n.º 7 624, de 11 de junho de 1945 — Abre ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores, o crédito especial de Cr$ .... 10 000,00 para atender à despesa com o pagamento de diferença de gratificação de comando.

"Diário Oficial" de 13-6-45.

Decreto-lei n.º 7 625, de 11 de junho de 1945 — Desapropria os prédios n.º 70 da rua Visconde da Gávea e os de nºs. 131, 133, 135, 137, 139, 141, 151, 153, 155, 157, 159, 161, 163, 165, 167, 169 e 171 da rua Senador Pompeu.

"Diário Oficial" de 13-6-45.

Decreto-lei n.º 7 626, de 11 de junho de 1945 — Revoga o Decreto-lei n.º 5 248, de 15 de fevereiro de 1943.

"Diário Oficial" de 13-6-45.

Decreto-lei n.º 7 627, de 11 de junho de 1945 — Eleva o orçamento das obras do pôrto de Mucuripe.

"Diário Oficial" de 13-6-45.

Decreto-lei n.º 7 628, de 12 de junho de 1945 — Dispõe sôbre as carreiras de Oficial Administrativo dos Ministérios da Agricultura e da Educação e Saúde e abre crédito suplementar.

"Diário Oficial" de 16-6-45.

Decreto-lei n.º 7 629, de 12 de junho de 1945 — Abre ao Ministério da Agricultura o crédito especial de Cr$ 12 200,00 para pagamento de ajuda de custo.

"Diário Oficial" de 14-6-45.

Decreto-lei n.º 7 630, de 12 de junho de 1945 — Abre ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores o crédito suplementar de Cr$ 20 529,10, à verba que especifica.

"Diário Oficial" de 14-6-45.

Decreto-lei n.º 7 631, de 12 de junho de 1945 — Derroga o Decreto-lei n.º 7 510, de 30 de abril de 1945, e dá outras providências.

"Diário Oficial" de 14-6-45.

Decreto-lei n.º 7 632, de 12 de junho de 1945 — Autoriza a cobrança de taxas adicionais nas estradas de ferro.

"Diário Oficial" de 14-6-45.

Decreto-lei n.º 7 633, de 12 de junho de 1945 — Abre ao Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito especial de: Cr$ 2 000 000,00, para atender ao início da construção da ligação ferroviária Lima Duarte-Bom Jardim.

"Diário Oficial" de 14-6-45.

Decreto-lei n.º 7 634, de 12 de junho de 1945 — Abre ao Ministério da Viação e Obras Públicas um crédito suplementar de Cr$ .... 48 000,00, à verba que especifica.

"Diário Oficial" de 14-6-45.

Decreto-lei n.º 7 635, de 12 de junho de 1945 — Altera sem aumento de despesa, o orçamento do Plano de Obras e Equipamentos para 1945 na parte relativa ao Ministério de Viação e Obras Públicas.

"Diário Oficial" de 14-6-45.

Decreto-lei n.º 7 636, de 12 de junho de 1945 — "Cria na Parte Permanente do Quadro VI — Rêde de Viação Cearense, do Ministério de Viação e Obras Públicas, a carreira de Dactilógrafo, e dá outras providências".

"Diário Oficial" de 14-6-945.

Decreto-lei n.º 7 637, de 12 de junho de 1945 — "Declara extintas as taxas de inspeção que recaem sôbre os estabelecimentos particulares de ensino superior, secundário e comercial".

"Diário Oficial" de 14-6-945.

Decreto-lei n.º 7 638, de 12 de junho de 1945 — "Altera dispositivos do Decreto-lei n.º 6 022, de 23 de novembro de 1943, e dá outras providências".

"Diário Oficial" de 14-6-945.

Decreto-lei n.º 7 639, de 12 de junho de 1945 — "Altera a carreira de Bibliotecario-Auxiliar do Quadro Permanente do Departamento Administrativo do Serviço Público".

"Diário Oficial" de 14-6-945.

Decreto-lei n.º 7 640, de 13 de junho de 1945 — "Prorroga, por seis meses, o prazo concedido pelo Decreto-lei n.º 7 149, de 13 de dezembro de 1944, para que as firmas e emprêsas interessadas na industrialização da mandioca ou no comércio em grosso dos seus produtos, efetuem a sua inscrição na C. E. P. M.".

"Diário Oficial" de 15-6-945.

Decreto-lei n.º 7 641, de 14 de junho de 1945 — "Dispõe sôbre auxílio pecuniário, por motivo de enfermidade, ao pessoal para obras da União".

"Diário Oficial" de 18-6-945.

Decreto-lei n.º 7 642, de 14 de junho de 1945 — "Revoga o Decreto-lei n.º 1 401, de 3 de junho de 1939".

"Diário Oficial" de 18-6-945.

Decreto-lei n.º 7 643, de 14 de junho de 1945 — "Altera o Decreto-lei n.º 6 022, de 23 de novembro de 1943, acrescentando uma alínea no item IV, do seu art. 4.º".

"Diário Oficial" de 18-6-945.

Decreto-lei n.º 7 644, de 14 de junho de 1945 — "Autoriza o prefeito do Distrito Federal a isentar a "Casa da Empregada" do pagamento do impôsto que menciona".

"Diário Oficial" de 18-6-945.

Decreto-lei n.º 7 645, de 14 de junho de 1945 — "Abre ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores o crédito suplementar de Cr$ 100 000,00, à verba que especifica".

"Diário Oficial" de 18-6-945.

Decreto-lei n.º 7 646, de 14 de junho de 1945 — "Cria o Campo de Semente de Horticultura e Frutic[illegible]tura de Virgínia, do Ministério da Agricultura, e adota outras providências".

"Diário [illegible]icial" de 18-6-945.

Decreto-lei n.º 7 647, de 14 de junho de 1945 — "Cria uma coletoria federal no município de Monte-[illegible]ho no Estado de Minas-Gerais, e dá outras providências".

"Diário Ofi[illegible]al" de 18-6-945.

Decreto-lei n.º 7 48, de 15 de junho de 1945 — "Abre crédito suplementar ao Ministério do Trabalho, [illegible]ústria e Comércio".

"Diário Oficial de 19-6-945.

Decreto-lei n.º 7 64[illegible] de 15 de junho de 1945 — "Abre crédito suplementar ao Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio".

"Diário Oficial" de [illegible]8-6-945.

Decreto-lei n.º 7 650, de [illegible] de junho de 1945 — "Autoriza o prefeito do Distrito Federal a isentar a Associação Cristã Feminina do Rio-de-Janeiro dos impostos que menciona".

"Diário Oficial" de 18-6-945.

Decreto-lei n.º 7 651, de 18 de junho de 1945 — "Altera as carreiras do Ministério da Fazenda, e dá outras providências".

"Diário Oficial" de 20-6945.

Decreto-lei n.º 7 652, de 18 de junho de 1945 — "Autoriza a cobrança de juros de mora sôbre dívidas referentes os serviços prestados pelo pôrto do Rio-e-Janeiro".

"Diário Oficial" de 20-6-945.

Decreto-lei n.º 7 653, de 18 de junho de 1945 — "Altera a carreira de Médicos do Quadro II — Extinto, do Ministério da Viação e Obras Públicas, e dá outras providências".

"Diário Oficial" de 20-6-945

Decreto-lei n.º 7 654, de 18 de junho de 1945 — "Cria a carreira de Arquivista no Quadro Permanente do Ministério da Guerra e dá outras providências".

"Diário Oficial" de 20-6-945.

Decreto-lei n.º 7 655, de 18 de junho de 1945 — "Autoriza a modificação do Quadro Territorial do Estado de Goiás".

"Diário Oficial" de 20-6-945.

Decreto-lei n.º 7 656, de 18 de junho de 1945 — "Abre ao Ministério das Relações Exteriores, o crédito de Cr$ 145 000,00 à verba que especifica".

"Diário Oficial" de 20-6-945.

Decreto-lei n.º 7 657, de 18 de junho de 1945 — "Suprime cargo em comissão no Quadro Permanente no Ministério da Agricultura".

"Diário Oficial" de 20-6-945.

Decreto-lei n.º 7 658, de 19 de junho de 1945 — "Altera disposições da Lei do Serviço Militar e dá outras providências".

"Diário Oficial" de 21-6-945.

Decreto-lei n.º 7 659, de 21 de junho de 1945 — "Estende aos representantes das autarquias o benefício do art. 32 do decreto-lei n.º 1 608, de 18 de setembro de 1939".

"Diário Oficial" de 25-6-945.

Decreto-lei n.º 7 660, de 21 de junho de 1945 — "Dispõe sôbre as férias dos juízes substitutos".

"Diário Oficial" de 25-6-945.

Decreto-lei n.º 7 661 — (Ainda não publicado).

Decreto-lei n.º 7 662, de 21 de junho de 1945 — "Abre ao Ministério da Fazenda o crédito especial de Cr$ 340 000,00, para o serviço de assinatura das "Obrigações de Guerra".

"Diário Oficial" de 25-6-945.

Decreto-lei n.º 7 663, de 21 de junho de 1945 — "Abre ao Ministério da Agricultura, o crédito suplementar de Cr$ 84 000,00, à verba que especifica".

"Diário Oficial" de 23-6-945.

Decreto-lei n.º 7 664, de 21 de junho de 1945 — "Dispõe sôbre a matéria de que trata o Decreto-lei n.º 5.25, de 22 de dezembro de 1942".

"Diário Oficial" de 23-6-945.

Decreto-lei n.º 7 66[illegible] de 21 de junho de 1945 — "Abre ao Ministério das Relações Exteriores o crédito especial de Cr$ 250 000,00, para despesas decorrentes da participação do Brasil na solução da questão de limites entre o Equador e o Peru".

"Diário Oficial" de 23-6-945.

Decreto-lei n.º 7 666, de 22 de junho de 1945 — "Dispõe sôbre os atos contrários à ordem moral e econômica".

"Diário Oficial" de 22-6-945.

Decreto-lei n.º 667, de 22 de junho de 1945 — "Encorpora ao Patrimônio Nacional, nas coleções do Museu Histórico Nacional objetos que representam lembranças pessoais do barão de Cotegipe".

"Diário Oficial" de 22-6-945.

Decreto-lei n. 7 668, de 22 de junho de 1945 — "Revoga o Decreto-lei n.º 6 513, de 19 de maio de 1944".

"Diário Oficial" de 26-6-945.

Decreto-lei n.º 7 669, de 22 de junho de 1945 — "Modifica a redação do Decreto-lei n.º 6 425, de 14 de abril de 1944, que dispõe sôbre a obrigatoriedade do uso do guaraná em todos os produtos cuja propaganda comercial se baseie no nome daquela planta".

"Diário Oficial" de 26-6-945.

Decreto-lei n.º 7 670, de 25 de junho de 1945 — "Altera a denominação da Diretoria Regional dos Correios e Telégrafos de Pôrto-Velho".

"Diário Oficial" de 27-6-945.

Decreto-lei n.º 7 671, de 25 de junho de 1945 — "Autoriza o ministro da Fazenda a mandar cunhar na Casa da Moeda a importância de Cr$ 300 000 000,00, em moedas auxiliares e divisionárias, e dá outras providências".

"Diário Oficial" de 27-6-945.

Decreto-lei n.º 7 672, de 25 de junho de 1945 — "Estabelece a abreviatura da palavra centavos".

"Diário Oficial" de 27-6-945.

Decreto-lei n.º 7 673, de 25 de junho de 1945 — "Estende aos servidores dos Territórios o regime do salário-família".

"Diário Oficial" de 27-6-945.

Decreto-lei n.º 7 674, de 25 de junho de 1945 — "Dispõe sôbre a administração das entidades desportivas, especialmente sob o ponto de vista financeiro, e estabelece medidas de proteção financeira aos desportos".

"Diário Oficial" de 28-6-945.

Decreto-lei n.º 7 675, de 26 de junho de 1945 — "Reorganiza o Tribunal Marítimo Administrativo e dá outras providências".

"Diário Oficial" de 28-6-945.

Decreto-lei n.º 7 676, de 26 de junho de 1945 — "Prorroga, por mais seis meses, a vigência do Decreto-lei n.º 5 626, de 28 de junho de 1943, e dá outras providências.

"Diário Oficial" de 28-6-945.

Decreto-lei n.º 7 677, de 26 de junho de 1945 — "Prorroga, até 31 de dezembro de 1945, as disposições dos decretos-leis que especifica".

"Diário Oficial" de 28-6-945.

Decreto-lei n.º 7 678, de 26 de junho de 1945 — "Altera o enunciado de rubricas do Plano de Obras e Equipamentos".

"Diário Oficial" de 28-6-945.

Decreto-lei n.º 7 679, de 26 de junho de 1945 — "Reduz taxas postais internacionais aéreas e dá outras providências".

"Diário Oficial" de 28-6-945.

Decreto-lei n.º 7 680, de 26 de junho de 1945 — "Abre, pelo Ministério da Justiça e Negócios Interiores, o crédito suplementar de Cr$ 108 000,00 à dotação que especifica".

"Diário Oficial" de 28-6-945.

Decreto-lei n.º 7 681, de 27 de junho de 1945 — "Abre ao Ministério da Educação e Saúde, o crédito suplementar de Cr$ 786 000,00 à verba que especifica".

"Diário Oficial" de 29-6-945.

Decreto-lei n.º 7 682, de 27 de junho de 1945 — "Altera o Decreto-lei n.º 7 367, de 8 de março de 1945".

"Diário Oficial" de 29-6-945.

Decreto-lei n.º 7 683, de 27 de junho de 1945 — "Abre ao Ministério da Agricultura o crédito suplementar de Cr$ 100 000,00 à verba que especifica".

"Diário Oficial" de 29-6-945.

Decreto-lei n.º 7 684, de 28 de junho de 1945 — "Altera a carreira de Oficial Administrativo do Quadro Permanente do Ministério da Justiça e Negócios Interiores e abre crédito suplementar".

"Diário Oficial" de 28-6-945.

Decreto-lei n.º 7 685, de 28 de junho de 1945 — "Dispõe sôbre a vigência do Decreto-lei n.º 7 666, de 22 de junho de 1945 e dá outras providências".

"Diário Oficial" de 30-6-945.

Decreto-lei n.º 7 686, de 28 de junho de 1945 — "Abre ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores o crédito especial de Cr. 252 900,00, para o fim que especifica".

"Diário Oficial" de 30-6-945.

Decreto-lei n.º 7 687, de 28 de junho de 1945 — "Prorroga até 31 de agôsto de 1945 o prazo fixado no art. 1.º do Decreto-lei n.º 7 576, de 22 de maio de 1945.

"Diário Oficial" de 30-6-945.

Decreto-lei n.º 7 688, de 28 de junho de 1945 — "Dispõe sôbre a inatividade dos oficiais do Corpo de Fuzileiros Navais, e dá outras providências".

"Diário Oficial" de 30-6-945.

Decreto-lei n.º 7 689, de 28 de junho de 1945 — "Autoriza o Ministério da Aeronáutica a celebrar contrato com o govêrno do Estado de São-Paulo, para a exploração do Aeropôrto de Congonhas".

"Diário Oficial" de 30-6-945.

Decreto-lei n.º 7 690, de 29 de junho de 1945 — "Concede à Legião Brasileira de Assistência isenção de todos os impostos federais e municipais".

"Diário Oficial" de 29-6-945.

Decreto-lei n.º 7 691, de 29 de junho de 1945 — "Prorroga os prazos a que se referem os arts. 4.º e 13 do Decreto-lei n.º 7 449, que dispõe sôbre a organização da vida rural".

"Diário Oficial" de 30-6-945.

O Boletim do Conselho Nacional de Geografia é distribuído gratuitamente aos órgãos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística e a determinadas instituições e personalidades, a critério da direção, destinando-se os exemplares restantes, à venda pública.

Íntegra da legislação de interêsse geográfico

Decretos-leis

Decreto-lei n.º 7 547, de 14 de maio de 1945

Institui a Medalha comemorativa do primeiro centenário do nascimento do barão do Rio Branco

O Presidente da República, considerando o que lhe expôs o encarregado do Expediente do Ministério das Relações Exteriores e a fim de ser assinalada por modo solene e mais perdurável a memorável data da passagem do primeiro centenário do nascimento de José Maria da Silva Paranhos Júnior (barão do Rio-Branco), comemorada em todo o território nacional com civismo e brilho inexcediveis e usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição,

Decreta:

Art. 1.º — Fica instituída a Medalha de Prata comemorativa da passagem do primeiro centenário do nascimento de José Maria da Silva Paranhos Júnior (barão do Rio-Branco).

Art. 2.º — A Medalha comemorativa do centenário do barão do Rio-Branco será outorgada de motu-próprio pelo chefe do Estado e também pelo conselho da Ordem Nacional do Cruzeiro do Sul, por proposta dos seus componentes e dos ministros de Estado, conferida aos membros do corpo diplomático estrangeiro acreditado junto ao govêrno brasileiro em 20 de abril de 1945 e extensiva aos cidadãos brasileiros civis ou militares que tenham sido julgados merecedores da distinção, em virtude dos serviços prestados, cooperando nas festas cívicas do referido centenário.

Art. 3.º — A Medalha comemorativa do centenário do nascimento do barão do Rio-Branco, de acôrdo com o modêlo junto, terá as características e anexos ali representados.

Art. 4.º — Revogam-se as disposições em contrário.

Rio-de-Janeiro, 14 de maio de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

GETÚLIO VARGAS.
José Roberto de Macedo Soares.
Agamemnon Magalhães.
Henrique A. Guilhem.
Eurico G. Dutra.
A. de Sousa Costa.
João de Mendonça Lima.
Apolônio Sales.
Gustavo Capanema.
Alexandre Marcondes Filho.
Joaquim Pedro Salgado Filho.

*

Decreto-lei n.º 7 561, de 18 de maio de 1945

Dispõe sôbre as concessões e cessões de terras devolutas à Fundação Brasil Central

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição,

Decreta:

Art. 1.º — É dispensada a exigência do art. 35, parágrafo único, do Decreto-lei n.º 1 202, de 8 de abril de 1939, para as concessões ou cessões de terras devolutas que os Estados do Pará, Amazonas, Mato-Grosso e Goiás venham a fazer à Fundação Brasil-Central, nos têrmos do art. 5.º dos respectivos Estatutos, aprovados pelo Decreto n.º 17 274, de 30 de novembro de 1944.

Art. 2.º — O presente decreto-lei entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio-de-Janeiro, 18 de maio de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

GETÚLIO VARGAS.
Agamemnon Magalhães.

"Diário Oficial" de 21-5-945.

*

Decreto-lei n.º 7 563, de 21 de maio de 1945

Dispõe sôbre a localização da Cidade Universitária da Universidade do Brasil e dá outras providências

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição,

Decreta:

Art. 1.º — Ficam reservadas, para a construção da Cidade Universitária da Universidade do Brasil, as seguintes áreas:

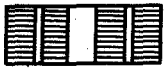
I — Ilha de Bom Jesus, excluída a área de cêrca de 120 000 metros quadrados, na extremidade nordeste, destinada ao Asilo de Inválidos da Pátria e que permanecerá sob a jurisdição do Ministério da Guerra.

II — Ilha do Pinheiro.

III — Ilhas Pindaí do Ferreira e Pindaí do França.

IV — Ilha de Sapucaia, inclusive a parte atualmente do domínio da Prefeitura do Distrito-Federal e que passa para o da União, obrigando-se esta a estabelecer, na Cidade Universitária, uma área de logradouros públicos igual ou superior à transferida.

ANVERSO



REVERSO

V — Tôda a parte da ilha do Fundão que não interessar ao Ministério da Aeronáutica.

VI — Os acrescidos de marinha que para êsse fim forem feitos entre ou em tôrno das ilhas mencionadas.

Parágrafo único — Tendo em vista o disposto no inciso V dêste artigo, o ônus da desapropriação da parte alodial da ilha do Fundão transferida do Ministério da Aeronáutica para a Cidade Universitária, passará a correr à conta das dotações a esta última destinadas.

Art. 2.º — Ficam sem efeito todos os atos decorrentes da localização da Cidade Universitária na Vila Valqueire, assim como revogado o Decreto-lei n.º 6 574, de 8 de junho de 1944, exceto no que diz respeito ao parágrafo único de seu art. 1.º.

Art. 3.º — Os imóveis a que se referem os arts. 17 e 20 da Lei n.º 452, de 5 de julho de 1937, continuarão a ser alienados em benefício da Cidade Universitária, de acôrdo com o disposto nos parágrafos dêste artigo.

§ 1.º — O Serviço de Patrimônio da União providenciará a alienação dos citados imóveis, recolhendo as quantias obtidas, imediatamente, a uma conta especial aberta no Banco do Brasil, sob a rubrica "Recursos da Cidade Universitária", conta cuja movimentação sòmente poderá ser feita para os fins especificados no § 3.º dêste artigo.

§ 2.º — À medida que o planejamento e a execução da Cidade Universitária forem exigindo novos recursos monetários, serão abertos créditos especiais em benefício da referida obra, os quais serão depositados na conta aberta no Banco do Brasil, em nome do chefe do Escritório Técnico da Universidade do Brasil, por fôrça do art. 6.º do Decreto-lei n.º 7 217, de 30 de dezembro de 1944.

§ 3.º — Simultâneamente com o que estatui o parágrafo anterior, e em cada lei que determinar a abertura de um crédito especial em favor da Cidade Universitária, será determinado o recolhimento de igual importância ao Tesouro Nacional, como receita extraordinária, e que será debitada ao saldo da conta "Recursos da Cidade Universitária".

Art. 4.º — O presente decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 5.º — Revogam-se as disposições em contrário.

Rio-de-Janeiro, 21 de maio de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

GETÚLIO VARGAS.
Gustavo Capanema.
Agamemnon Magalhães.
Eurico G. Dutra.
A. de Sousa Costa.
Joaquim Pedro Salgado Filho.

"Diário Oficial" de 23-5-945.

*

Decreto-lei n.º 7 575, de 21 de maio de 1945

Revoga o Decreto-lei n.º 3 175, de 7 de abril de 1941

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição e

Considerando cessados os motivos de ordem política que levaram o govêrno a restringir a entrada de estrangeiros em território nacional e por lhe parecer conveniente facilitar desde já a imigração dos países europeus para o Brasil,

Decreta:

Artigo único — Fica revogado o Decreto-lei n.º 3 175, de 7 de abril de 1941.

Rio-de-Janeiro, 21 de maio de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

GETÚLIO VARGAS.
Agamemnon Magalhães.
Henrique A. Guilhem.
Eurico G. Dutra.
José Roberto de Macedo Soares.
A. de Sousa Costa.
João de Mendonça Lima.
Apolônio Sales.
Gustavo Capanema.
Alexandre Marcondes Filho.
Joaquim Pedro Salgado Filho.

"Diário Oficial" de 2-6-945.

*

Decreto-lei n.º 7 585, de 25 de maio de 1945

Modifica a redação do parágrafo único do art. 1.º do Decreto-lei n.º 5 739, de 11 de agôsto de 1943

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição,

Decreta:

Art. 1.º — Fica assim redigido o parágrafo único do art. 1.º do Decreto-lei n.º 5 739, de 11 de agôsto de 1943:

"Parágrafo único — O pagamento será feito ao presidente da Comissão Especial para São-João-Marcos, que aplicará a importância recebida na construção, no município de Mangaratiba, de uma igreja em que se aproveitem os elementos de arte tradicionais da antiga matriz, de acôrdo com o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, e destinará o saldo que houver à construção de habitações para os moradores reconhecidamente pobres de São-João-Marcos e à de um hospital para assistir enfermos desvalidos do referido município".

Art. 2.º — Revogam-se as disposições em contrário.

Rio-de-Janeiro, 25 de maio de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

GETÚLIO VARGAS.
Gustavo Capanema.

"Diário Oficial" de 31-5-945.

*

Decreto-lei n.º 7 614, de 5 de junho de 1945

Aprova a linha divisória entre os Estados do Rio-de-Janeiro e de Minas-Gerais

O Presidente da República, usando das atribuições que lhe confere o art. 180 da Constituição,

Decreta:

Art. 1.º — Fica aprovada a linha divisória entre os Estados do Rio-de-Janeiro e de Minas-Gerais a que se referem os Decretos-leis estaduais, respectivamente, ns. 1 260 e 1 201, de 10 de novembro e 27 de outubro de 1944.

Art. 2.º — Êste decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio-de-Janeiro, 5 de junho de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

GETÚLIO VARGAS.
Agamemnon Magalhães.

"Diário Oficial" de 7-6-945.

*

Decreto-lei n.º 7 635, de 12 de junho de 1945

Altera, sem aumento de despesa, o orçamento do Plano de Obra e Equipamentos para 1945, na parte relativa ao Ministério da Viação e Obras Públicas

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição,

Decreta:

Art. 1.º — No anexo 12 — Ministério da Viação e Obras Públicas — do orçamento do "Plano de Obras e Equipamentos" para o corrente ano (Decreto-lei n.º 7 213, de 30 de dezembro de 1944), fica introduzida a seguinte modificação, sem aumento de despesa:

CONSIGNAÇÃO I — OBRAS

01 — Estudos e projetos; obras a serem iniciadas no exercício e sua fiscalização.

01 — Estudos e projetos

33 — Departamento Nacional de Obras e Saneamento

a) Estudos e serviços preliminares destinados à elaboração de projetos e obras definitivas, visando o saneamento da Baixada Paranaense, nos municípios de Paranaguá, Antonina e Morretes

Passa de ..... Cr$ 2 000 000,00
Para ..... Cr$ 1 000 000,00

02 — Prosseguimento e conclusão de obras iniciadas em exercícios anteriores e sua fiscalização; instalações, aparelhamento e equipamento.

01 — Prosseguimento e conclusão de obras iniciadas em exercícios anteriores e sua fiscalização.

33 — Departamento Nacional de Obras e Saneamento

h) Prosseguimento das obras de saneamento do Recôncavo baiano . Cr$ 1 000 000,00

Art. 2.º — Êste decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º — Revogam-se as disposições em contrário.

Rio-de-Janeiro, 12 de junho de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

GETÚLIO VARGAS.
João de Mendonça Lima.
A. de Sousa Costa.

"Diário Oficial" de 14-6-945.

*

Decreto-lei n.º 7 655, de 18 de junho de 1945

Autoriza a modificação do quadro territorial do Estado de Goiás

O presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição,

Decreta:

Art. 1.º — O govêrno do Estado de Goiás fica autorizado a, dentro de 30 dias contados da publicação desta lei, baixar decreto-lei pelo qual serão feitas as seguintes alterações no quadro territorial do Estado:

a) elevação dos atuais distritos de Itapaci e Itaguatins à categoria de municípios e têrmos; e

b) recondução dos atuais têrmos e municípios de Itacê e Araguatins à situação de distritos.

Art. 2.º — A presente lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio-de-Janeiro, 18 de junho de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

GETÚLIO VARGAS.
Agamemnon Magalhães.

"Diário Oficial" de 20-6-945.

*

Decreto-lei n.º 7 665, de 21 de junho de 1945

Abre ao Ministério das Relações Exteriores o crédito especial de Cr$ 250.000,00, *para despesas decorrentes da participação do Brasil na solução da questão de limites entre o Equador e o Peru*

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição,

Decreta:

Art. 1.º — Fica aberto ao Ministério das Relações Exteriores o crédito especial de duzentos e cinqüenta mil cruzeiros (Cr$ ..... 250 000,00), que será distribuído à Delegacia do Tesouro Brasileiro em Nova York, para atender às despesas (Serviços e Encargos) decorrentes da participação do Brasil na solução da questão de limites entre o Equador e o Peru, a partir de 1 de janeiro de 1945.

Art. 2.º — Êste decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º — Revogam-se as disposições em contrário.

Rio-de-Janeiro, 21 de junho de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

GETÚLIO VARGAS.
José Roberto de Macedo Soares.
A. de Sousa Costa.

"Diário Oficial" de 23-6-945.

*

Decreto-lei n.º 7 666, de 22 de junho de 1945

Dispõe sôbre os atos contrários à ordem moral e econômica

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição,

Decreta:

DOS ATOS CONTRÁRIOS A ECONOMIA NACIONAL

Art. 1.º — Consideram-se contrários aos interêsses da economia nacional:

I — os entendimentos, ajustes ou acordos entre emprêsas comerciais, industriais ou agrícolas, ou entre pessoas ou grupo de pessoas vinculadas a tais emprêsas ou interessadas no objeto de seus negócios, que tenham por efeito:

a) elevar o preço de venda dos respectivos produtos;

b) restringir, cercear ou suprimir a liberdade econômica de outras emprêsas;

c) influenciar no mercado de modo favorável ao estabelecimento de um monopólio, ainda que regional;

II — os atos de compra e venda de acervos de emprêsas comerciais, industriais ou agrícolas, ou de cessão e transferência das respectivas quotas, ações, títulos ou direitos, ou de retenção de estoques de mercadorias, desde que de tais atos resulte ou possa resultar qualquer dos feitos previstos nas alíneas a, b, e c do item I;

III — os atos de aquisição ou detenção, a qualquer título, de terras, por parte de emprêsas industriais ou agrícolas, em proporção superior às necessidades de sua produção, desde que daí resulte ou possa resultar a supressão ou redução das pequenas propriedades ou culturas circunvizinhas;

IV — a paralisação, total ou parcial, de emprêsas comerciais, industriais ou agrícolas desde que de tal fato resulte ou possa resultar a elevação dos preços das mercadorias ou o desemprêgo em massa de empregados, trabalhadores ou operários;

V — a encorporação, fusão, transformação, associação ou agrupamento de emprêsas comerciais, industriais ou agrícolas, ou a concentração das respectivas quotas, ações ou administrações nas mãos de uma emprêsa ou grupo de emprêsas ou nas mãos de uma pessoa ou grupo de pessoas, desde que de tais atos resulte ou possa resultar qualquer dos efeitos previstos nas alíneas a, b e c do item I.

Parágrafo único — Para os efeitos dêste decreto-lei a palavra "emprêsa", abrange as pessoas físicas ou jurídicas de natureza comercial ou civil que disponham de organização destinada à exploração de qualquer atividade com fins lucrativos.

Art. 2.º — Verificada a existência de qualquer dos atos referidos no art. 1.º, a C. A. D. E. notificará as emprêsas faltosas ou comprometidas no ato ou fato contrário aos interêsses da economia nacional para, dentro de prazo certo, fixado de acôrdo com as circunstâncias, cessarem a prática dos atos incriminados.

Art. 3.º — Se as emprêsas notificadas não cumprirem a determinação da C. A. D. E. dentro do prazo fixado, ou se, dentro dêsse prazo, não cessarem os efeitos prejudiciais aos interêsses da economia nacional, a C. A. D. E. decretará a intervenção em tôdas as emprêsas envolvidas nos atos ou fatos julgados contrários à economia nacional.

§ 1.º — A intervenção terá caráter provisório e se limitará às gestões necessárias ao restabelecimento da situação conforme aos interêsses da economia nacional.

§ 2.º — A partir da data da decretação da intervenção, os administradores da emprêsa visada ficarão impedidos de praticar quaisquer atos de disposição de bens ou direitos integrantes do acervo da emprêsa.

§ 3.º — Os atos eventualmente praticados pelos administradores de emprêsas com infração do disposto no parágrafo anterior, serão nulos de pleno direito.

Art. 4.º — A intervenção será executada pela C. A. D. E., através da nomeação de interventor que praticará todos os atos necessários ao cumprimento da decisão proferida.

Parágrafo único — As despesas com a intervenção correrão por conta da emprêsa que a sofrer.

DOS ATOS NOCIVOS AO INTERÊSSE PÚBLICO

Art. 5.º — Os atos referidos no art. 1.º serão considerados nocivos ao interêsse público quando:

a) envolverem indústrias bélicas, indústrias básicas, emprêsas editôras, jornalísticas, de rádio teledifusão ou de divulgação e publicidade;

b) dêle participarem emprêsas estrangeiras;

c) resultarem da ação de emprêsas nacionais ou estrangeiras, notòriamente vinculadas a coalisões, "trusts" ou cartéis, ajustados no estrangeiro.

Art. 6.º — Serão desapropriadas pela União as emprêsas comerciais, industriais ou agrícolas comprometidas ou envolvidas em atos nocivos ao interêsse público.

§ 1.º — O valor das desapropriações de que cuida êste artigo será pago aos desapropriados em títulos do Tesouro, de emissão especial, amortizáveis em quarenta anos.

§ 1.º — Para os efeitos do que dispõe o parágrafo único do art. 15 do Decreto-lei n.º 3 365, de 21 de junho de 1941 (Decreto-lei n.º 4 152, de 6 de março de 1942), o depósito será feito nos títulos a que se refere o parágrafo anterior e em montante correspondente ao capital registrado das emprêsas desapropriadas.

§ 3.º — Na avaliação para fixação da indenização devida pela desapropriação, tomar-se-á por base o valor do ativo líquido da emprêsa.

Art. 7º — Julgada indispensável a desapropriação a C. A. D. E. transmitirá ao Presidente da República o inteiro teor de sua decisão, acompanhado dos elementos necessários à lavratura do decreto de desapropriação.

DA FISCALIZAÇÃO DO EXERCÍCIO DO PODER ECONÔMICO

Art. 8.º — Não se poderão fundir, encorporar, transformar, agrupar de qualquer modo, ou dissolver, sem prévia autorização da C. A. D. E.:

a) os estabelecimentos bancários;

b) as emprêsas que tenham por objeto a produção ou distribuição de gêneros alimentícios;

c) as emprêsas que operem em seguros e capitalização;

d) as emprêsas de transportes ferroviário, rodoviário e as de navegação marítima, fluvial ou aérea;

e) as emprêsas editôras, jornalísticas, de rádio e teledifusão, de divulgação e publicidade;

f) as indústrias bélicas, básicas, de interêsse nacional e as emprêsas distribuidoras dos respectivos produtos;

g) as indústrias químicas, de especialidades, farmacêuticas ou de laboratório e de materiais odontológicos;

h) as indústrias de tecidos e calçados;

i) as emprêsas de mineração;

j) a produção e distribuição de instrumentos de trabalho, de um modo geral;

l) as emprêsas de eletricidade, gás, telefone e transportes urbanos e, em geral, os concessionários de serviços de utilidade pública.

Art. 9.º — A partir da data da publicação dêste decreto-lei, o Departamento Nacional da Indústria e Comércio e as Juntas Comerciais não poderão registrar alterações nos contratos ou estatutos de quaisquer firmas ou sociedades das espécies referidas no art. 8.º, nem atos relativos à fusão, transformação ou encorporação das mesmas, sem a prévia audiência e autorização da C. A. D. E.

Parágrafo único — São nulos de pleno direito os registros feitos com inobservância dêste dispositivo.

Art. 10 — As emprêsas a que se refere o art. 8.º, quando organizadas sob a forma de sociedades anônimas, terão o respectivo capital dividido obrigatòriamente em ações nominativas.

§ 1.º — As emprêsas a que alude êste artigo, que tenham o respectivo capital dividido, total ou parcialmente, em ações ao portador, fica concedido o prazo de noventa dias para a conversão de suas ações ao portador em ações nominativas.

§ 2.º — Na hipótese de falta de cumprimento do disposto no parágrafo anterior, dentro do prazo fixado, a C. A. D. E. intervirá, provisòriamente, na administração da emprêsa faltosa a fim de promover a observância do citado preceito.

Art. 11 — Não terão validade, senão depois de aprovados e registrados pela C. A. D. E. os atos, ajustes, acordos ou convenções entre emprêsas comerciais, industriais ou agrícolas, de qualquer natureza ou entre pessoas ou grupo de pessoas vinculadas a tais emprêsas ou interessadas no objeto de seus negócios, que tenham efeito:

a) equilibrar a produção com o consumo;
b) regular o mercado;
c) estabilizar preços;
d) padronizar ou racionalizar a produção;
e) estabelecer uma exclusividade de distribuição em detrimento de outras mercadorias do mesmo gênero ou destinadas à satisfação de necessidades conexas.

§ 1.º — Os atos da categoria referida neste artigo, já vigente na data da publicação dêste decreto-lei, deverão ser submetidas à aprovação da C. A. D. E. dentro do prazo de trinta dias.

§ 2.º — Os atos a que se refere o parágrafo anterior que não forem aprovados pela C. A. D. E. ou não lhe forem apresentados no prazo regulamentar, tornar-se-ão nulos e de nenhum efeito.

Art. 12 — Independerão da aprovação de que cuidam as letras a, b, e c do artigo anterior, os atos das autarquias federais incumbidas da direção, organização e defesa de determinados setores econômicos.

Art. 13 — A C. A. D. E. poderá, reservada a competência que lhe é privativa, delegar às autarquias referidas no artigo anterior, a fiscalização ou execução do presente decreto-lei.

Art. 14 — Nos setores econômicos a que se refere o art. 15, 50% das quotas de aumento de produção que venham a ser eventualmente concedidas, deverão ser reservadas para novos produtores, mediante concorrência pública.

Parágrafo único — Os proprietários, sócios ou acionistas de emprêsas do mesmo gênero, já existentes, não poderão ser beneficiados com as novas quotas de alimento, senão no caso em que se não apresentem condidatos capazes à primeira concorrência.

Art. 15 — As autoridades federais, estaduais ou municipais são obrigadas a prestar, sob pena de responsabilidade, tôda a assistência e colaboração que lhes fôr solicitada pela C. A. D. E.

Parágrafo único. Os funcionários públicos federais, estaduais, municipais ou de autarquias que dificultarem, retardarem ou embaraçarem a ação da C.A.D.E. ou de seus funcionários, ficarão sujeitos à penalidade de demissão a bem do serviço público, iniciando-se o processo administrativo competente mediante representação do diretor geral da C.A.D.E.

Art. 16 As emprêsas compreendidas neste decreto-lei são obrigadas a exibir aos funcionários da C.A.D.E. todos os seus livros, documentos, papéis e arquivos.

Parágrafo único. O diretor geral da C.A. D.E. poderá determinar a apreensão de quaisquer livros, documentos ou papéis sempre que esta providência lhe parecer necessária à segurança dos mesmos.

Art. 17. As emprêsas são obrigadas a prestar à C.A.D.E., por escrito e devidamente autenticadas tôdas as informações que lhes forem solicitadas.

Parágrafo único. As emprêsas que se recusarem a prestar informações, na forma dêste artigo, ou que fornecerem informações inexatas ou falsas, ou embaraçarem, de qualquer modo, a ação da C.A.D.E., ou de seus funcionários, ficarão sujeitas à pena de detenção por um a três meses sem prejuízo das penalidades previstas no Regulamento do Impôsto sôbre a Renda.

Art. 18. A ação e processo fiscais da C.A. D.E. regular-se-ão por êste decreto-lei e pela legislação relativa ao Impôsto sôbre a Renda, em tudo quanto lhes fôr aplicável.

DA COMISSÃO ADMINISTRATIVA DE DEFESA ECONÔMICA

Art. 19. A fim de dar cumprimento ao disposto neste decreto-lei, fica criada a Comissão Administrativa de Defesa Econômica (C.A.D.E.), órgão autônomo, com personalidade jurídica própria, diretamente subordinado ao Presidente da República.

Parágrafo único. A C.A.D.E. terá sede e fôro na capital da República e será representada, nos atos judiciais ou extra-judiciais, pelo seu presidente.

Art. 20. A C.A.D.E. será presidida pelo ministro da Justiça e Negócios Interiores e compor-se-á:

a) do procurador geral da República;
b) do diretor geral da C.A.D.E.;
c) de um representante do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio;
d) de um representante do Ministério da Fazenda;
e) de um representante das classes produtoras e distribuidoras;
f) de um técnico em economia de comprovada idoneidade e competência.

§ 1.º Os representantes dos Ministérios serão nomeados pelo Presidente da República, mediante indicação dos respectivos ministros.

§ 2.º O representante das classes e o técnico a que se referem as letras *f* e *g* serão nomeados pelo Presidente da República.

§ 3.º Sòmente poderão ser nomeados para constituírem a comissão de que trata êste artigo, brasileiros natos, maiores de trinta anos, de reputação ilibada.

Art. 21. Compete privativamente à C.A. D.E.:

a) julgar a existência ou inexistência, em cada caso concreto que lhe fôr presente, de atos ou práticas contrários aos interêsses da economia nacional, ou nocivos ao interêsse público, ou da coletividade;

b) delimitar as áreas de terra para aplicação do art. 1.º, III;

c) decretar e executar a intervenção em emprêsas, nos têrmos dêste decreto-lei;

d) organizar a lista das indústrias bélicas, básicas e de interêsse nacional para os efeitos do disposto neste decreto-lei;

e) conceder ou negar as autorizações de que cogitam os artigos 8.º e 11, bem como as aprovações a que se refere o art. 14;

f) fiscalizar a realização do capital das emprêsas a que se refere o art. 8.º;

g) receber, processar e julgar tôdas as representações que lhe sejam feitas por qualquer pessoa denunciando atos contrários ou nocivos aos interêsses públicos ou da economia nacional;

h) fiscalizar a execução dos serviços públicos concedidos pelo Estado, bem como aplicar as penalidades previstas nos respectivos contratos.

Art. 22. Os atos praticados pela C.A.D.E. no exercício de sua competência privativa são equiparados aos dos ministros de Estado para os efeitos do disposto no art. 319 do Código de Processo Civil.

Art. 23. Contra os atos praticados pela C.A.D.E., em conseqüência de decisões proferidas nas matérias de sua competência privativa, não poderão ser concedidos interditos possessórios.

Art. 24. Além das atribuições constantes do art. 24, compete, ainda, à C.A.D.E.:

a) promover as investigações e inquéritos que julgar necessários ao cumprimento dêste decreto-lei;

b) organizar os seus serviços e o quadro do seu pessoal, bem como fixar os vencimentos de seus funcionários;

c) elaborar o seu orçamento e o seu Regimento Interno;

d) propor ao Presidente da República as medidas e providências que lhe pareçam indispensáveis à defesa da economia nacional;

e) resolver sôbre a desapropriação do acervo de emprêsas, grupos ou associações de qualquer natureza, nos casos previstos neste decreto-lei;

f) manter um serviço completo de informações sôbre a vida econômica e financeira do País;

g) fiscalizar a administração das emprêsas de economia mista ou das que constituam patrimônio nacional;

h) examinar os balanços e relatórios anuais das emprêsas a que se refere o item anterior, propondo ao Presidente da República as providências que lhe parecerem necessárias.

Art. 25. A C.A.D.E. será dirigida pelo seu diretor geral, sob a orientação do ministro da Justiça e Negócios Interiores.

Parágrafo único. O cargo de diretor geral será exercido, em comissão, por pessoa de confiança do ministro da Justiça e Negócios Interiores e por êste nomeada.

Art. 26. Compete ao diretor geral:

a) cumprir e fazer cumprir as decisões ou recomendações da C.A.D.E.;

b) promover, diretamente ou através dos funcionários da C.A.D.E. a instrução dos processos que devam ser julgados pela Comissão, determinando as diligências que lhe parecerem necessárias;

c) organizar, orientar e fiscalizar os diversos serviços da C.A.D.E.;

d) nomear e demitir todos os funcionários da C.A.D.E., excetuados os chefes de serviço que serão nomeados pelo Presidente;

e) convocar, por ordem do presidente, as sessões da Comissão e organizar a respectiva pauta;

f) subscrever tôda a correspondência da C.A.D.E.;

g) requisitar a quaisquer autoridades federais, estaduais ou municipais as informações ou providências que se tornarem indispensáveis ao cumprimento dêste decreto-lei, ou das decisões da C.A.D.E.

Art. 27. O pessoal da C.A.D.E. será equiparado, para efeito de vencimentos, ao pessoal do Banco do Brasil.

Art. 28. Os funcionários efetivos serão escolhidos mediante concurso, competindo à C.A.D.E. excluir da lista de concorrentes os candidatos inidôneos.

Parágrafo único. O presidente da Comissão poderá requisitar, a quaisquer repartições ou autarquias federais, estaduais ou municipais, os funcionários especializados de que carecer.

Art. 29. As decisões e atos da C.A.D.E. serão publicados no *Diário Oficial* da União.

Art. 30. A fim de cobrir os gastos derivados da organização, manutenção e funcionamento da C.A.D.E., o govêrno da União porá à disposição da mesma, anualmente, a quantia necessária.

Art. 31. O Regulamento para execução dêste decreto-lei será organizado dentro do prazo de trinta dias pelo Ministério da Justiça e Negócios Interiores e aprovado por decreto do Poder Executivo.

Art. 32. O presente decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 22 de junho de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

GETÚLIO VARGAS.
Agamemnon Magalhães.
Henrique A. Guilhem.
Eurico G. Dutra.
José Roberto de Macedo Soares.
A. de Sousa Costa.
João de Mendonça Lima.
Apolônio Sales.
Gustavo Capanema.
Alexandre Marcondes Filho.
Joaquim Pedro Salgado Filho.

"Diário Oficial" de 22-6-45.

★

Decreto-lei n.º 7 667, de 22 de junho de 1945

Encorpora ao patrimônio nacional, nas coleções do Museu Histórico Nacional, objetos que representam lembranças pessoais do barão de Cotegipe

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, e

Considerando que D. Maria Luísa Vanderlei de Araújo Pinho, filha do barão de Cotejipe, legou por testamento ao Museu Histórico Nacional tôdas as relíquias que pertenceram àquele grande estadista brasileiro, sob a condição de constituírem os elementos duma sala denominada "Sala Cotejipe";

Considerando que, na respectiva verba testamentária, declarou que as referidas relíquias tanto lhe pertenciam como a sua irmã D. Antônia Teresa Vanderlei, prevalecendo o legado se com êle estivesse de acôrdo a dita sua irmã;

Considerando que D. Antônia Teresa Vanderlei deu o seu assentimento ao legado com a condição de lhe ser paga pelo Museu Histórico Nacional a importância do valor da metade das

ditas relíquias, avaliadas pelo mesmo Museu, no total de cento e noventa mil cruzeiros, devendo caber-lhe pois, noventa e cinco mil cruzeiros, crédito incluído devidamente no orçamento para o exercício de 1945;

Considerando que, antes da existência dêsse crédito, em setembro de 1944, faleceu D. Antônio Teresa Vanderlei, sem deixar herdeiros legítimos ou testamentários, devendo ser, pois, decretada oportunamente a vacância da herança;

Considerando que o Museu Histórico Nacional precisa recolher o referido legado composto de objetos por sua natureza indivisíveis e de caráter histórico, tradicional e artístico, que enriquecerão o patrimônio nacional, decreta:

Art. 1.º — Ficam encorporados ao patrimônio nacional, nas coleções do Museu Histórico Nacional, os móveis, jóias, retratos e objetos que representam lembranças pessoais do barão de Cotegipe, legados por sua filha D. Maria Luisa Vanderlei de Araújo Pinho, com o assentimento de sua irmã D. Antônia Teresa Vanderlei ao mencionado Museu Histórico, para constituírem os elementos da "Sala Cotejipe", dispensadas as exigências do Decreto-lei n.º 1 907, de 26 de dezembro de 1939, em relação ao direito que sôbre êsse legado tem ou possa ter a herança jacente de D. Antônia Teresa Vanderlei.

Art. 2.º — Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 22 de junho de 1945; 124.º da Independência e 57.º da República.

GETÚLIO VARGAS.
Gustavo Capanema.

"Diário Oficial" de 22-6-45.

*

Decretos

Decreto n.º 18 641, de 17 de maio de 1945

Modifica o Regulamento da Escola Nacional de Engenharia, da Universidade do Brasil

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 74, letra a, da Constituição,

Decreta:

Artigo único. Ao art. 24 do Regulamento da Escola Nacional de Engenharia, aprovado pelo Decreto n.º 20 865, de 28 de dezembro de 1931, fica acrescentado o parágrafo seguinte:

"§ 5.º Ao aluno matriculado no curso de engenharia civil será permitida a matrícula simultânea nas disciplinas do de uma das especializações previstas nas letras *b* e *c* do art. 8.º, dêste Regulamento, verificada pelo C.T.A. a compatibilidade de horários"

Rio de Janeiro, 17 de maio de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

GETÚLIO VARGAS.
Gustavo Capanema.

"Diário Oficial" de 19-5-45.

*

Decreto n.º 18 676, de 22 de maio de 1945

Aprova projeto, memória justificativa e orçamento das obras de proteção das margens do rio Jequitinhonha

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 74, letra a, da Constituição,

Decreta:

Artigo único. Ficam aprovados o projeto, memória justificativa e orçamento, na importância de Cr$ 1 000 000,00 (um milhão de cruzeiros), os quais com êste baixam, devidamente rubricados, referentes às obras de proteção das margens do rio Jequitinhonha, no Estado da Bahia.

Rio de Janeiro, 22 de maio de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

GETÚLIO VARGAS.
João de Mendonça Lima.

"Diário Oficial" de 24-5-45.

*

Decreto n.º 18 798, de 1 de junho de 1945

Altera a Tabela Numérica Ordinária de Extranumerário-Mensalista do Laboratório da Produção Mineral, do Ministério da Agricultura

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 74, letra a, da Constituição,

Decreta:

Art. 1.º Fica alterada, conforme a relação anexa, a Tabela Numérica Ordinária de Extranumerário-Mensalista do Laboratório da Produção Mineral, do Departamento Nacional da Produção Mineral, do Ministério da Agricultura.

Art. 2.º A despesa com a execução do disposto neste decreto, na importância de Cr$ 54 600,00 (cinqüenta e quatro mil e seiscentos cruzeiros) anuais, correrá à conta da Verba 1 — Pessoal, Consignação II — Pessoal Extranumerário, Subconsignação 05 — Mensalistas, Anexo nº 14 — Ministério da Agricultura do Orçamento Geral da República para 1945.

Art. 3.º Este decreto, entrará em vigor na data de sua publicação.

Rio de Janeiro, 1 de junho de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

GETÚLIO VARGAS.
Apolônio Sales.

"Diário Oficial" de 7-6-45.

N.R. — A tabela a que se refere o decreto-lei supra foi publicada na mesma edição do "D.O.".

*

Atos diversos

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

Comissão do Planejamento Econômico

Decreto de 12 de junho de 1945

O Presidente da República resolve

Nomear:

Na forma do art. 3.º, do Decreto-lei n.º 6 476, de 8 de maio de 1944:

O embaixador Carlos Celso de Ouro-Prêto, membro da Comissão de Planejamento Econômico.

"Diário Oficial de 14-6-45.

★

Departamento Administrativo do Serviço Público

Exposição de Motivos

N.º 2 473 — 26-5-45 — O I.B.G.E. solicita autorização para que Otávio Alexander de Morais, estatístico, classe 26, do Q.S. do M.F., e lotado no S.E.E.F., permaneça à sua disposição, bem como lhe seja permitido continuar ausente do país, servindo na Secretaria-Geral do Instituto Interamericano de Estatística em Washington. 2. O Dasp opina: *a*) porque seja autorizada a permanência de Otávio Alexander de Morais, até 30-9-45, nos Estados Unidos da América, a fim de colaborar com o Instituto Interamericano de Estatística, na forma do art. 41 do E.F., porquanto o convite formulado pelo mesmo Instituto foi feito no sentido de ser enviado um técnico brasileiro, que deveria ser indicado pelo I.B.G.E., não se exigindo porém que servisse nesse Instituto; *b*) assim, embora funcionário do M.F., o interessado, poderá ser autorizado a permanecer prestando colaboração àquele órgão internacional, sem que para isso necessário se faça colocá-lo à disposição do I.B.G.E.; *c*) porque seja o processo encaminhado ao M.F. para conhecimento da decisão e providências complementares respectivas.

Aprovado. Em 5-6-45 — *G. Vargas.*

"Diário Oficial" de 13-6-1945.

★

MINISTÉRIO DO TRABALHO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Serviço de Comunicações

Portaria n.º 28, de 26 de junho de 1945

O Ministro de Estado, considerando a recomendação da Circular n.º 2-45, de 14 de maio recém-findo, da Secretaria da Presidência da República,

Resolve:

Art. 1.º Fica adotado, neste Ministério, para fins gerais de administração e de apresentação de dados da estatística geral brasileira, o quadro de divisão regional do País, estabelecido na Resolução n.º 199, de 5 de dezembro de 1944, da Junta Executiva Central do Conselho Nacional de Estatística, aprovada pelo Exmo. Sr. Presidente da República, na forma abaixo:

I — *Região Norte*, com os Territórios de Guaporé, Acre, Rio Branco e Amapá e os Estados do Amazonas e Pará;

II — *Região Nordeste*, compreendendo duas partes: o *Nordeste Ocidental* com os Estados do Maranhão e Piauí, e o *Nordeste Oriental*, com os Estados do Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco e Alagoas e o Território de Fernando de Noronha;

III — *Regido Leste*, compreendendo duas partes: o *Leste Setentrional*, com os Estados de Sergipe e Bahia, e o *Leste Meridional*, com os Estados de Minas Gerais, Espírito Santo e Rio de Janeiro e o Distrito Federal;

IV — *Região Sul*, com os Estados de São Paulo, Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul e o Território de Iguaçu;

V — *Região Centro-Oeste*, com os Estados de Goiás e Mato Grosso e o Território de Ponta-Porã.

Art. 2.º A disposição por ordem geográfica, tendo em vista o novo agrupamento das Unidades da Federação e regiões, será feita da seguinte forma:

Território do Guaporé.
Território-do-Acre.
Amazonas.
Território do Rio-Branco.
Pará.
Território-do-Amapá.
Maranhão.
Piauí.
Ceará.
Rio-Grande-do-Norte.
Paraíba.
Pernambuco.
Alagoas.
Território de Fernando-de-Noronha.
Sergipe.
Bahia.
Minas-Gerais.
Espírito-Santo.
Rio-de-Janeiro.
Distrito-Federal.
São-Paulo.
Paraná.
Território-do-Iguaçu.
Santa-Catarina.
Rio-Grande-do-Sul.
Território de Ponta-Porã.
Mato-Grosso.
Goiás.

Art. 3.º A elaboração e a publicação de estatísticas, discriminando ou não os resultados segundo as Unidades Políticas, deverão apresentar, sempre que possível, os subtotais referentes à divisão regional.

Rio-de-Janeiro, 26 de junho de 1945. — *Alexandre Marcondes Filho.*

Referência: Proc. n.º MTIC. 273.165-45.

"Diário Oficial" de 28-6-45.

Se precisar de alguma informação sôbre a geografia do Brasil, dirija-se ao Conselho Nacional de Geografia, que o atenderá prontamente — se a consulta não fôr de caráter sigiloso.

Legislação estadual

Íntegra dos decretos, decretos-leis e demais atos de interêsse geográfico

AMAZONAS

Decreto-lei n.º 1 400, de 5 de março de 1945

Fixa a nova divisão administrativa e judiciária do Estado, alterando o disposto no Decreto-lei n.º 1 186, de 31 de dezembro de 1943, para serviço no qüinqüênio de 1944-1948

O Interventor Federal no Estado do Amazonas, usando das atribuições que lhe confere o art. 6.º, n.º V, do Decreto-lei federal n.º 1 202, de 8 de abril de 1939 e os arts. 1.º, 2.º e 3.º do Decreto-lei federal n.º 5 548, de 31 de maio de 1944.

Considerando que o Decreto-lei federal n.º 665 modificando os limites dos Territórios do Rio-Branco e Guaporé, alterou os limites do municípios do Estado contíguos a êsses Territórios, limites êsses estabelecidos pelo Decreto-lei estadual n.º 1 186, de 31 de dezembro de 1943, para servirem na divisão administrativa e judiciária de 1944-1948.

Considerando os dispositivos das Leis Nacionais ns. 311, 3 599 e 5 901, de 2 de março de 1938, de 6 de setembro de 1941 e de 21 de outubro de 1943, respectivamente, que dispõe sôbre a divisão territorial do país simultâneamente administrativa e judiciária, tanto na delimitação e categoria dos seus elementos quanto na respectiva toponímia;

Decreta:

Art. 1.º — A divisão territorial do Estado, que vigorará de 1 de janeiro de 1945 a 31 de dezembro de 1948, é a fixada nesta lei.

Art 2.º — A referida divisão, dentro do prazo de quatro anos, não sofrerá qualquer modificação não se entendendo como tal, porém, os atos interpelativos de linhas divisórias intermunicipais e interdistritais para melhor e mais fiel caracterização dessas linhas, à luz da documentação geográfica ou característica mais perfeita, desde que, da interpretação não resulte um deslocamento da divisória tal que uma qualquer cidade ou vila saia do seu âmbito municipal ou distrital.

§ 1.º — Constituem as únicas exceções à inalterabilidade da divisão territorial ora fixada:

a) as alterações que o govêrno da União houver por bem promulgar;

b) a anexação de um município a outro, motivada pelo fato da respectiva Prefeitura não apresentar o mapa do território municipal, até 31 de dezembro de 1944, desde que o âmbito territorial correspondente tenha sofrido modificação, por fôrça da presente lei;

c) a recondução de uma circunscrição à situação anterior, devido ao fato de não haver nela sido preenchidos os requisitos legais indispensáveis à sua efetiva instalação a 1 de janeiro vindouro.

§ 2.º — A anexação ou a recondução, prevista no § anterior, serão objetos de ato do govêrno de Estado, que além de determinar uma ou outra das providências, fixará a data e as formalidades para sua efetivação.

Art. 3.º — A divisão administrativa e judiciária do Estado, para o período em aprêço, compreende: 17 comarcas, 25 têrmos, 57 distritos e 285 subdistritos, êstes com a categoria única de circunscrição primária do território estadual, para todos os fins da administração pública e da organização judiciária.

§ 1.º — No anexo n.º I, parte integrante dêste decreto-lei, consta a relação apresentando, sistemática e ordenadamente, os nomes de tôdas as circunscrições administrativas e judiciárias, bem como a categoria das respectivas sedes, tôdas com as mesmas denominações das próprias circunscrições.

§ 2.º — Em observância ao disposto do § 1.º do art. 16 da Lei Nacional n.º 311 e de acôrdo com as instruções gerais baixadas pelo Conselho Nacional de Geografia (Resolução n.º 2 do Diretório Central), em virtude do mesmo dispositivo, fica também apenso a êste decreto-lei como parte integrante dêle, o anexo n.º 2, contendo a descrição sistemática dos limites circunscricionais, onde se definem, para cada município, o perímetro municipal e cada uma das divisas interdistritais, quando houver.

Art. 4.º — Das disposições da legislação estadual, que regularem as modificações do quadro territorial, continuarão em vigor as que nem direta, nem indiretamente, colidirem com as normas dêste decreto-lei.

Art. 5.º — Ficam aprovados os quadros da divisão territorial do Estado para o qüinqüênio de 1944-1948 apresentado pela respectiva Comissão Revisora, desde 8 de agôsto do ano de 1944.

Art. 6.º — Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio Rio Branco, em Manaus, 5 de março de 1945. — *Álvaro Botelho Maia*, Interventor Federal. — *Rui Araújo*, Secretário Geral do Estado.

"Diário Oficial" do Amazonas, 6-3-945.

★

BAHIA

Decreto-lei n.º 13 188, de 25 de abril de 1945

Transfere, provisòriamente a sede da comarca de Casa-Nova para o têrmo de Sento-Sé

O Interventor Federal no Estado da Bahia, no uso de suas atribuições e tendo em vista a proposta do Tribunal de Apelação, resolve, de acôrdo com o art. 8.º, do Decreto-lei n.º

247, de 2 de julho de 1944, transferir, provisòriamente, a sede da comarca de Casa-Nova para o têrmo de Sento-Sé.

Salvador, 25 de abril de 1945. — *Renato Aleixo*, Interventor Federal. — *T. Vieira de Melo.*

"Diário Oficial" da Bahia, 26-4-945.

★

Secretaria da Agricultura

Exposição de Motivos

Salvador, 30 de abril de 1945.

Senhor Interventor:

1. O Conselho Nacional de Geografia dirigiu a esta Secretaria uma proposta para ser procedido, em cooperação, o levantamento de uma área de 40 000 quilômetros quadrados, compreendendo os municípios de Santa-Maria, Carinhanha, Correntina, Bom-Jesus-da-Lapa, Caetité, Monte-Alto, Urandi, Jacaraci e Riacho-de-Sant'Ana, alguns em parte e a maioria em seu todo, completando o estudo de uma área até agora quase desconhecida e indispensável à boa organização do mapa do Estado, além de determinar as posições verdadeiras dos cursos dos rios Carinhanha, Verde-Grande, Verde-Pequeno e Riacho do O', que marcam uma grande parte dos lindes dêste Estado com o de Minas-Gerais.

2. Ouvido o Departamento de Geografia, êste se pronunciou favoràvelmente, informando ainda que a cooperação desta Secretaria pode ser dada da seguinte maneira:

a) Contrato de dois topógrafos pelo prazo de seis meses.

b) Pagamento pelo Estado das despesas com os contratos referidos na letra *a* e mais as diárias em serviço de campo a técnicos desta Secretaria que farão parte da Expedição.

c) Custeio de despesas de transporte, material de consumo, etc., relativas ao pessoal aplicados no serviço.

3. Para atender aos três itens acima enumerados, a Secretaria dispõe da quantia de Cr$ 40 000,00 (quarenta mil cruzeiros) que poderá ser retirada de verba orçamentária do Departamento de Geografia, para o corrente exercício e requisitada por adiantamento, independente de duodécimos.

4. No caso de V. Excia. aprovar a proposta do Conselho Nacional de Geografia, dará também autorização para dispor das verbas na forma indicada, e, ainda mais — determinará a abertura do crédito especial de Cr$ 40 000,00 (quarenta mil cruzeiros) para conclusão do programa do corrente exercício.

5. Sendo resolvido o assunto conforme refere o n.º 4, solicito de V. Excia. autorização para firmar o acôrdo com o Conselho Nacional de Geografia.

6. As prestações de contas relativas às verbas requisitadas deverão, pelo própria natureza do serviço, ter seus prazos dilatados até a terminação dos trabalhos.

Reitero a V. Excia. os meus protestos de alto aprêço e especial consideração — P. Campos Pôrto, secretário da Agricultura.

A S. Excia. o Sr. Gen. Renato Aleixo, D. D. Interventor Federal neste Estado.

Despacho: "Aprovado. Às Secretarias de Fazenda e de Agricultura para as necessárias providências. Telegrafe-se ao secretário-geral do Conselho Nacional de Geografia.

Em 2-V-45. — *Renato Aleixo*".

"Diário Oficial" da Bahia, 3-5-945.

★

ESPÍRITO-SANTO

Decreto de 22 de maio de 1945

O Interventor Federal do Estado resolve:

Designar:

Cícero Morais, secretário do Diretório Regional de Geografia, e Colombo Etienne Arregui, presidente da Junta Executiva Regional de Estatística para representarem o Estado do Espírito-Santo na Assembléia Geral do Conselho Nacional de Geografia, a realizar-se em julho próximo, no Rio-de-Janeiro.

"Diário Oficial" de 23-5-945.

★

MINAS-GERAIS

Decreto-lei n.º 1 302, de 9 de junho de 1945

Prorroga o prazo para a apresentação de novos mapas territoriais, pelas Prefeituras dos municípios cujos âmbitos territoriais sofreram alteração

O Governador do Estado de Minas-Gerais, usando da atribuição que lhe confere o art. 6.º, n.º V, do Decreto-lei federal n.º 1 202, de 1939, e à vista da Resolução n.º 168, de 18 de outubro de 1944, do Conselho Nacional de Geografia,

Decreta:

Art. 1.º — Fica prorrogado até 31 de dezembro de 1945 o prazo estipulado no Decreto-lei estadual n.º 1 058, de 31 de dezembro de 1943 (alínea b do § 1.º do art. 2.º), para a entrega dos novos mapas municipais pelas Prefeituras dos municípios cujos âmbitos territoriais tenham sofrido alteração na nova divisão administrativa do Estado.

Art. 2.º — Os mapas municipais, que obedecerão aos requisitos mínimos estabelecidos pelo Conselho Nacional de Geografia (Resolução n.º 3, de 29 de março de 1938), serão entregues ao Diretório Regional do mesmo Conselho, nesta capital, ao qual cabe tomar e promover as medidas adequadas para a observância, no que fôr aplicável, dos dispositivos referentes ao recebimento, aprovação e exibição dos mesmos, de acôrdo com a Resolução n.º 60, de 22 de julho de 1939, e outras instruções complementares que lhe encaminhar o Conselho Nacional de Geografia.

Art. 3.º — Revogam-se as disposições em contrário, entrando êste decreto-lei em vigor na data de sua publicação.

Palácio da Liberdade, em Belo-Horizonte, 9 de junho de 1945. — *Benedito Valadares Ribeiro.* — *Dermeval José Pimenta.*

"Diário Oficial" de Minas-Gerais, 10-6-945.

★

PARANÁ

Decreto n.º 2 057

Designa data para a instalação da comarca de Açaí e do município de Congonhinhas em suas novas sedes

O Interventor Federal no Estado do Paraná, usando da atribuição que lhe confere o art. 7.º n.º I, do Decreto-lei federal n.º 1 202, de 8 de abril de 1939,

Decreta:

Art. 1.º — Ficam designados os dias 19 e 20 de março p. vindouro para as instalações, respectivamente, da comarca de Açaí e do município de Congonhinhas em suas novas sedes.

Art. 2.º — Revogam-se as disposições em contrário.

Curitiba, em 10 de março de 1945 124.º da Independência e 57.º da República. — *Manuel Ribas.* — *Fernando Flores.*

"Diário Oficial" do Paraná, 12-3-945.

★

PERNAMBUCO

Decreto-lei n.º 1 152, de 30 de maio de 1945

O Interventor Federal no Estado de Pernambuco, usando da atribuição que lhe confere o art. 6.º n.º V, do Decreto-lei federal n.º 1 202, de 8 de abril de 1939,

Decreta:

Art. 1.º — É aberto o crédito especial de Cr$ 700 000,00 (setecentos mil cruzeiros), destinado ao prosseguimento dos trabalhos que estão sendo realizados pelo govêrno federal em colaboração com o dêste Estado em o Núcleo Colonial Agro-Industrial São-Francisco, no município de Petrolândia (Art. 3.º do Decreto-lei federal n.º 4 505, de 22 de junho de 1942).

Art. 2.º — O crédito ora aberto será entregue, parceladamente, ao Ministério da Agricultura, mediante requisição dêste, na proporção a se estabelecer no têrmo aditivo ao acôrdo firmado em 25 de maio de 1943, *ex-vi* do art. 4.º do Decreto-lei federal n.º 4 504, de 22 de junho de 1942.

Art. 3.º — O presente crédito incidirá nos saldos dos exercícios anteriores.

Art. 4.º — Revogam-se as disposições em contrário.

Etelvino Lins. — Paulo Parísio. — José do Rêgo Maciel.

"Diário Oficial" de Pernambuco, 31-5-945.

☆

Decreto-lei n.º 1 156, de 8 de junho de 1945

O Interventor Federal no Estado de Pernambuco, usando da atribuição que lhe confere o art. 6.º, n.º V, do Decreto-lei federal n.º 1 202, de 8 de abril de 1939,

Decreta:

Art. 1.º — Fica aberto o crédito especial de Cr$ 20 000 (vinte mil cruzeiros), destinado a fazer face às despesas dos representantes do Estado nas Assembléias Gerais do Conselho Nacional de Estatística e Geografia, as quais terão início no dia 1.º de julho, na capital do País.

Art. 2.º — O crédito em causa incidirá nos saldos dos exercícios anteriores.

Art. 3.º — Revogam-se as disposições em contrário.

Etelvino Lins. — Paulo Parísio. — José do Rêgo Maciel.

"Diário Oficial" de Pernambuco, 9-6-945.

★

RIO-DE-JANEIRO

Decreto n.º 2 276, de 13 de junho de 1945

O Interventor Federal no Estado do Rio-de-Janeiro, usando da atribuição que lhe confere o art. 7.º, n.º I, do Decreto-lei federal n.º 1 202, de 8 de abril de 1939,

Decreta:

Art. 1.º — Fica aprovado o Plano de Urbanização de Araruama, nos têrmos do art. 2.º, do Decreto-lei n.º 125, de 3 de agôsto de 1940.

Art. 2.º — Uma cópia do Plano, rubricada pelo secretário de Viação e Obras Públicas e pelo prefeito de Araruama ficará arquivada para conhecimento dos interessados e demais efeitos legais.

O secretário de Estado de Viação e Obras Públicas assim o tenha entendido e faça executar.

Palácio do Govêrno, em Niterói, 13 de junho de 1945. — *Ernane do Amaral. — Hélio de Macedo Soares e Silva.*

"Diário Oficial" do Rio-de-Janeiro, 14-6-945.

★

SANTA-CATARINA

Portaria de 6 de junho de 1945

O Interventor Federal resolve

Designar:

O chefe de Secção do Departamento Estadual de Geografia e Geologia, Vitor Antônio Peluso Júnior, para conjuntamente com o secretário do Diretório Regional de Geografia, José Nicolau Born e o diretor geral do Departamento Estadual de Estatística, Lourival Câmara, representar o Estado de Santa-Catarina na Assembléia Geral do Conselho Nacional de Geografia a instalar-se, em 1.º de julho dêste ano, na capital da República.

"Diário Oficial" de Santa-Catarina, 11-6-945.

★

SERGIPE

Decreto n.º 208, de 7 de maio de 1945

Marca dia para a instalação da comarca de Nossa Senhora das Dores

O Interventor Federal no Estado de Sergipe, no uso de suas atribuições,

Decreta:

Art. 1.º — Fica marcado o dia 13 do corrente para a instalação da comarca de Nossa Senhora-das-Dores, procedendo-se ao ato na forma da legislação em vigor.

Art. 2.º — Para presidir à solenidade da instalação fica designado o Dr. Juiz de Direito da comarca de Capela.

Art. 3.º — Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio do Govêrno do Estado de Sergipe, Aracaju, 7 de maio de 1945, 57.º da República. — *Augusto Mainard Gomes. — Aricio de Guimarães Fortes.*

"Diário Oficial" de Sergipe, 8-5-945.

Assine a "Revista Brasileira de Geografia" para receber em sua casa a melhor publicação periódica sôbre a geografia do Brasil.

Íntegra dos decretos, decretos-leis e demais atos de interêsse geográfico

GASPAR (Santa-Catarina)

Decreto n.º 16

Entrega à administração do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, a Agência Municipal de Estatística e põe à disposição do mesmo o seu Agente

O Prefeito Municipal de Gaspar, na conformidade do disposto no art. n.º 12, item III, do Decreto-lei federal n.º 1 202, de 8 de abril de 1939, e considerando o estabelecido no "Convênio Nacional de Estatística Municipal" assinado neste Estado a 28 de maio de 1942, e ratificado por êste govêrno pelo decreto municipal n.º 13, de 16 de setembro de 1942.

Decreta:

Art. 1.º — É entregue à administração do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística a Agência Municipal de Estatística.

Art. 2.º — Passa à disposição do citado Instituto, sem ônus para o município, o atual Agente Municipal de Estatística, de acôrdo com o que estabelece a letra h, cláusula 11.ª do Convênio acima referido.

Art. 3.º — Todo o material permanente existente na Agência continuará na mesma, como empréstimo, até que o já citado Instituto esteja em condições de suprimí-la com material de sua propriedade.

Art. 4.º — Êste decreto entrará em vigor no dia 15 do corrente, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Gaspar, em 8 de junho de 1945. — *Leopoldo Schramm*, Prefeito Municipal.

"Diário Oficial" de Santa-Catarina, 12-6-945.

★

RECIFE (Pernambuco)

Decreto-lei n.º 428, de 8 de junho de 1945

O Prefeito Municipal do Recife, usando das atribuições que lhe confere o art. 12, n.º 1, do Decreto-lei federal n.º 1 202, de 8 de abril de 1939,

Decreta:

Art. 1.º — A atual Diretoria de Estatística, Propaganda e Turismo passa a denominar-se Diretoria de Documentação e Cultura, que ficará subordinada diretamente ao Gabinete do Prefeito.

Art. 2.º — A Diretoria de Documentação e Cultura abrangerá duas grandes secções, subordinadas aos seguintes títulos:

a) Secção de documentação;
b) Secção de cultura.

Art. 3.º — A Secção de Documentação compreenderá as seguintes subdivisões ou subsecções:

1) Documentação, pròpriamente dita;
2) Divulgação ou informação.

Art. 4.º — A Secção de Cultura compreenderá as seguintes sub-secções:

1) Cultura, pròpriamente dita;
2) Discoteca;
3) Bibliotecas distritais;
4) Serviços de turismo.

Art. 5.º — Caberá à *Secção de documentação*

I) Documentar fotográfica e cinematogràficamente tôdas as manifestações de atividade do município, tanto aquelas que digam respeito à ação administrativa, tais como as obras públicas municipais, como as que derivem da própria vida da população e as reações entre esta e a paisagem urbana e suburbana;

II) Registrar, através do disco, os cantos de trabalho, as danças dramáticas, os cantos puros, as danças coletivas, os cantos católicos, os jogos infantis, as vozes de autoridades, homens públicos, artistas, viajantes ilustres, etc.;

III) Organizar fichário de todos os documentos artísticos ou históricos, onde sejam afixadas tôdas as características, acompanhadas de fotografias detalhadas e gerais e, ainda, de indicação bibliográfica das fontes, com ligeiro resumo descritivo;

IV) Reunir coleções de impressos de várias espécies: revistas de caráter mundano ou social, programas de cinema e concertos, folhetos da chamada literatura de cordel, figurinos, recortes de jornais, etc.;

V) Registrar diàriamente todos os fatos notáveis ocorridos de modo a estabelecer uma descrição cronológica da vida da capital;

VI) Pugnar pela defesa da paisagem das velhas árvores, zelando pela sua conservação, de acôrdo com a legislação federal e estadual vigente;

VII) Zelar pelas artes e indústrias típicas regionais, representadas no município;

VIII) Cuidar da conservação de certos costumes típicos;

IX) Pugnar pela conservação e proteção dos tesouros arqueológicos e coloniais, históricos e naturais;

X) Promover, pelos melhores meios, a defesa das tradições da cidade, nos costumes regionais, criando os grupos de amigos da cidade;

XI) Divulgar pelos meios aconselháveis a ação dos órgãos municipais, expondo ao público detalhes dos serviços empreendidos pela municipalidade, dados acêrca do rendimento dos trabalhos, projetos em andamento, etc.;

XII) Divulgar dados estatísticos acêrca da capital, solicitando-os da Inspetoria Regional de Estatística, de acôrdo com o convênio estatístico levado a cabo entre a municipalidade e o I. B. G. E.;

XIII) Divulgar as publicações organizadas pela secção de cultura.

Art. 6.º — Caberá à *Secção de Cultura*:

I) — Publicar cada três meses o *Boletim da Cidade e do Pôrto do Recife* e o *Boletim Musical do Recife* e duas vêzes por ano os *Arquivos*;

II) Organizar concursos de monografias acêrca de problemas ou assuntos que impliquem em um maior conhecimento da capital e na busca de soluções favoráveis ao bem estar da população;

III) Organizar exposições ou salões periódicos de fotografias, desenhos, orquídeas, flores em geral, bem como preparar as feiras de amostra da capital, interessando nesse certame não só as atividades e aspectos culturais e econômicos do município do Recife, como a representação dos outros municípios do interior e também dos Estados;

IV) Organizar campanhas de bom gôsto, visando a elevação da capacidade de julgamento do público;

V) Promover, com o concurso dos cinemas da capital, sessões cinematográficas com programas especiais, retrospectivos ou não, destinados a um melhor conhecimento da evolução da cidade;

VI) Organizar série de conferências a cargo de especialistas em assunto que interesse a vida da capital, dos seus aspectos marcantes, bem como estabelecer cursos periódicos de História do Recife, sob o aspecto artístico, científico, social, político, sanitário, etc.;

VII) Organizar, através da sua discoteca, audições coletivas e periódicas de músicas selecionadas segundo o autor, a época, a escola, a nacionalidade, etc.;

VIII) Pôr à disposição do público cabines individuais para audição de discos pertencentes à discoteca municipal;

IX) Fornecer às emissoras radiofônicas locais programas periódicos de discos organizados segundo o critério constante do número VII;

X) Promover audições, através da aparelhagem portátil em colégios, quartéis, hospitais, fábricas, utilizando programas que, embora à altura do nível intelectual dos diversos agrupamentos e dos locais, concorram para despertar o interêsse pela música de categoria superior;

XI) Encarregar-se de todos os serviços previstos em o número II, da secção de documentos;

XII) Procurar exercer a polícia das publicações onde sejam apresentadas informações acêrca do Recife, promovendo, pelos melhores meios, a retificação de enganos ou erros, fornecendo para isto, esclarecimentos detalhados;

XIII) Manter as bibliotecas distritais previstas pelo Instituto do Livro, inicialmente duas, nos bairros de maior concentração popular, mantendo, igualmente sala de leitura no edifício onde funcionar a D. C. C.;

XIV) Estudar e estabelecer as condições necessárias para o desenvolvimento do turismo local, tomando ou propondo as medidas oportunas, não só para o seu aparecimento como exploração particular, mas, ainda, no sentido de salvaguardar e proteger as fontes típicas;

XV) Promover o turismo inter-municipal, sobretudo com os municípios de maior importância turística, de Pernambuco e dos Estados vizinhos;

XVI) Colaborar na organização do carnaval e na promoção de festas de interêsse turístico;

XVII) Encarregar-se da organização de roteiros para uso de turistas, estrangeiros ou nacionais, fornecendo-lhes cicerones capazes, folhetos explicativos acêrca dos locais visitados, etc.;

XVIII) Fomentar o turismo como meio de cultura principalmente para grupos de operários, funcionários, escolares, militares, comerciários e outras classes, cujas ocupações ou situação não lhes permita, por si sós, um contacto mais íntimo com a região;

XIX) Promover pelos meios indicados o desenvolvimento da indústria hoteleira e da construção de pousadas nos sítios de maior interêsse turístico;

XX) Manter os serviços dos Postos de Salvamento das praias do Pina e Boa-Viagem, não esquecendo a organização de normas tendentes à proteção dos indivíduos e à divulgação dos processos mais aconselháveis contra os acidentes;

XXI) Fomentar os esportes mais ligados às características da cidade como o remo, a natação, a vela, as excursões, a aviação, etc.

Art. 7.º — As despesas decorrentes dêste decreto-lei correrão por conta das verbas consignadas no quadro 16 do vigente decreto-lei orçamentário.

Art. 8.º — O presente decreto-lei entrará em vigor a 1 de julho próximo vindouro, revogadas as disposições em contrário.

A. de Novais Filho, Prefeito.

"Diário Oficial" de Pernambuco, 9-6-945.

★

SÃO-JOSÉ (Santa-Catarina)

Decreto n.º 6

Entrega à administração do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, a Agência Municipal de Estatística e põe à disposição do mesmo o seu Agente

O Prefeito Municipal de São-José, na conformidade do disposto no art. 12, item III, do Decreto-lei federal n.º 1 202, de 8 de abril de 1939, e considerando o estabelecido no "Convênio Nacional de Estatística Municipal" assinado neste Estado a 28 de maio de 1942, e ratificado por êste govêrno pelo Decreto municipal n.º 11, de 15 de setembro de 1942,

Decreta:

Art. 1.º — É entregue à administração do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística a Agência Municipal de Estatística.

Art. 2.º — Passa à disposição do citado Instituto, sem ônus para o município, o atual Agente Municipal de Estatística, de acôrdo com o que estabelece a letra h, cláusula 11.ª do Convênio acima referido.

Art. 3.º — Todo o material permanente existente na Agência continuará na mesma, como empréstimo, até que o já citado Instituto esteja em condições de supri-la com material de sua propriedade.

Art. 4.º — Êste decreto entrará em vigor no dia 15 do corrente, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de São-José, 6 de junho de 1945. — *Arnoldo Sousa*, Prefeito Municipal.

"Diário Oficial" de Santa-Catarina, 12-6-945.

*

URUÇANGA (Santa-Catarina)

Decreto n.º 87

Entrega à administração do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, a Agência Municipal de Estatística e põe à disposição do mesmo o seu Agente

O Prefeito Municipal de Uruçanga, na conformidade do disposto no art. 12, item III, do Decreto-lei federal n.º 1 202, de 8 de abril de 1939, e

Considerando o estabelecido no "Convênio Nacional de Estatística Municipal" assinado neste Estado a 28 de maio de 1942, e ratificado por êste govêrno pelo Decreto municipal n.º 70, de 19 de setembro de 1942,

Decreta:

Art. 1.º — É entregue à administração do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística a Agência Municipal de Estatística.

Art. 2.º — Passa à disposição do citado Instituto, sem ônus para o município, o atual Agente Municipal de Estatística, de acôrdo com o que estabelece a letra h, cláusula 11.ª do Convênio acima referido.

Art. 3.º — Todo o material permanente existente na Agência continuará na mesma, como empréstimo, até que o já citado Instituto esteja em condições de supri-la com material de sua propriedade.

Art. 4.º — Êste decreto entrará em vigor no dia 15 do corrente, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Uruçanga, em 8 de junho de 1945. — *Zeferino Búrigo*, Prefeito Municipal.

"Diário Oficial" de Santa-Catarina, 12-6-945.

O Conselho Nacional de Geografia é constituído pelo "Diretório Central" na Capital Federal, por um "Diretório Regional" em cada capital de Estado e por um "Diretório Municipal" em cada Prefeitura.

Conselho Nacional de Geografia
Diretório Central

*** Anexo à Resolução n.º 130, de 18 de maio de 1943**

MUSEU DE GEOGRAFIA DO BRASIL

A — Conceituação

Três conceitos básicos:

1.º *Conceito do objeto*. Destina-se o Museu a reunir objetos, que digam da nossa Geografia que não sejam livros, mapas, fotografias ou filmes, e documentos, relativos ao território nacional, porque para êsses o Conselho já dispõe da Biblioteca, da Mapoteca, da Filmo-Fototeca e do Arquivo Corográfico. Não vai nisso um sentido absoluto, pois haverá determinados livros, mapas, fotografias e documentos que, pela sua natureza especial ou pela ocorrência de circunstâncias marcantes, podem e devem, ir para o Museu, com inteira propriedade, por si mesmos ou subsidiàriamente, sobretudo como ilustrações de conjuntos paisagísticos.

Em síntese: "Fazer Geografia do Brasil com objetos".

2.º *Conceito da atualidade*. Diferencia-se o Museu dos demais, porque não o motiva a documentação do passado, senão o registro do presente. É um museu vivo. Nêle como que se apresenta o Brasil, em miniatura, através das suas paisagens naturais e culturais. Por êle, como que se sentirá a vida nacional: os personagens-tipo, os gêneros de vida, os costumes, o cenário. Portanto, "Fazer Geografia do Brasil atual com objetos".

3.º *Conceito da metodologia*. Cumpre praticar no Museu os preceitos da moderna metodologia geográfica: interpretação, extensão, correlação. Para que o Museu não invada atribuições de outras ciências, e tenha feição inteiramente própria. Prevalecerá a preocupação de se formarem conjuntos fixando paisagens: a paisagem da jangada e do jangadeiro, do carro de bois e do carreiro, do vaqueiro, do garimpeiro. Em cada conjunto, pequenos e nítidos cartogramas caracterizarão a região de ocorrência ou de predominância, fotografias, pinturas ou amostras denunciarão a ambiência fisiográfica, objetos apresentarão em miniatura os aspectos fundamentais da vida humana, no seu entrelaçamento com as condições locais. Por forma que de cada conjunto se possa, quanto possível, concluir as razões ambientais das atitudes humanas.

Em conclusão: "Fazer moderna Geografia, do Brasil atual, com objetos".

B — Estruturação

O Museu compõe-se de dois "Compartimentos", o Geral e o Regional, compreendendo cada um diversos "Setores", que por sua vez se desdobram em tantas "Secções" quantas necessárias.

O esquema a seguir esboça a estrutura do Museu:

MUSEU DE GEOGRAFIA DO BRASIL

I — Compartimento Geral

A — Setor Metodológico

1 — Secção Didática
2 — Secção Intrumental.

B — Setor Estrangeiro

1 — Secção de Personalidades
2 — Secção de Certames e Expedições.

C — Setor Brasileiro

1 — Secção de Personalidades
2 — Secção de Certames.

a) Vultos
b) Professôres
c) Diretores e Técnicos

3 — Secção de Atos e Leis.
4 — Secção de Personagens — Tipos Nacionais.
5 — Secção de Aspectos Geográficos

a) Fronteiras
b) Relêvo
c) Hidrografia
d) Clima
e) Produção
f) Comunicações
g) Comércio e Indústria.

* N.R. — A Resolução n.º 130 foi publicada no *B.G.* n.º 18 — ano II — setembro de 1944.

II — Compartimento Regional

A — Setor das regiões

1 — Norte
2 — Nordeste
3 — Leste
4 — Sul
5 — Centro-Oeste

B — Setor dos Estados

1 — Distrito-Federal
2 — Alagoas
3 — Amazonas
4 — Bahia
5 — Ceará
6 — Espírito-Santo
7 — Goiás
8 — Maranhão
9 — Mato-Grosso
10 — Minas-Gerais
11 — Pará
12 — Paraíba
13 — Paraná
14 — Pernambuco
15 — Piauí
16 — Rio-de-Janeiro
17 — Rio-Grande-do-Norte
18 — Rio-Grande-do-Sul
19 — Santa-Catarina
20 — São-Paulo
21 — Sergipe
22 — Território-do-Acre
23 — Território-de-Fernando-de-Noronha.

Objetiva-se nessa estrutura uma distribuição de assuntos para o efeito de arrumação do Museu, e não uma classificação científica.

Demais, a estrutura acompanha em suas linhas gerais o esquema adotado no serviço central de documentação geográfica do Conselho (Biblioteca e Arquivo Corográfico).

Além disso, não é a estrutura inflexível, ao contrário, adapta-se a tôdas as conveniências da colocação dos objetos, de vez que, em rigor, apenas se estabelece uma ordenação geral no arranjo das secções, que mesmo assim poderão ser permutadas em casos de necessidade ou conveniência de animação.

Envie os livros de sua autoria, ou os que se encontrem em duplicata em seu poder, à Biblioteca Central do Conselho Nacional de Geografia, para maior benefício da cultura geográfica do Brasil.

Diretórios Regionais

RIO DE JANEIRO

Íntegra das Resoluções n.os 41 a 50

Resolução n.º 41, de 23 de maio de 1941

O Diretório Regional do Conselho Nacional de Geografia no Estado do Rio-de-Janeiro, usando das suas atribuições, especialmente da que lhe é conferida pelo art. 2.º da Resolução n.º 8, de 15 de julho de 1937, da Assembléia Geral do Conselho Nacional de Geografia;

Considerando os têrmos da proposta enviada pelo Diretório Municipal de Cachoeiras;

Resolve:

Artigo único — Fica aprovada a proposta formulada pelo Diretório Municipal de Cachoeiras, para que os senhores Antônio José da Silva, Bertoldo Duarte Filho e Eurico Ferreira Leal, constituam o Corpo de Informantes Municipais junto ao referido Diretório.

Niterói, 23 de maio de 1941. — Conferido e numerado. *Murilo Guedes*, Secretário-Assistente. — Visto e rubricado. *Luis de Sousa*, Secretário do D. R. Geografia. — Publique-se. Major *Hélio de Macedo Soares e Silva*, Presidente do Diretório Regional de Geografia.

*

Resolução n.º 42, de 23 de maio de 1941

O Diretório Regional do Conselho Nacional de Geografia no Estado do Rio-de-Janeiro, usando das suas atribuições, especialmente da que lhe é conferida pelo art. 2.º da Resolução n.º 15, de 7 de julho de 1937, da Assembléia Geral do Conselho Nacional de Geografia;

Considerando os têrmos da proposta enviada pelo Diretório Municipal de Barra-do-Piraí;

Resolve:

Artigo único — Fica aprovada a proposta formulada pelo Diretório Municipal de Geografia de Barra-do-Piraí, para que os senhores Murilo Coutinho, Adácio Cândido de Morais, José do Nascimento Dias, Avelino de Almeida, Diógenes Marques de Morais, Otávio Caldas, Álvaro Soares Pereira, Francisco Dias dos Santos Brandão, Luís Carraro, Luís Gonçalves Costa, Emílio Brasil, Murilo Sampaio, Durval Cardoso, Ildefonso Pereira de Barros e Humberto Pereira, constituam o Corpo de Informantes Municipais junto ao referido Diretório.

Niterói, 23 de maio de 1941. — Conferido e numerado. *Murilo Guedes*, Secretário-Assistente. — Visto e rubricado. *Luis de Sousa*, Secretário do D. R. Geografia. — Publique-se. Major *Hélio de Macedo Soares e Silva*, Presidente do Diretório Regional de Geografia.

*

Resolução n.º 43, de 23 de maio de 1941

O Diretório Regional do Conselho Nacional de Geografia no Estado do Rio-de-Janeiro, usando das suas atribuições, especialmente da que lhe é conferida pelo art. 2.º da Resolução n.º 8, de 16 de julho de 1937, da Assembléia Geral do Conselho Nacional de Geografia;

Considerando os têrmos da proposta enviada pelo Diretório Municipal de Carmo;

Resolve:

Artigo único — Fica aprovada a proposta formulada pelo Diretório Municipal de Geografia de Carmo, para que os senhores Lourival Lengruber Monnerat, José Fernandes Soares e Henrique Gomes Barreto, constituam o Corpo de Informantes Municipais ao referido Diretório.

Niterói, 23 de maio de 1941. — Conferido e numerado. *Murilo Guedes*, Secretário-Assistente. — Visto e rubricado. *Luis de Sousa*, Secretário do D. R. Geografia. — Publique-se. Major *Hélio de Macedo Soares e Silva*, Presidente do Diretório Regional de Geografia.

*

Resolução n.º 44, de 23 de maio de 1941

O Diretório Regional do Conselho Nacional de Geografia no Estado do Rio-de-Janeiro, usando das suas atribuições, especialmente da que lhe é conferida pelo art. 2.º da Resolução n.º 8 de 15 de julho de 1937, da Assembléia Geral do Conselho Nacional de Geografia;

Considerando os têrmos da proposta enviada pelo Diretório Municipal de Itaguaí;

Resolve:

Artigo único — Fica aprovada a proposta formulada pelo Diretório Municipal de Geografia de Itaguaí, para que os senhores Dagoberto Ferreira Fraga, Josino Fernandes Nunes, Manuel Pimenta de Araújo, Cristóvão Cabral e Eurico Cardoso Nogueira, constituam o Corpo de Informantes Municipais junto ao referido Diretório.

Niterói, 23 de maio de 1941. — Conferido e numerado. *Murilo Guedes*, Secretário-Assistente. — Visto e rubricado. *Luis de Sousa*, Secretário do D. R. Geografia. — Publique-se. Major *Hélio de Macedo Soares e Silva*, Presidente do Diretório Regional de Geografia.

*

*

Resolução n.º 45, de 23 de maio de 1941

O Diretório Regional do Conselho Nacional de Geografia no Estado do Rio-de-Janeiro, usando das suas atribuições, especialmente da que lhe é conferida pelo art. 2.º da Resolução n.º 8, de 15 de julho de 1937, da Assembléia Geral do Conselho Nacional de Geografia;

Considerando os têrmos da proposta enviada pelo Diretório Municipal de Vassouras,

Resolve:

Artigo único — Fica aprovada a proposta formulada pelo Diretório Municipal de Geografia de Vassouras, para que os senhores Josué Albuquerque Werneck da Rocha, Otávio Vidal Gomes, Major Félix Machado, Jáder Faria Barros, Válter Gouveia Lima, Manuel R. Sousa Carvalhido, Targino Antônio de Melo, Telêmaco Gomes da Cruz, Manuel Guilherme da Silva, Alcino Rodrigues Ferreira, Antônio Vieira, Dr. José Fernandes do Couto, Dr. Juraci Camargo, Dr. Mário Magalhães, Arlindo Ribeiro Nunes, Nélson Castro Sales, Corinto de Sousa, Dr. Nabuco de Araújo, Cristiano Alves Barbosa, Antônio Pinto Coelho, Wantuel Henriques, Dr. Dias Rosa, Francisco Reis Sobrinho, Dr. Raul Machado Bitencourt, Dr. Artidônio Pamplona e Dr. Joaquim Nicolau, constituam o Corpo de Informantes Municipais junto ao referido Diretório.

Niterói, 23 de maio de 1941. — Conferido e numerado. *Murilo Guedes*, Secretário-Assistente. — Visto e rubricado. *Luís de Sousa*, Secretário do D. R. Geografia. — Publique-se. Major *Hélio de Macedo Soares e Silva*, Presidente do Diretório Regional de Geografia.

*

Resolução n.º 46, de 23 de maio de 1941

O Diretório Regional do Conselho Nacional de Geografia no Estado do Rio-de-Janeiro, usando das suas atribuições, especialmente da que lhe é conferida pelo art. 2.º da Resolução n.º 8, de 15 de julho de 1937, da Assembléia Geral do Conselho Nacional de Geografia;

Considerando os têrmos da proposta enviada pelo Diretório Municipal de São-Fidélis;

Resolve:

Artigo único — Fica aprovada a proposta formulada pelo Diretório Municipal de Geografia, para que D. Leonor Maria de Assis e senhores Euclides Vieira, Adelino Batista da Silva, Plínio José da Fonseca e Álvaro Berriel, constituam o Corpo de Informantes Municipais, junto ao referido Diretório.

Niterói, 23 de maio de 1941. — Conferido e numerado. *Murilo Guedes*, Secretário-Assistente. — Visto e rubricado. *Luís de Sousa*, Secretário do D. R. Geografia. — Publique-se. Major *Hélio de Macedo Soares e Silva*, Presidente do Diretório Regional de Geografia.

*

Resolução n.º 47, de 23 de maio de 1941

O Diretório Regional do Conselho Nacional de Geografia no Estado do Rio-de-Janeiro, usando das suas atribuições, especialmente da que lhe é conferida pelo art. 2.º da Resolução n.º 8, de 15 de julho de 1937, da Assembléia Geral do Conselho Nacional de Geografia;

Considerando os têrmos da proposta formulada pelo Diretório Municipal de Rio-Claro,

Resolve:

Artigo único — Fica aprovada a proposta formulada pelo Diretório Municipal de Geografia de Rio-Claro, para que os senhores João Batista Portugal, Noel Portugal, Benedito Joaquim Lopes Primo, Luís Joaquim do Nascimento, Luís Ascendino Dantas, José da Rocha Azevedo, Cristóvão de Oliveira Reis, Manuel Meringe Barbosa, Narciso Xavier, João Batista Vieira, André Correia Laje, José Lourenço dos Santos e Hermínio de Moura Soares, constituam o Corpo de Informantes Municipais junto ao referido Diretório.

Niterói, 23 de maio de 1941. — Conferido e numerado. *Murilo Guedes*, Secretário-Assistente. — Visto e rubricado. *Luís de Sousa*, Secretário do D. R. Geografia. — Publique-se. Major *Hélio de Macedo Soares e Silva*, Presidente do Diretório Regional de Geografia.

*

Resolução n.º 48, de 23 de maio de 1941

O Diretório Regional do Conselho Nacional de Geografia no Estado do Rio-de-Janeiro, usando das suas atribuições, especialmente da que lhe é conferida pelo art. 2.º da Resolução n.º 8, de 15 de julho de 1937, da Assembléia Geral do Conselho Nacional de Geografia;

Considerando os têrmos da proposta enviada pelo Diretório Municipal de Trajano-de-Morais,

Resolve:

Artigo único — Fica aprovada a proposta formulada pelo Diretório Municipal de Trajano-de-Morais, para que os senhores Airam Silva, Antônio Pacheco, Manuel Exposto, Valdemar Magalhães, Manuel Rodrigues de Campos, José Reis, Horácio de Oliveira, Francisco Lucindo Castro, Álvaro Lima, Jorge da Silva, Mário Veiga de Morais e Sebastião Peçanha, constituam o Corpo de Informantes Municipais junto ao referido Diretório.

Niterói, 23 de maio de 1941. — Conferido e numerado. *Murilo Guedes*, Secretário-Assistente. — Visto e rubricado. *Luís de Sousa*, Secretário do D. R. Geografia. — Publique-se. Major *Hélio de Macedo Soares e Silva*, Presidente do Diretório Regional de Geografia.

*

Resolução n.º 49, de 23 de maio de 1941

O Diretório Regional do Conselho Nacional de Geografia no Estado do Rio-de-Janeiro, usando das suas atribuições, especialmente da que lhe é conferida pelo art. 2.º da Resolução n.º 8, de 15 de julho de 1937, da Assembléia Geral do Conselho Nacional de Geografia;

Considerando os têrmos da proposta formulada pelo Diretório Municipal de Resende,

Resolve:

Artigo único — Fica aprovada a proposta formulada pelo Diretório Municipal de Geografia de Resende, para que as senhorinhas Vanda Brasil Sampaio, Ester Leal, Júlia Marassi, Laura

Aquino, Eurídice Chaves, Etelvina Carneiro e o Sr. Carlos Duque, constituam o Corpo de Informantes Municipais junto ao referido Diretório.

Niterói, 23 de maio de 1941. — Conferido e numerado. *Murilo Guedes*, Secretário-Assistente. — Visto e rubricado. *Luis de Sousa*, Secretário do D. R. Geografia. — Publique-se. Major *Hélio de Macedo Soares e Silva*, Presidente do Diretório Regional de Geografia.

*

Resolução n.º 50, de 23 de maio de 1941

O Diretório Regional do Conselho Nacional de Geografia no Estado do Rio-de-Janeiro, usando das suas atribuições, especialmente da que lhe é conferida pelo art. 2.º da Resolução n.º 8, de 15 de julho de 1937, da Assembléia Geral do Conselho Nacional de Geografia;

Considerando os têrmos da proposta enviada pelo Diretório Municipal de Saquarema;

Resolve:

Artigo único — Fica aprovada a proposta formulada pelo Diretório Municipal de Geografia de Saquarema, para que os senhores Menegundes da Silva Pimenta, Dolivaís Antunes Pinheiro, Augusto Antônio de Sousa, Berlino Catarino de Sousa, Dr. Armando César Leite e Durval Custódio Pereira de Sousa, constituam o Corpo de Informantes Municipais junto ao referido Diretório.

Niterói, 23 de maio de 1941. — Conferido e numerado. *Murilo Guedes*, Secretário-Assistente. — Visto e rubricado. *Luis de Sousa*, Secretário do D. R. Geografia. — Publique-se. Major *Hélio de Macedo Soares e Silva*, Presidente do Diretório Regional de Geografia.

Se precisar de alguma informação sôbre a geografia do Brasil, dirija-se ao Conselho Nacional de Geografia, que o atenderá prontamente — se a consulta não fôr de caráter sigiloso.